Exercício de 2008

PROCESSO Nº 2009/2540/000001 - VOLUME VII

Balanço Geral do Estado do Tocantins

Relatório Gerencial das Contas do Governo

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MARCELO DE MIRANDA CARVALHO

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
JACQUES SILVA DE SOUSA

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

DIRETOR DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO
ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE NORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS
FLEURY PEREIRA DOS SANTOS

COORDENADOR DE TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA
ALLYSSON GUSTAVO MOURA GUIMARÃES

EQUIPE TÉCNICA
FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS
JANETE MONTEIRO GOMES
KELSENE RAMOS ALENCAR
VALÉRIA DEL NERO DE FREITAS

EQUIPE DE APOIO
CLEBÉR BARROS ARRAES
FLORIANO RODRIGUES ALVES
KÁTIA SILVA MACÊDO MIRANDA
REINALDO PAGANI PEREIRA CARDOSO
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE C. FONTES

ÍNDICE

1	**APRESENTAÇÃO**	**2038**
2	**ANÁLISES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**	**2039**
2.1	**ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO**	**2061**
2.2	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO**	**2046**
2.2.1	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	2046
2.2.1.1	QUADROS DAS RECEITAS	2047
	- Receita Corrente Líquida	2048
	- Receita Primária Líquida	2050
2.2.1.2	QUADROS DAS DESPESAS	2051
	- Despesa por tipo de crédito	2051
	- Despesa por categoria econômica	2052
	- Despesa realizada por Poderes e Ministério Público	2053
	- Despesa com pessoal em relação a RCL – por Poderes	2055
	- Despesa executada por função	2055
	- Despesa por órgãos, entidades e Fundos	2057
	- Cumprimento de Metas Fiscais	2058
	- Superávit Orçamentário	2058
	- Resultado Primário	2059
2.2.1.3	LIMITES CONSTITUCIONAIS	2059
	- Despesa realizada com educação	2059
	- Despesa realizada com saúde	2060
2.2.2	GESTÃO FINANCEIRA	2061
	Quadros do resumo financeiro das receitas e das despesas	2061
2.3	**POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO**	**2063**
2.3.1	POSIÇÃO PATRIMONIAL	2063
2.3.1.1	RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO – 2008/2009 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO	2063

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS 2064
- Dívida Fundada Interna e Externa 2066
- Situação dos Restos a Pagar 2068
- Empréstimos e Financiamentos 2070
2.3.1.2 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2007/2008 2071
2.3.1.2.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO 2071
2.3.1.2.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2007/2008 – AUTARQUIAS DO PODER EXECUTIVO 2072
2.3.1.2.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2007/2008 – FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO 2073
2.3.1.2.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– 2007/2008 – FUNDOS ESPECIAIS DO PODER EXECUTIVO 2073
2.3.1.3 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES – 2007/2008 2074
2.3.1.3.1 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER EXECUTIVO 2074
2.3.1.3.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER LEGISLATIVO 2075
2.3.1.3.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO 2076
2.3.1.3.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO 2077
2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA 2079
2.3.2.1 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2080
- Despesa de caráter continuado 2081
2.3.2.2 RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2082
2.3.2.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – GERAL DO ESTADO 2082
2.3.2.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO 2083
2.3.2.4.1 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2084

2.3.2.4.2 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS 2085
2.3.2.4.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES 2086
2.3.2.4.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS 2087
2.3.2.5. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO 2088
2.3.2.6. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO 2089
2.3.2.7. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO 2090
2.3.3 DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES 2091
3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL 2092
3.1 UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2092
3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR 2092
3.1.2 CASA CIVIL 2095
3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR 2096
3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO 2097
3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO 2099
3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 2099
3.1.7 CASA MILITAR 2102
3.1.8 VICE-GOVERNADORIA 2104
3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS 2105
3.1.10 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO 2108
3.1.11 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE 2110
3.1.12 SECRETARIA DO ESPORTE 2115
3.1.13 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA 2117
3.1.14 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2121
3.1.15 SECRETARIA DO GOVERNO 2121
3.1.16 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 2122

3.1.17 SECRETARIA DA FAZENDA 2124
3.1.18 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 2127
3.1.19 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 2136
3.1.20 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 2139
3.1.21 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 2144
3.1.22 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA 2147
3.1.23 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE 2153
3.1.24 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENV. SOCIAL 2160
3.1.25 SECRETARIA DA JUVENTUDE 2164
3.1.26 DEFENSORIA PÚBLICA 2166
3.1.27 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ 2168
3.1.28 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN 2169
3.1.29 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO 2170
3.1.30 SECRETARIA DE SAÚDE 2173
3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS 2174
3.2.1 AUTARQUIAS 2174
3.2.1.1 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS 2174
3.2.1.2 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO - ATR 2178
3.2.1.3 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS 2180
3.2.1.4 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN 2181
3.2.1.5 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC 2184
3.2.1.6 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS – RURALTINS 2189
3.2.1.7 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS 2192
3.2.1.8 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS-JUCETINS 2196
3.2.1.9 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO TOCANTINS – IPEM 2198
3.2.1.10 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – ADTUR 2199

3.2.1.11 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DERTINS 2202
3.2.1.12 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO 2206
3.2.1.13 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU 2207
3.2.1.14 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV 2209
3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS 2210
3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS 2210
3.2.2.2 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS 2211
3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS 2213
3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUMCB 2213
3.2.3.2 FUNDO ESPECIAL DE COMBATE AS CALAMIDADES PÚBLICAS 2214
3.2.3.3 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES 2215
3.2.3.4 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM 2218
3.2.3.5 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA 2219
3.2.3.6 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA 2220
3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2221
3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 2223
3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER 2224
3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS 2225
3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2226
3.2.3.12 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE 2230
3.2.3.13 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS 2231
3.2.3.14 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS 2233
3.2.3.15 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA 2234
3.2.3.16 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO 2236
3.2.3.17 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA 2238
3.2.3.18 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2241
3.2.3.19 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2243

3.2.3.20 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS 2249
3.2.3.21 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA 2250
3.2.3.22 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2252
3.2.3.23 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR 2253
3.2.3.24 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE 2254

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL 2265
4.1 ÁREA ECONÔMICA 2266
4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA 2267
4.3 ÁREA SOCIAL 2270
4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS 2272
4.4.1 CONSOLIDAR O ESTADO DO TOCANTINS COMO PÓLO INDUSTRIAL, COM ÊNFASE NO AGRONEGÓCIO E NO TURISMO, E NAS VOCAÇÕES DE CADA UMA DE SUAS REGIÕES 2272
4.4.2 CONSOLIDAR O TOCANTINS COMO ESTADO COMPETITIVO, ATRAVÉS DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA, PROPICIANDO A ATRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INVESTIMENTOS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA 2282
4.4.3 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, GARANTINDO ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, ESPECIALMENTE EM ÁREAS ESSENCIAIS COMO SAÚDE E EDUCAÇÃO 2292
4.4.4 AMPLIAR E PRESERVAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS, PROPORCIONANDO ELEVADO GRAU DE AUTO-ESTIMA EM TODOS OS TOCANTINENSES 2310
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 2318

1- APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, à Constituição Estadual, à Lei Estadual nº 1.415/2003, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e ao seu Regimento Interno, a Controladoria-Geral do Estado do Tocantins apresenta o Relatório e Parecer sobre as contas do Governo, referentes ao exercício de 2008, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do direito administrativo, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO define prestação de contas, no artigo 74:

> I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa fisica, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.

Dessa forma, o Relatório Gerencial das Contas do Governo, emitido por esta Controladoria, contém uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal e da seguridade social, executados no exercício de 2008, abrangendo os poderes executivo, legislativo, judiciário e também o Ministério Público, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

Para melhor entendimento, os temas estão apresentados de forma contextual e técnica, especificando as execuções das Gestões: Orçamentária, Financeira e Patrimonial. A realização das despesas está demonstrada por funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

No que se refere à composição das contas, procurou-se demonstrar o desempenho dos Programas e Ações realizadas pelas Unidades Orçamentárias, bem como a aplicabilidade dos recursos, mensurando a efetividade, economicidade e eficácia dos seus resultados físicos e financeiros.

Pelos dados, detalhadamente apresentados, constata-se que, no decorrer de 2008, o Governo preocupou-se em dar continuidade à modernização da máquina administrativa, que tem como premissa básica valorizar o cidadão tocantinense. Seguindo esta linha de trabalho, na área administrativa e financeira as

medidas implementadas definem a alta qualidade nos serviços públicos e o equilíbrio fiscal. Na área social, percebe-se que o governo investiu na inclusão com o intuito de elevar a qualidade de vida do tocantinense, já na área econômica viabilizou ações que orientam o aumento da produção e a complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicação.

Observa-se, ainda, que as atividades primárias obtiveram bons resultados, a exemplo do cultivo da soja e da produção de frutas como abacaxi e melancia, que vêm possibilitando ao Estado maior capacidade econômica e social. Além disso, pelo conteúdo das peças técnicas expostas, é possível perceber os resultados de cada atividade governamental, no exercício de 2008, que demonstram significativos índices da gestão pública.

Verifica-se, pois, que o governo buscou gerar emprego e renda, aumentar a exportação de produtos genuinamente tocantinenses e estimular o desenvolvimento sustentado, indispensável para a permanência do homem no campo com dignidade e para a proteção do meio ambiente, linha que o Estado tem seguido, principalmente nos últimos anos.

Assim, denota-se pelo trabalho desenvolvido que o Executivo, em conjunto com os demais poderes constituídos, tem-se pautado pela valorização do ser humano, posto que o modelo de desenvolvimento adotado contempla nas suas metas o incremento da economia, o incentivo à iniciativa privada, a melhoria da qualidade do ensino e da saúde, bases para o crescimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os balanços e demais demonstrações contábeis, apresentados pela Secretaria da Fazenda, estão divididos em 6 (seis) volumes assim distribuídos:

Volume I a III – Balanço Geral do Estado: - Balanço Social, Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal (LRF);

Volume III - Balanço do Poder Executivo;

Volume IV – Balanço Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

Volume V – Balanço da Administração Direta;

Volume VI – Balanço das Autarquias, Fundações e Fundos.

2 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A análise consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, comprovando os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente do Poder Executivo, demonstrando, inclusive, o controle das

operações de crédito, avais e garantias, bem como dos respectivos direitos e haveres, em consonância aos princípios constitucionais e legais.

A avaliação confere maior confiabilidade às contas públicas e justifica os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

a) o orçamento geral autorizado;

b) a execução orçamentária e financeira;

c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento que o governo utiliza para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

a) Plano Plurianual (PPA);

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico, que estabelece as políticas mais adequadas para os programas, ações, objetivos e metas da administração pública do Governo Estadual, para um período de quatro anos, iniciando, tendo como principal resultado a produção de bens e serviços visando à promoção do bem-estar social.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações da legislação tributária, configurando, desta forma, o planejamento tático necessário à definição dos rumos e limites na gestão dos recursos público.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional utilizado pelo governo para gerenciar as receitas e despesas públicas, em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extra-orçamentária.

A receita extra-orçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho com dotação orçamentária suficiente, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles fixados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extra-orçamentários aqueles provenientes da geração de passivos financeiros.

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes ao exercício financeiro de 2008, tem suas diretrizes na Lei Estadual nº 1.847 de 8 de novembro de 2007 e aprovado pela Lei n° 1.863, de 10 de dezembro de 2007 (LOA), que **estimou a receita** no valor de **R$ 4.668.441.303,00** e **fixou a despesa** em igual valor, na forma a seguir:

a) Recursos Ordinários: R$ 2.486.643.046,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 714.054.136,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 1.467.744.121,00.

O valor do orçamento **inicialmente** autorizado foi alterado para R$ 5.012.699.481,00 em decorrência dos acréscimos de R$ 344.258.178,00 resultantes da abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, assim recomposto:

a) Recursos Ordinários: R$ 2.742.327.720,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 723.572.041,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 1.546.799.720,00.

Com as alterações efetivadas, o Orçamento Geral disponibilizou despesas autorizadas nos orçamentos fiscal, no valor de **R$ 3.859.682.635,00** e da Seguridade Social **R$ 1.153.016.846,00.**

Ressalte-se que estas alterações contaram com recursos disponíveis a título de superávit financeiro e excesso de arrecadação, este apurado durante o

exercício por nível de detalhamento das fontes específicas no valor de **R$ 290.456.150,00**, enquanto aquele, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor de **R$ 53.802,028,00**, suportam o aumento da despesa e justificam a diferença entre a receita prevista atualizada e a despesa autorizada.

Do total de R$ 5.012.699.481,00 - Orçamento Geral do Estado – foram consignados R$ 2.815.656.110,00 – 56,17% - na Administração Direta e R$ 2.197.043.371,00 - 43,83% - na Administração Indireta.

A Gestão da receita e da despesa pública, por meio do SIAFEM, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial, envolve os Órgãos e Entidades que compõem a estrutura orçamentária da Administração Pública Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstrados nos quadros abaixo:

QUADRO 01 - Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**3.314.947.721,00**	**572.432.309,00**	**3.887.380.030,00**
Receita Tributária	1.065.766.677,00	40.853.488,00	1.106.620.165,00
Receita de Contribuições	205.000,00	136.263.000,00	136.468.000,00
Receita Patrimonial	24.197.700,00	172.805.900,00	197.003.600,00
Receita de Serviços	1.000,00	2.391.000,00	2.392.000,00
Transferências Correntes	2.665.968.429,00	210.428.671,00	2.876.397.100,00
Outras Receitas Correntes	26.854.514,00	9.690.250,00	36.544.764,00
Restituição	(2.000.000,00)	-	(2.000.000,00)
Dedução para o FUNDEB	**(466.045.599,00)**	**-**	**(466.045.599,00)**
RECEITAS DE CAPITAL	**929.889.506,00**	**24.683.917,00**	**954.573.423,00**
Operações de Crédito	333.410.244,00		333.410.244,00
Alienação de Bens	22.600.000,00		22.600.000,00
Transferências de Capital	573.879.262,00	7.512.817,00	581.392.079,00
Amort. de Empréstimos		17.171.100,00	17.171.100,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS		**116.944.000,00**	**116.944.000,00**
TOTAL	**4.244.837.227,00**	**714.060.226,00**	**4.958.897.453,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2008 Receita Atualizada.

QUADRO 02 – Resumo Geral da Receita – Orçamento Fiscal

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**3.314.742.721,00**	**53.925.728,00**	**3.368.668.449,00**
Receita Tributária	1.065.766.677,00	40.853.488,00	1.106.620.165,00

Receita de Contribuições	-	1.659.000,00	1.659.000,00
Receita Patrimonial	24.197.700,00	275.900,00	24.473.600,00
Receita de Serviços	1.000,00	2.391.000,00	2.392.000,00
Transferências Correntes	2.665.968.429,00	56.090,00	2.666.024.519,00
Outras Receitas Correntes	26.854.514,00	8.690.250,00	35.544.764,00
Restituição	(2.000.000,00)	-	(2.000.000,00)
Dedução para o FUNDEB	**(466.045.599,00)**	**-**	**(466.045.599,00)**
RECEITAS DE CAPITAL	**929.889.506,00**	**17.171.100,00**	**947.060.606,00**
Operações de Crédito	333.410.244,00	-	333.410.244,00
Alienação de Bens	22.600.000,00	-	22.600.000,00
Transferências de Capital	573.879.262,00	17.171.100,00	591.050.362,00
Amort. de Empréstimos		-	-
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS			**-**
TOTAL	**4.244.632.227,00**	**71.096.828,00**	**4.315.729.055,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2008 Receita Atualizada.
OBS.: exceto as fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 03 – Resumo Geral da Receita – Orçamento da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**205.000,00**	**518.506.581,00**	**518.711.581,00**
Receita Tributária	-	-	-
Receita de Contribuições	205.000,00	134.604.000,00	134.809.000,00
Receita Patrimonial		172.530.000,00	172.530.000,00
Receita de Serviços		-	-
Transferências Correntes		210.372.581,00	210.372.581,00
Outras Receitas Correntes		1.000.000,00	1.000.000,00
Restituição			-
Dedução para o FUNDEB			**-**
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**7.512.817,00**	**7.512.817,00**
Operações de Crédito			-
Alienação de Bens			-
Transferências de Capital		7.512.817,00	7.512.817,00
Amort. de Empréstimos			-

CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS		116.944.000,00	116.944.000,00
TOTAL	205.000,00	642.963.398,00	643.168.398,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2008 Receita Atualizada, fontes: 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 04 - Resumo Geral da Despesa – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**2.603.634.680,00**	**484.335.638,00**	**3.087.970.318,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.469.238.350,00	15.293.822,00	1.484.532.172,00
Juros e Encargos da Dívida	34.974.457,00	-	34.974.457,00
Outras Despesas Correntes	1.099.421.873,00	469.041.816,00	1.568.463.689,00
DESPESAS DE CAPITAL	**1.685.492.760,00**	**37.781.403,00**	**1.723.274.163,00**
Investimentos	1.545.617.068,00	29.103.403,00	1.574.720.471,00
Inversões Financeiras	19.903.872,00	8.678.000,00	28.581.872,00
Amortização da Dívida	119.971.820,00	-	119.971.820,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	**201.455.000,00**	**201.455.000,00**
TOTAL	**4.289.127.440,00**	**723.572.041,00**	**5.012.699.481,00**

FONTE – Anexo 11, por fonte - Geral do Estado – Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita prevista atualizada no Quadro 01 – **R$ 4.958.897.453,00** com o total da despesa autorizada demonstrada no Quadro 04 – **R$ 5.012.699.481,00**, comprova-se diferença no valor de **R$ 53.802.028,00**, referente ao aumento de despesa com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

QUADRO 05 – Resumo Geral da Despesa – Orçamento Fiscal

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**2.594.479.515,00**	**50.038.986,00**	**2.644.518.501,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.469.238.350,00	9.832.000,00	1.479.070.350,00
Juros e Encargos da Dívida	34.974.457,00	-	34.974.457,00
Outras Despesas Correntes	1.090.266.708,00	40.206.986,00	1.130.473.694,00
DESPESAS DE CAPITAL	**1.682.995.396,00**	**25.119.657,00**	**1.708.115.053,00**
Investimentos	1.543.119.704,00	16.441.657,00	1.559.561.361,00
Inversões Financeiras	19.903.872,00	8.678.000,00	28.581.872,00
Amortização da Dívida	119.971.820,00	-	119.971.820,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	**1.250.000,00**	**1.250.000,00**
TOTAL	**4.277.474.911,00**	**76.408.643,00**	**4.353.883.554,00**

FONTE – Anexo 11 por fonte, Geral do Estado - Orçamento Autorizado
OBS.: exceto as fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245 e 0100 do Programa 08.

QUADRO 06 – Resumo Geral da Despesa – Orçamento da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**9.255.165,00**	**434.196.652,00**	**443.451.817,00**
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.461.822,00	5.461.822,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.255.165,00	428.734.830,00	437.989.995,00
DESPESAS DE CAPITAL	**2.497.364,00**	**12.661.746,00**	**15.159.110,00**
Investimentos	2.497.364,00	12.661.746,00	15.159.110,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	**200.205.000,00**	**200.205.000,00**
TOTAL	**11.752.529,00**	**647.063.398,00**	**658.815.927,00**

FONTE – Anexo 11 por fonte - Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245 e 0100 do Programa 08

Créditos Adicionais Abertos

Entende-se por créditos adicionais abertos as novas autorizações que acontecem durante o exercício financeiro, em decorrência de fatos novos que provocam o surgimento de necessidades e reduzem ou ampliam as existentes, por meio de lei específica ou de decretos governamentais dentro dos limites da Lei orçamentária.

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.° 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 07 – Demonstrativo dos Créditos Adicionais

DESCRIÇÃO	VALOR R$
Orçamento Inicial (Lei 1.863/2007)	
Orçamento Inicial	4.668.441.303,00
(+) Créditos Suplementares	1.649.647.018,00
(+) Créditos Especiais	5.771.372,00
(-) Reduções	1.311.160.212,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	**5.012.699.481,00**

FONTE – Diário Oficial nº 2.549 – Lei 1.863/07 e Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0416

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente no valor de R$ 4.668.441.303,00, aprovado pela Lei nº 1.863/2007, foi ajustado pelos créditos suplementares de R$ 1.649.647.018,00, créditos especial de 5.771.372,00, e sofreu reduções de R$ 1.311.160.212,00, constituindo-se no orçamento autorizado de R$ 5.012.699.481,00, para o exercício financeiro 2008.

QUADRO 08 – Demonstrativo por Tipos de Recursos Disponibilizados aos Créditos Adicionais

DESCRIÇÃO	VALOR R$
(+) Redução Total ou Parcial (*)	1.311.160.212,00
(+) Excesso de Arrecadação	290.456.150,00
(+) Superávit Financeiro	53.802.028,00
= Créditos Suplementares e Especiais	**1.655.418.390,00**
* Dotação Especial por Redução	5.771.372,00

FONTE – Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0479

Os créditos adicionais realizados no exercício de 2008 elevaram o orçamento geral autorizado em 6,87%, reforçando as dotações orçamentárias insuficientes e atendendo despesas inicialmente não previstas no orçamento. Os recursos necessários à abertura dos créditos suplementares e especiais decorreram das reduções orçamentárias, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 416 a 479 do Balanço Geral, Volume II.

Os créditos especiais e suplementares foram previamente autorizados por lei e abertos por decretos do Poder Executivo e portarias de autoridade designada, em consonância aos dispositivos do art. 5º e aos limites previstos no art. 8º, ambos da Lei nº 1.863, de 10 de dezembro de 2007.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO

A execução orçamentária, patrimonial e financeira é entendida como processo de formular diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso, e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, por meio da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras.

2.2.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na LOA são aplicados na realização dos programas e ações governamentais.

Como se observa, a Gestão Orçamentária obedeceu à programação e às diretrizes estratégicas, compatibilizadas com as prioridades e as metas do PPA – 2008/2011, compreendendo os atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações no âmbito do Poder Público.

A arrecadação da Receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à conta única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de **89,78%** comparada com a previsão inicial, mostrando em relação ao ano anterior um crescimento de **15,29%,** o que comprova a utilização correta da técnica e controle do planejamento e da execução orçamentária.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

Outro conceito importante é o da Receita Corrente Líquida que se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

De acordo com o parágrafo 3° do artigo 2° da LRF apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Encontram-se demonstradas nos quadros a seguir, a Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (fixação e execução, incluídas as suplementações e reduções), com os valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises:

2.2.1.1 QUADROS DAS RECEITAS

QUADRO 09 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**4.043.826.177,00**	**4.330.537.424,28**	**107,09**
Receita Tributária	1.098.386.165,00	1.112.888.581,48	101,32
» ICMS	889.407.548,00	900.315.128,50	101,23
» Outras	208.978.617,00	212.573.452,98	101,72
Receita de Contribuições	136.468.000,00	153.443.394,44	112,44
Receita Patrimonial	195.103.600,00	216.588.898,08	111,01
Receita de Serviços	2.392.000,00	1.274.643,19	53,29
Transferências Correntes	2.574.931.648,00	2.804.587.332,27	108,92
» FPE	1.841.258.239,00	2.124.014.722,75	115,36
» Outras	733.673.409,00	680.572.609,52	92,76
Outras Receitas Correntes	36.544.764,00	41.754.574,82	114,26
RECEITAS DE CAPITAL	**975.716.725,00**	**262.825.063,81**	**26,94**
Operações de Crédito	332.510.244,00	58.079.034,36	17,47
Alienação de Bens	22.600.000,00	12.801.719,92	56,64

Amortização de Empréstimos	17.405.100,00	4.997.760,31	28,71
Transferências de Capital	603.201.381,00	186.946.549,22	30,99
TOTAL DAS RECEITAS	**5.019.542.902,00**	**4.593.362.488,09**	**91,51**
(-) RESTITUIÇÃO	**(2.000.000,00)**	**(6.920.520,28)**	346,03
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**(466.045.599,00)**	**(520.695.155,64)**	111,73
Receitas de C. Intra-Governamental	116.944.000,00	125.601.538,31	107,40
TOTAL	**4.668.441.303,00**	**4.191.348.350,48**	**89,78**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado volume I, fl. 0157

QUADRO 10 - Balanço Orçamentário do Estado – Discriminação das Receitas – 2008

RECEITAS					
RECEITAS	**PREVISTA ATUALIZADA (R$)**	**REALIZADA (R$)**	**% REALIZADA S/PREVISTA**	**% S/MONTANTE REALIZADO**	**DIFERENÇA (REALIZADA - PREVISTA) (R$)**
RECEITAS CORRENTES	**4.355.425.629,00**	**4.330.537.424,28**	**99,43**	**103,32**	**-24.888.204,72**
Receita Tributária	1.106.620.165,00	1.112.888.581,48	100,57	26,55	6.268.416,48
» ICMS	895.407.548,00	900.315.128,50	100,55	21,48	4.907.580,50
» Outras	211.212.617,00	212.573.452,98	100,64	5,07	1.360.835,98
Receita de Contribuições	136.468.000,00	153.443.394,44	112,44	3,66	16.975.394,44
Receita Patrimonial	197.003.600,00	216.588.898,08	109,94	5,17	19.585.298,08
Receita de Serviços	2.392.000,00	1.274.643,19	53,29	0,03	-1.117.356,81
Transferências Correntes	2.876.397.100,00	2.804.587.332,27	97,50	66,91	-71.809.767,73
» FPE	2.055.215.939,00	2.124.014.722,75	103,35	50,68	68.798.783,75
» Outras	821.181.161,00	680.572.609,52	82,88	16,24	-140.608.551,48
Outras Receitas Correntes	36.544.764,00	41.754.574,82	114,26	1,00	5.209.810,82
RECEITAS DE CAPITAL	**954.573.423,00**	**262.825.063,81**	**27,53**	**6,27**	**-691.748.359,19**
Operações de Crédito	333.410.244,00	58.079.034,36	17,42	1,39	-275.331.209,64
Alienação de Bens	22.600.000,00	12.801.719,92	56,64	0,31	-9.798.280,08
Amortização de Empréstimos	17.171.100,00	4.997.760,31	29,11	0,12	-12.173.339,69
Transferências de Capital	581.392.079,00	186.946.549,22	32,15	4,46	-394.445.529,78
TOTAL DAS RECEITAS	**5.309.999.052,00**	**4.593.362.488,09**	**86,50**	**109,59**	**-716.636.563,91**
(-) RESTITUIÇÃO	**(2.000.000,00)**	**(6.920.520,28)**	**346,03**	**-0,17**	**-4.920.520,28**
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**(466.045.599,00)**	**(520.695.155,64)**	**111,73**	**-12,42**	**-54.649.556,64**
Receitas de C. Intra-Governamental	116.944.000,00	125.601.538,31	107,40	3,00	8.657.538,31
TOTAL	**4.958.897.453,00**	**4.191.348.350,48**	**84,52**	**100**	**-767.549.102,52**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado -Volume I, fl. 0153

QUADRO 11 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – Exercício 2007 e 2008

RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS	VALOR R$		% 2008/2007	% S/TOTAL	
	2007	2008		2007	2008
Receita Tributária	960.640.434,81	1.112.888.581,48	15,85	27,7	25,70
Receita de Contribuições	156.347.409,16	153.443.394,44	-1,86	4,51	3,54
Receita Patrimonial	200.099.971,54	216.588.898,08	8,24	5,77	5,00
Receita de Serviços	1.142.198,91	1.274.643,19	11,60	0,03	0,03
Transferências Correntes	2.118.942.221,07	2.804.587.332,27	32,36	61,1	64,76
Outras Receitas Correntes	30.573.859,00	41.754.574,82	36,57	0,88	0,96
TOTAL	**3.467.746.094,49**	**4.330.537.424,28**	**24,88**	**100**	**100**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2007/2008

QUADRO 12 - Desempenho da Receita Tributária do Estado (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO - ARRECDADO	2007	2008	% 2008/2007
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	86.332.224,86	97.701.533,09	13,17
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	48.200.828,77	54.842.898,83	13,78
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	776.803.546,67	900.315.128,50	15,90
TOTAL	**911.336.600,30**	**1.052.859.560,42**	15,53

FONTE – Anexo 10 do Ano de 2007 e 2008

QUADRO 13 - Desempenho das Receitas de Capital do Estado - Exercícios 2007 e 2008

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL - ARRECADADA	VALOR R$		% 2008S/2007	%	
	2007	2008		2007	2008
Operações de Crédito	131.044.401,41	58.079.034,36	-55,68	28,85	22,10
Alienação de Bens	12.475.059,82	12.801.719,92	2,62	2,75	4,87
Amortização de Empréstimos	7.490.759,21	4.997.760,31	-33,28	1,65	1,90
Transferências de Capital	303.189.196,45	186.946.549,22	-38,34	66,75	71,13
TOTAL	**454.199.416,89**	**262.825.063,81**	**-42,13**	**100**	**100**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado.

QUADRO 14 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2007/2008

DESCRIÇÃO	2007	2008
RECEITAS CORRENTES	**3.464.919.099,47**	**4.323.631.476,01**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-231.867.524,95	-257.097.525,60

DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-366.613.345,55	-520.695.155,64
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-84.740.830,16	-94.610.547,40
COMP. FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-247.942,77	-220.758,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**2.781.449.456,04**	**3.451.007.488,57**
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2007/2008		**24,07**

FONTE –Geral do Estado/07 volume II, fl. 750 - Geral do Estado/08 volume IIi, fl. 847

Conforme demonstra o quadro 10, houve superação do valor estimado na realização da Receita de Contribuições de 12,44%, Receita Patrimonial de 9,94% e em Outras Receitas Correntes de 14,26%, mantendo-se as demais realizações dentro da previsão atualizada.

Merece destaque a superação das metas de arrecadação das **receitas correntes** em **24,88%** em relação ao exercício anterior, atingindo, sem as deduções legais, a cifra total de **R$ 4.330.537.424,28**, que compreende, dentre outras, à receita própria do Estado, oriunda do FPE e da arrecadação tributária.

As **receitas de capital**, no valor de **R$ 262.825.063,81**, representam **6,27%** do total arrecadado no exercício de 2008. Neste exercício houve queda de 42,13% comparada com o ano anterior.

Outro dado de relevância pública é o resultado da receita corrente líquida apurada no valor de **R$ 3.451.007.488,57.** Trata-se do principal parâmetro para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando em 2008 um crescimento de **24,07%** em relação ao exercício anterior, sendo um dos principais fatores que possibilitam o aumento da capacidade de investimento do Estado, através da captação de recursos internos e externos.

QUADRO 15 – Demonstrativo da Receita Primária Líquida

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	
	2008	2007
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	**3.718.016.210,34**	**3.003.849.624,92**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	262.818.991,80	454.190.512,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	58.079.034,36	131.044.401,41
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	4.995.548,30	7.481.854,79
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	**12.797.759,92**	**12.475.059,82**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**186.946.549,22**	**303.189.196,45**
RECEITAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VII) = (I + VI)	**3.904.962.759,56**	**3.307.038.821,37**

Receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

QUADRO 16 - Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2008
Receitas Correntes	**4.323.631.476,01**
(-) Transferências Constitucionais	(257.097.525,60)

(-) Contribuição - Plano Seguridade Social Servidor	(94.610.547,40)
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	(220.758,80)
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	(520.695.155,64)
Receita Corrente Líquida (A)	**3.451.007.488,57**

QUADRO 17 – Comparativo entre a Receita Corrente Líquida de 2007 e 2008

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
ANO DE 2007	**ANO DE 2008**	**% EVOLUÇÃO**
2.781.449.456,04	3.451.007.488,57	24,07

2.2.1.2 QUADROS DAS DESPESAS

QUADRO 18 - Balanço Orçamentário do Estado - despesas por tipo de crédito – 2008

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/ AUTORIZADA	% S/ MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	**5.005.850.109,00**	**4.011.318.859,86**	**80,13**	**99,95**	**994.531.249,14**
Despesas Correntes	**3.085.992.318,00**	**2.870.495.330,29**	**93,02**	**71,53**	**215.496.987,71**
Pessoal e Encargos Sociais	1.484.532.172,00	1.481.381.659,43	99,79	36,91	3.150.512,57
Juros/Encargos da Dívida	34.974.457,00	34.973.974,36	100,00	0,87	482,64
Outras Despesas Correntes	1.566.485.689,00	1.354.139.696,50	86,44	33,74	212.345.992,50
Despesas de Capital	**1.718.402.791,00**	**1.140.823.529,57**	**66,39**	**28,43**	**577.579.261,43**
Investimentos	1.569.849.099,00	1.005.175.874,80	64,03	25,05	564.673.224,20
Inversões Financeiras	28.581.872,00	15.675.839,01	54,85	0,39	12.906.032,99
Amortização da Dívida	119.971.820,00	119.971.815,76	100,00	2,99	4,24
Reserva de Contingência	**201.455.000,00**	**0**	**0**	**0**	**201.455.000,00**
CRÉDITOS ESPECIAIS	**6.849.372,00**	**1.889.594,81**	**27,59**	**0,05**	**4.959.777,19**
Despesas Correntes	**1.978.000,00**	**45.123,00**	**2,28**	**0**	**1.932.877,00**
Pessoal e Encargos Sociais				0	
Outras Despesas Correntes	1.978.000,00	45.123,00	2,28	0	1.932.877,00
Despesas de Capital	**4.871.372,00**	**1.844.471,81**	**37,86**	**0,05**	**3.026.900,19**
Investimentos	4.871.372,00	1.844.471,81	37,86	0,05	3.026.900,19
Inversões Financeiras				0	
TOTAL	**5.012.699.481,00**	**4.013.208.454,67**	**80,06**	**100,00**	**999.491.026,33**
SUPERÁVIT (*)		**178.139.895,81**			

FONTE – Balanço Orçamentário – Geral do Estado - volume I, fl. 0151
* Total arrecadado (Quadro 10) menos total da despesa (Quadro 18).

Os quadros de n.° 10 e 18 demonstram, além da receita arrecadada e das despesas por tipo de crédito, superávit orçamentário no valor **R$ 178.139.895,81**, decorrente da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada. Tal superávit resulta do elevado grau de seriedade com que o Governo realiza suas execuções orçamentárias.

As **despesas correntes** relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras tipicamente administrativas somam **R$ 2.870.495.330,29,** representando **71,53%** do total das despesas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram **R$ 1.140.823.529,57,** destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de **R$ 1.005.175.874,80**, que representam **88,11%** do total das despesas de capital.

QUADRO 19 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2007		2008		% 2008/2007
	DESPESA	% PART	DESPESA	% PART	
Pessoal e Encargos Sociais	1.375.133.794,67	42,01	1.481.381.659,43	36,91	7,73
Juros e Encargos da Divida	30.907.802,76	0,94	34.973.974,36	0,87	13,16
Outras Despesas Correntes	1.053.374.542,06	32,18	1.354.184.819,50	33,74	28,56
DESPESAS CORRENTES	**2.459.416.139,49**	75,13	**2.870.540.453,29**	71,53	16,72
Investimentos	688.841.209,89	21,04	1.007.020.346,61	25,09	46,19
Inversões Financeiras	31.361.567,16	0,96	15.675.839,01	0,39	-50,02
Amortização da Dívida	93.964.635,48	2,87	119.971.815,76	2,99	27,68
DESPESAS DE CAPITAL	**814.167.412,53**	24,87	**1.142.668.001,38**	28,47	40,35
TOTAL	**3.273.583.552,02**	100	**4.013.208.454,67**	100	22,59

Fonte – anexo IMPBY/2007 e 2008

No exercício de 2008, o volume de despesas realizadas atingiu um valor de R$ **4.013.208.454,67**. Dos recursos aplicados 71,53% foram concentrados nas despesas correntes e 28,47% aplicado nas despesas de capital. Avaliando o volume de despesas realizadas entre 2007 e 2008, evidencia-se um crescimento nos investimentos e gastos do governo em 22,59%, observando que as contas de outras despesas correntes e de investimentos apresentaram respectivamente 28,56% e 46,19% de aumento no período.

QUADRO 20– Comparativo de Despesa Realizada por Poderes e Ministério Público / Categoria e Grupo

2008								
PODER	**PESSOAL**	**%**	**CUSTEIO**	**%**	**CAPITAL**	**%**	**TOTAL**	**%**
Executivo	1.243.258.657,10	83,93	1.337.818.958,47	96,30	1.130.493.516,48	98,93	3.711.571.132,05	92,48
Legislativo	80.347.086,58	5,42	20.996.694,64	1,51	2.456.528,81	0,21	103.800.310,03	2,59
Judiciário	107.905.556,48	7,28	19.832.138,32	1,43	6.519.179,35	0,57	134.256.874,15	3,35
Ministério Público	49.870.359,27	3,37	10.511.002,43	0,76	3.198.776,74	0,28	63.580.138,44	1,58
TOTAL	**1.481.381.659,43**	**100**	**1.389.158.793,86**	100	**1.142.668.001,38**	**100**	**4.013.208.454,67**	**100**

2007								
PODER	**PESSOAL**	**%**	**CUSTEIO**	**%**	**CAPITAL**	**%**	**TOTAL**	**%**
Executivo	1.178.593.588,03	85,71	1.037.186.961,13	95,66	808.165.100,30	99,26	3.023.945.649,46	92,37
Legislativo	66.235.361,48	4,82	17.657.299,92	1,63	1.607.979,58	0,20	85.500.640,98	2,61
Judiciário	85.752.655,92	6,24	18.537.902,88	1,71	1.543.736,48	0,19	105.834.295,28	3,23
Ministério Público	44.552.189,24	3,24	10.900.180,89	1,01	2.850.596,17	0,35	58.302.966,30	1,78
TOTAL	**1.375.133.794,67**	**100**	**1.084.282.344,82**	**100**	**814.167.412,53**	**100**	**3.273.583.552,02**	**100**

PODER	**PESSOAL**			**CUSTEIO**			**CAPITAL**		
	2007	**2008**	**%**	**2007**	**2008**	**%**	**2007**	**2008**	**%**
Executivo	1.178.593.588,03	1.243.258.657,10	5,49	1.037.186.961,13	1.337.818.958,47	28,99	808.165.100,30	1.130.493.516,48	39,88
Legislativo	66.235.361,48	80.347.086,58	21,31	17.657.299,92	20.996.694,64	18,91	1.607.979,58	2.456.528,81	52,77
Judiciário	85.752.655,92	107.905.556,48	25,83	18.537.902,88	19.832.138,32	6,98	1.543.736,48	6.519.179,35	322,30
Ministério Público	44.552.189,24	49.870.359,27	11,94	10.900.180,89	10.511.002,43	-3,57	2.850.596,17	3.198.776,74	12,21

TOTAL	**1.375.133.794,67**	**1.481.381.659,43**	**7,73**	**1.084.282.344,82**	**1.389.158.793,86**	**28,12**	**814.167.412,53**	**1.142.668.001,38**	**40,35**

QUADRO 21- Resumo das Despesas Realizadas por Categoria/Grupo de Despesa

CATEGORIA/ GRUPO DE DESPESA	2007	% PART	2008	% PART	% 2008/2007
PESSOAL	1.375.133.794,67	42,01	1.481.381.659,43	36,91	7,73
CUSTEIO	1.084.282.344,82	33,12	1.389.158.793,86	34,61	28,12
CAPITAL	814.167.412,53	24,87	1.142.668.001,38	28,47	40,35
TOTAL	**3.273.583.552,02**	**100**	**4.013.208.454,67**	**100**	**22,59**

A Execução da despesa, no exercício de 2008, apresentou aplicação de recursos com pessoal e encargos de 36,91%, em custeio de 34,61%, enquanto a despesa de capital alcançou índice de 28,47%. Em relação ao biênio 2007/2008, observou-se um aumento bastante discreto das despesas com pessoal e encargos sociais correspondente a 7,73%, nas despesas de custeio 28,12%, destacando os gastos com Capital que apresentaram um crescimento de 40,35%.

A aplicação dos recursos orçamentários, no exercício de 2008, importou em R$ 4.013.208.454,67, assim distribuídos: 92,48%, pelo poder executivo, 2,59% pelo Legislativo, 3,35% pelo Judiciário e 1,58% pelo Ministério Público.

As despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um incremento nominal de 7,73% entre os exercícios de 2007 e 2008, no entanto, em comparação com o total das despesas, sua participação reduziu de 42,01% em 2007 para 36,91% em 2008.

QUADRO 22 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal em relação à RCL

PODERES	DESPESA DE PESSOAL		% Gasto com pessoal/ RCL 2008	% Limite Máximo da LRF	% Limite Prudencial	% Evolução da Despesa 2008 / 2007
	2007	2008				
Executivo	1.183.514.116,51	1.242.313.575,19	36,00	49,00%	46,55%	4,97
Legislativo	62.638.776,74	72.787.472,91	2,11	3,00%	2,85%	16,20
Judiciário	82.659.178,91	98.657.775,92	2,86	6,00%	5,70%	19,35
Ministério Público	44.829.646,19	49.870.359,27	1,45	2,00%	1,9	11,24
TOTAL	**1.373.641.718,35**	**1.463.629.183,29**	**42,41**	**60,00%**	**57**	**6,55**

FONTE – site da SEPLAN

Em relação aos gastos com pessoal, para fins de limite, com base na Receita Corrente Líquida, todos os Poderes mantiveram-se abaixo dos limites prudenciais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

QUADRO 23 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2008

Despesa de Pessoal	**1.348.304.009,46**
Pessoal Ativo	1.243.258.657,10
Pessoal Inativo e Pensionista	105.045.352,36
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF)	102.990.434,27
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	26.525,43
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	973.218,22
(-) Inativos com Recursos Vinculados	104.990.690,62
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	**1.242.313.575,19**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.451.007.488,57
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**36,00**
LIMITE MÁXIMO 49%	**1.690.993.669,40**
LIMITE PRUDENCIAL 46,55%	**1.606.443.985,93**

FONTE – Volume III Balanço Geral do Estado – fl. 0860

Os gastos com pessoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam **36,00%** da Receita Corrente Líquida, situando-se bem abaixo do limite legal de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 54 – Anexo VII.

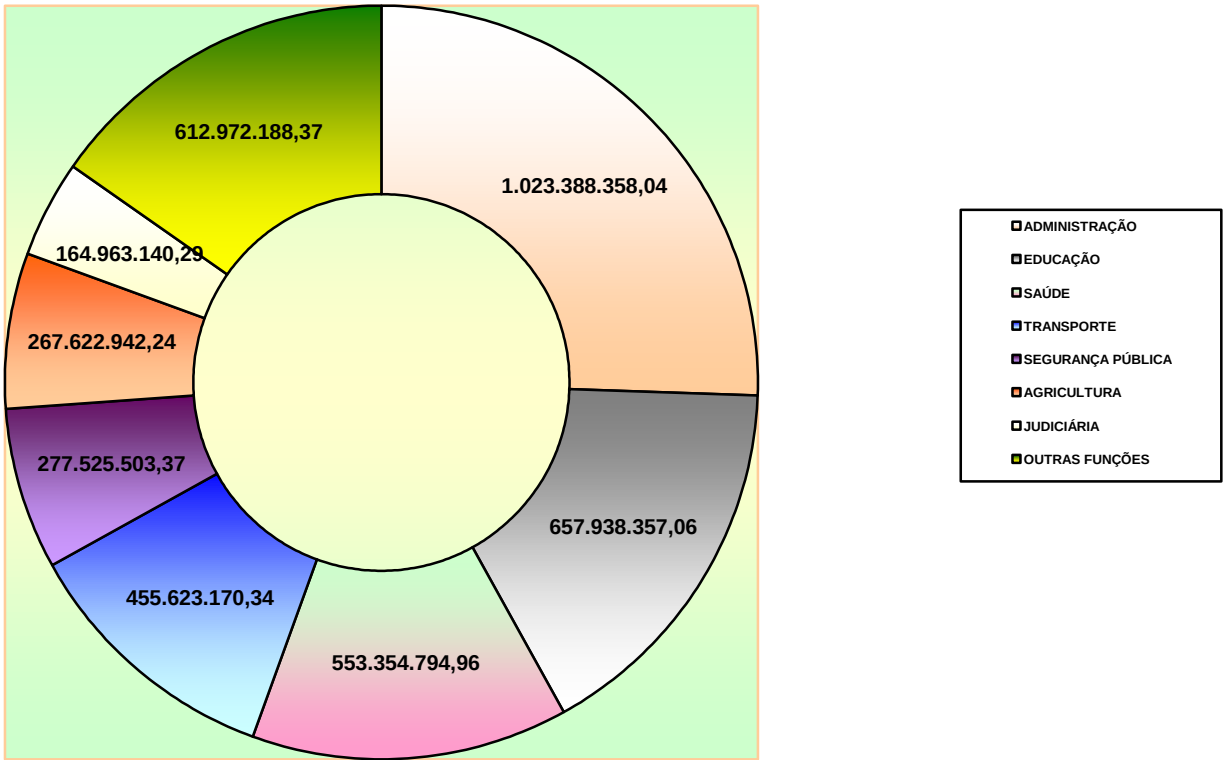
QUADRO 24 - Demonstrativo das Despesas Executadas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	% S/TOTAL
	2.008	2.008
ADMINISTRAÇÃO	1.023.388.358,04	25,50
EDUCAÇÃO	657.938.357,06	16,39
SAÚDE	553.354.794,96	13,79
TRANSPORTE	455.623.170,34	11,35
SEGURANÇA PÚBLICA	277.525.503,37	6,92
ACRICULTURA	267.622.942,24	6,67
JUDICIÁRIA	164.963.140,29	4,11
ENCARGOS ESPECIAIS	160.366.787,07	4,00

PREVIDÊNCIA SOCIAL	111.025.530,09	2,77
LEGISLATIVA	68.649.807,06	1,71
ASSISTÊNCIA SOCIAL	55.231.248,37	1,38
COMUNICAÇÕES	46.456.935,61	1,16
HABITAÇÃO	21.107.375,35	0,53
CULTURA	20.677.540,44	0,52
SANEAMENTO	19.937.766,94	0,50
DESPORTO E LAZER	19.133.075,93	0,48
GESTÃO AMBIENTAL	15.341.065,99	0,38
URBANISMOS	14.795.058,27	0,37
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13.759.465,18	0,34
ENERGIA	13.245.094,73	0,33
ESSENCIAL À JUSTIÇA	8.727.263,93	0,22
COMÉRCIO E SERVIÇO	7.281.597,64	0,18
DIREITOS DA CIDADANIA	6.914.774,88	0,17
TRABALHO	5.572.053,36	0,14
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.747.665,72	0,07
INDÚSTRIA	1.822.081,81	0,05
TOTAL	4.013.208.454,67	100

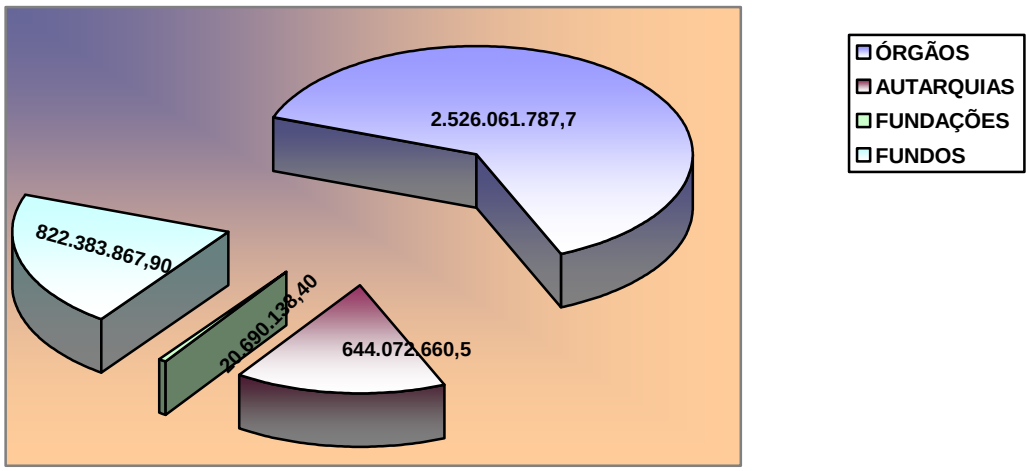
FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume III, fls. 841 a 846

GRÁFICO 01 – Despesas por Função de Governo



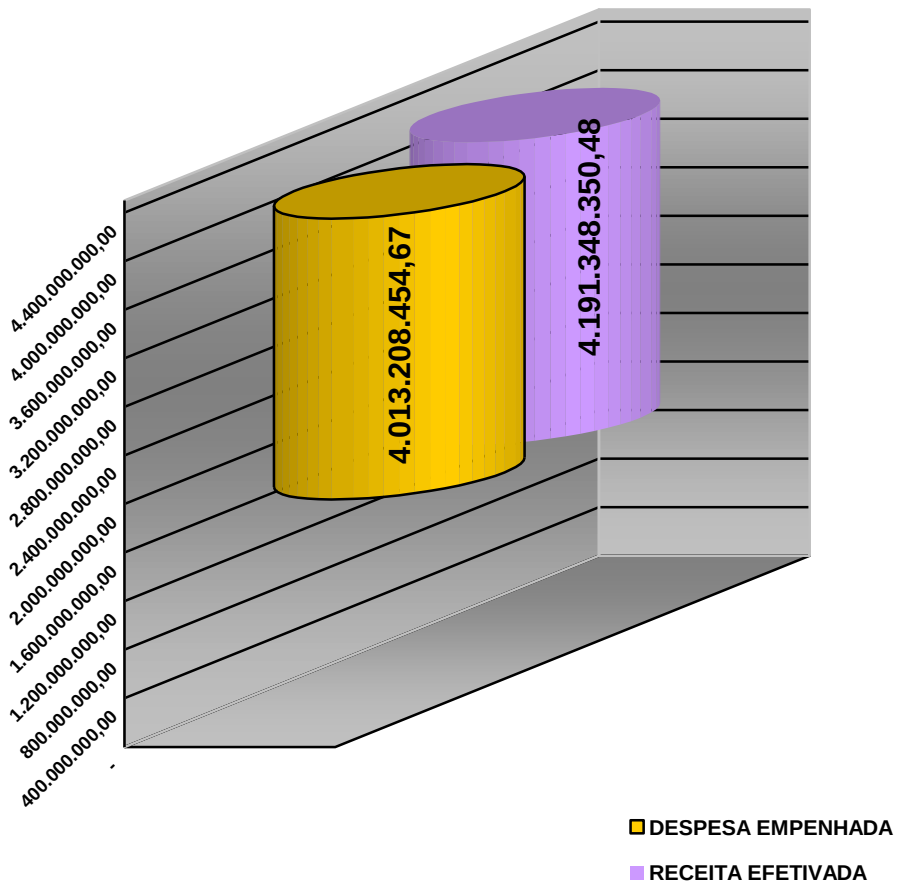
Observa-se, por meio do gráfico acima, que as funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: a) Administração com **R$ 1.023.388.358,04**; b) Educação com **657.938.357,06**; c) Saúde com **R$ 553.354.794,96,** d) e Transporte com **R$ 455.623.170,34.**

GRÁFICO 02 – Despesas Executada por Órgãos, Entidades (Autárquicas e Fundações) e Fundos



Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.° 02. Chama-se atenção para as Fundações, estas, com a menor consignação orçamentária e só tiveram realização de apenas **R$ 20.690.138,40** do orçamento geral do Estado, e para os Órgãos, pois estes detêm a maior parcela orçamentária, o equivalente a **R$**. **2.526.061.787,78**.

GRÁFICO 03 - Cumprimento de Metas Fiscais



O gráfico acima reflete o esforço do Governo em manter o equilíbrio das contas públicas, com um **superavit orçamentário** de **R$ 178.139.895,81,** equivalente a **4,25%** da receita efetivada no exercício. A despesa empenhada no valor de R$ 4.013.208.454,67 obedeceu aos Princípios da Administração Pública e a racionalidade dos gastos, melhorando a qualidade quanto ao aperfeiçoamento do sistemas de planejamento, orçamentário, financeiro e de controle.

QUADRO 25 – Demonstrativo das Despesas Primárias Líquidas

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
	EM 2008	EM 2007
DESPESAS CORRENTES (I)	**2.868.823.654,93**	**2.459.416.139,49**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (II)	34.973.974,36	30.907.802,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	2.833.849.680,57	2.428.508.336,73
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	**1.100.919.261,51**	**814.167.412,53**
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (V)	14.652.193,47	23.795.406,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (VI)	119.971.815,76	93.964.635,48

DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI)	966.295.252,28	696.407.370,98
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VIII) = (III + VII)	**3.800.144.932,85**	**3.122.128.133,43**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IX)	**43.465.538,23**	**2.787.574,28**
RESULTADO PRIMÁRIO (XI) (VIII) = (VI QUADRO 15 – VIII - IX QUADRO 25)	**61.352.288,48**	**182.123.113,66**
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2007		15.296.000,00

Despesa Primária Líquida corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

No campo da despesa, também merece destaque o parâmetro **Resultado Primário** que tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado em honrar os compromissos assumidos com o serviço da dívida, apurado em valor positivo de R$ **61.352.288,48,** que superou, em 301,10%, o valor de R$ 15.296.000,00, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2008.

2.2.1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS

Os limites constitucionais são aqueles previstos diretamente nas constituições Federal e Estadual, devendo, por esta razão, ser rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas.

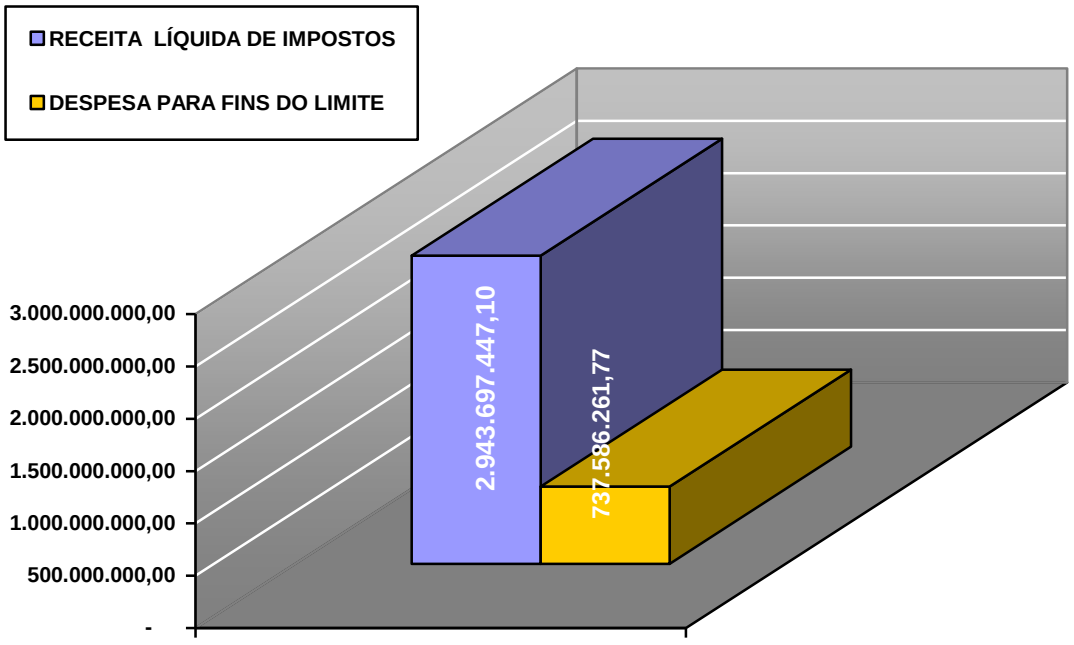
O Governo do Estado cumpriu todos os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Destaca-se a aplicação nas áreas de Educação e Saúde, conforme demonstração abaixo.

QUADRO 26 - Comparativo das despesas realizadas com Educação – 2007/2008

ESPECIFICAÇÃO	2008	2007	% 2008/2007
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**2.943.697.447,10**	**2.297.358.605,29**	**28,13**
Aplicação na Educação	737.586.261,77	576.428.291,14	27,96
% de Aplicação Realizada	25,06	25,09	
LIMITE CONSTITUCIONAL	25,00	25,00	

Na aplicação de recursos destinados à educação, em 2008, constatou-se aumento de 27,96% em relação ao exercício de 2007. Essa evolução acompanhou o crescimento da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais. A aplicação na área de educação atendeu ao Limite determinado na Constituição federal de 1988, em seu art. 212, que é de 25% da receita resultante de impostos. Em cumprimento a este dispositivo constitucional, o Governo do Estado do Tocantins aplicou 25,06%, equivalente a R$ 737.586.261,77.

GRÁFICO 04 – Limite de Despesas com Educação e Cultura



De acordo com o gráfico acima, o valor de R$ 737.586.261,77, correspondente a 25,06% da receita resultante de impostos, superando o percentual mínimo de 25% previsto no art. 212 da Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

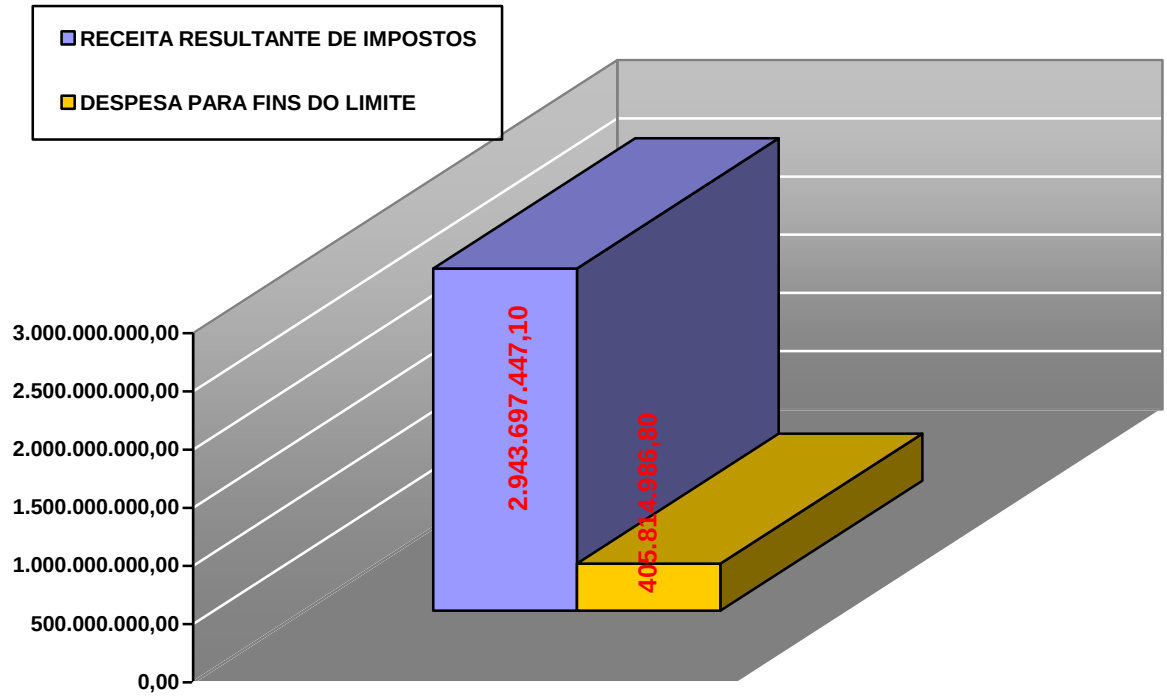
QUADRO 27 – Comparativo das despesas realizadas com Saúde – 2007/2008

ESPECIFICAÇÃO	2008	2007	% 2008/2007
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**2.943.697.447,10**	**2.297.358.605,29**	**28,13**
Aplicação na Saúde	405.814.986,80	342.458.632,04	18,50
% de Aplicação Realizada	13,79	14,91	
LIMITE CONSTITUCIONAL	12,00	12,00	

A Emenda Constitucional n° 29, no art. 77, determina a aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde de 12%. Conforme demonstrado no quadro acima foram gastos 13,79% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, com uma vantagem de 1,79% nos resultados obtidos.

Em relação ao período 2008 e 2007, a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentou uma evolução de 28,13%, resultado que contribuiu também com o crescimento das aplicações no setor saúde que cresceu em 18,50%.

GRÁFICO 05 – Limite de Despesas com Saúde



Em relação à Saúde, o gasto de R$ 405.814.986,80, correspondente a 13,79% da receita corrente líquida, superou o índice de 12% determinado pelo § 1º do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos e pagamentos de receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, os ativos e passivos financeiros.

A Gestão Financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 28 – Resumo Financeiro das Receitas e Despesas em Reais – Geral do Estado

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.065.755.312,17**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.887.615.416,36**
CORRENTES		CORRENTES	2.744.947.414,98

	3.802.936.320,37		
CAPITAL	262.818.991,80	CAPITAL	1.142.668.001,38
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	125.593.038,31	**DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	125.593.038,31
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.985.141.859,62	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS**	4.992.087.958,56
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**1.419.151.179,12**	**SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE**	**1.590.344.975,99**
TOTAL	**10.595.641.389,22**	**TOTAL**	**10.595.641.389,22**

FONTE – Balanço Financeiro **-** Volume I, fl. 176 - Geral do Estado.

QUADRO 29 - Resumo da Receita – Despesas em Valores Percentuais – Geral do Estado

RECEITA		**DESPESA**	
ORÇAMENTÁRIA	**38,37**	**ORÇAMENTÁRIA**	**36,69**
CORRENTES	35,89	CORRENTES	25,91
CAPITAL	2,48	CAPITAL	10,78
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1,19	**DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	1,19
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	47,05	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS**	47,11
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**13,39**	**SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE**	**15,01**
TOTAL	**100**	**TOTAL**	**100**

FONTE – Balanço Financeiro **-** Volume I, fl. 176 - Geral do Estado.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros, destacando-se as receitas e despesas, autorizadas por Lei (orçamentária), dos pagamentos e recebimentos executados, independentes da execução orçamentária (extra-orçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **38,37%** de receita orçamentária, **47,05%** de receita extra-orçamentária, **1,19%** de receita intra-orçamentária e **13,39%** de saldo financeiro do exercício anterior.

O dispêndio de recursos Orçamentários alcançou percentual de **36,69%** e as despesas Extra-Orçamentárias chegaram a **47,11%.** A despesa orçamentária se desdobra em Despesas Correntes – **25,91%** - e Despesas de Capital – **10,78%** da despesa total.

2.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial registra e controla os bens móveis, imóveis, créditos, obrigações, valores, movimento de almoxarifado, inscrição e baixa de ativos e passivos, incorporações e desincorporações de bens dependentes da execução orçamentária, bem como superveniências e insubsistências ativas e passivas. Ela também mostra resultado significativo com a preservação dos bens, direitos e obrigações que evidenciam a situação Econômica e Financeira do Patrimônio Público, na forma dos quadros e gráficos a seguir

2.3.1.1 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2007/2008 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO

QUADRO 30 - Resumo dos Valores Patrimoniais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2007**	**2008**	**TÍTULO**	**2007**	**2008**
ATIVO FINANCEIRO	1.422.748.078,53	1.593.847.880,73	PASSIVO FINANCEIRO	62.419.470,06	200.952.151,44
DISPONÍVEL	263.620.370,19	442.276.583,29	DÍVIDA FLUTUANTE	61.481.744,24	199.273.351,86
REALIZÁVEL	1.159.127.708,34	1.151.571.297,44	PASSIVO PERMANENTE	1.516.404.045,81	2.753.459.522,96
PERMANENTE	2.114.750.509,73	2.574.430.090,82	SOMA DO PASSIVO REAL	1.578.823.515,87	2.954.411.674,40
SOMA DO ATIVO REAL	3.537.498.588,26	4.168.277.971,55	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.958.675.072,39	1.213.866.297,15
ATIVO COMPENSADO	1.706.132.342,38	1.941.469.902,17	PASSIVO COMPENSADO	1.706.132.342,38	1.941.469.902,17
TOTAL	**5.243.630.930,64**	**6.109.747.873,72**	**TOTAL**	**5.243.630.930,64**	**6.109.747.873,72**

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais Geral do Estado – Volume I, fl. 180

Chama atenção o crescimento de **67,77%**, no ativo disponível em relação ao exercício de 2007. Outros pontos destacados são aumento da Dívida Flutuante em **224,12%**, do Passivo Permanente de **81,58%** e uma redução no Ativo Real Líquido de **38,03%**. Contudo, em 2008, o Estado apresenta boa situação econômico-financeira.

QUADRO 31 – Resumo dos Valores Patrimoniais em Percentuais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2007**	**2008**	**TÍTULO**	**2007**	**2008**
ATIVO FINANCEIRO	27,13	26,09	PASSIVO FINANCEIRO	1,19	3,29
DISPONÍVEL	5,03	7,24	DÍVIDA FLUTUANTE	1,17	3,26
REALIZÁVEL	22,11	18,85	PASSIVO PERMANENTE	28,92	45,07
PERMANENTE	40,33	42,14	SOMA DO PASSIVO REAL	30,11	48,36

SOMA DO ATIVO REAL	67,46	68,22	ATIVO REAL LÍQUIDO	37,35	19,87
ATIVO COMPENSADO	32,54	31,78	PASSIVO COMPENSADO	32,54	31,78
TOTAL	**100**	**100**	**TOTAL**	**100**	**100**

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais Geral do Estado – Volume I, fl. 180

O demonstrativo acima evidencia situação estável na composição patrimonial comparativa do exercício de 2008 em relação a 2007, mantendo no exercício em análise, praticamente os mesmos níveis percentuais do ano anterior.

QUADRO 32 Evolução Patrimonial/2008 – Tomando-se por Base o Exercício de 2007

ATIVO	% 2008/2007	PASSIVO	% 2008/2007
ATIVO FINANCEIRO	12,03	PASSIVO FINANCEIRO	221,94
DISPONÍVEL	67,77	PASSIVO PERMANENTE	81,58
REALIZÁVEL	(0,65)	SOMA DO PASSIVO REAL	87,13
PERMANENTE	21,74	ATIVO REAL LÍQUIDO	(38,03)

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais Geral do Estado – Volume I, fl. 180

Esse quadro demonstra os percentuais do patrimonial no exercício financeiro de 2008 em relação a 2007 do Balanço Geral do Estado. Ativo Permanente e o Passivo Permanente apresentaram crescimento já o Ativo Real Líquido, um decréscimo moderado.

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS

A Dívida Pública Consolidada se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, com base na Lei nº 101/2000 art. 29, I.

É classificada como Dívida Consolidada ou Fundada quando representa compromissos assumidos com vencimento superior a doze meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, com base na Lei 4.320/64 artigos 98 e 105 § 4º.

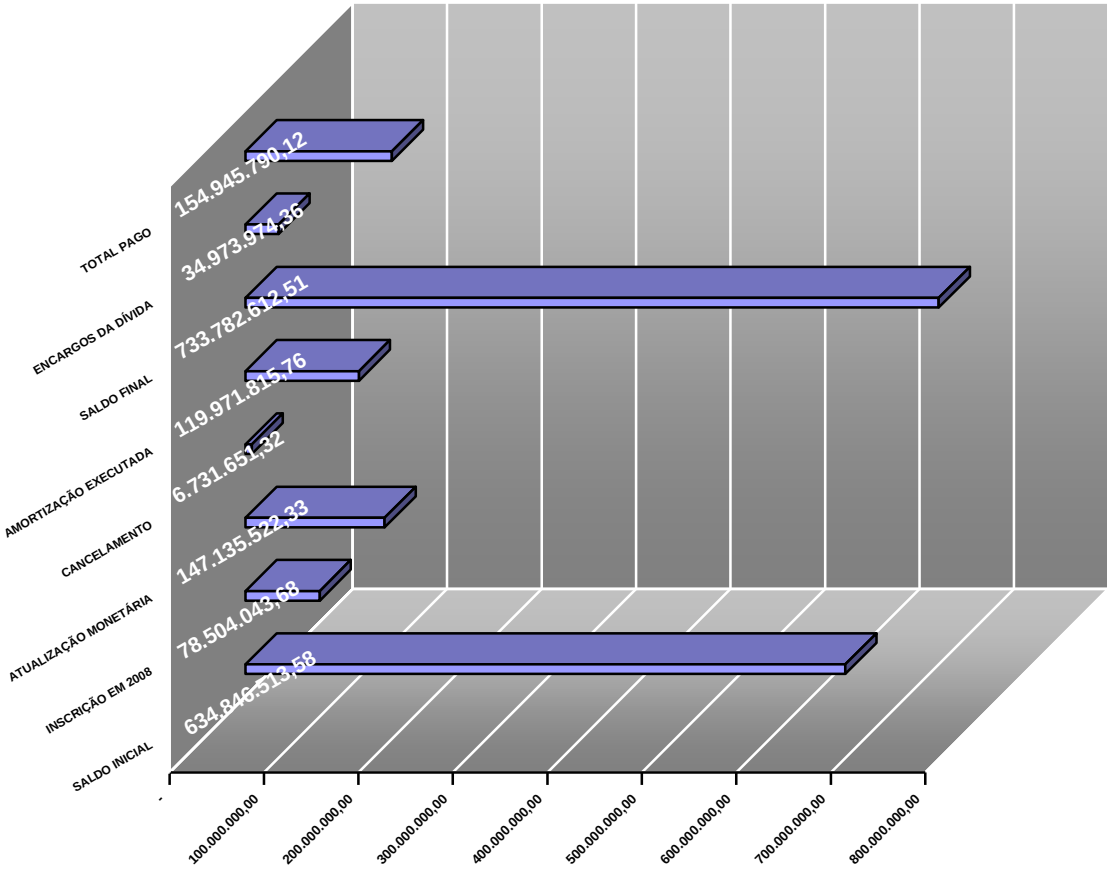
O limite da dívida é fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicado igualmente a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, limites máximos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal n° 40.

QUADRO 33 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2007e 2008

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2007		ANO DE 2008		LIMITE MÁXIMO
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL	
RCL	**2.781.449.456,04**		**3.451.007.488,57**	**-**	**-**
Divida Consolidada Líquida	235.458.960,66	8,47	340.849.941,36	9,88	200%
Operações de Crédito	131.044.401,41	4,71	58.079.034,36	1,68	16%

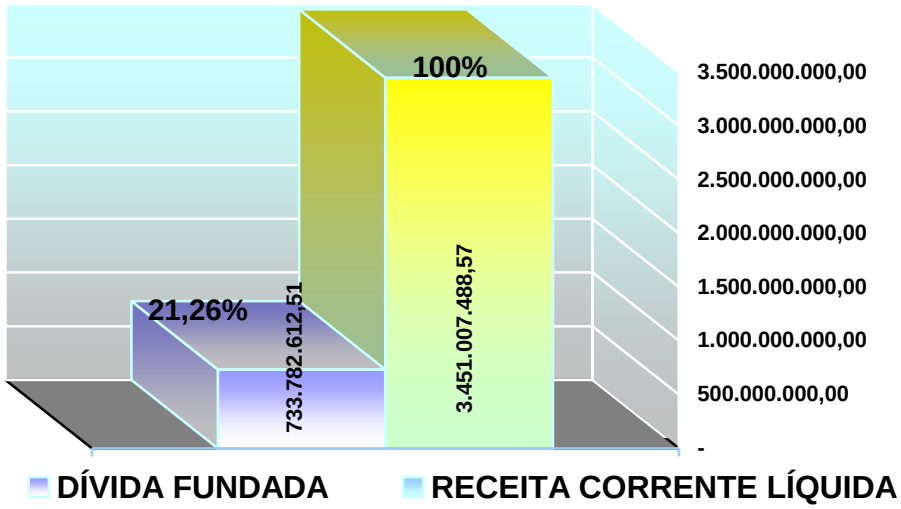
Conforme demonstrado, o Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação à dívida consolidada e operações de crédito, uma vez que a dívida atingiu 9,88% em relação à receita corrente líquida que tem como parâmetro máximo um percentual de 200%, enquanto as operações atingiram 1,68% de um total cujo limite é de 16%.

GRÁFICO 06 – Situação da Dívida Fundada e seus Encargos



No exercício de 2008 os pagamentos com a amortização, juros e encargos da dívida fundada, demonstrados no Gráfico 06, perfazem a quantia de **R$ 154.945.790,12,** equivalente a **5,66%** dos gastos com recursos ordinários do Tesouro Estadual no exercício em comento, restando um saldo a pagar no valor de **R$ 733.782.612,51**, conforme gráfico acima.

GRÁFICO 07 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida



O Gráfico n.° 07 demonstra percentual de 21,26% da Dívida Fundada sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido por Resolução do Senado Federal.

QUADRO 34 - Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário)

ESPECIFICAÇÃO	2007 Valor (R$)	2008 Valor (R$)	Variação % 2008/2007
Divida consolidada	634.706.236,47	733.655.356,11	15,59
Deduções	399.247.275,81	392.805.414,75	-1,61
Dívida Consolidada Líquida	**235.458.960,66**	**340.849.941,36**	**44,76**
Receita Corrente Líquida	**2.781.449.456,04**	**3.451.007.488,57**	**24,07**
Percentual da Div. Consolidada/RCL	**22,82**	**21,26**	**-6,84**
Percentual da Div. Consolidada Líquida/RCL	**8,47**	**9,88**	**16,65**
Limite de Comprometimento Permitido 200%	**5.562.898.912,08**	**6.902.014.977,14**	**24,07**

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume III, fl. 0861

No exercício de 2008 a Dívida Consolidada Líquida do Estado, por Contratos, apresentou saldo no valor de R$ 340.849.941,36, que representa aumento de 44,76% em relação ao exercício de 2007. Esta Dívida Líquida equivale a 9,88% da Receita Corrente Líquida.

QUADRO 35 – Demonstrativo da Dívida Interna e Externa

Composição da Dívida	2007	2008	Variação % 2008/2007
Inscrição (a)	153.368.797,68	78.504.043,68	(48,81)
*Atualização Monetária (b)	(65.354.184,15)	147.135.522,33	225,14
Amortização (c)	96.241.010,00	126.703.467,08	31,65
RESULTADO = a + b - c	**(8.226.396,47)**	**98.936.098,93**	**1202,67**

*Observação: 1 - resultado positivo = aumento da dívida
2 - resultado negativo = redução da dívida

Considerando as movimentações configuradas no quadro acima se verificou que a amortização da dívida superou a inscrição do período, no entanto, a alta taxa de câmbio provocou aumento da dívida, encerrando o exercício com um saldo superior ao do ano anterior em 15,59%.

QUADRO 36 – Demonstrativo de pagamento da Dívida e seus encargos

Composição da Dívida	2007	2008	Variação % 2008/2007
Juros e Encargos da Dívida	30.907.802,76	34.973.974,36	13,16
Amortização	96.237.352,66	119.971.815,76	24,66
TOTAL	**127.145.155,42**	**154.945.790,12**	21,87

O Estado, em 2008, pagou juros, encargos e amortização da dívida no valor de R$ 154.945.790,12, o que equivale em percentuais de crescimento em relação ao exercício anterior de 21,87.

QUADRO 37 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2007/2008

Ano	Processados				Não Processados				Total Inscrito
	(*) Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	
2007	44.404.555,57	1.391.524,46	42.863.950,24	149.080,87	2.787.574,28	357.049,30	2.430.524,98	0	47.192.129,85
2008	137.791.532,48	0	0	0	43.465.538,23	0	0	0	181.257.070,71
2008/2007	**310,31%**				**1559,26%**				**384,08%**

Obs.: (*) em 2008: inscritos mais o saldo anterior.

Os restos a pagar processados e não processados inscritos apresentaram aumento nominal de 310,31%, entre os exercicios 2007e 2008.

Em dezembro de 2007, existia um saldo de R$ 47.192.129,85 de restos a pagar, dos quais 94,09% eram processados e 5,91% não processados, desse valor 3,71% foram cancelados, 95,98% pagos e 0,32% pendentes de pagamento.

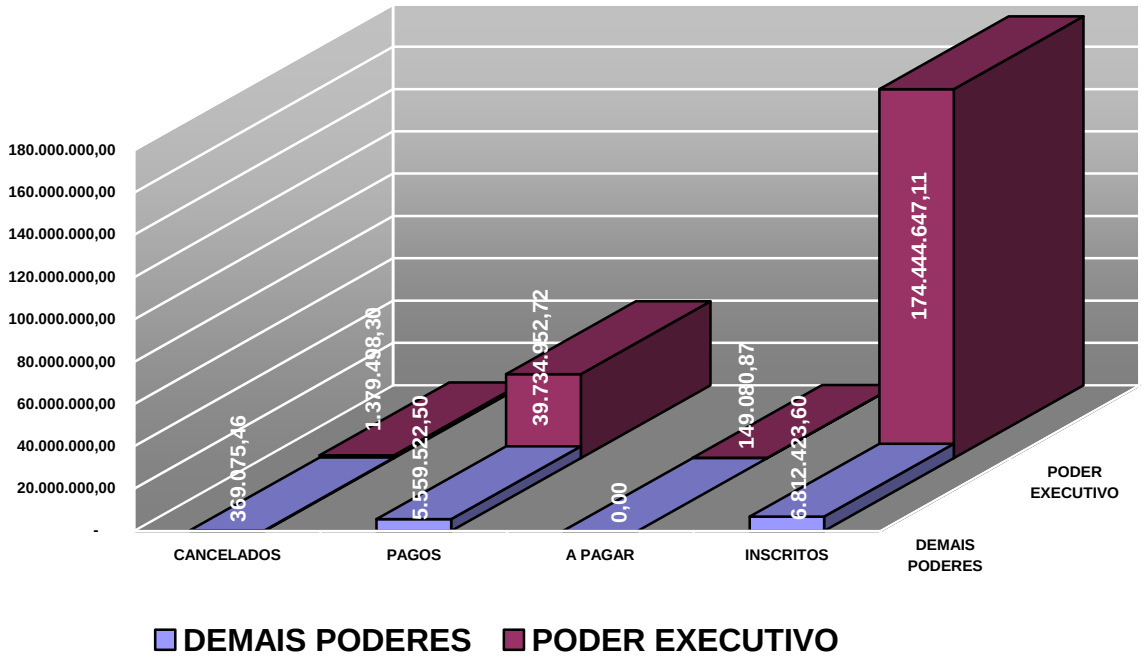
Em 2008, os restos a pagar inscritos mais o saldo anterior apresentaram um volume de R$ 181.257.070,71, em que 94,09% referem a restos a pagar processados e 5,91% não processados, de modo que a quitação dos mesmos deverá ocorrer durante o exercício de 2009.

Para efeito de esclarecimento conceitual, a definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada nos artigos 36 e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, bem como nos artigos 62 da Lei Estadual nº 1.847/07, respectivamente transcritos a seguir:

> "Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Art. 62 – Somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar do exercício de 2008 as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até em 31 de dezembro do referido exercício, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou se verifique até o dia 31 de janeiro do exercício subseqüente, ressalvado o regulamento específico do Poder Estadual Estadual."

GRÁFICO 08 - Execução de Restos a Pagar em 2008



Os Restos a Pagar, regularmente registrados e demonstrados no Gráfico n.° 08, estão assim detalhados:

a) A soma dos valores cancelados, pagos e a pagar no gráfico acima totalizam **R$ 47.192.129,85** e representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2007 - R$ 47.043.048,98 e R$ 149.080,87, de saldo remanescente. Assim discriminados: no Poder Executivo – **R$ 41.263.531,89**, nos demais Poderes - **R$ 5.928.597,96,** (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0852 e 0865).

b) No Exercício Financeiro de 2008 passou, juntamente com saldo remanescente, Restos a Pagar no valor de **R$ 181.257.070,71,** assim distribuído: Poder Executivo R$ 174.444.647,11, e demais Poderes R$ 6.812.423,60. (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, 0865).

QUADRO 38 - Demonstrativo da Dívida reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	**106.717.534,00**	**104.799.679,67**	**98,20**	**39,02**	**1.917.854,33**
Pessoal e Encargos Sociais	17.650.438,00	17.649.288,88	99,99	6,57	1.149,12
Outras Despesas Correntes	89.067.096,00	87.150.390,79	97,85	32,45	1.916.705,21
Despesas de Capital	**191.021.096,00**	**163.793.097,92**	**85,75**	**60,98**	**27.227.998,08**
Investimentos	191.021.096,00	163.793.097,92	85,75	60,98	27.227.998,08
TOTAL	**297.738.630,00**	**268.592.777,59**	**90,21**	**100**	**29.145.852,41**

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - volume I, fls. 0212 a 0397.

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstrada no Quadro n.° 38, no total **R$ 268.592.777,59**, corresponde aos percentuais de **39,02%** com despesas correntes e de **60,98%** com despesas de capital.

QUADRO 39 – Comparativo dos Empréstimos, Financiamentos e Limite para Operações de Créditos – 2007 e 2008

Empréstimos e Financiamentos	2007	2008	% 2008/2007
Operações de Crédito	**131.044.401,41**	**58.079.034,36**	**44,32**
Internas	262.104,23	2.485.891,19	948,44
Externas	130.782.297,18	55.593.143,17	42,51
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	**131.044.401,41**	**58.079.034,36**	**44,32**
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	**2.781.449.456,04**	**3.451.007.488,57**	**124,07**
% das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL (A/B)	**4,71**	**1,68**	**35,73**
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	0,16	0,16	

FONTE – Geral do Estado - volume II, fl. 0863

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de créditos, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Segundo a LRF, a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital.

O limite de 16% sobre a RCL é determinado pela resolução do Senado Federal n° 43, art. 7.

As informações acima registradas, referentes o exercício de 2008, demonstram que as operações de crédito internas e externas foram responsáveis pela totalidade dos compromissos financeiros assumidos por intermédio desse procedimento.

Denota-se também que foi respeitada a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inc. III c/c. a LRF, além disso, houve redução das Operações de Crédito sobre a Receita Corrente Líquida, comparada ao exercício anterior.

2.3.1.2 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2007/2008

2.3.1.2.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

QUADRO 40 – Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2007**	**2008**	**TÍTULO**	**2007**	**2008**
ATIVO FINANCEIRO	**336.658.197,60**	**386.855.710,16**	**PASSIVO FINANCEIRO***	**68.774.359,39**	**210.028.530,75**
DISPONÍVEL	167.522.548,08	306.576.700,45	DÍVIDA FLUTUANTE	68.774.359,39	208.442.776,54
REALIZÁVEL	169.135.649,52	80.279.009,71	PASSIVO PERMANENTE	641.133.120,98	715.546.470,99
PERMANENTE	1.708.090.030,01	2.170.944.071,92	SOMA DO PASSIVO REAL	709.907.480,37	925.575.001,74
SOMA DO ATIVO REAL	**2.044.748.227,61**	**2.557.799.782,08**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**1.334.840.747,24**	**1.632.224.780,34**
ATIVO COMPENSADO	1.343.702.449,67	1.409.536.369,29	PASSIVO COMPENSADO	1.343.702.449,67	1.409.536.369,29
TOTAL	**3.388.450.677,28**	**3.967.336.151,37**	**TOTAL**	**3.388.450.677,28**	**3.967.336.151,37**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**	**TÍTULO**	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**
ATIVO FINANCEIRO	**14,91**	**15,12**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**205,39**	**8,21**
DISPONÍVEL	83,01	11,98	DÍVIDA FLUTUANTE *	203,08	8,15
REALIZÁVEL	-52,54	3,14	PASSIVO PERMANENTE	11,61	27,98
PERMANENTE	27,10	84,88	SOMA DO PASSIVO REAL	30,38	36,19
SOMA DO ATIVO REAL	**25,09**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**22,28**	**63,81**
ATIVO COMPENSADO	4,90		PASSIVO COMPENSADO	4,90	
TOTAL	**17,08**		**TOTAL**	**17,08**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1493
* incluído o valor pendente a curto prazo.

O demonstrativo constante do Quadro n.° 40 evidencia a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas, em 2008, estão assim compostas:

I – Ativo:

a) Disponível – 11,98%;

b) Ativo Realizável – 3,14%;

c) Ativo Permanente – 84,88%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 8,21%;

b) Passivo Permanente – 27,98%;

c) Ativo Real Líquido – 63,81%.

A situação líquida em 2007 era de R$ 1.334.840.747,24, e em 2008 passou para R$ 1.632.224.780,34. O crescimento foi de 22,28% que representa em valor R$ 297.384.033,10, revelando-se assim, um bom resultado,

2.3.1.2.2 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2007/2008 – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 41 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2007**	**2008**	**TÍTULO**	**2007**	**2008**
ATIVO FINANCEIRO	**65.521.040,14**	**86.325.727,43**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**375.311,38**	**5.351.533,75**
DISPONÍVEL	33.721.555,76	74.146.318,35	DÍVIDA FLUTUANTE	375.311,38	5.259.299,71
REALIZÁVEL	31.799.484,38	12.179.409,08	PASSIVO PERMANENTE	5.760.241,74	6.621.982,99
PERMANENTE	245.967.458,54	270.994.914,40	SOMA DO PASSIVO REAL	6.135.553,12	11.973.516,74
SOMA DO ATIVO REAL	**311.488.498,68**	**357.320.641,83**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**305.352.945,56**	**345.347.125,09**
ATIVO COMPENSADO	142.703.397,23	167.672.822,73	PASSIVO COMPENSADO	142.703.397,23	167.672.822,73
TOTAL	**454.191.895,91**	**524.993.464,56**	**TOTAL**	**454.191.895,91**	**524.993.464,56**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**	**TÍTULO**	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**
ATIVO FINANCEIRO	**31,75**	**24,16**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.325,89**	**1,50**
DISPONÍVEL	119,88	20,75	DÍVIDA FLUTUANTE	1.301,32	1,47
REALIZÁVEL	-61,70	3,41	PASSIVO PERMANENTE	14,96	1,85
PERMANENTE	10,18	75,84	SOMA DO PASSIVO REAL	95,15	3,35
SOMA DO ATIVO REAL	**14,71**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**13,10**	**96,65**
ATIVO COMPENSADO	17,50		PASSIVO COMPENSADO	17,50	
TOTAL	**15,59**		**TOTAL**	**15,59**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl.1729.

O Quadro de n.° 41 evidencia a situação patrimonial das autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 20,75%, Realizável 3,41% e no Ativo Permanente – 75,84; e originada em Passivo Financeiro – 1,50%, Passivo Permanente – 1,85% e Ativo Real Líquido – 96,65%. Em relação ao exercício anterior, observa-se um acréscimo de 13,10% no Ativo Real Líquido.

2.3.1.2.3 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2007/2008 – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 42 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2007	2008	TÍTULO	2007	2008
ATIVO FINANCEIRO	**331.168,59**	**821.025,78**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**30.147,32**	**66.756,29**
DISPONÍVEL	311.800,84	801.527,01	DÍVIDA FLUTUANTE*	30.147,32	66.756,29
REALIZÁVEL	19.367,75	19.498,77	PASSIVO PERMANENTE	-	-
PERMANENTE	8.270.721,49	8.599.248,47	SOMA DO PASSIVOREAL	30.147,32	66.756,29
SOMA DO ATIVO REAL	**8.601.890,08**	**9.420.274,25**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**8.571.742,76**	**9.353.517,96**
ATIVO COMPENSADO	6.068.526,51	9.230.899,89	PASSIVO COMPENSADO	6.068.526,51	9.230.899,89
TOTAL	**14.670.416,59**	**18.651.174,14**	**TOTAL**	**14.670.416,59**	**18.651.174,14**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008/2007	COMPOSIÇÃO/2008	TÍTULO	2008/2007	COMPOSIÇÃO/2008
ATIVO FINANCEIRO	**147,92**	**8,72**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**121,43**	**0,71**
DISPONÍVEL	157,06	8,51	DÍVIDA FLUTUANTE*	121,43	0,71
REALIZÁVEL	0,68	0,21	PASSIVO PERMANENTE	0	-
PERMANENTE	3,97	91,28	SOMA DO PASSIVOREAL	121,43	0,71
SOMA DO ATIVO REAL	**9,51**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**9,12**	**99,29**
ATIVO COMPENSADO	52,11		PASSIVO COMPENSADO	52,11	
TOTAL	**27,13**		**TOTAL**	**27,13**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fls. 1850
* incluído o valor pendente a curto prazo.

Este demonstrativo evidencia a situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 8,51% – Ativo Realizável – 0,21% - e Ativo Permanente – 91,28%; e originada em Passivo Financeiro – 0,71% – e Ativo Real Líquido – 99,29%.

No Ativo Permanente houve acréscimo de 3,97% em relação ao ano anterior e no Ativo Real Líquido, aconteceu elevação de 9,12.

2.3.1.2.4 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2007/2008 - Fundos Especiais do Poder Executivo

QUADRO 43 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2007	2008	TÍTULO	2007	2008
ATIVO FINANCEIRO	**1.041.113.127,83**	**1.147.887.809,40**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**14.115.107,60**	**13.547.722,69**
DISPONÍVEL	62.064.465,51	60.752.037,48	DÍVIDA FLUTUANTE*	14.115.107,60	13.546.911,36
REALIZÁVEL	979.048.662,32	1.087.135.771,92	PASSIVO PERMANENTE	869.510.683,09	2.031.291.068,98
PERMANENTE	152.422.299,69	123.891.856,03	SOMA DO PASSIVO REAL	883.625.790,69	2.044.838.791,67
SOMA DO ATIVO REAL	**1.193.535.427,52**	**1.271.779.665,43**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**309.909.636,83**	**(773.059.126,24)**

ATIVO COMPENSADO	213.657.968,97	355.029.810,26	PASSIVO COMPENSADO	213.657.968,97	355.029.810,26
TOTAL	**1.407.193.396,49**	**1.626.809.475,69**	**TOTAL**	**1.407.193.396,49**	**1.626.809.475,69**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**	**TÍTULO**	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**
ATIVO FINANCEIRO	**10,26**	**90,26**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**-4,02**	**1,07**
DISPONÍVEL	-2,11	4,78	DÍVIDA FLUTUANTE*	-4,03	1,07
REALIZÁVEL	11,04	85,48	PASSIVO PERMANENTE	133,61	159,72
PERMANENTE	-18,72	9,74	SOMA DO PASSIVO REAL	131,41	160,79
SOMA DO ATIVO REAL	**6,56**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-349,45**	**(60,79)**
ATIVO COMPENSADO	66,17		PASSIVO COMPENSADO	66,17	
TOTAL	**15,61**		**TOTAL**	**15,61**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1911.
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro de n.° 43 mostra a situação Patrimonial consolidada dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 4,78%, Ativo Realizável – 85,48% – e Ativo Permanente – 9,74%; e originada em Passivo Financeiro – 1,07%, Passivo Permanente – 159,72% e Passivo Real a Descoberto (Ativo Real Líquido) – (60,79%).

Em relação ao ano anterior o Ativo Realizável teve aumento de 11,04% e o Permanente, queda de 18,72%. Já no Passivo houve elevação de 133,61% no Passivo Permanente e redução de 349,45% do Ativo Real Líquido.

2.3.1.3 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES 2007/2008

2.3.1.3.1 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

QUADRO 44 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2007**	**2008**	**TÍTULO**	**2007**	**2008**
ATIVO FINANCEIRO	**1.413.674.033,94**	**1.585.633.136,95**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**56.246.752,00**	**201.205.192,21**
DISPONÍVEL	254.546.789,09	434.062.203,00	DÍVIDA FLUTUANTE *	56.246.752,00	199.526.392,63
REALIZÁVEL	1.159.127.244,85	1.151.570.933,95	PASSIVO PERMANENTE	1.507.888.050,91	2.745.746.950,91
PERMANENTE	2.023.672.223,38	2.475.238.102,89	SOMA DO PASSIVO REAL	1.564.134.802,91	2.946.952.143,12
SOMA DO ATIVO REAL	**3.437.346.257,32**	**4.060.871.239,84**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**1.873.211.454,41**	**1.113.919.096,72**
ATIVO COMPENSADO	1.703.005.969,41	1.937.728.516,60	PASSIVO COMPENSADO	1.703.005.969,41	1.937.728.516,60
TOTAL	**5.140.352.226,73**	**5.998.599.756,44**	**TOTAL**	**5.140.352.226,73**	**5.998.599.756,44**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008/2007	COMPOSIÇÃO/2008	TÍTULO	2008/2007	COMPOSIÇÃO/2008
ATIVO FINANCEIRO	**12,16**	**39,05**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**257,72**	**4,95**
DISPONÍVEL	70,52	10,69	DÍVIDA FLUTUANTE *	254,73	4,91
REALIZÁVEL	-0,65	28,36	PASSIVO PERMANENTE	82,09	67,61
PERMANENTE	22,31	60,95	SOMA DO PASSIVO REAL	88,41	72,57
SOMA DO ATIVO REAL	**18,14**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-40,53**	**27,43**
ATIVO COMPENSADO	13,78		PASSIVO COMPENSADO	13,78	
TOTAL	**16,70**		**TOTAL**	**16,70**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0900
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro n.° 44 evidencia a situação patrimonial do Poder Executivo, que em 2008, esta assim composta:

I – Ativo:

a) Disponível – 10,69%;

b) Ativo Realizável – 28,36%;

c) Ativo Permanente – 60,95%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 4,95%;

b) Passivo Permanente – 67,61%;

c) Ativo Real Líquido – 27,43%.

O Ativo Permanente em 2007 era de R$ 2.023.672.223,38, em 2008 de R$ 2.475.238.102,89, revelando uma melhora no resultado com crescimento de 22,31%. No Passivo o aumento mais significativo aconteceu no Permanente, passando de R$ 1.507.888,050, 91 para R$ 2.745.746.950,91.

2.3.1.3.2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER LEGISLATIVO

QUADRO 45 - Resumo ao Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2007	2008	TÍTULO	2007	2008
ATIVO FINANCEIRO	**3.104.840,84**	**6.033.452,04**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.217.522,54**	**1.804.134,76**
DISPONÍVEL	3.104.840,84	2.396.452,04	DÍVIDA FLUTUANTE *	2.217.522,54	1.804.134,76
REALIZÁVEL	-	3.637.000,00	PASSIVO PERMANENTE	5.199.672,57	4.704.073,97
PERMANENTE	23.870.944,08	25.431.332,34	SOMA DO PASSIVO REAL	7.417.195,11	6.508.208,73
SOMA DO ATIVO REAL	**26.975.784,92**	**31.464.784,38**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**19.558.589,81**	**24.956.575,65**
ATIVO COMPENSADO	954.939,73	1.518.636,41	PASSIVO COMPENSADO	954.939,73	1.518.636,41
TOTAL	**27.930.724,65**	**32.983.420,79**	**TOTAL**	**27.930.724,65**	**32.983.420,79**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008/2007	COMPOSIÇÃO/2008	TÍTULO	2008/2007	COMPOSIÇÃO/2008
ATIVO FINANCEIRO	**94,32**	**19,18**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**-18,64**	**5,73**
DISPONÍVEL	-22,82	7,62	DÍVIDA FLUTUANTE *	-18,64	5,73
REALIZÁVEL	0!	11,56	PASSIVO PERMANENTE	-9,53	14,95
PERMANENTE	6,54	80,82	SOMA DO PASSIVO REAL	-12,26	20,68
SOMA DO ATIVO REAL	**16,64**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**27,60**	**79,32**
ATIVO COMPENSADO	59,03		PASSIVO COMPENSADO	59,03	
TOTAL	**18,09**		**TOTAL**	**18,09**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1292

O demonstrativo acima evidencia situação Patrimonial do Poder Legislativo Estadual, cujos grupos de contas, em 2008, estão assim compostos

I – Ativo:

a) Disponível – 7,62%;

b) – Realizável -11,56

b) Ativo Permanente – 80,82%;

II – Passivo:

a) Ativo Financeiro – 5,73%;

b) Passivo Permanente – 14,95%;

c) Ativo Real Líquido – 79,32%.

O Ativo Financeiro apresentou crescimento de R$ 2.928.611,20, equivalente a 94,32%. Houve redução do Passivo Financeiro que em 2007 era de R$ 2.217.522,54 passando em 2008 para R$ 1.804.134,76 e o Ativo Real Líquido teve aumento de R$ 5.397.985,84, que equivale ao percentual 27,60.

2.3.1.3.3 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 46 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2007	2008	TÍTULO	2007	2008
ATIVO FINANCEIRO	**3.958.898,99**	**6.305.984,24**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.179.559,80**	**2.381.276,83**
DISPONÍVEL	3.713.184,21	2.557.232,05	DÍVIDA FLUTUANTE	2.179.559,80	2.381.276,83
REALIZÁVEL	245.714,78	3.748.752,19	PASSIVO PERMANENTE	2.503.904,45	2.271.489,61
PERMANENTE	44.154.983,27	49.875.555,15	SOMA DO PASSIVO REAL	4.683.464,25	4.652.766,44

SOMA DO ATIVO REAL	**48.113.882,26**	**56.181.539,39**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**43.430.418,01**	**51.528.772,95**
ATIVO COMPENSADO	901.071,60	983.966,60	PASSIVO COMPENSADO	901.071,60	983.966,60
TOTAL	**49.014.953,86**	**57.165.505,99**	**TOTAL**	**49.014.953,86**	**57.165.505,99**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**	**TÍTULO**	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**
ATIVO FINANCEIRO	**59,29**	**11,22**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**9,25**	**4,24**
DISPONÍVEL	-31,13	4,55	DÍVIDA FLUTUANTE	9,25	4,24
REALIZÁVEL	1.425,65	6,67	PASSIVO PERMANENTE	-9,28	4,04
PERMANENTE	12,96	88,78	SOMA DO PASSIVO REAL	-0,66	8,28
SOMA DO ATIVO REAL	**16,77**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**18,65**	**91,72**
ATIVO COMPENSADO	9,20		PASSIVO COMPENSADO	9,20	
TOTAL	**16,63**		**TOTAL**	**16,63**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1352

O resumo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Judiciário Estadual, cujos grupos de contas, no exercício de 2008, estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Disponível – 4,55%;

b) Ativo Realizável – 6,57%;

c) Ativo Permanente – 88,78%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 4,24%;

b) Passivo Permanente – 4,04%;

c) Ativo Real Líquido – 91,72%.

O Ativo Realizável em 2007 foi de R$ 245.714,78 em 2008 R$ 3.748.752,19. O Ativo Real Líquido houve crescimento de 18,65%, esta situação revela uma melhoria substancial do patrimônio.

2.3.1.3.4 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 47 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2007**	**2008**	**TÍTULO**	**2007**	**2008**
ATIVO FINANCEIRO	**2.256.019,54**	**3.457.059,69**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.549.356,48**	**3.143.299,83**

DISPONÍVEL	2.255.556,05	3.260.696,20	DÍVIDA FLUTUANTE	1.549.356,48	3.143.299,83
REALIZÁVEL	463,49	196.363,49	PASSIVO PERMANENTE	812.417,88	737.008,47
PERMANENTE	23.052.359,00	23.885.100,44	SOMA DO PASSIVO REAL	2.361.774,36	3.880.308,30
SOMA DO ATIVO REAL	**25.308.378,54**	**27.342.160,13**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**22.946.604,18**	**23.461.851,83**
ATIVO COMPENSADO	1.270.361,64	1.238.782,56	PASSIVO COMPENSADO	1.270.361,64	1.238.782,56
TOTAL	**26.578.740,18**	**28.580.942,69**	**TOTAL**	**26.578.740,18**	**28.580.942,69**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**	**TÍTULO**	**2008/2007**	**COMPOSIÇÃO/2008**
ATIVO FINANCEIRO	**53,24**	**12,64**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**102,88**	**11,50**
DISPONÍVEL	44,56	11,93	DÍVIDA FLUTUANTE	102,88	11,50
REALIZÁVEL	42266,28	0,72	PASSIVO PERMANENTE	-52,43	2,70
PERMANENTE	3,61	87,36	SOMA DO PASSIVO REAL	150,45	14,19
SOMA DO ATIVO REAL	**8,04**	**100**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**1.414,30**	**85,81**
ATIVO COMPENSADO	-2,49		PASSIVO COMPENSADO	-20,05	
TOTAL	**7,53**		**TOTAL**	**1.744,70**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1408

O extrato acima evidencia a situação Patrimonial do Ministério Público Estadual, cujos grupos de contas estão, em 2008, assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Disponível – 11,93%;

b) Ativo Realizável – 0,72%

c) Ativo Permanente – 87,35%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 11,50%;

b) Passivo Permanente – 2,70%;

c) Ativo Real Líquido – 85,80%.

O Ativo Disponível e o Realizável apresentaram crescimento em 2008 com relação ao ano anterior de R$ 1.005.140,15 e de R$ 195.900,00 respectivamente. O Passivo Financeiro e o Ativo Real Líquido apresentaram aumento de um ano para o outro, R$ 1.593.943,35, e de R$ 515.247,65 respectivamente.

2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A Posição Financeira demonstra o rigoroso cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, em cumprimento ao art. 8º da Lei 101/2000, ao art. 58 da Lei 1.847/2007 e divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.° 140/2005, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2008 e, a seguir, demonstrada por resumos e balanços específicos:

2.3.2.1 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

QUADRO 48 – Programação Financeira – Fonte 0100 – Exercício de 2008

RECEITAS PREVISTAS									
	1º SEMESTRE		%	2º SEMESTRE		%	EXERCÍCO 2008		%
COMPETÊNCIA	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
ICMS	414.478.936,26	422.953.013,76	102,04	472.928.611,74	475.017.373,67	100,44	887.407.548,00	897.970.387,43	101,19
IPVA	23.437.305,57	31.015.750,04	132,33	25.632.252,43	23.763.738,83	92,71	49.069.558,00	54.779.488,87	111,64
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	51.473.100,11	42.678.806,61	82,91	67.816.470,89	67.570.611,09	99,64	119.289.571,00	110.249.417,70	92,42
TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA	**489.389.341,94**	**496.647.570,41**	**101,48**	**566.377.335,06**	**566.351.723,59**	**100,00**	**1.055.766.677,00**	**1.062.999.294,00**	**100,69**
Receita de Contribuições	2.677,43	-	0,00	2.322,57	-	0,00	5.000,00	-	0,00
Receita Patrimonial	8.062.204,97	11.831.932,44	146,76	7.938.795,03	22.266.349,11	280,48	16.001.000,00	34.098.281,55	213,10
Receita de Serviço	335,08	1.203,00	359,02	664,92	-	0,00	1.000,00	1.203,00	120,30
Transferências Constitucionais (FPE)	920.496.996,96	1.034.291.118,04	112,36	920.761.242,04	1.089.723.604,71	118,35	1.841.258.239,00	2.124.014.722,75	115,36
Outras Transf./Demais Rec. Correntes	12.115.791,58	19.195.144,41	158,43	27.540.937,42	28.795.086,75	104,55	39.656.729,00	47.990.231,16	121,01
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**1.430.067.347,96**	**1.561.966.968,30**	**109,22**	**1.522.621.297,04**	**1.707.136.764,16**	**112,12**	**2.952.688.645,00**	**3.269.103.732,46**	**110,72**
Dedução para o FUNDEF	(228.832.246,69)	(240.320.316,09)	105,02	(237.213.352,31)	(280.374.839,55)	118,20	(466.045.599,00)	(520.695.155,64)	111,73
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	**1.201.235.101,27**	**1.321.646.652,21**	**110,02**	**1.285.407.944,73**	**1.426.761.924,61**	**111,00**	**2.486.643.046,00**	**2.748.408.576,82**	**110,53**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volume II, fls. 0806 e 0810.

QUADRO 49 – Cronograma de Desembolso – Fonte 0100 – Exercício de 2008.

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO									
COMPETÊNCIA	**1º SEMESTRE**			**2º SEMESTRE**			**EXERCÍCIO 2008**		
	PREVISTO	**REALIZADO**	**DESEMPENHO**	**PREVISTO**	**REALIZADO**	**DESEMPENHO**	**PREVISTO**	**REALIZADO**	**DESEMPENHO**
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	63.270.382,37	69.045.546,14	109,13	63.468.167,63	85.900.243,98	135,34	126.738.550,00	154.945.790,12	122,26
Pessoal e Encargos Sociais	521.026.060,14	468.880.556,24	89,99	607.863.736,86	741.737.986,96	122,02	1.128.889.797,00	1.210.618.543,20	107,24
Pioneiros Mirins/Jovem Cidadão/Ag.Mirins	20.390.766,00	16.684.403,41	81,82	20.390.766,00	18.918.123,86	92,78	40.781.532,00	35.602.527,27	87,30
PIS/PASEP	12.425.694,00	7.814.964,07	62,89	12.425.694,00	9.815.180,84	78,99	24.851.388,00	17.630.144,91	70,94
Quota Custeio	58.963.410,00	47.410.838,79	80,41	58.963.410,00	73.391.805,41	124,47	117.926.820,00	120.802.644,20	102,44
Transferência a Municípios IPVA	12.768.652,79	16.264.179,41	127,38	13.866.126,23	12.909.079,70	93,10	26.634.779,02	29.173.259,11	109,53
Transferência a Municípios ICMS/IPI	105.530.485,88	107.153.763,73	101,54	117.881.405,14	120.770.502,76	102,45	223.411.891,02	227.924.266,49	102,02
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**794.375.451,18**	**733.254.251,79**	**92,31**	**894.859.305,86**	**1.063.442.923,51**	**118,84**	**1.689.234.757,04**	**1.796.697.175,30**	**106,36**
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	**406.859.650,09**	**588.392.400,42**	**144,62**	**390.548.638,87**	**363.319.001,10**	**93,03**	**797.408.288,96**	**951.711.401,52**	**119,35**

FONTE: – Balanço Geral do Estado – Volume II, fls. 0806 e 0810.

2.3.2.2 – RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

QUADRO 50– Resumo das Disponibilidades Financeiras 2008

DESCRIÇÃO	OUTROS ÓRGÃOS	REGIME PREVIDÊNCIARIO (2)	GERAL ESTADO (.1) + (2)
ATIVO FINANCEIRO - I	**530.608.183,66**	**1.063.239.697,07**	**1.593.847.880,73**
BANCO CONTA MOVIMENTO (+) APLICAÇÃO	442.155.880,62	120.702,67	442.276.583,29
INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	-	1.059.125.655,12	1.059.125.655,12
OUTRAS DISPONIBILIDADES	88.452.303,04	3.993.339,28	92.445.642,32
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - II	**200.937.497,80**	**14.653,64**	**200.952.151,44**
RESTOS A PAGAR PROCESSADO (+) NÃO PROCESSADO	181.249.345,77	7.724,94	181.257.070,71
DEPÓSITOS	620.110,85	-	620.110,85
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	19.068.041,18	6.928,70	19.074.969,88
TOTAL (I – II)	**329.670.685,86**	**1.063.225.043,43**	**1.392.895.729,29**

FONTE – Balancete Geral do Estado – Volume II, fl. 0670

2.3.2.3 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO - GERAL DO ESTADO

QUADRO 51 – RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS - VALORES EM REAIS - 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.191.348.350,48**	**ORÇAMENTÁRIA**	**4.013.208.454,67**
RECEITAS CORRENTES	3.802.936.320,37	ORÇAMENTÁRIAS	3.887.615.416,36
RECEITAS DE CAPITAL	262.818.991,80	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	125.593.038,31
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	125.593.038,31		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**4.985.141.859,62**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**4.992.087.958,56**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	4.697.629.056,81	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	4.558.060.386,97
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	286.317.549,51	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	286.225.875,91
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	741.073,76	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	454.179,54	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA		PROVISÕES	147.300.000,00
PROVISÕES		C. RECURSOS A RECEBER	501.695,68
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.419.151.179,12**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.590.344.975,99**
DISPONÍVEL	263.620.370,19	DISPONÍVEL	442.276.583,29
AGENTES ARRECADADORES	788.953,18	AGENTES ARRECADADORES	851.583,34
RECURSOS A RECEBER	185.733.656,61	RECURSOS A RECEBER	88.091.154,24
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	969.008.199,14	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.059.125.655,12
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**10.595.641.389,22**	**TOTAL**	**10.595.641.389,22**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume I, fl. 076

O Quadro de n.° 51 demonstra a situação financeira da Administração Direta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas do período, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 1.590.344.975,99.

2.3.2.4 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO

QUADRO 52 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.187.065.575,59**	**ORÇAMENTÁRIA**	**4.014.123.062,34**
RECEITAS CORRENTES	3.798.921.350,35	ORÇAMENTÁRIAS	3.602.371.927,56
RECEITAS DE CAPITAL	262.551.186,93	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	302.551.930,29
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	125.593.038,31	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	109.199.204,49
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**4.640.521.517,13**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**4.641.411.032,70**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	4.355.904.049,77	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	4.210.278.696,56
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	283.422.214,06	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	283.330.640,46
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	741.073,76	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	454.179,54	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA		PROVISÕES	147.300.000,00
PROVISÕES		C. RECURSOS A RECEBER	501.695,68
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.410.077.598,02**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.582.130.595,70**
DISPONÍVEL	254.546.789,09	DISPONÍVEL	434.062.203,00
AGENTES ARRECADADORES	788.953,18	AGENTES ARRECADADORES	851.583,34
RECURSOS A RECEBER	185.733.656,61	RECURSOS A RECEBER	88.091.154,24
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	969.008.199,14	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.059.125.655,12
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
TOTAL	**10.237.664.690,74**	**TOTAL**	**10.237.664.690,74**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0896.

O Quadro de n.° 52 demonstra a situação financeira do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício e sobrar saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 1.582.130.595,70.

2.3.2.4.1 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUADRO 53 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**3.384.791.115,68**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.476.753.002,10**
RECEITAS CORRENTES	3.234.507.360,19	ORÇAMENTÁRIAS	2.433.398.544,78
RECEITAS DE CAPITAL	150.283.755,49	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	950.691.214,32
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	92.663.243,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**3.344.498.065,98**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**3.202.271.278,72**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.061.799.123,58	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	2.920.251.809,08
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	281.589.761,68	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	281.517.773,96
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	655.001,18	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	454.179,54	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	501.695,68
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**333.254.359,00**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**383.519.259,84**
DISPONÍVEL	167.522.548,08	DISPONÍVEL	306.576.700,45
AGENTES ARRECADADORES	474.963,36	AGENTES ARRECADADORES	411.393,63
RECURSOS A RECEBER	165.256.847,56	RECURSOS A RECEBER	76.531.165,76
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**7.062.543.540,66**	**TOTAL**	**7.062.543.540,66**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1489

O Quadro de n.° 53 demonstra a situação financeira da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no período, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 383.519.259,84.

2.3.2.4.2 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS

QUADRO 54 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**659.839.043,03**	**ORÇAMENTÁRIA**	**644.072.660,59**
RECEITAS CORRENTES	83.284.658,49	ORÇAMENTÁRIAS	637.177.079,96
RECEITAS DE CAPITAL	104.721.607,85	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	471.832.776,69		
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.895.580,63
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**736.664.380,44**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**731.625.332,58**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	733.177.407,70	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	728.231.336,89
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.394.738,70	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.393.995,69
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	92.234,04	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**65.496.467,54**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**86.301.897,84**
DISPONÍVEL	33.721.555,76	DISPONÍVEL	74.146.318,35
AGENTES ARRECADADORES	313.989,82	AGENTES ARRECADADORES	440.189,71
RECURSOS A RECEBER	18.811.931,25	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	12.648.990,71	RECURSOS PRÓPRIOS	11.715.389,78
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**1.461.999.891,01**	**TOTAL**	**1.461.999.891,01**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1725

O Quadro de n.° 54 demonstra a situação financeira das Autarquias do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 86.301.897,84.

2.3.2.4.3 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES

QUADRO 55 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**21.143.386,62**	**ORÇAMENTÁRIA**	**20.690.138,40**
RECEITAS CORRENTES	782.375,07	ORÇAMENTÁRIAS	20.563.574,05
RECEITAS DE CAPITAL	1.361.049,46	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	18.999.962,09		
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	126.564,35
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**21.749.985,11**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**21.712.731,14**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	21.746.054,69	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	21.709.445,72
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.930,42	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.285,42
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**330.523,59**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**821.025,78**
DISPONÍVEL	311.800,84	DISPONÍVEL	801.527,01
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	18.722,75	RECURSOS PRÓPRIOS	19.498,77
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**43.223.895,32**	**TOTAL**	**43.223.895,32**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1846

O Quadro de n.° 55 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 821.025,78.

2.3.2.4.4- RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS

QUADRO 56 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**1.076.266.019,47**	**ORÇAMENTÁRIA**	**822.383.867,90**
RECEITAS CORRENTES	484.361.926,62	ORÇAMENTÁRIAS	796.476.217,57
RECEITAS DE CAPITAL	6.452.579,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	459.858.475,54		
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	125.593.038,31	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	25.907.650,33
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**949.591.767,10**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**1.096.674.018,72**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	948.262.648,39	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	948.057.036,42
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.329.118,71	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.310.820,84
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	6.161,46
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	147.300.000,00
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.040.945.284,62**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.147.745.184,57**
DISPONÍVEL	62.064.465,51	DISPONÍVEL	60.752.037,48
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	1.664.877,80	RECURSOS A RECEBER	11.559.988,48
RECURSOS PRÓPRIOS	8.207.742,17	RECURSOS PRÓPRIOS	16.307.503,49
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	969.008.199,14	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.059.125.655,12
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**3.066.803.071,19**	**TOTAL**	**3.066.803.071,19**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1907

O Quadro de n.° 56 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 1.147.745.184,57.

2.3.2.5. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO

QUADRO 57 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**107.126.987,54**	**ORÇAMENTÁRIA**	**103.800.310,03**
RECEITAS CORRENTES	361.195,82	ORÇAMENTÁRIAS	100.208.091,51
RECEITAS DE CAPITAL	185.204,87	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	106.580.586,85		
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.592.218,52
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**112.755.757,46**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**113.153.823,77**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	112.247.492,27	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	112.645.558,58
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	508.265,19	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	508.265,19
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**3.104.840,84**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**6.033.452,04**
DISPONÍVEL	3.104.840,84	DISPONÍVEL	2.396.452,04
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER		RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS		RECURSOS PRÓPRIOS	3.637.000,00
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**222.987.585,84**	**TOTAL**	**222.987.585,84**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1288

O Quadro de n.° 57 demonstra a situação financeira do Poder Legislativo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 6.033.452,04.

2.3.2.6. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 58 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**136.082.084,69**	**ORÇAMENTÁRIA**	**134.256.874,15**
RECEITAS CORRENTES	3.616.820,27	ORÇAMENTÁRIAS	125.599.688,18
RECEITAS DE CAPITAL	-	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	132.465.264,42		
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.657.185,97
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**171.608.506,26**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**171.086.631,55**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	169.531.560,42	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	169.009.685,71
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.076.945,84	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.076.945,84
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**3.958.898,99**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**6.305.984,24**
DISPONÍVEL	3.713.184,21	DISPONÍVEL	2.557.232,05
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	245.714,78	RECURSOS PRÓPRIOS	3.748.752,19
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**311.649.489,94**	**TOTAL**	**311.649.489,94**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1348

O Quadro de n.° 58 demonstra a situação financeira do Poder Judiciário Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 6.305.984,24.

2.3.2.7. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 59 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2008

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.888.127,25**	**ORÇAMENTÁRIA**	**10.632.557,12**
RECEITAS CORRENTES	27.814,33	ORÇAMENTÁRIAS	9.975.757,12
RECEITAS DE CAPITAL TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	4.860.312,92	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	656.800,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**17.926.695,40**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**13.603.322,94**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	17.924.945,92	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	13.601.573,46
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.749,48	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.749,48
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**2.255.556,05**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**834.498,64**
DISPONÍVEL	2.255.556,05	DISPONÍVEL	834.498,64
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS		RECURSOS PRÓPRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**25.070.378,70**	**TOTAL**	**25.070.378,70**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1404

O Quadro de n.° 59 demonstra a situação financeira do Ministério Público Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2009, no valor de R$ 834.498,64.

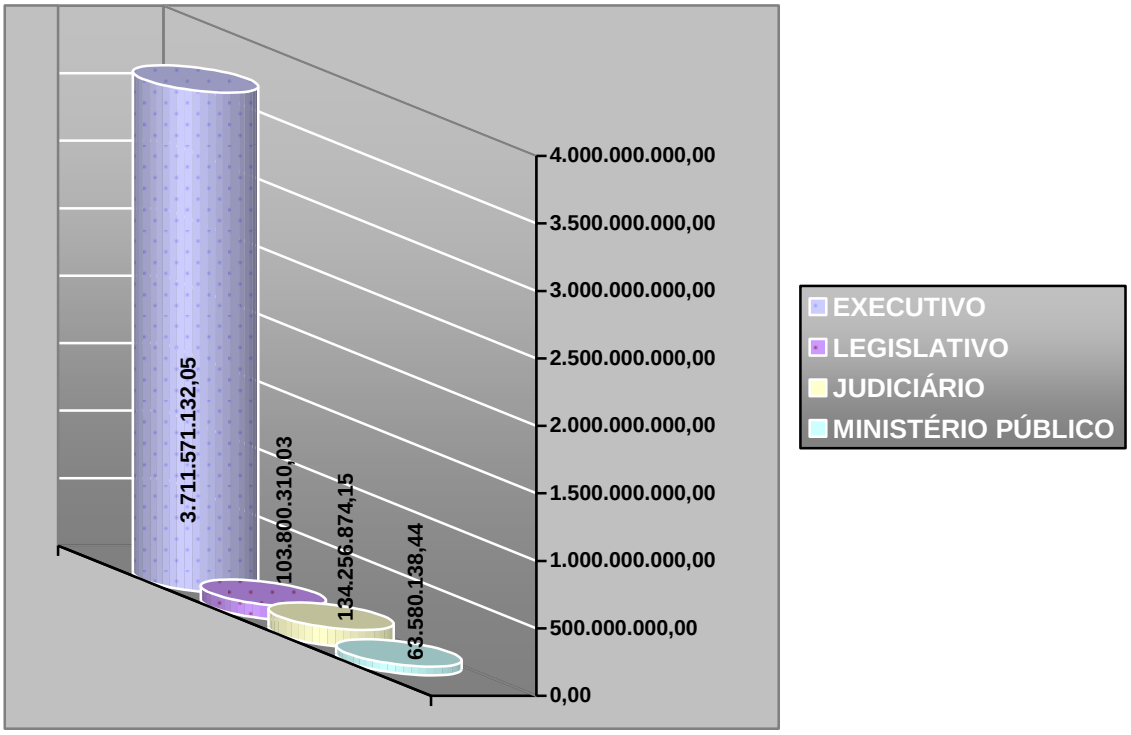
2.3.3. – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES

QUADRO 60 - Resumo da Despesa Autorizada e Executada por Poder do Estado e Órgão Independente – 2008

PODER	DESPESA			
	AUTORIZADA	EXECUTADA	% DE REALIZAÇÃO	% DE PARTICIAPAÇÃO
EXERCUTIVO	4.709.373.482,00	3.711.571.132,05	78,81	92,48
LEGISLATIVO	104.630.256,00	103.800.310,03	99,21	2,59
JUDICIÁRIO	134.922.810,00	134.256.874,15	99,51	3,35
MINISTÉRIO PÚBLICO	63.772.933,00	63.580.138,44	99,70	1,58
TOTAL	**5.012.699.481,00**	**4.013.208.454,67**	**80,06**	**100**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volumes III e IV.

GRÁFICO 09 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Órgão Independente



O gráfico nº 09 demonstra a execução da despesa por Poder. Do total executado, no valor de R$ 4.013.208.454,67, o Poder Executivo foi o que teve a execução mais significativa, no valor de R$ 3.711.571.132,05, o que representa 92,48%, seguido do Poder Judiciário com uma execução de R$ 134.256.874,15, equivalente a 3,35%, Poder Legislativo com R$ 103.800.310,03 - percentual de 2,59% e o Ministério Público com R$ 63.580.138,44, equivalente a 1,58% do orçamento executado.

3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, e suas alterações, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

3.1. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta, composta por 28 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas e observando os quatro macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2008/2011:

3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR

Criado pelo Decreto n.º 1.069, de 27 de outubro de 2000, sob a denominação de Chefia do Gabinete Pessoal do Governador, tendo sido alterada sua denominação através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, para Gabinete do Governador, estabelecendo a estrutura operacional e as suas competências. O Decreto nº 1.697, de 27 de janeiro de 2003, ampliou suas atribuições e atividades.

A missão da Chefia de Gabinete do Governador é dar assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão e execução de suas ordens e decisões, acompanhando a administração do Palácio do Governo, da Residência Oficial, da Garagem Central, do Hangar do Estado e a Ação Governo Mais Perto de Você, observando a transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

Conforme regulamenta o Decreto n.° 1.488, as competências do Gabinete do Governador são:

I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão da execução de suas ordens e decisões;

II - a administração e finanças:

a) do Palácio do Governo;

b) da Residência Oficial do Governador;

c) da Casa Militar e da Secretaria da Comunicação, em conjunto com suas unidades responsáveis pelo setor;

III - o acompanhamento dos assuntos administrativos em matérias afetas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas, bem assim da execução das políticas de Governo;

IV - o cerimonial público;

V - a gerência do serviço aéreo do Estado;

VI - o apoio às ações da Governadoria com os empresários e com o público;

VII - o acompanhamento da execução das determinações provindas do Governador do Estado;

VIII - através da Superintendência de Informática:

a) a proposição:

1. das diretrizes de políticas de tecnologia da informação para o Estado;

2. de cursos de capacitação de usuários na utilização dos recursos de informática e comunicação;

b) o acompanhamento e a avaliação dos recursos utilizados em tecnologia da informação;

c) a pesquisa e a difusão de novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;

d) o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados;

e) a administração do banco de dados referentes ao Gabinete do Governador;

f) o planejamento, gerenciamento e manutenção da Rede Digital do Governo do Estado do Tocantins;

g) o gerenciamento do parque de telecomunicações do Estado (telefonia fixa, móvel e comunicação de dados);

h) a consultoria e auditoria em tecnologias da informação, podendo intervir em qualquer unidade do Poder Executivo quando as ações aplicadas não estiverem em conformidade com as diretrizes adotadas no Estado;

i) a análise, a aprovação e o acompanhamento:

1. dos projetos propostos pelas diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;

2. de procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, software e serviços referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação;

j) a parceria com entidades federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada;

k) o gerenciamento do serviço aéreo do Estado e da frota de veículos oficiais de transportes terrestres e fluviais.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de Serviços ao Estado. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 60.457.026,00**, com execução de **R$ 60.309.531,90**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 61 - SERVIÇO AO ESTADO - 0086

PROGRAMA - GESTÃO DA GOVERNADORIA	
Objetivo:	ASSISTIR AO GOVERNADOR E SUPERVISIONAR AS SUAS ORDENS E DECISÕES PARA AS DEFINIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES POLÍTICAS, PARA TOMADA DE DECISÃO.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DAS AÇÕES DA GOVERNADORIA.
Estratégia:	COORDENAR AS AÇÕES DO GABINETE DO GOVERNADOR E AS RELAÇÕES COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nº	AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
2314	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.	0,00	0,00	0,00	0,00
2315	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA REDE DIGITAL DO ESTADO.	693.368,00	548.250,00	79,07	145.118,00
2316	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO E INTEGRAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS.	0,00	0,00	0,00	0,00
2135	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO GERAIS.	8.312.181,00	8.311.949,86	100,00	231,14
2136	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES.	31.599.565,00	31.599.561,17	100,00	3,83
2137	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.	13.952.321,00	13.951.926,08	100,00	394,92
2138	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PALÁCIO ARAGUAIA.	1.654.123,00	1.653.840,03	99,98	282,97
2139	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GARAGEM CENTRAL DO ESTADO.	523.468,00	523.467,37	100,00	0,63
2140	MANUTENÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR.	279.845,00	279.843,71	100,00	1,29
2141	MANUTENÇÃO DO HANGAR DO ESTADO.	345.091,00	344.442,95	99,81	648,05
2142	AÇÕES DE INFORMÁTICA.	889.665,00	889.663,00	100,00	2,00
2143	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE AJUDÂNCIA DE ORDEM.	828.205,00	828.204,15	100,00	0,85
2144	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AOS CIDADÃOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO.	338.953,00	338.144,63	99,76	808,37
2145	IMPLEMENTAÇÃO E COORDENAÇÃO DA ESTRATÉGIA GOVERNO MAIS PERTO DE VOCÊ.	1.040.241,00	1.040.238,95	100,00	2,05
	TOTAL	**60.457.026,00**	**60.309.531,90**	**99,76**	**147.494,10**

3.1.2 CASA CIVIL

A Casa Civil, foi instituída pela Lei n.° 1.079, de 20 de junho de 1999**,** é um órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, com amparo na Lei 1.950, de 7 de agosto de 2008 e Decreto nº. 3.460, de 12 de agosto de 2008, que estabelece a sua estrutura operacional com as seguintes competências:

a) assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;

b) verificar previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;

c) elaborar os projetos de leis e todos os atos do processo legislativo;

d) encaminhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

e) acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

f) publicar os atos e decretos editados e as leis sancionadas ou promulgadas pelo Chefe do Executivo Estadual;

g) administrar o Diário Oficial do Estado;

h) controlar e guardar os Atos do Governador do Estado;

i) acompanhar as matérias inerentes aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes.

As atribuições da Casa Civil foram desenvolvidas por meio do programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.265.267,00**, com execução de 99,94%, ou seja, **R$ 3.263.238,14**, demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 62 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.581.397,00	1.581.393,28	100,00	3,72
Manutenção dos Serviços de Transportes	24.938,00	22.915,84	91,89	2.022,16
Manutenção de Recursos Humanos	1.619.029,00	1.619.027,40	100,00	1,60
Ações de Informática	39.903,00	39.901,62	100,00	1,38
TOTAL	**3.265.267,00**	**3.263.238,14**	**99,94**	**2.028,86**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Casa Civil

3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR

A missão da Instituição está prevista no art. 144, § 5º, da Constituição Federal, onde prevê que às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

De igual modo, a Constituição Estadual prevê como missão da Polícia Militar:

a) o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário;

b) atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e com a garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades da administração púbica, em especial das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural.

As atribuições do Comando Geral da Polícia Militar foram desempenhadas por meio das ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 174.638.733,00** e executados **R$ 163.205.133,39**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 63 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.678.672,00	3.752.235,03	80,20	926.436,97
Manutenção dos Serviços de Transportes	16.115.278,00	15.697.167,00	97,41	418.111,00
Manutenção de Recursos Humanos	141.081.484,00	141.081.481,64	100,00	2,36
Ações de Informática	199.839,00	144.054,51	72,09	55.784,49
TOTAL	**162.075.273,00**	**160.674.938,18**	**99,14**	**1.400.334,82**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Polícia Militar do Estado do Tocantins

QUADRO 64 - FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.

Estratégia:	A AÇÃO SERÁ IMPLEMENTADA ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, OBJETIVANDO INTEGRAR AS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA E TRANQÜILIDADE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ROUBOS A MÃO ARMADA	N° ROUBOS A MÃO ARAMADA / POPULAÇÃO TOTAL ESTADO X 100	0,0192	set-07	0
ROUBOS A ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Nº ROUBOS EM ESTABELECIMENTO / TOTAL DE ESTABELECIMENTO NO ESTADO * 100	0,3929	set-07	0,01
ÍNDICE DE HOMÍCIDIOS	Nº HOMÍCIDIOS / POPULAÇÃO TOTAL ESTADO * 100	0,00968	set-07	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2216	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA MILITAR.	2.810.987,00	429.031,93	15,26	UNIDADE	27	31	114,81
2217	ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA MILITAR.	470.000,00	3.162,68	0,67	UNIDADE	670	52	7,76
1137	CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS.	128.000,00	0,00	0,00	M²	100	0	0,00
2218	AMPLIAÇÃO DO ARMAMENTO DA POLÍCIA MILITAR.	888.158,00	141.125,00	15,89	UNIDADE	774	85	10,98
2219	INFORMATIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.	539.287,00	373.443,75	69,25	UNIDADE	103	73	70,87
2220	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA POLÍCIA MILITAR.	4.702.107,00	420.190,90	8,94	UNIDADE	215	25	11,62
2221	AMPLIAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.	1.292.480,00	40.439,33	3,13	UNIDADE	161	33	20,50
2222	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL AOS POLICIAIS MILITARES.	659.958,00	108.320,00	16,41	UNIDADE	453	17	3,75
1138	REFORMA DE QUARTÉIS.	58.000,00	0,00	0,00	M²	122	0	0,00
2223	REALIZAÇÃO DE MARKETING INSTITUCIONAL.	1.014.483,00	1.014.481,62	100,00	UNIDADE MENSAL	12	16	133,33
TOTAL		**12.563.460,00**	**2.530.195,21**	**20,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Polícia Militar do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
174.638.733,00	163.205.133,39	93,45	11.433.599,61

3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

A Controladoria-Geral do Estado, instituída pelo Decreto n° 1.719, de 13/03/2003, foi reestruturada na forma do Decreto nº 3.460 de 12/08/2008 e exerce suas atribuições por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, recepcionados pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual, e na Lei n° 1.415, de 20 de novembro de 2003.

Tem como missão assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado quanto aos assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio e ao controle da gestão administrativa, primando pela transparência, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados à sociedade.

As atividades da Controladoria foram executadas por meio das ações estruturadas no Programa Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, em conformidade com os objetivos e metas definidos no PPA 2008-2011, como se observa na especificação abaixo.

QUADRO 65 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0014

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	
Objetivo:	AUMENTAR A EFICIÊNCIA E A EFICÁCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PELO PODER EXECUTIVO ESTADUAL ZELANDO PELA REGULARIDADE DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS ESTADUAIS, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES, FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS DE GESTÃO E DE ACOMPANHAMENTO, E EXAME DE ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO E CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, BEM COMO APOIAR AO TCE NO EXERCÍCIO DE SUA MISSÃO INSTITUCIONAL.
Justificativa:	CONSOLIDAR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DO CONTROLE DOS ATOS DE GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS ESTADUAIS, POR INTERMÉDIO DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL, UTILIZANDO COMO INSTRUMENTOS A AUDITORIA, A FISCALIZAÇÃO E A INSPEÇÃO. INTEGRAM O SISTEMA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, COMO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO, E OS DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ESTRUTURA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, COMO NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS E GERENCIADAS DE FORMA DIRETA PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, COM A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO, INSTALADOS EM CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICA PRÓPRIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, A EXEMPLO DA AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE AVALIAÇÕES REALIZADAS	(TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO AVALIADOS/TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO) X 100	100	2006	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2039	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	4.722,00	4.721,75	99,99	UNIDADE	43	69	160,50
2040	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.294	1.294	100,00
2041	CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DO CONTROLE INTERNO E DEMAIS SERVIDORES DA CGE.	24.760,00	24.675,00	99,66	UNIDADE	250	225	90,00
2042	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.	146.894,00	145.171,66	98,83	UNIDADE	1	1	100,00
2043	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES.	78.811,00	78.524,78	99,64	UNIDADE	1	1	100,00
2044	AÇÕES DE INFORMÁTICA.	35.200,00	25.165,74	71,49	UNIDADE	1	1	100,00
2045	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.	1.921.781,00	1.921.734,29	100,00	UNIDADE	67	63	94,03
TOTAL		**2.212.168,00**	**2.199.993,22**	**99,45**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Controladoria-Geral do Estado

* A ação 2040 – Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais, teve redução do orçamento inicial, no entanto, a meta física foi plenamente alcançada por meio do acompanhamento diário de todos os processos, programas e sistemas, e não apenas por amostragem, com a participação dos Núcleos Setoriais de Controle Interno implantados em cada órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual. Aproximando a ação fiscalizadora à de execução, algumas ações foram selecionadas por esta Controladoria-Geral, para acompanhamento minucioso por meio de inspeções junto à unidade administrativa responsável pela ação e diretamente no local da execução, estimulando, com isso, o controle das atividades desenvolvidas e a realização do planejamento da execução da ação.

3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Esta Secretaria foi instituída por meio da Lei n.° 1, de 23 de janeiro de 1989, e sua estrutura atual está definida por meio do Decreto nº 3.460, de 13 de agosto de 2008.

A Secretaria da Representação tem como competência:

a) representar institucional e politicamente o Estado e o Governo, perante:

1. os Órgãos e Entidades federais e estaduais;

2. os parlamentares federais e estaduais;

3. as embaixadas e os organismos estrangeiros acreditados no País;

b) articular entre os setores públicos e privado, no âmbito do Governo Federal, instituições e Organismos Internacionais, para fins de captação de recurso, investimentos, desenvolvimento dos negócios e da economia do Estado.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R$ 3.027.421,00**, sendo utilizado **99,93%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 66 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	457.142,00	455.448,04	99,63	1.693,96
Manutenção dos Serviços de Transportes	56.779,00	56.709,95	99,88	69,05
Manutenção de Recursos Humanos	2.488.557,00	2.488.250,44	99,99	306,56
Ações de Informática	24.943,00	24.941,95	100,00	1,05
TOTAL	**3.027.421,00**	**3.025.350,38**	**99,93**	**2.070,62**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Representação

3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989 na Seção II, Art. 51, foi instituída inicialmente como Advocacia Geral do Estado através da Lei 259/91, de 02 de fevereiro de 1991.

Através da Lei nº 007, de 05 de fevereiro de 1994, fica revogada a Lei nº 259/91 e é reestruturada a Procuradoria Geral do Estado do Tocantins,

definindo-se a sua competência, instituindo o seu plano de carreira e adotando outras providências.

A Lei complementar nº 20, de 17 de julho de 1999, dispõe sobre a organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

A Lei nº 1.237, de 29 de junho de 2001, institui a Função Especial Comissionada para os Procuradores do Estado e adota outras providências.

O Decreto nº 1.268, de 24 de agosto de 2001, estabelece o subsídio de cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

A Lei complementar nº 30, de 24 de janeiro de 2002, altera a Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado.

O Decreto nº 1.653, de 06 de dezembro de 2002, dispõe sobre os quantitativos dos cargos de Procurador do Estado.

O Decreto nº 1.690, de 17 de janeiro de 2003, dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado e estabelece o subsídio dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei nº 1.438, de 03 de março de 2004, disciplina os subsídios dos Procuradores de Estado.

A Lei nº 1.531, de 22 de dezembro de 2004, que altera os subsídios dos Procuradores de Estado, acrescendo-lhes novos valores.

Atos governamentais de nº 5.951 e 5.963 – PRM, ambos de 2006, que elevou a mudança de níveis os Procuradores do Estado e o Decreto nº 2.870 de 23/10/2006 que fixa o quadro permanente da PGE/TO;

Citamos o Decreto nº 2.956 de 01/03/2007 que alterou o Decreto nº 1.690 de 17/01/2003 que dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins estabelecendo subsídios dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado;

Por último citamos a lei 1.968 de 23/10/2008 que aumentou os subsídios dos Procuradores do Estado.

A Procuradoria Geral do Estado tem a missão de representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhes a defesa em qualquer juízo ou instância e orientando-os quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados à solução de problemas a eles inerentes, assim como também, assessoramento jurídico direto ao Chefe do Poder

Executivo ao qual está diretamente subordinada, (Lei Complementar nº 020/1999, Art. 1º e incisos).

Aqui procuramos destacar as atribuições desenvolvidas por esta Procuradoria Geral do Estado, através de ações estruturadas no Programa de Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estádio que é um programa de Serviços ao Estado, dentro deste programa estão alocadas as ações do Programa de Apoio Administrativo e uma ação vinculada ao Programa de Regularização de Terras Públicas que é executado pelo ITERTINS – na forma multesetorial.

Para estes programas, foram disponibilizados recursos autorizados através da Lei Orçamentária para o exercício de 2008, recursos na ordem de **R$ 30.822.919,00**, com execução de aproximadamente 99,31%, ou seja, **R$ 30.611.051,45**, como demonstramos nos quadros a seguir:

QUADRO 67 - SERVIÇO AO ESTADO - 0015

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO	
Objetivo:	VIABILIZAR A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO ESTADO, INCLUINDO OS SEUS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, PROMOVENDO-LHES A DEFESA EM QUALQUER JUÍZO OU INSTÂNCIA, ORIENTANDO-OS QUANTO AOS INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS ADEQUADOS À SOLUÇÃO DE PROBLEMAS A ELES ATINANTES, ALÉM DE PROMOVER A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO.
Justificativa:	O ESTADO ATRAVÉS DE SEUS ÓRGÃOS É, CONSTANTEMENTE, ACOMETIDO DE UM GRANDE NÚMERO DE PROCESSOS NA ÁREA JURÍDICA, CARECENDO, PORTANTO, DA REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, NA PESSOA DO PROCURADOR GERAL JUNTAMENTE COM OS DEMAIS PROCURADORES QUE LHE ASSESSORAM, SEM A QUAL O ESTADO SOFRERIA DANOS MATERIAIS, PATRIMONIAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS, UMA VEZ QUE AAS AÇÕES CORRERIAM A REVELIA, TORNANDO-SE INVIÁVEL A ADMINISTRAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DAS COORDENADORIAS DESTA PROCURADORIA, COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO ESTADO. APESAR DE TER AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO, EXISTEM PROJETOS COM TEMPO DETERMINADO DE IMPLANTAÇÃO. O PROJETO DE DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DIVISÓRIOS DO ESTADO SERÁ IMPLEMENTADO PELO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE PROCESSOS AGILIZADOS	NÚMERO PROCESSOS AGILIZADOS / TOTAL PROCESSOS AJUIZADOS X 100	80	25/10/2007	100

N.°	AÇÃO	Autorizado	Empenhado	% Util.	SALDO
1056	TRABALHO PERICIAL DE DEMARCAÇÃO DAS DIVISAS DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.	334.186,00	322.964,07	96,64	11.221,93
2047	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.	1.307.777,00	1.306.231,54	99,88	1.545,46
2048	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.	1.086.790,00	983.081,82	90,46	103.708,18
2049	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.	11.447.755,00	11.447.520,94	100,00	234,06
2050	REGULARIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	PAGAMENTO DECORRENTES DE PRECATÓRIOS.	4.600.725,00	4.600.568,07	100,00	156,93
2052	INDENIZAÇÃO POR ACORDO EM FACE A DESISTÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL.	11.950.686,00	11.950.685,01	100,00	0,99
TOTAL		**30.727.919,00**	**30.611.051,45**	**99,62**	**116.867,55**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Procuradoria-Geral do Estado

QUADRO 68 - FINALÍSTICO - 0025

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	
Objetivo:	AUMENTAR O NÚMERO DE IMÓVEIS REGULARIZADOS, PERMITINDO ASSIM, AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL MAIOR ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO, BEM COMO, OBJETIVA ATUALIZAR O CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM UM GRANDE NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS NECESSITANDO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PARA QUE O PRODUTOR RURAL CONSIGA ACESSAR O CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OS PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. BEM COMO O ACESSO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DESTA FORMA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA COM O AUMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO.
Estratégia:	A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO É A FINALIDADE PRECÍPUA DO ITERTINS, ONDE TODAS AS SUAS AÇÕES CONVERGEM PARA O SEU ATINGIMENTO. PARA ALCANÇARMOS A NOSSA META TORNA-SE NECESSÁRIO, A ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DAS TERRAS DEVOLUTAS PELO ESTADO, SEGUIDA DA MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E VISTORIA OCUPACIONAL PARA COMPOR OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CULMINANDO COM A EFETIVAÇÃO DA ENTREGA DO DOCUMENTO TITULATÓRIO. SABENDO-SE QUE A NOSSA AÇÃO DE CADASTRO RURAL TORNOU-SE NECESSÁRIA, UMA VEZ QUE ESTÁ SENDO CELEBRADO UM CONVÊNIO ENTRE OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA E BID. NA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO HÁ PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS COMO: NATURATINS/SEPLAN/SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE/PGE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE TÍTULOS EMITIDOS	Nº DE TÍTULOS DEFINITIVOS EMITIDOS / Nº DE IMÓVEIS A SEREM EMITIDOS X 100	1.497	set-07	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2053	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA DE TERRAS PÚBLICAS.	95.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
TOTAL		**95.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Procuradoria-Geral do Estado

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
30.822.919,00	30.611.051,45	99,31	211.867,55

3.1.7 CASA MILITAR

A Casa Militar foi reestruturada através do Decreto nº 1488, de 22/04/02, alterado pelo Decreto nº 1532, de 19 de junho de 2002, sendo extinto automaticamente o Gabinete de Segurança Institucional, instituído pelo Decreto 1215/01 de 20 de junho de 2001.

Na reestruturação foram criadas as Diretorias de transporte, de administração e finanças e de serviço aéreo, ficando a Garagem Central do Estado integrando a nova estrutura.

Conforme Decretos nº 1.697, de 27 de janeiro de 2003, nº 1.710, de 20 de fevereiro de 2003, já sob novo Comando, a CAMIL passou por alterações na sua estrutura. Tais mudanças visaram uma melhor

operacionalização dos serviços prestados pela pasta, tendo sido desvinculados da CAMIL o Serviço Aéreo do Estado, e a Garagem Central do Estado, ficando vinculados diretamente ao Gabinete do Governador, bem como a desvinculação do CEAD (Conselho Estadual Anti-drogas), a cargo da Secretaria Estadual da Juventude. Retornou à responsabilidade da CAMIL a Coordenação da Defesa Civil do Estado, sendo criada a Secretaria Executiva de Defesa Civil. Também foi criada a Coordenadoria de Comunicação Social, (DOE nº 2.485, de 27/07/2005) que acrescentou na estrutura operacional da CAMIL os seguintes cargos: Diretoria de Administração e Finanças, Coordenadoria de Controle Interno e o Centro de Ensino e Pesquisa sobre Desastres e Assessoria Técnica de Avaliação de Danos, em conforme Lei Complementar nº 45 de 03 de abril de 2006 (DOE 2139 DE 04/04/06) foi desvinculado a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado passando as suas atribuições para o Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins.

No exercício 2007, já sob novo comando, a Casa Militar passou por alterações em sua estrutura, conforme decretos nº 2.915, de 02 de janeiro de 2007, nº 2.928, de 16 de janeiro de 2007 e nº 3.146, de 18 de setembro de 2007, acrescentando na estrutura operacional os seguintes cargos:

- Assessor Jurídico

- Assessor de Comunicação

- Coordenador de Administração

- Coordenador de Finanças

- Coordenador de Atividades de Inteligência

- Coordenador de Tecnologia da Informação

- Diretor de Inteligência e Segurança

- Ajudante de Ordem da Vice Governadoria

- Chefe da Assessoria Especial de Operacionalização e fiscalização de Aeronaves

- Coordenador de Segurança das Comunicações.

Em 18/08/2008, através dos atos administrativos nº 2.871 e nº 2.930, todos os servidores ocupantes de cargos de natureza especial, em comissão, e de funções gratificadas, foram exonerados e nomeados. E por meio do Decreto nº 3.460, de 13 de agosto de 2008, foram atribuídas as seguintes competências:

a) realizar a segurança:

1. pessoal do Governador, Vice-Governador e respectivos familiares;

2. de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Governador do Estado;

3. do Palácio Araguaia e Residência Oficial do Governador;

b) assessoramento pessoal em assuntos militares;

c) coordenar as atividades de inteligência e segurança das comunicações;

d) prevenção e articulação do prevenir crises, em caso de greve ou iminente ameaça à estabilidade institucional, e articular o seu gerenciamento de crises, em caso de greve ou iminente ameaça à estabilidade institucional;

e) controlar e inspecionar os meios de transporte do Governador;

f) atuar em conjunto com o Cerimonial do Gabinete do Governador.

As atribuições da Casa Militar foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.366.195,00**, com execução de 99,89%, ou seja, **R$ 3.362.516,68**, como demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 69 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.042.506,00	1.040.603,90	99,82	1.902,10
Manutenção dos Serviços de Transportes	594.912,00	594.794,24	99,98	117,76
Manutenção de Recursos Humanos	1.690.828,00	1.689.220,40	99,90	1.607,60
Ações de Informática	37.949,00	37.898,14	99,87	50,86
TOTAL	**3.366.195,00**	**3.362.516,68**	**99,89**	**3.678,32**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Casa Militar

3.1.8 VICE-GOVERNADORIA

As normas de criação da Vice-Governadoria do Estado do Tocantins estão contidas no Decreto nº 2.294, de 16 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial nº 1.825 de 21 de Dezembro de 2004, onde institui a Vice-Governadoria e dispõe sobre a estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão e adota outras providências.

Posteriormente houve alterações referentes às atividades, funções, estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão desta pasta por meio do Decreto n° 2.928, de 16 de Janeiro de 2007, publicado no Diário

Oficial n° 2.331, de 19 de Janeiro de 2007, que foi republicado por incorreções no Diário Oficial n° 2.336, de 26 de Janeiro de 2007.

Finalmente houve alterações referentes às atividades, funções, estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão desta pasta por meio do Decreto n° 3.460 de 12 de agosto de 2008, publicado no Diário Oficial n° 2.711 de 13 de agosto de 2008, que foi republicado por incorreções no Diário Oficial n° 2.712, de 14 de agosto de 2008.

A missão da Vice-Governadoria é auxiliar o Governo do Estado na implementação de suas diretrizes de políticas, bem como articular-se com os segmentos da sociedade com vistas ao sucesso dos empreendimentos governamentais.

A Vice-Governadoria do Estado do Tocantins tem o objetivo de fornecer o suporte técnico-administrativo para o pleno exercício das atribuições oriundas do cargo de Vice-Governador.

As atribuições da Vice-Governadoria foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa – Apoio Administrativo. Para esse programa, foram autorizados recursos da ordem de **R$ 1.735.561,00**, com execução de **99,64%**, ou seja, **R$ 1.729.364,96**, como serão demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 70 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	140.626,00	134.843,27	95,89	5.782,73
Manutenção dos Serviços de Transportes	108.918,00	108.915,74	100,00	2,26
Manutenção de Recursos Humanos	1.387.643,00	1.387.554,75	99,99	88,25
Ações de Informática	51.088,00	50.814,25	99,46	273,75
Manutenção da Residência Oficial do Vice-Governador	48,00	0,00	0,00	48,00
Manutenção dos Serviços de Ajudância de Ordem	47.238,00	47.236,95	100,00	1,05
TOTAL	**1.735.561,00**	**1.729.364,96**	**99,64**	**6.196,04**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Vice-Governadoria

3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiro foi instituído pela Lei Complementar nº 45, de 03 de abril de 2006, antes suas atribuições eram desenvolvidas pelo Comando Geral da Polícia Militar.

O Corpo de Bombeiros Militar, previsto pelo art. 144 § 5º, da Constituição Federal, tem suas missões definidas pela Constituição Estadual e pela Lei Complementar nº 45, art. 2°, incisos I a VII, sendo:

- **Constituição Estadual:**

  Art. 117. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, competindo, entre outras, as seguintes atividades para:

  I - .....

  II - o Corpo de Bombeiros Militar:

  a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;

  b) a prevenção e o combate aos incêndios;

  c) proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;

  d) estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

  e) perícia de incêndios;

  f) resgate de vítimas de acidentes e sinistros;

  g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

  III - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

- **Lei Complementar nº 45, de 03/04/2006:**

  "Art. 2º. Compete ao CBMTO:

  I - o planejamento e execução de ações preventivas, emergenciais ou de socorro, assistenciais e recuperativas no âmbito da defesa civil, devendo dar atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes e sinistros nos locais em que estiver instalado sem prejuízo de outros sistemas de atendimento federal, estadual e municipal;

  II - o estabelecimento de normas relativas à segurança do cidadão e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

  III - formação e coordenação de brigadas de incêndio;

  IV - firmar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais para execução de ações preventivas e relativas de defesa civil;

  V - a perícia de incêndios:

  a) preventiva, quanto a perigo potencial de incêndios e acidentes em edificações e estruturas temporárias;

  b) nos locais de sinistros;

  VI - o exercício do poder de polícia no âmbito de sua competência, especialmente:

  a) na fiscalização:

1. de empresas especializadas na produção e comercialização de produtos destinados à prevenção de desastres e sinistros e à segurança contra incêndio e pânico em edificações, aplicando as penalidades e medidas administrativas previstas em lei;

2. e acompanhamento da execução de projetos, impondo sanção administrativa como notificação, multa, cassação de atestado, apreensão de produtos perigosos e seus respectivos meios de acondicionamento, embargo de obra e interdição de atividades;

3. das instalações e medidas de segurança contra pânico e incêndio nas edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares, comerciais, industriais e de serviços em geral, inclusive, quando da construção, reforma, ampliação e mudança de ocupação;

4. das instalações e medidas de segurança contra incêndio e acidentes em eventos temporários;

b) na análise prévia de projetos em áreas de armazenagem, estocagem, manipulação e transporte de produtos perigosos;

c) na realização de vistorias em locais com ameaça de catástrofe ou sinistro, podendo requisitar apoio dos demais órgãos estaduais com a finalidade de minorar os riscos, remover pessoas, suspender licença de funcionamento e emissão de parecer técnico nestas condições para os fins legais ou por solicitação de outro órgão;

VII - as atribuições de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

As atribuições do Corpo de Bombeiros foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo e Defesa Contra Sinistros. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 15.407.704,00**, com execução de **R$ 15.172.823,50** conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 71 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	807.002,00	806.249,80	99,91	752,20
Manutenção dos Serviços de Transportes	560.940,00	560.937,65	100,00	2,35
Manutenção de Recursos Humanos	12.393.900,00	12.393.010,18	99,99	889,82
Ações de Informática	169.793,00	145.610,24	85,76	24.182,76
TOTAL	**13.931.635,00**	**13.905.807,87**	**99,81**	**25.827,13**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Corpo de Bombeiros Militar

QUADRO 72 - FINALÍSTICO - 0008

PROGRAMA - DEFESA CONTRA SINISTROS	
Objetivo:	GARANTIR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS UMA PROTEÇÃO GLOBAL FRENTE AOS DESASTRES DE QUALQUER NATUREZA.
Justificativa:	A ESTRATÉGIA A SER IMPLANTADA CONSISTE NA EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS, ATRAVÉS DE MELHOR APARELHAMENTO DA UNIDADE RESPONSÁVEL POR ESSA ATIVIDADE. AS ATIVIDADES COMPREENDERÃO, DENTRE OUTRAS: RESGATE DE VIDAS E PATRIMÔNIO; COMBATE A INCÊNDIOS, TANTO FLORESTAIS, QUANTO URBANOS; SALVAMENTO DE VITIMAS PRESAS EM FERRAGENS; SALVAMENTO DE VITIMAS DE AFOGAMENTO; SALVAMENTO EM ALTURA.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NA INSTRUMENTALIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS NAS CIDADES DE PALMAS, GURUPI E ARAGUAÍNA, PARAÍSO DO TOCANTINS, PORTO NACIONAL, GUARAÍ, NATIVIDADE, ALVORADA, AUGUSTINÓPOLIS, PEDRO AFONSO, CASEARA, FORMOSO DO ARAGUAIA, LAGOA DA CONFUSÃO, DARCINÓPOPOLIS, AGUIARNÓPOLIS E ARRAIAS, COLINAS, TAGUATINGA E COUTO MAGALHÃES ATRAVÉS DE UM MELHOR APARELHAMENTO DA UNIDADE RESPONSÁVEL POR ESSA ATIVIDADE. AS ATIVIDADES COMPREENDERÃO, DENTRE OUTROS: RESGATE DE VIDAS E PATRIMÔNIO; COMBATE A INCÊNDIOS, TANTO FLORESTAIS, QUANTO URBANOS; SALVAMENTO DE VÍTIMAS PRESAS EM FERRAGENS; SALVAMENTO DE VÍTIMAS DE AFOGAMENTO; SALVAMENTO EM ALTURA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE SOLICITAÇÕES ATENDIDAS	(TOTAL DE SOLICITAÇÕES ATENDIDAS / TOTAL DE SOLICITAÇÕES) X 100	NÃO EXISTENTE	2003	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2231	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTOS E COMBATE A INCÊNDIO.	492.903,00	465.372,04	94,41	UNIDADE	2636	2637	100,04
2323	APARELHAMENTO DAS UNIDADES E SUB-UNIDADES DO CBMTO.	59.000,00	37.224,60	63,09	UNIDADE	110	84	76,36
1140	REFORMA DE UNIDADE E SUB-UNIDADE DO CBMTO.	458.470,00	304.210,82	66,35	UNIDADE	1	Em andamento	-
2232	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO CBMTO.	111.850,00	111.510,00	99,70	UNIDADE	120	186	155,00
2233	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EMBARCAÇÕES DO CBMTO.	58.550,00	58.550,00	100,00	UNIDADE	6	2	33,33
2234	AMPLIAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DO CBMTO.	76.785,00	74.615,00	97,17	UNIDADE	172	148	86,05
2235	FORNECIMENTO DE FARDAMENTO.	218.511,00	215.533,17	98,64	UNIDADE	362	373	103,03
TOTAL		**1.476.069,00**	**1.267.015,63**	**85,84**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Corpo de Bombeiros Militar

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
15.407.704,00	15.172.823,50	98,48	234.880,50

3.1.10 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria da Comunicação foi instituída pelo Decreto nº 1.124 de 01 de fevereiro de 2000, tendo como finalidade o planejamento, a execução,

a supervisão e acompanhamento das ações do governo, voltadas à divulgação institucional.

A Secretaria da Comunicação tem como missão coordenar, supervisionar e controlar a publicidade dos órgãos da Administração Pública direta e indireta sob o controle do Estado do Tocantins. O Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, atribuiu as seguintes competências:

a) planejar e executar a política de comunicação social do Estado;

b) articular, promover e divulgar as ações de governo, inclusive por meio de redes de rádios e televisão;

c) assessorar o Governador no seu relacionamento com a imprensa e a comunidade;

d) prestar permanentemente informações ao Chefe do Executivo Estadual acerca do comportamento da opinião pública em relação às atividades do Governo;

e) coordenar, supervisionar e controlar a publicidade no âmbito das assessorias de comunicações dos Órgãos e entidades do Poder Executivo;

f) coletar e fornecer ao Governador informações referentes às localidades envolvidas em atividades protocolares, bem como relativas ao perfil social e político de suas autoridades;

g) compor *clippings* da imprensa estadual, brasileira e internacional, especializada em matérias políticas, econômicas, sociais e culturais de interesse da política de relações internas e externas do Estado.

As atribuições da Secretaria da Comunicação foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico – Divulgação das Atividades Governamentais. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de R$ **37.852.594,00** com execução de **R$ 37.843.079,60**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 73 - FINALÍSTICO - 0093

PROGRAMA - DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS	
Objetivo:	INFORMAR A SOCIEDADE EM GERAL AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO, ATRAVÉS DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, VEICULADAS PELOS DIVERSOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, COMO: TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAIS IMPRESSOS, REVISTAS, OUTDOOR, CARTAZES, FOLDERS, E OUTROS.
Justificativa:	A DESINFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO CONTRIBUE SIGNIFICATIVAMENTE PARA O INSUCESSO NO RESULTADO DESSAS POLÍTICAS. TAL CONSTATAÇÃO FOI APONTADA, INCLUSIVE, NO RELATÓRIO DAS REUNIÕES COM A POPULAÇÃO PARA DISCUSSÃO DO PPA. FAZ-SE NECESSÁRIO, PORTANTO, A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO QUE ATENDA ESSA NECESSIDADE LATENTE. A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL INEFICIENTE DEIXA A COMUNIDADE À MARGEM DAS ATIVIDADES DO GOVERNO, ALÉM DE ACARRETAR DESPERDÍCIO DE RECURSOS PÚBLICOS, DADO QUE AS AÇÕES DO GOVERNO CARECEM DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA ATINGIR O RESULTADO DESEJADO.
Estratégia:	LEVANTAR INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR CADA UM DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO, E TRANSFORMÁ-LAS EM CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, E DIVULGÁ-LAS À SOCIEDADE, ATRAVÉS DOS DIVERSOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, COMO: TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAIS IMPRESSOS, REVISTAS, FOLDERS, CARTAZES E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS	TOTAL DO ORÇAMENTO EXECUTADO / TOTAL ORÇAMENTO APROVADO * 100	50.000	dez-06	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2129	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.	795.197,00	794.521,81	99,92	UNIDADE	1	1	100,00
2130	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE.	704.203,00	704.200,12	100,00	UNIDADE	3	12	400,00
2131	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.	5.351.292,00	5.351.247,47	100,00	UNIDADE	140	176	125,71
2132	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.	426.252,00	417.464,37	97,94	UNIDADE	150	535	356,67
2133	PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO.	30.575.648,00	30.575.645,83	100,00	UNIDADE	50000	48.885	97,77
2134	OUVIDORIA GERAL DO ESTADO.	02,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**37.852.594,00**	**37.843.079,60**	**99,97**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Comunicação

3.1.11 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, competindo-lhe, conforme o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, o seguinte:

a) elabor, coordenar e gerenciar os planos do Governo;

b) formular, coordenar e implementar sistemas estatísticos e pesquisas socieconômicas;

c) elaborar, coordenar e acompanhar a programação orçamentária;

d) acompanhar e assessorar, no âmbito do planejamento estratégico, as unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da Administração Pública Direta e Indireta;

e) conduzir as relações intersubjetivas dos Órgãos do Estado e da União;

f) realizar negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;

g) representar supletivamente o Estado no Conselho Nacional de Políticas Fazendária-CONFAZ, e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;

h) realizar o zoneamento ecológico-econômico.

As atribuições da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio

Administrativo, dois de Gestão de Políticas Pública e um de Serviço ao Estado. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 25.388.663,00**, com execução de **R$ 12.067.887,86**, como demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 74 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	448.708,00	448.575,02	99,97	132,98
Manutenção dos Serviços de Transportes	271.621,00	271.593,62	99,99	27,38
Manutenção de Recursos Humanos	4.522.901,00	4.522.898,57	100,00	2,43
Ações de Informática	864.993,00	864.791,70	99,98	201,30
TOTAL	**6.108.223,00**	**6.107.858,91**	**99,99**	**364,09**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Planejamento

QUADRO 75 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0018

PROGRAMA - GESTÃO PARA RESULTADOS	
Objetivo:	MODERNIZAR OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO VISANDO A MELHORIA NA QUALIDADE DA ELABORAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.
Justificativa:	A DEFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS, E A INEXISTÊNCIA DE SISTEMATICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, FAZ NECESSÁRIO A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. A NÃO MODERNIZAÇÃO ACARRETARÁ NO DESCOLAMENTO ENTRE O PLANEJADO, O EXECUTADO E AS DEMANDAS DA SOCIEDADE, INVIABILIZANDO O ALCANCE DE RESULTADOS.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA SE DARÁ A PARTIR DA SINERGIA ENTRE ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E MUNICIPAL, INSTITUIÇÕES, SERVIDORES PÚBLICOS E ATORES SOCIAIS. O GERENCIAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA SEPLAN/DPPP. A SECAD TERÁ RESPONSABILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL E NA IMPLEMENTAÇÃO DO SICAP. SERÃO DESENVOLVIDOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA E SISTEMA INFORMATIZADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
RECURSOS CAPTADOS - CONVÊNIOS (EXCETO FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS)	-	-	-	-
Nº DE ESTABELECIMENTOS NO TO NOS RAMOS DE: COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS	-	25824	2000	30317
EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA ARRECADADA	-	9,05	2003	17
TX MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (PIB)	-	14,11	1998/2003	24

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2237	FORMAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DE EXCELÊNCIA.	209.663,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2238	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	504.593,00	4.609,50	0,91	UNIDADE	139	5	3,60
2236	ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	693.032,00	73.369,78	10,59	UNIDADE	139	3	2,16
1151	IMPLANTAÇÃO DE CANAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TRANSPARÊNCIA (INFOVIA).	1.666.369,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2261	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO,	271.086,00	18.616,96	6,87	UNIDADE	1	0	0,00

	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS.							
2262	ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS ESPECIAIS.	78.752,00	3.630,47	4,61	UNIDADE	1	0	0,00
2263	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS DO ESTADO DO TOCANTINS – PPPS.	4.636,00	4.635,50	99,99	UNIDADE	1	0	0,00
2239	CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS.	1.500.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2259	AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EXECUTADOS PELO GOVERNO DO ESTADO.	128.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2240	DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE GESTÃO PÚBLICA.	330.691,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2242	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	521.038,00	900,00	0,17	UNIDADE	139	0	0,00
2243	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	647.683,00	11.176,82	1,73	UNIDADE	1	0,05*	-
TOTAL		**6.555.543,00**	**116.939,03**	**1,78**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Planejamento

* Na ação 2243 – Desenvolvimento do Sistema Informatizado em Planejamento, Orçamento e Gestão, o produto desta ação é um sistema que integre o orçamento e o planejamento do Estado, no entanto, os sistemas que nos foram apresentados até agora não atendem plenamente nossas necessidades, ou seja, não integram planejamento e orçamento. Já está prevista uma visita técnica ao estado do Mato grosso, para conhecer e avaliar o sistema utilizado por aquele Estado. O baixo nível de execução da ação justifica-se pelo fato desta pasta na fase de visitas a outros Estados, para análise dos sistemas desenvolvidos e em funcionamento nos demais entes da federação.

QUADRO 76 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TRERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EFICIÊNCIA NA CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	1º - IMPACTOS AMBIENTAIS / KM ÁREAS PROTEGIDAS X 100 = KM PROTEGIDOS ANO-BASE; 2º - IMPACTOS AMBIENTAIS / KM ÁREAS PROTEGIDAS X 100 = KM PROTEGIDOS ANO ANÁLISE; 3º - KM PROTEGIDOS ANO-BASE / KM PROTEGIDOS ANO ANÁLISE X 100.	100	2003	150
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	2003	115
AUMENTO REAL DA RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL	1º - VALOR EM MOEDA CORRENTE / ÍNDICE GERAL DE PREÇOS X 100 = VALOR REAL ANO BASE; 2º - VALOR EM MOEDA CORRENTE / ÍNDICE GERAL DE PREÇOS X 100 VALOR REAL ANO ANÁLISE; 3º - VALOR REAL ANO ANÁLISE / VALOR REAL ANO-BASE X 100.	100	2003	120

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2244	MAPEAMENTO DA COBERTURA E USO DA TERRA.	3.564.487,00	2.249.421,13	63,11	UNIDADE	139	45	32,37

1141	ELABORAÇÃO DE PLANOS E ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	74.739,00	28.263,30	37,82	PORCENTAGEM	46	46	100,00
2245	FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS.	119.772,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0,00
1142	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.	181.832,00	72.695,06	39,98	UNIDADE	134	75	55,97
1143	CAPACITAÇÃO DE ATORES LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.	168.840,00	0,00	0,00	UNIDADE	134	200	149,25
1144	EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA SEPLAN.	1.433.500,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	100	25	25,00
2246	OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES TÉCNICAS REGIONAIS.	2.593.552,00	1.059.467,61	40,85	UNIDADE	4	4	100,00
2247	ATUALIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO E MANTÊ-LO EM FUNCIONAMENTO.	2.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
1145	FORTALECIMENTO DA BASE MATERIAL PARA PESQUISA E PLANEJAMENTO DA SEPLAN.	538.600,00	498.792,90	92,61	PERCENTUAL	61	61	100,00
2248	CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO CENTRO ESTADUAL DE USUÁRIOS DO TOCANTINS.	6.121,00	6.119,76	99,98	UNIDADE	1	1	100,00
2249	LEVANTAMENTOS DOS RECURSOS NATURAIS.	1.538.182,00	1.229.585,60	79,94	UNIDADE	139	98	70,50
2250	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE USUÁRIOS DO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
1146	ORIENTAR A REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL E FINANCEIRA DA GESTÃO MUNICIPAL.	107.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	50	20	40,00
1152	IMPLANTAÇÃO DE MDL - MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMPO.	300.998,00	997,42	0,33	UNIDADE	2	0	0,00
1153	IMPLANTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA.	1.931,00	1.743,00	90,26	UNIDADE	2	0	0,00
1148	IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	200.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
1149	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.	600.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1150	ELABORAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2251	ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA GEOGRÁFICO DE INFORMAÇÕES.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2252	REALIZAÇÃO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL DO TOCANTINS.	15.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	102	0	0,00
2255	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS NATURAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
1162	FOMENTO AO ARRANJO PRODUTIVO DA APICULTURA.	398.320,00	200.938,57	50,45	PORCENTAGEM	100	60	60,00
2257	SERVIÇOS DE APOIO A COLETA, MONITORAMENTO E MAPEAMENTO DE DADOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2258	AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.	213.595,00	141.309,30	66,16	UNIDADE	1	0,5	50,00
2260	ESTUDOS PARA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO.	313.613,00	2.812,98	0,90	UNIDADE	1	0	0,00
2317	AVALIAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS E PROJETOS NA ÁREA DE ECOTURISMO.	332.787,00	330.916,76	99,44	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**12.704.869,00**	**5.823.063,39**	**45,83**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Planejamento

* A ação 1143 – Capacitação de Atores Locais para o desenvolvimento Regional e Local, apesar de não ter ocorrido desembolso financeiro a meta física foi totalmente cumprida e até superada, pois várias atividades foram desenvolvidas em conjunto com outras ações, que aperfeiçoou os recursos públicos. Foram realizadas capacitações na área de associativismo e cooperativismo, elaboração de projetos sociais, desenvolvimento local e regional.

* A ação 1144 – Execução de Planos de Desenvolvimento Institucional da SEPLAN, a meta física não foi executada na sua totalidade. O PDI da SEPLAN avançou em 02(dois) produtos báscios: o Mapa de Contexto Interno e Externo e a Análise Institucional e Sugestão de Melhoria dos Processos, no entanto, os mesmo não chegaram a serem finalizados em razão da rescisão do contrato.

* A ação 1146 – Orientar a Reestruturação Organizacional e Financeira da Gestão Municipal, foram elaborados diagnósticos dos municípios da região Sudeste do Tocantins, no aspecto financeiro, humano, administrativo, de gestão e controle das administrações públicas, com apresentação para elaborarmos, em conjunto, sugestão de melhoria para os entraves apontados na pesquisa, no entanto, o processo não eolui devido ao início do processo eleitoral.

* A ação 1148 – Implantação de Conselhos de Desenvolvimento Regional, a meta física foi executada sem a utilização de recursos financeiros desta ação, pois várias atividades foram desenvolvidas em conjunto com outras ações, principalmente a ação de Operacionalização das Unidades Técnicas Regionais. Foi implantado um Conselho de

Desenvolvimento Regional na região Sudeste do Tocatins, abrangendo 20 municípios, com representantes do poder público estadual, municipal e sociedade civil de cada município.

* A ação 1152 – Implantação de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), os técnicos envolvidos neste projeto participaram em Manaus da Conferência Latino-Americana de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, portanto, a despesa executada foi realizada com estada e particapção dos servidores.

* A ação 1162 – Fomento ao Arranjo Produtivo da Apicultura, está sendo executado o convênio nº 122/2006, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e SEPLAN, com vistas ao fortalecimento da apicultura na região do Jalapão. Foram adquiridos diversos materiais de consumo e materiais permanentes com recursos do convênio, os quais foram entregues aos produtores, no entanto, as principais dificuldades encontradas na implementação da ação foram à falta de proponentes para alguns itens licitados e demora na entrega dos produtos. Outro fator dificultor foi à produção de colméias apícolas, devido à falta de fábricas com certificação de uso de madeiras legais.

* A ação 2250 – Operacionalização e manutenção do Centro Estadual de Usuários do Tocantins, apesar de não ter havido a utilização dos recursos indicados na meta financeira, as atividades de manutenção da estrutura de funcionamento e de atendimento externo a demanda de informações e produtos foi efetuada no decorrer do exercício.

* A ação 2255 – Divulgação de Informações sobre Recursos Naturais, embora não tenha havido a utilização do recurso financeiro a ação foi executada, como previsto, a atividade de atualização do Atlas do Tocantins, versões portugu~es e inglês. Tal atividade foi executada pelos técnicos da Seplan/DEZ mediante uso das informações e dados oriundos da Base de Dados Geográficos do Tocanrins e ferramentas do Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da SEPLAN. Ressalta-se, no entanto, que a condução e custeio das atividades de impressão foi executada pela Secretaria da Comunicação.

* A ação 2258 – Avaliação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, esta ação pretende responder em que grau o PDRS produziu os resultados sobre as populações alvo, determinar em que medida esses resultados são atribuíveis ao projeto. No ano de 2008 os trabalhos de coleta de dados nos municípios de Wanderlândia, Babaçulândia, Filadélfia, Barra do Ouro, Palmeirante, Campos Lindos, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Santa Maria, Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Recursolândia, Lizarda, Rio Sono, Novo Acordo, São Félix do Tocantins, Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, Santa Tereza e Lagoa do Tocantins, encerrando a primeira fase da Avaliação que é o Marco Zero nas regiões Nordeste e Jalapão. Com o encerramento dessa fase conclui-se que a meta física executada seja de 50% restando somente à tabulação dos dados coletados.

QUADRO 77 - SERVIÇO AO ESTADO - 0115

PROGRAMA - INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	
Objetivo:	DISPONIBILIZAR EM TEMPO REAL INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO ESTADO E SEUS MUNICÍPIOS PARA A TOMADA DE DECISÕES NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	ESSE PROGRAMA SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE CONHECER A REALIDADE DO ESTADO EM SUAS DIVERSAS DIMENSÕES E PARA SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES, BEM COMO, DIVULGAR AS POTENCIALIDADES DO ESTADO.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA CONSISTE BASICAMENTE NA COMPILAÇÃO, TABULAÇÃO, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DISPONÍVEIS E A ELABORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE O ESTADO DO TOCANTINS. A METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO SERÁ: 1 - OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS ATRAVÉS DE PESQUISAS DE CAMPO; 2 - COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES SECUNDÁRIAS EM MEIO ON-LINE E/OU IMPRESSO; 3 - PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES; 4 - ANÁLISE CRITICA E ELABORAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES; 5 - PUBLICAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA	ÍNDICE DE INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA. BASE 21/12/2003 = 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2266	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2267	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2268	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO MUNICIPAL E REGIONAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2269	CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2270	ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL.	20.028,00	20.026,53	99,99	ÍNDICE DE VARIAÇÃO - PERCENTUAL	1	1	100,00
2271	ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**20.028,00**	**20.026,53**	**99,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Planejamento

* A ação 2268 – Elaboração e Divulgação do Perfil Sócio-econômico Municipal e Regional, teve a meta física executada sem que houvesse dispêndio financeiro, pois não houve pesquisa de campo nem a publicação impressa das informações das regiões, sendo a divulgação via on-line.

* A ação 2269 – Construção de Indicadores Sócio-econômicos, teve a meta física executada na sua totalidade com a impressão de 1.000 exemplares, no entanto, os recursos utilizados para a consecução desta ação foram dispendidos pela Secretaria de Comunicação.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
25.388.663,00	12.067.887,86	47,53	13.320.775,14

3.1.12 SECRETARIA DO ESPORTE

O primeiro órgão a difundir o esporte mais efetivamente no Estado do Tocantins foi a Secretária do Esporte e Turismo por meio da Medida Provisória n° 328, de 01 de janeiro de 1999. A partir da avaliação da importância do esporte e do interesse de elevar a qualidade de vida da população por meio de atividades esportivas e recreativas por meio da inclusão social, viu-se a necessidade de reestruturação da secretaria dando a esta autonomia. Desta forma foi criada a Secretaria Estadual do Esporte por meio do Decreto n° 1.038, de 16/10/2000, com as atribuições de promover e difundir o esporte tocantinense em todas as suas modalidades e níveis. Através do Decreto 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispões sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo a estrutura da Secretaria do Esporte foi redefinida.

A Secretaria do Esporte tem como missão divulgar, disseminar e desenvolver o esporte em sua melhor forma, contribuindo para a inserção social e identidade cultural da população de nosso estado. Tendo como objetivo o desenvolvimento de Política Estadual para o esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas, a inclusão social do individuo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral da população (pessoas comuns, jovens, estudantes, atletas amadores e profissionais) como objetivo maior. A atuação da SESPO, justifica-se por ser como instrumento de operacionalização da política estadual do esporte, para que esta seja estendida e alcançada por todos no estado, conforme descreve o inciso XIII do art. 4.º do Decreto nº. 3.460/2008, segue:

Art. 4º compete às unidades da estrutura básica, da administração direta:

XIII – Secretaria do Esporte:

a) planejar, coordenar e executar a política estadual de incentivo ao esporte;

b) promover e difundir o esporte em todas as suas modalidades;

c) estimular e orientar as atividades desportivas e recreativas;

d) captar e aplicar recursos para instalação e manutenção de estruturas e espaços físicos destinados às práticas desportivas;

e) incentivar e apoiar a iniciativa privada, mediante auxílios e subvenções, para a realização de atividades desportivas;

f) programar certames e competições de esporte amador e outras formas de lazer organizado;

As atribuições da Secretaria do Esporte foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Esporte para Todos, sendo este finalístico. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 25.586.907,00**, com execução de **R$ 23.422.481,72**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 78 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	556.323,00	551.850,76	99,20	4.472,24
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.051.077,00	1.050.721,89	99,97	355,11
Manutenção de Recursos Humanos	4.319.219,00	4.319.035,89	100,00	183,11
Ações de Informática	73.368,00	66.805,79	91,06	6.562,21
TOTAL	**5.999.987,00**	**5.988.414,33**	**99,81**	**11.572,67**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria do Esporte

QUADRO 79 – FINALÍSTICO - 0043

PROGRAMA - ESPORTE PARA TODOS	
Objetivo:	PROPORCIONAR AOS ATLETAS AMADORES E PROFISSIONAIS ESPORTE DE BASE, E A POPULAÇÃO EM GERAL, SUBSÍDIOS PARA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ESPORTIVAS.
Justificativa:	SABE-SE QUE A PRÁTICA ESPORTIVA, OS VALORES ÉTICOS QUE O ESPORTE PROPORCIONA, BEM COMO A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER, SÃO FATORES QUE PROMOVEM A INCLUSÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES, SENDO RELEVANTES PARA OPORTUNIZAR O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA. EM VISTA DISSO, HÁ A NECESSIDADE DE SE OFERECER À POPULAÇÃO TOCANTINENSE E ATLETAS EM GERAL, ESPAÇOS FÍSICOS ADEQUADOS A PRÁTICA ESPORTIVA, MATERIAIS DISTRIBUÍDOS GRATUITAMENTE, A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E O APOIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES DESPORTIVAS E AOS ATLETAS.
Estratégia:	ESTABELECER CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS E MUNICÍPIOS; APOIAR OS ATLETAS NA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ESTADUAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS; PROMOVER CURSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA TÉCNICOS E PESSOAS ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS; PROMOVER A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MATERIAL ESPORTIVO COMO INCENTIVO ÀS ATIVIDADES ESPORTIVAS, DE RECREAÇÃO E DE LAZER; IMPLANTAR ESCOLINHAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA; INCENTIVAR PÚBLICO FEMININO À PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS; DIVULGAR TODOS OS EVENTOS REALIZADOS POR ESTA PASTA; REALIZAR EVENTOS ESPORTIVOS EM TODAS AS REGIONAIS TOCANTINENSES; CAPACITAR OS TÉCNICOS E O PESSOAL ADMINISTRATIVO DA SESPO; DIAGNOSTICAR QUAIS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES NÃO POSSUI INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA PARA ATENDER A COMUNIDADE EM GERAL, PARA PROCEDER A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DA MESMA; DIAGNOSTICAR OS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA, MAS QUE NÃO ESTÃO EM CONDIÇÕES DE USO E NECESSITAM DE REFORMA OU ADEQUAÇÃO; CONSTRUIR E REFORMAR: ESTÁDIOS DE FUTEBOL COM PISTAS DE ATLETISMO, GINÁSIOS E QUADRAS POLIESPORTIVAS, E CENTROS OLÍMPICOS; APARELHAR AS UNIDADES ESPORTIVAS DE RESPONSABILIDADE DA SESPO, COM MOBILIÁRIO EM GERAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTAGEM DE ESCOLINHAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA IMPLANTADA POR REGIONAL	(QUANTIDADE DE ESCOLINHAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA IMPLANTADA POR REGIONAL / QUANTIDADE TOTAL DE ESCOLINHAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA PROGRAMADA PARA SEREM IMPLANTADAS) X 100	-	-	100
PERCENTAGEM DE ENTIDADES ESPORTIVAS ATENDIDAS POR REGIONAL	(QUANTIDADE DE ENTIDADES ESPORTIVAS ATENDIDAS POR REGIONAL / QUANTIDADE TOTAL DE ENTIDADES ESPORTIVAS PROGRAMADAS PARA SEREM ATENDIDAS) X 100	25	12/31/2006	100
PERCENTUAL DE EVENTOS REALIZADOS	(QUANTIDADE DE EVENTOS REALIZADOS / QUANTIDADE TOTAL DE EVENTOS PROGRAMADOS PARA SER REALIZADOS) X 100	145	12/31/2006	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2178	PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS POR DETENTOS - PINTANDO A LIBERDADE.	1.389.096,00	249.505,48	17,96	UNIDADE	84.600	4.878	5,77
2179	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER - PELC.	480.008,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1119	CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIO DE FUTEBOL.	10.241.062,00	10.241.061,21	100,00	UNIDADE	9	1	11,11
1120	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1121	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA.	739.250,00	739.249,96	100,00	UNIDADE	8	1	12,50
1122	REFORMA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	719.624,00	719.622,97	100,00	UNIDADE	11	2	18,18
2180	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO ESPORTE.	422.975,00	422.361,16	99,85	UNIDADE	20	13	65,00
2181	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS.	1.805.002,00	1.502.265,85	83,23	UNIDADE	118	78	66,10
2182	ATENDIMENTO AOS CLUBES PROFISSIONAIS E AMADORES E AO DESPORTO COMUNITÁRIO.	1.211.774,00	1.211.724,00	100,00	UNIDADE	61	35	57,38
2183	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.	2.301.974,00	2.277.854,30	98,95	UNIDADE	136	548	402,94
2184	IMPLANTAÇÃO DE ESCOLINHA DE INICIAÇÃO ESPORTIVA.	268.685,00	62.952,86	23,43	UNIDADE	20	2	10,00
2308	APARELHAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	7.470,00	7.469,60	99,99	UNIDADE	21	4	19,05
TOTAL		**19.586.920,00**	**17.434.067,39**	**89,01**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria do Esporte

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
25.586.907,00	23.422.481,72	91,54	2.164.425,28

3.1.13 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

A Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins foi instituída pelo Decreto n.° 1.717, de 13 de março de 2003, posteriormente sendo revogado pelo Decreto nº 2751, de 22 de maio de 2006, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos, a política judiciária, o monitoramento da execução penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e penintenciária do Estado, a defesa e proteção dos direitos da criança e adolescente a articulação com Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, a promoção do relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais.

Em Janeiro de 2007, por força do Decreto nº 2.915, de 02 de janeiro de 2007, houve nova reestruturação na estrutura básica, operacional e nas competências dessa Secretaria.

Em agosto de 2008, também por força do Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, houve nova reestruturação na estrutura básica, operacional e a nas competências dessa Secretaria.

A promoção e a Defesa dos Direitos Humanos, das garantias constitucionais, da ordem jurídica, dos direitos políticos, da cidadania, dos portadores de deficiência, da mulher, dos índios, das minorias, do Direito do Consumidor através do PROCON, política judiciária, da criança e do adolescente, da política judiciária, monitoramento da Execução Penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e Penintenciária do Estado, a articulação com Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, a promoção do relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais.

Vinculados a Secretaria da Cidadania e Justiça estão:

- Fundo Estadual Antidrogas;
- Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor;
- Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Estadual dos Direitos Humanos;
- Conselho Estadual Antidrogas;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho de Gestão do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor;
- Conselho Penintenciário.

As atribuições da Secretaria da Cidadania e Justiça foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e 02 Programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 31.405.035,00** com execução de **R$ 27.082.040,08**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 80 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.112.628,00	3.111.659,74	99,97	968,26
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.138.590,00	1.138.588,09	100,00	1,91
Manutenção de Recursos Humanos	17.638.868,00	17.638.819,52	100,00	48,48
Ações de Informática	90.933,00	90.932,06	100,00	0,94
TOTAL	**21.981.019,00**	**21.979.999,41**	**100,00**	**1.019,59**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 81 - FINALÍSTICO - 0100

PROGRAMA - ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo:	GARANTIR A RESSOCIALIZAÇÃO E CUSTÓDIA DOS REEDUCANDOS E SEGURANÇA À ADMINISTRAÇÃO.
Justificativa:	EXISTEM ÁREAS DEFICIENTES DE ESTABELECIMENTOS CORRECIONAIS E DE ESTRUTURAS DE SEGURANÇA E APARELHAMENTO, QUE VIABILIZEM A RESSOCIALIZAÇÃO, NÃO EXISTINDO A DIFERENCIAÇÃO DOS DETENTOS PROVISÓRIOS DOS CONDENADOS, DE AMBOS OS SEXOS, NÃO CUMPRINDO INTEGRALMENTE COM A LEI DE EXECUÇÃO PENAL; AS DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA, SUPERLOTAÇÃO, INSUFICIÊNCIA APARELHAGEM E CONSEQUENTEMENTE, DIFICULDADE NO MONITORAMENTO DOS PRESÍDIOS E SEU CORPO FUNCIONAL SÃO SITUAÇÕES PRESENTES E QUE SE NADA FOR FEITO O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO ESTARÁ COMPROMETIDO COM RISCOS CRESCENTES DE FUGAS E REINCIDÊNCIA CRIMINAL.
Estratégia:	CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS, PRESÍDIO FEMININO, CASAS DE ALBERGADO, COM REAPARELHAMENTO E MONITORAMENTO DOS REFERIDOS PRESÍDIOS, BEM COMO A COM APLICAÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS. SERÃO ESTABELECIDAS PARCERIAS COM OS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS. O GERENCIAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E PRISIONAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMEROS DE PRESOS / POPULAÇÃO CARCERÁRIA	10% SOBRE O NÚMERO MAIS RECENTE	1.947	20/9/2007	2.849

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2289	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA REEDUCANDOS E EGRESSOS.	99.800,00	1.200,00	1,20	UNIDADE	100	17	17,00
2290	APARELHAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO ESTADO DO TOCANTINS.	2.982.466,00	912.337,54	30,59	UNIDADE	2	1	50,00
2291	ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS APENADOS E EGRESSOS.	0,00	0,00	0,00	PESSOAS	100	0	0,00
2292	IMPLANTAÇÃO DE LAVANDERIA NOS PRESÍDIOS.	148.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
2293	ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.	2.986.463,00	2.986.462,50	100,00	PESSOAS	380	380	100,00
1161	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PARA OS ESTABELECIMENTOS PENAIS.	1.800.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	1	50,00
2294	IMPLANTAÇÃO DA CORREGEDORIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2296	ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.	35.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**8.051.729,00**	**3.900.000,04**	**48,44**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 82 - FINALÍSTICO - 0107

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	
Objetivo:	DESENVOLVER AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, BEM COMO ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CULTURA DE RESPEITO, DE TOLERÂNCIA E DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, IMPLANTANDO SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO COM VISTAS A PERMITIR O ACESSO A DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA.
Justificativa:	DEVIDO AO ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO, TENDO 40 CASOS REGISTRADOS EM 2003, CONSTANDO INCLUSIVE NO RANKING INTERNACIONALDA ONU, BEM COMO, A PRECARIEDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ DESENVOLVIDO POR UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, QUE ELABORARÁ CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO, NO SENTIDO DE DISPONIBILIZAR AOS SETORES MAIS VULNERÁVEIS DA SOCIEDADE TOCANTINENSE PRODUTOS E SERVIÇOS DESTINADOS À PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. PARA TANTO, NECESSÁRIO SE FAZ CRIAR UM BANCO DE DADOS ATUALIZADO, COM CADASTRO DE TODOS OS COLABORADORES E VOLUNTÁRIOS E TODAS AS INFORMAÇÕES ATINENTES AO PROGRAMA. PARA O APOIO PEDAGÓGICO, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO, NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO OU DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, TAIS COMO PEDAGOGOS, PSICÓLOGOS, ADVOGADOS ETC. SERÃO FIRMADOS AINDA, CONVÊNIOS COM AS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL, A FIM DE GARANTIR A SEGURANÇA E PROTEÇÃO DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA. REUNIÕES DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO SERÃO FEITAS TRIMESTRALMENTE, E AINDA, VISITAS DE INTERCÂMBIO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO. AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS EM ÂMBITO ESTADUAL, MAS, DE FORMA GRADATIVA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº DE PESSOAS ATENDIDAS	(TOTAL DE DENÚNCIAS INVESTIGADAS / TOTAL DE CASOS DENUNCIADOS) X 100	16.819	31/10/2007	32.819

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2298	CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES DA SECIJU.	52.100,00	50.599,00	97,12	UNIDADE	150	145	96,67
2299	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS.	37.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2300	REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS.	48.347,00	48.346,76	100,00	UNIDADE	5	4	80,00
2301	BALCÃO DA CIDADANIA.	481.648,00	433.064,40	89,91	UNIDADE	5	5	100,00
2302	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E EVENTOS PROMOVIDOS ATRAVÉS DA SECIJU.	666.072,00	665.830,47	99,96	UNIDADE	1	1	100,00
2303	CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS SOBRE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS AFRO-DESCENDENTES E POVOS INDÍGENAS.	37.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2304	CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS.	49.120,00	4.200,00	8,55	UNIDADE	1	0	0,00
2306	IMPLANTAÇÃO DE ESTUDO VISANDO PROMOVER AUTONOMIA E AUTO-SUSTENTABILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2307	REALIZAÇÃO DE EVENTOS VOLTADOS À PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
TOTAL		**1.372.287,00**	**1.202.040,63**	**87,59**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Cidadania e Justiça

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
31.405.035,00	27.082.040,08	86,23	4.322.994,92

3.1.14 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Ciência e Tecnologia foi criada em 29 de novembro de 2005, por meio do Decreto nº 2.588, sob forma de órgão Público do Poder Executivo Estadual, como pessoa jurídica de direito público, porém, somente no dia 1º de fevereiro de 2006, iniciou suas atividades com a nomeação do primeiro secretário desta pasta, através do Ato nº 706 NM, de 31 de janeiro de 2006, Diário Oficial nº 2.097, de 01 de fevereiro de 2006. A secretaria foi reestruturada através do Decreto n° 3.460, de 12 de agosto de 2008, Diário Oficial nº 2.711, de 14 de agosto de 2008, onde hoje encontra-se constituída de 3 Assessorias diretas ao Gabinete do Secretário, 4 Diretorias e 12 Coordenações. O Decreto n° 3.337, de 9 de abril de 2008, Diário Oficial 2.627 de 10 de abril de 2008, dispõe sobre a transferência da competência das escolas técnicas para esta Pasta.

Tem como missão fomentar as atividades de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

As atribuições da Secretaria de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo. Para este le foram autorizados recursos da ordem de **R$ 9.464.861,00**, com execução de 99,99%, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 83 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	589.940,00	589.644,10	99,95	295,90
Manutenção dos Serviços de Transportes	55.221,00	54.979,67	99,56	241,33
Manutenção de Recursos Humanos	8.676.573,00	8.676.485,22	100,00	87,78
Ações de Informática	143.127,00	142.505,08	99,57	621,92
TOTAL	**9.464.861,00**	**9.463.614,07**	**99,99**	**1.246,93**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Ciência e Tecnologia

3.1.15 SECRETARIA DO GOVERNO

A Secretaria do Governo instituída pelo Decreto nº 1.128, de 19 de fevereiro de 2001, teve sua estrutura alterada quando da edição do Decreto nº 1.483, de 12 de abril de 2002, que incorporou suas atribuições às da então Secretaria da Justiça denominando-a Secretaria do Interior e Justiça, situação que perdurou até a edição do Decreto nº 1.718, de 13 de março de 2003 quando a Pasta do Interior e Justiça passa novamente a denominar-se Secretaria do Governo.

A Secretaria do Governo foi recriada em 13 de março de 2003 pelo Decreto nº 1.718, sucessora da Secretaria do Interior e Justiça, com a Competência de coordenar as ações políticas do Governo; acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado; a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais.

A estrutura atual da Secretaria de Governo está organizada com base no Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008.

A missão da Secretaria do Governo até 2008 “coordenar as ações políticas do governo e as relações governamentais com prefeitos e vereadores acompanhando a execução de programas e projetos estaduais nos municípios, e também acompanhar a execução das ordens emanadas do Governo do Estado, realizando e articulando política com os municípios, os poderes Legislativos e Judiciários, ao Congresso Nacional, aos segmentos organizados e às comunidades e lideranças políticas e sociais.”.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa - Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 29.712.136,00**, com execução de **R$ 29.708.827,58**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 84 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.078.319,00	1.078.185,07	99,99	133,93
Manutenção dos Serviços de Transportes	410.078,00	409.848,58	99,94	229,42
Manutenção de Recursos Humanos	28.145.253,00	28.142.308,67	99,99	2.944,33
Ações de Informática	78.486,00	78.485,26	100,00	0,74
TOTAL	**29.712.136,00**	**29.708.827,58**	**99,99**	**3.308,42**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria do Governo

3.1.16 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria da Administração tem a missão de buscar o fortalecimento e a excelência da gestão pública estadual, promovendo a modernização institucional e da atividade administrativa, com foco no acompanhamento de resultados e na qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado do Tocantins. Sua finalidade é a orientação normativa e controle técnico dos sistemas administrativos de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais, sendo seu objetivo administrar os subsistemas de registro e controle de pessoal, recrutamento, seleção e treinamento, correição administrativa e

regime disciplinar, direitos e deveres dos servidores públicos estaduais, controlar e coordenar a situação dos bens móveis e semoventes do Poder Executivo Estadual.

Tendo como público alvo o Poder Executivo, a Secretaria da Administração deve ser referência em modernização da gestão institucional que será alcançada por meio do aperfeiçoamento dos Sistemas de Recursos Humanos, Material, Patrimônio e outros sistemas administrativo-operacionais.

Hoje, sua competência está disciplinada por meio do Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Modernização da Administração Pública. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 11.704.296,00**, com execução de **R$ 10.685.822,45**, como demonstrados nos itens a seguir:

QUADRO 85 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	809.264,00	808.318,67	99,88	945,33
Manutenção dos Serviços de Transportes	203.179,00	203.176,41	100,00	2,59
Manutenção de Recursos Humanos	8.509.150,00	8.509.147,64	100,00	2,36
Ações de Informática	664.420,00	663.618,01	99,88	801,99
TOTAL	**10.186.013,00**	**10.184.260,73**	**99,98**	**1.752,27**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Administração

QUADRO 86 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DA COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO INSTITUCIONAL, DA LOGÍSTICA E DOS RECURSOS HUMANOS, PROMOVENDO A MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DESTE PROGRAMA SERÁ DA RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, BUSCANDO-SE PRIORITARIAMENTE O APERFEIÇOAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA

	RESULTADOS, PARA A CIDADANIA, PARA O CIDADÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS	PERCENTUAL DE USUÁRIOS SATISFEITOS COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1109	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.	39.399,00	39.398,79	100,00	PERCENTUAL	100	19,20	19,20
1110	IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS.	310.524,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	52	0	0,00
1111	IMPLANTAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO NO PODER EXECUTIVO.	394.523,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	36	0	0,00
1112	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO NO PODER EXECUTIVO.	243.778,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	25	0	0,00
1113	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO INTERINSTITUCIONAL.	66.198,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	30	0	0,00
1114	MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO DOS DOSSIÊS FUNCIONAIS E DOS PRONTUÁRIOS MÉDICOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	8	0	0,00
1115	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL – GESPÚBLICA.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	11	4	36,36
1116	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SECAD.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	15	0	0,00
2157	SERVIÇO RÁPIDO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.	463.861,00	462.162,93	99,63	CIDADÃOS ATENDIDOS	1500	265.663	117.113,87
TOTAL		**1.518.283,00**	**501.561,72**	**33,03**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Administração

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
11.704.296,00	10.685.822,45	91,30	1.018.473,55

3.1.17 SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins tem sua base legal instituída na Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 004, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores.

Compete a Secretaria da Fazenda, conforme Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008:

- formular, coordenar e executar funções do Sistema Tributário do Estado, compreendendo tributação, arrecadação e fiscalização;
- gerir os sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;
- elaborar, coordenar e executar a programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro do Estado;
- manter e controlar:

- o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual;

- os compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual;

- as operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado;

- os sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro.

- gerir a Conta Única do Tesouro Estadual;
- adquirir bens e serviços;
- emitir atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituição Federal e Estadual e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As atribuições da Secretaria da Fazenda foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, Modernização Fiscal e Educação Fiscal. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 125.863.646,00**, com execução de **R$ 119.317.877,71**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 87 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	18.440.529,00	18.435.207,81	99,97	5.321,19
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.923.720,00	1.922.908,13	99,96	811,87
Manutenção de Recursos Humanos	86.462.218,00	86.461.565,54	100,00	652,46
Ações de Informática	1.632.111,00	1.632.108,29	100,00	2,71
TOTAL	**108.458.578,00**	**108.451.789,77**	**99,99**	**6.788,23**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 88 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0021

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	DOTAR A SECRETARIA DA FAZENDA DE CONDIÇÕES TÉCNICAS, TECNOLÓGICAS, INSTRUMENTAIS E DE INSTALAÇÕES, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO, APRIMORANDO A EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O MELHOR ATENDER AO CIDADÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DA FAZENDA ESTÁ REALIZANDO ESFORÇOS NO SENTIDO DE APRIMORAR O PLANEJAMENTO O QUE IRÁ PROPORCIONAR MAIOR AGILIDADE NA GESTÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MELHORAR O DESEMPENHO DOS SERVIDORES E A SEGURANÇA NO ACESSO AS INFORMAÇÕES, NECESSÁRIAS AO BOM ATENDIMENTO AO CIDADÃO, OBJETIVANDO O CONSTANTE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO.
Estratégia:	IMPLEMENTAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COLOCÁ-LAS EM FUNCIONAMENTO; DOTAR AS DELEGACIAS, POSTOS FISCAIS E AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E SEDE DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONTRATAR CONSULTORIA PARA REDESENHAR PROCESSOS E DESENVOLVER SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÕES; INTERLIGAR AS UNIDADES DA SEFAZ; CONSTRUIR, REFORMAR, MANTER E MOBILIAR A SEDE E UNIDADES DA SEFAZ; FIRMAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL; TODAS AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DENTRO DAS NORMAS VIGENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
QUANTIFICAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	(QUANTIDADE DE AÇÕES FISCAIS REALIZADAS / QUANTIDADE DE AÇÕES FISCAIS PLANEJADAS) X 100	50%	31/12/2008	100
DECLARAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO	(DECLARAÇÕES EM MEIO MAGNÉTICO / TOTAL DAS DECLARAÇÕES RECEBIDAS) X 100	100%	31/12/2008	100
VOLUME DE RECEITA TRIBUTÁRIA PARCELADA	(ESTOQUE DE VALORES PARCELADOS / RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA) X 100	4,53%	31/12/2008	10
RECEITA TRIBUTÁRIA RECUPERADA	(RECEBIMENTO DE DÉBITOS VENCIDOS / ESTOQUE DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	1,39%	31/12/2008	10
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	(QUANTIDADE DE SISTEMAS DESENVOLVIDOS E IMPLEMENTADOS / QUANTIDADE DE SISTEMAS PLANEJADOS) X 100	30%	31/12/2008	100
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA	(RECEITA REALIZADA / RECEITA ORÇADA) X 100	97,27%	31/12/2008	98
ALCANCE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	(QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS E TREINADOS/QUANTIDADE TOTAL DE SERVIDOR) X 100	80%	31/12/2008	90
VOLUME DE RECEITA TRIBUTÁRIA EM ATRASO	(ESTOQUE DE DÉBITO VENCIDO / RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA) X 100	72,10%	31/12/2008	20
QUANTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE COBRANÇA	(QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES DE COBRANÇA / QUANTIDADE TOTAL DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	90%	31/12/2008	95
PARTICIPAÇÃO DE DECLARANTES NA BASE CADASTRAL	TOTAL DE DECLARANTES DO ICMS / TOTAL DE INSCRITOS NO CADASTRO ATIVO) X 100	86,59%	31/12/2008	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1130	CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE FISICO DAS UNIDADES FISCAIS.	527.477,00	527.287,10	99,96	PERCENTAGEM	103	25	24,27
1131	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AMBIENTE FISICO DAS UNIDADES FISCAIS.	1.819.154,00	1.552.475,58	85,34	PERCENTAGEM	1.600	700	43,75
1132	AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS UNIDADES MÓVEIS DA SEFAZ.	2.859.600,00	2.859.600,00	100,00	UNIDADE	4	68	1.700,00
1133	IMPLEMENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DA SEFAZ.	45.490,00	45.490,00	100,00	UNIDADE	55	22	100,00
1134	MODERNIZAÇÃO DA SEDE E ANEXOS DA SECRETARIA DA FAZENDA.	172.444,00	171.409,14	99,40	UNIDADE	100	42	42,00
1135	AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA SEFAZ.	126.834,00	126.834,00	100,00	UNIDADE	95	92	96,84
1136	AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.	10.003.210,00	3.734.188,00	37,33	PERCENTAGEM	100	40	40,00
2200	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO.	1.657.771,00	1.657.766,46	100,00	UNIDADE	5.500	7.300	132,60
2201	MANUTENÇÃO DO AMBIENTE FÍSICO DAS UNIDADES FISCAIS.	127.460,00	127.057,91	99,68	PERCENTAGEM	2.100	1.700	80,95
TOTAL		**17.339.440,00**	**10.802.108,19**	**62,30**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 89 – FINALÍSTICO - 0023

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	IMPLEMENTAR, PROMOVER E INSTITUCIONALIZAR O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.
Justificativa:	O ESTADO PARA SE MODERNIZAR NECESSITA PROPORCIONAR CAPACITAÇÕES, APRIMORAMENTO E FORMAR UMA A CONSCIÊNCIA CIVICA, CULTURAL E FISCAL DOS SERVIDORES PUBLICOS, ALUNOS E SOCIEDADE EM GERAL, OBJETIVANDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL.
Estratégia:	CAPACITAR GESTORES E SERVIDORES PÚBLICO, FORMAR MULTIPLICADORES DO PROGRAMA, COORDENAR E MONITORAR O PROGRAMA ATRAVÉS DE VISITAS TÉCNICAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
QUANTIDADE DE PROFESSORES E TÉCNICOS FORMADOS	(PROFESSORES E TÉCNICOS FORMADOS / NÚMERO VAGAS OFERTADAS PELO PNEF) X 100.	877%	31/12/2008	100
QUANTIDADE DE GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS QUALIFICADOS	(GESTORES E SERVIDORES PUBLICO CAPACITADO/NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PELO PNEF) x 100	46%	31/12/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2202	CAPACITAÇÃO DE GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS.	17.543,00	15.897,00	90,62	UNIDADE	104	48	46,15
2203	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS AGENTES MULTIPLICADORES.	43.806,00	43.804,00	100,00	UNIDADE	104	912	876,92
2204	COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.	4.279,00	4.278,75	99,99	PERCENTAGEM	100	100	100,00
TOTAL		**65.628,00**	**63.979,75**	**97,49**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Fazenda

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
125.863.646,00	119.317.877,71	94,80	6.545.768,29

3.1.18 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria da Educação e Cultura foi criada através da Lei nº 001 de 23 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 1.124 de 1° de fevereiro de 2000, com a função de garantir a execução, supervisão e controle da ação de Governo relativa à Educação e Cultura, com vistas a promover a melhoria da qualidade do ensino.

O Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, define como competência desse órgão o seguinte:

a) desenvolver as políticas de educação;

b) gerir o Ensino oferecido pelo e no Estado do Tocantins;

c) assistir e apoiar o educando;

d) apoiar estratégica e logísticamente o Conselho Estadual de Educação;

e) coordenar, planejar, organizar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades o Sistema Estadual de Educação;

f) cumprir as determinações do Ministério da Educação e as decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, em matérias da competência destes órgãos;

g) cumprir e fazer cumprir as normas federais de educação;

h) manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira para modernizar e expandir a Educação;

i) homologar os pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação – CEE/TO, especialmente sobre:

1. autorização para funcionamento e reconhecimento dos ensinos públicos e particular, avaliando-lhes a qualidade;

2. instituição de normas para autorizar o funcionamento, o reconhecimento e a inspeção de unidade de ensino de educação fundamental e/ou média sob a sua jurisdição;

3. a edição de normas para renovação periódica do reconhecimento concedido a unidade de ensino de educação básica;

j) fixar critérios e normas para a elaboração e aprovação dos regimentos das instituições de ensino de educação básica;

k) manter intercâmbio entre os Conselhos Nacional e Estadual de Educação;

l) interpretar, no âmbito de sua jurisdição, as disposições legais que fixem diretrizes e bases da educação;

m) articular-se com Órgãos e Entidades federais e estaduais para assegurar a coordenação, a divulgação e a execução de planos e programas educacionais;

n) atualizar o Planejamento Estratégico de que trata o Anexo Único da Lei nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002;

o) propor em lei a instituição do Plano Estadual de Educação, adequando-o ao Plano Nacional de Educação;

p) promover e difundir a cultura em todas as suas manifestações;

q) apoiar estratégica e logisticamente os Conselhos de Alimentação Escolar – CAE-TO e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

As atribuições institucionais da Secretaria da Educação e Cultura foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo e 7 finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 685.493.533,00** com execução de **R$ 661.237.721,05** como demonstram os quadros a seguir:

QUADRO 90 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	7.203.145,00	7.158.018,76	99,37	45.126,24
Manutenção dos Serviços de Transportes	5.523.846,00	4.988.089,27	90,30	535.756,73
Manutenção de Recursos Humanos	50.678.693,00	50.624.896,79	99,89	53.796,21
Ações de Informática	19.763.414,00	19.722.901,12	99,80	40.512,88
TOTAL	**83.169.098,00**	**82.493.905,94**	**99,19**	**675.192,06**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 91 – FINALÍSTICO - 0027

PROGRAMA - QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

Objetivo:	GARANTIR A ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DOTANDO-A DOS MEIOS NECESSÁRIOS À SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E DE ELEMENTOS FAVORÁVEIS À APRENDIZAGEM.
Justificativa:	DURANTE OS ENCONTROS REGIONAIS PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2008-2011, A COMUNIDADE ALERTOU PARA A NECESSIDADE DE MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E O APARELHAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES. NOS ÚLTIMOS ANOS A SEDUC TEM INVESTIDO SIGNIFICATIVAMENTE EM ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS, COM VISTAS A PROPORCIONAR AMBIÊNCIA SALUBRE E CONFORTÁVEL, ADEQUADOS AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. PORÉM, AINDA FAZ-SE NECESSÁRIO A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS, AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS EDUCACIONAIS.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO A PARTIR DE LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NA REDE FÍSICA ESTADUAL DE ENSINO E DEMAIS ESTRUTURAS QUE INTEGRAM O COMPLEXO EDUCACIONAL DO ESTADO. OS PROJETOS, ORÇAMENTOS, LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS QUE EXECUTARÃO AS OBRAS, BEM COMO A FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO REALIZADOS PELA SEDUC E/OU SEINF, OU AINDA, DE FORMA DESCENTRALIZADA PELA UNIDADE ESCOLAR. O ACOMPANHAMENTO E PAGAMENTO DE TODAS AS ETAPAS ATÉ A CONCLUSÃO DAS OBRAS FICARÃO A CARGO DA SEDUC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES REFORMADAS E/OU AMPLIADAS	(NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES REFORMADAS E/OU AMPLIADAS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE ESCOLAS DO ESTADO) VEZES CEM	37,03%	31/07/2007	83,14%
TAXA DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS	(NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE ESCOLAS DO ESTADO) VEZES CEM	4,07	31/07/2007	7,77%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1086	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.	2.403.306,00	0,00	0,00	UNIDADE	0,5	-	-
1087	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.	6.968.804,00	6.957.547,94	99,84	UNIDADE	13	4	30,77

1088	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	44.873.579,00	44.683.195,19	99,58	UNIDADE	7	1	14,28
1089	AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO.	12.420.383,00	11.506.277,67	92,64	UNIDADE	7	1	14,28
1090	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	-	-
1091	AMPLIAÇÃO DE DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO.	122.000,00	121.730,01	99,78	PORCENTAGEM	1	*	-
1092	CONSTRUÇÃO DE NÚCLEO DE ENSINO ESPECIAL.	1.498.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	0,25	-	-
1093	REFORMA DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO.	7.366.164,00	7.366.059,20	100,00	UNIDADE	14	1	7,14
1094	REFORMA DE DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO.	2.000.279,00	1.999.477,68	99,96	UNIDADE	3	**	-
1095	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	19.029.078,00	19.028.455,16	100,00	UNIDADE	8	1	12,5
1096	CONSTRUÇÃO DE DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	-	-
2071	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMANTAL.	10.069.770,00	5.018.644,52	49,84	UNIDADE	402	320	79,60
2072	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO.	13.391.341,00	9.823.980,92	73,36	UNIDADE	178	280	157,30
2453	RESTAURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS MÓVEL DE CIÊNCIA DAS	420.00,00	0,00	0,00	UNIDADE	178	-	-
TOTAL		**120.563.204,00**	**106.505.368,29**	**88,34**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

* A ação 1091 – Ampliação de Diretoria Regional de Ensino, a obra prevista nesta ação não foi realizada e se encontra em fase de elaboração de projetos complementares na Secretaria da Infraestrutura, com previsão orçamentária para 2009. O valor executado refre-se a última medição do exercício de 2007 e saldo contratual, executado em 2008 referente a ampliação da DRE de Miracema, que não foi incluída no orçamento para 2008, em virtude da previsão de sua conclusão no final de 2007, o que não se confirmou.

** A ação 1094 – Reforma de Diretoria Regional de Ensino, das obras previstas desta ação 02 estão em andamento e 01 está em fase de elaboração de projeto na Secretaria da Infraestrutura, sendo que todas estão programadas para o exercício de 2009.

QUADRO 92 - FINALÍSTICO - 0049

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR, IMPLEMENTAÇÃO DO PCCS, PROMOÇÃO DA SAÚDE E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DESTES SERVIDORES.
Justificativa:	A SEDUC POSSUI UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES ESCOLARES, PROFESSORES, COORDENADORES E ALGUMAS FUNÇÕES DE SUPORTE ADMINISTRATIVO, TODAVIA, OBSERVA-SE QUE AINDA HÁ DESARTICULAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDORES E LOTAÇÃO DE PESSOAS. MEDIANTE O EXPOSTO, FAZ-SE NECESSÁRIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS QUE CONTEMPLE UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO CAPAZ DE IDENTIFICAR, ORIENTAR, ARTICULAR E SUBSIDIAR A QUALIFICAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LOTADOS NESTA SECRETARIA BEM COMO A MELHORIA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA COM FOCO NAS NECESSIDADES DESSES PROFISSIONAIS E DO SISTEMA EDUCACIONAL. NO QUADRO ATUAL DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO 35% ESTÃO ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE SUA FORMAÇÃO, 20% ENCONTRAM-SE AFASTADOS POR PROBLEMA DE SAÚDE E, COM OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, ANUALMENTE 100% DOS SERVIDORES TÊM SEU DESEMPENHO AVALIADO.
Estratégia:	IMPLEMENTAÇÃO DE MÚLTIPLAS AÇÕES VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO, A QUALIFICAÇÃO, A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, COMPREENDENDO A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR, IMPLEMENTAÇÃO DO PCCS, PROMOÇÃO À SAÚDE, PREMIAÇÃO DOS SERVIDORES PELO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EXITOSAS E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO. AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO/DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, ARTICULADA COM OS DEMAIS SETORES DA SEDUC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE SERVIDORES AFASTADOS POR MOTIVO DE DOENÇA	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE LICENÇAS CONCEDIDAS E O NÚMERO DE SERVIDORES	20%	dez-06	8%
TAXA DE PROFESSORES CAPACITADOS	PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE PROFESSORES CAPACITADOS E O NÚMERO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	98%	dez-2006	100%
TAXA DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS E O TOTAL DE SERVIDORES NESTAS FUNÇÕES	39,07%	dez-2007	60%
TAXA PROFESSORES EM EXERCÍCIO DE DOCÊNCIA ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE PROFESSORES ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO E O NÚMERO TOTAL DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO DE DOCÊNCIA	35%	out-07	29%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2073	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	4.350.976,00	4.079.816,95	93,77	PESSOA	5.870	6.000	102,21
2074	AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA.	63.147,00	62.334,25	98,71	UNIDADE	25	15	60,00
2075	FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO.	253.179,00	88.021,50	34,77	PESSOA	7.189	2.438	33,91
2076	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	45.000,00	11.054,00	24,56	PESSOA	13.589	5.572	41,00
2077	FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES E TÉCNICOS.	1.700.924,00	1.570.172,17	92,31	PESSOA	5.976	3.449	57,71
2078	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR.	84.203,00	81.546,80	96,85	PESSOA	21.000	11.764	56,02
2079	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ENSINO FUNDAMENTAL.	280.971.426,00	280.952.776,73	99,99	PESSOA	15.897	15.972	100,47
2080	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ENSINO MÉDIO.	59.466.931,00	59.466.716,49	100,00	PESSOA	2.794	2.589	92,66
2081	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO.	5.773.947,00	3.602.032,77	62,38	PESSOA	3.188	3.247	101,85
2082	PREMIAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	117.603,00	116.382,50	98,96	PESSOA	30	30	100,00
TOTAL		352.827.336,00	350.030.854,16	99,21	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 93 - FINALÍSTICO - 0061

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	-	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2083	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL.	303.855,00	221.915,00	73,03	UNIDADE	431	406	94,20
TOTAL		303.855,00	221.915,00	73,03	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 94 - FINALÍSTICO - 0062

PROGRAMA - APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL	
Objetivo:	APRIMORAR A QUALIDADE DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SENTIDO DE ADEQUAR O PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, EFETIVAR A PARTICIPAÇÃO E O ENVOLVIMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E COMUNIDADE EM GERAL NAS DIVERSAS DIMENSÕES DA GESTÃO ESCOLAR.
Justificativa:	DO UNIVERSO DE 444 ESCOLAS COM MAIS DE 100 ALUNOS QUE REALIZARAM A AUTO-AVALIAÇÃO, SOMENTE 173 SE INSCREVERAM PARA PARTICIPAR DO PRÊMIO EM GESTÃO ESCOLAR, EM 2006 E, DESSAS SOMENTE 23,12% ATINGIRAM A MÉDIA DE 70% OU MAIS NOS INDICADORES DE QUALIDADE. EMBORA A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESTEJA ASSEGURADA EM LEI, A PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS E COMUNIDADE NÃO ATINGIRAM NÍVEL SATISFATÓRIO; O PERFIL DA EQUIPE GESTORA NECESSITA SER MELHORADO; O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A COLETA, TABULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DADOS SÃO INCIPIENTES. FAZ-SE NECESSÁRIA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA COM AÇÕES FOCADAS NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS. A NÃO CRIAÇÃO DO PROGRAMA PODERÁ COMPROMETER A EFETIVIDADE NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL.
Estratégia:	IMPLANTAR SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO CAPAZ DE SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES, POR MEIO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVER E IMPLANTAR FERRAMENTA GERENCIAL (SOFTWARE); CAPACITAÇÃO DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS NA MODALIDADE PRESENCIAL E A DISTÂNCIA; REALIZAR PROCESSO SELETIVO E CERTIFICAÇÃO DE LIDERANÇAS, IMPLEMENTAR AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS; EXPANDIR O VOLUNTARIADO NA ESCOLA POR MEIO DE MAPEAMENTO DA DEMANDA, MOBILIZAÇÃO E CADASTRAMENTO DE VOLUNTÁRIOS EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO E DO TERCEIRO SETOR; APOIAR OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS; REALIZAR O CENSO ESCOLAR, POR MEIO DA COLETA DE DADOS; REALIZAR A INSPEÇÃO ESCOLAR COM ACOMPANHAMENTO "IN-LOCO" NAS DIRETORIAS DE ENSINO E ESCOLAS; APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS E MANTER A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ESCOLAS COM IDEB MAIOR OU IGUAL A 4,5 NA 1ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	17,5%	Dez-05	50%
TAXA DE ESCOLAS COM MÉDIA SUPERIOR A 70 NA AUTO-AVALIAÇÃO	(RELAÇÃO PERCENTUAL DO N° DE ESCOLAS QUE ATINGIRAM A MÉDIA DE 70% OU MAIS, NOS INDICADORES DE QUALIDADE DO PRÊMIO ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA EM RELAÇÃO AO N° DE ESCOLAS EXISTENTES)	23,12¨%	Jun-07	32,12%
TAXA DE ESCOLAS COM IDEB MAIOR OU IGUAL A 3,8 NA 2ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	35,18%	Dez-05	50%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2084	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS À GESTÃO COMUNITÁRIA - ENSINO MÉDIO.	17.578.203,00	17.577.145,60	99,99	UNIDADE	94	299	318,08
2085	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS À GESTÃO COMUNITÁRIA - ENSINO FUNDAMENTAL.	51.025.451,00	50.637.563,60	99,24	UNIDADE	520	490	94,23
2086	EXPANSÃO DO VOLUNTARIADO NA ESCOLA.	92.130,00	90.943,95	98,71	PESSOA	501	2.037	406,59
2087	APOIO AOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	226.771,00	78.553,50	34,64	UNIDADE	139	139	100,00
2088	REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.	246.729,00	229.081,00	92,85	UNIDADE	2.246	2.246	100,00
2089	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.	309.841,00	302.813,82	97,73	UNIDADE	1	1	100,00
2090	REALIZAÇÃO DO CENSO ESCOLAR.	215.064,00	119.189,30	55,42	UNIDADE	1	1	100,00
2091	REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE LIDERANÇAS.	45.000,00	42.749,00	95,00	PESSOA	1	1	100,00
2092	CAPACITAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.	314.000,00	163.889,00	52,19	PESSOA	501	732	146,11
2093	IMPLANTAR O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR.	50.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	42	-	-
2094	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS.	2.310.375,00	2.309.599,07	99,97	UNIDADE	60	60	100,00
TOTAL		**72.413.564,00**	**71.551.527,84**	**98,81**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 95 - FINALÍSTICO - 0065

PROGRAMA - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Objetivo:	ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS COM MAIS DE 15 ANOS DE IDADE, QUE NÃO TIVERAM OPORTUNIDADE À EDUCAÇÃO NA IDADE REGULAR.
Justificativa:	O PERCENTUAL DE ANALFABETISMO NO TOCANTINS SEGUNDO CENSO/2000 FOI DE 18.78%, 140.820 MIL EM NÚMEROS ABSOLUTOS. NA PNAD/2005 O PERCENTUAL PASSOU PARA 16,3%. ESTES NÚMEROS DEMONSTRAM O DESAFIO QUE O ESTADO ENFRENTA NA BUSCA DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO. POR ESTE MOTIVO JUSTIFICA-SE O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, COMO FORMA DE MELHORAR A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES, MONITORAMENTORAR OS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO E DE ARTICULAR O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO AO SISTEMA REGULAR DE ENSINO. IMPORTA CONSIDERAR QUE FORAM PROPOSTAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DESTA PROBLEMÁTICA E O ESTADO TEM ASSUMIDO SUA PARCELA DE RESPONSABILIDADE OFERECENDO EDUCAÇÃO AOS QUE POR VÁRIOS MOTIVOS, NÃO TIVERAM OPORTUNIDADE NA IDADE APROPRIADA.
Estratégia:	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA ALFABETIZADORES REGENTES E ALFABETIZADORES NA FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO NA SEDE E/OU REGIONAIS DE ENSINO; MONITORAMENTO DAS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO PELOS ALFABETIZADORES COM FUNÇÃO DE COORDENADOR E POR AMOSTRAGEM PELOS TÉCNICOS DA SEDUC/SEDE; DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ALFABETIZANDORES ALOCADOS NAS TURMAS E PARA ALFABETIZADORES PARA SUBSIDIAR NO TRABALHO PEDAGÓGICO; E OFERTA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR PARA OS ALFABETIZANDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DOS 40 ANOS OU MAIS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A POPULAÇÃO NÃO-ALFABETIZADA ACIMA DE 40 ANOS E A POPULAÇÃO TOTAL	78,7%	Dez-05	62,96%
TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 39 ANOS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A POPULAÇÃO NÃO-ALFABETIZADA DE 15 A 39 ANOS E A POPULAÇÃO TOTAL	21,3%	Dez-05	10,6%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2095	MONITORAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	72.424,00	72.423,75	100,00	UNIDADE	686	287	41,84
2096	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	17.000,00	15.483,22	91,08	UNIDADE	10.290	5.000	48,59
2097	CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES.	400.129,00	295.298,10	73,80	UNIDADE	426	661	155,16
2098	ALIMENTAÇÃO DO ALFABETIZANDO.	192.445,00	57.321,25	29,79	PESSOA	10.290	*	-
TOTAL		**681.998,00**	**440.526,32**	**64,59**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

* A ação 2098 não foi executada, uma vez que, apenas uma parte dos produtos licitados foi entregue no final do exercício de 2008, não havendo tempo hábil para a distribuição. Portanto, não beneficiou o público alvo do exercício, sendo reprogramado para atender os alfabetizandos de 2009.

QUADRO 96 – FINALÍSTICO - 0067

PROGRAMA - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
Objetivo:	FORTALECER A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COM O OBJETIVO DE REVITALIZAR E PRESERVAR OS PROCESSOS EDUCATIVOS, PRÓPRIOS DAS SOCIEDADES INDÍGENAS, COM AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, GESTÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI UMA DIVERSIDADE CULTURAL INSTIGADA, SOBRETUDO PELOS POVOS INDÍGENAS QUE AQUI HABITAM, COMPOSTA DE UMA POPULAÇÃO DE MAIS DE 10.000 INDÍOS, DISTRIBUÍDOS ENTRE: KRAHÔ, APINAJÉ, KARAJÁ, KARAJÁ-XAMBIOÁ, KRAHÔ-CANELA, JAVAÉ E XERENTE, QUE COM SABERES, COSTUMES E VALORES CONSTRUÍDOS AO LONGO DO TEMPO POR ESTAS SOCIEDADES INDÍGENAS QUE FALAM TRÊS LÍNGÜAS: TIMBIRA, YNÃ E AKWEM E IDENTIFICAM CADA POVO COM CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS A SEREM PRESERVADAS OU REVITALIZADAS, ASSIM COMO ALGUNS COSTUMES E TRADIÇÕES. CABE À ESCOLA ENTÃO, CONTEXTUALIZAR CONCEITOS, TEORIAS E PROCEDIMENTOS DOS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS E DA SOCIEDADE NÃO-INDÍGENA ENVOLVENTE NO FOMENTO DE ATITUDES QUE POSSAM SUBSIDIAR OS PROJETOS DE FUTURO DESTES POVOS PARA SUA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA. COM UM QUADRO DE 200 PROFESSORES, SENDO 137 ÍNDIOS DE SUAS RESPECTIVAS ETNIAS E 63 NÃO ÍNDIOS, A SEDUC/TO VIABILIZA UMA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA ESPECÍFICA, INTERCULTURAL, DIFERENCIADA E BILÍNGÜE, EM 84 ESCOLAS, QUE CONTEMPLAM OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 8ª (MODALIDADES REGULAR E EJA) E ENSINO MÉDIO, PERFAZENDO UM TOTAL APROXIMADAMENTE DE 4000 ALUNOS. DIANTE DO EXPOSTO, FAZ-SE NECESSÁRIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, A FIM DE CONTINUAR DESENVOLVENDO AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. POSSIBILITANDO TAMBÉM MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, REFORMA/AMPLIAÇÃO, APARELHAMENTO. OBJETIVANDO A MELHORIA DO PROCESSO EDUCATIVO, OFERECIDO A ESTAS COMUNIDADES, SERÁ OFERECIDA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA

	EXERCEREM A GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA COM UM CURRÍCULO QUE BUSCA PRESTIGIAR AS PRÁTICAS E MEMÓRIAS CULTURAIS INDÍGENAS, E ACRESCIDOS DOS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS SECULARES.
Estratégia:	DESENCADEAMENTO DE MÚLTIPLAS AÇÕES VOLTADAS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, MONITORAMENTO, ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, FORMAÇÃO INICIAL EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, FORMAÇÃO CONTINUADA, MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, ATRAVÉS DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, ARTICULADA COM A COORDENADORIA DE INFRA-ESTRUTURA, DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO, EM PARCERIA COM A FUNAI, UFG E CTI, MEC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO	Nº DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO / Nº DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS A SEREM HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO X 100	11,1	10/1/2007	35
NÚMEROS DE ALUNOS INDÍGENAS ATENDIDOS COM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS	4034	10/1/2007	6194
TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR	Nº DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EN NÍVEL SUPERIOR / Nº DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS A SEREM HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR X 100	0	10/1/2007	13
TAXA DE COMUNIDADES INDÍGENAS ATENDIDAS COM UNIDADES ESCOLARES	Nº DE COMUNIDADES INDÍGENAS COM U.E´S / Nº DE COMUNIDADES INDÍGENAS TOTAL X 100	93,3	10/1/2007	95

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1097	AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	199.700,00	138.677,00	69,44	UNIDADE	1	*	-
1098	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	437.949,00	184.393,89	42,10	UNIDADE	5	*	-
1099	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	44.900,00	44.597,60	99,33	UNIDADE	84	84	100,00
2099	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	9.704,00	9.704,00	100,00	UNIDADE	13	13	
2100	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	927.355,00	752.212,62	81,11	PESSOA	306	306	100,00
2101	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL MÉDIO.	565.420,00	301.456,56	53,32	PESSOA	291	155	
2102	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL SUPERIOR.	226.212,00	141.917,99	62,74	PESSOA	47	55	
2103	IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PARA OS POVOS INDÍGENAS.	297.226,00	87.862,73	29,56	PESSOA	110	51	
2104	MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	59.067,00	51.546,48	87,27	PESSOA	15	15	
2105	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO INDÍGENA.	172.036,00	21.800,20	12,67	UNIDADE	39	39	100,00
1100	REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	454.296,00	214.909,00	47,31	UNIDADE	4	*	-
2106	MONITORAMENTO ÀS UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS.	50.518,00	50.517,50	100,00	UNIDADE	83	88	
2107	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EDUCAÇÃO INDÍGENA/ENSINO MÉDIO.	562.770,00	562.243,12	99,91	PESSOA	38	53	
2108	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EDUCAÇÃO INDÍGENA/ENSINO FUNDAMENTAL.	4.468.803,00	4.468.667,31	100,00	PESSOA	374	429	
TOTAL		**8.475.956,00**	**7.030.506,00**	**82,95**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011– Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

* A ação 1097 – Ampliação de Unidades Escolares Indígena, a meta física prevista nesta ação ainda não foi finalizada.

* A ação 1098 – Construção de Unidade Indígena, das cinco obras previstas nesta ação, duas estão em andamento e as demais não foram executadas devido a frustação de receitas de convênio, sendo todas reprogramadas para o exercício de 2009.

* A ação 1100 – Reforma de Unidade Escolar Indígena, das quatro obras previstas, duas estão em andamento e duas não foram executadas devido a frustação de receitas de convênio, no entanto, todas foram reprogramadas para o exercício de 2009.

QUADRO 97 – FINALÍSTICO - 0069

PROGRAMA - MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL ATRAVÉS DE AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA ELEVAÇÃO DOS INDICADORES DE APROVAÇÃO E DE QUALIDADE DE ENSINO EVIDENCIADOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS, BEM COMO REDUÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR, EVIDENCIADAS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR DA SEDUC E CENSO ESCOLAR.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA, TEM BUSCADO INCESSANTEMENTE ELEVAR O DESEMPENHO ACADÊMICO DE SEUS ALUNOS. O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CRIOU RECENTEMENTE UM INDICADOR PARA MENSURAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA- IDEB- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA , AFERINDO OS RESULTADOS DA 1ª E 2ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO E APESAR DO ESTADO DO TOCANTINS TER ALCANÇADO O 10° , 8° E 12° LUGAR, RESPECTIVAMENTE, OS ÍNDICES ESTÃO ABAIXO DO IDEAL. NOS ÚLTIMOS ANOS A SECRETARIA IMPLEMENTOU PROGRAMAS VOLTADOS PARA CORREÇÃO DE FLUXO, REDUÇÃO DO ANALFABETISMO, REDUÇÃO DE ABANDONO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E APESAR DOS RESULTADOS DE RENDIMENTO ESCOLAR APURADOS NO CENSO ESCOLAR/INEP E SISTEMA INTERNO DA SEDUC MOSTRAREM MELHORIAS, AINDA TEMOS MUITOS DESAFIOS. ESTE PROGRAMA VISA DAR CONTINUIDADE ÀS AÇÕES BEM SUCEDIDAS, BEM COMO IMPLENTAR AÇÕES QUE PROPORCIONEM AOS EDUCANDOS O ACESSO E PERMANÊNCIA BEM SUCEDIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO, ONDE SE DARÁ: A IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES, COMBINADA AO ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO JUNTO AS ESCOLAS, O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS E A REALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 1ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	87	Março-05	94
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 2ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	84,6	Março-05	89,6
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 1ª FASE	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	3,6	Março-05	4,5
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2ª FASE	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	3,4	Dez-05	3,8
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENS. MÉDIO	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	75,9	Março-05	80,5
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENS. MÉDIO	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	2,9	Dez-05	3,2

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2109	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.	8.730.037,00	8.418.698,61	96,43	PESSOA	224.362	155.221	69,18
2110	REALIZAÇÃO DE ENCONTROS EDUCACIONAIS.	768.554,00	768.220,26	99,96	UNIDADE	4	4	100,00
2111	MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ENSINO FUNDAMENTAL.	1.740.838,00	1.540.912,57	88,52	UNIDADE	427	427	100,00
2112	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL.	15.873.526,00	13.796.638,50	86,92	PESSOAS	13.780	12.260	88,97
2113	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO.	7.647.773,00	7.395.749,22	96,70	PESSOA	6.862	6.255	91,15
2114	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	2.154.580,00	1.488.953,59	69,11	ALUNOS	69.329	82.814	119,45
2115	REALIZAÇÃO DO SALÃO DO LIVRO.	6.892.583,00	6.891.124,43	99,98	UNIDADE	1	1	100,00
2116	MANUTENÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS À EDUCAÇÃO.	413.183,00	412.749,82	99,90	UNIDADE	1	1	100,00
2117	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁDICO PEDAGÓGICO PARA ENSINO MÉDIO.	1.463.103,00	926.485,66	63,32	UNIDADE	294	29.000	9.863,95
2118	CONCESSÃO DE BOLSAS AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.	456.000,00	456.000,00	100,00	PESSOA	805	500	62,11
2119	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALUNO MONITOR.	38.267,00	37.260,11	97,37	PESSOA	137	159	116,06
2120	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL.	15.811,00	15.809,24	99,99	PESSOA	126.884	82.009	64,63
2121	REALIZAÇÃO DE EXAME DE	71.130,00	71.020,86	99,85	UNIDADE	1	1	100,00

	SUPLÊNCIA.							
2122	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO.	1.974,00	1.884,00	95,44	PESSOA	71.554	70.058	97,91
2123	REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS DO TOCANTINS - ENSINO FUNDAMENTAL.	48.000,00	47.361,75	98,67	UNIDADE	1	1	100,00
2124	REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS DO TOCANTINS - ENSINO MÉDIO.	147.300,00	146.072,58	99,17	UNIDADE	1	1	100,00
2125	MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ENSINO MÉDIO.	374.473,00	330.428,40	88,24	UNIDADE	238	238	100,00
2126	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PEDAGÓGICOS - ENSINO MÉDIO.	21.570,00	19.432,75	90,09	PESSOA	22	33	150,00
2127	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PEDAGÓGICOS - ENSINO FUNDAMENTAL.	16.820,00	15.951,15	94,83	PESSOA	22	31	140,91
2128	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	100.000,00	99.464,00	99,46	UNIDADE	50	24	48,00
2312	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO.	83.000,00	82.900,00	99,88	UNIDADE	50	20	40,00
TOTAL		**47.058.522,00**	**42.963.117,50**	**91,30**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011– Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Educação e Cultura

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
685.493.533,00	661.237.721,05	96,46	24.255.811,95

3.1.19 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública foi criada por meio da Medida Provisória nº 01, publicada no Diário Oficial do Estado nº 01, de 1º de janeiro de 1989, suas competências estão dispostas no art. 4º, XXIII, Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, que são:

a) formular políticas de orientação, planejamento, coordenação e controle das atividades de segurança pública no Estado;

b) exercer o comando das atividades de polícia Judiciária;

c) promover as medidas necessárias à preservação da ordem e da segurança pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de suas unidades subordinadas;

d) planejar e executar estratégias e ações de inteligência e contra-inteligência de segurança pública no Estado;

e) supervisionar a implementação de políticas de trânsito no Tocantins;

f) promover o relacionamento com os órgãos da justiça e do Ministério Público;

g) estreitar o relacionamento com os órgãos de segurança pública da União e dos Estados.

Esta Secretaria tem como missão o planejamento e o desenvolvimento de políticas de segurança, objetivando garantir a preservação da ordem pública, a incolumidade do indíviduo e do patrimônio, em defesa da paz social.

As atribuições da Secretaria de Segurança Pública foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e 02 programas finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 106.185.487,00**, com execução de **R$ 92.335.810,95**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 98 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	7.632.221,00	7.460.919,92	97,76	171.301,08
Manutenção dos Serviços de Transportes	4.716.416,00	4.465.963,22	94,69	250.452,78
Manutenção de Recursos Humanos	72.960.457,00	72.960.453,48	100,00	3,52
Ações de Informática	972.558,00	945.774,87	97,25	26.783,13
TOTAL	**86.281.652,00**	**85.833.111,49**	**99,48**	**448.540,51**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 99 - FINALÍSTICO - 0104

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo:	PROMOVER A OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA PÚBLICA, PRIORIZANDO A RESPOSTA AO CIDADÃO EM TEMPO HÁBIL, A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, CAPACITANDO E VALORIZANDO OS PROFISSIONAIS, APERFEIÇOANDO E EXPANDINDO AS ESTRUTURAS FÍSICAS, OPERACIONAIS E TECNOLÓGICAS.
Justificativa:	O CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE ATRAVÉS NO ESTADO, PRINCIPALMENTE NAS FRONTEIRAS DO ESTADO, O DESPREPARO DOS POLICIAIS PARA O ENFRENTAMENTO DE CRIMINOSOS QUE UTILIZAM EQUIPAMENTOS MODERNOS E NOVAS ESTRATÉGIAS, AUMENTAM A INCIDÊNCIA CRIMINAL, DIMINUINDO A CONFIANÇA DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, EXIGINDO, PARA TANTO, ATUAÇÕES CONJUNTAS QUE BUSQUEM A RAIZ DA CRIMINALIDADE E, DE FORMA INTENSA, PROMOVAM A REDUÇÃO E O CONTROLE DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA, MELHORANDO A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA À SOCIEDADE.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO NOS TERMOS DESTE PROGRAMA CONSISTE NA ESTRUTURAÇÃO FÍSICO-MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM INCLUSÃO DE NOVAS METODOLOGIAS TECNOLÓGICAS, ATUAÇÃO ARTICULADA E INTEGRADA COM DIVERSOS ÓRGÃOS DAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL, INTERESTADUAL E FEDERAL, MEDIANTE AÇÕES ESTRATÉGICAS, PROPICIANDO MAIOR QUALIDADE E AGILIDADE NAS INVESTIGAÇÕES EM PROL DO CONTROLE E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE, RESGATANDO A CREDIBILIDADE E RESPEITO DA SOCIEDADE PARA COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA. SANAR A INSUFICIÊNCIA DE PESSOAL ATRAVÉS DA ADMISSÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS FORMADOS NA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, BEM COMO, O CONTÍNUO APERFEIÇOAMENTO DO EFETIVO EXISTENTE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADES POLICIAIS MODERNIZADAS	Nº DE UNIDADES POLICIAIS MODERNIZADAS / Nº TOTAL DE UNIDADES POLICIAIS IMPLANTADAS X 100	33	30/12/2008	30

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1118	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	1.928.678,00	1.111.176,84	57,61	UNIDADE	5	0	0,00
2168	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	3.228.153,00	450.207,53	13,95	UNIDADE	16	6	37,50
2169	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLICIA CIVIL.	4.477.928,00	1.052.535,39	23,50	UNIDADE	44	44	100,00
2170	QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.	1.651.550,00	315.997,72	19,13	UNIDADE	460	649	141,09
2171	DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.	2.993.053,00	250.639,00	8,37	AÇÃO REALIZADA	17	1,5	8,82
2172	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	672.157,00	672.052,40	99,98	UNIDADE	1	1	100,00
2318	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA.	676.481,00	233.418,46	34,50	UNIDADE	12	4	33,33
TOTAL		**15.628.000,00**	**4.086.027,34**	**26,15**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 100 - FINALÍSTICO - 0105

PROGRAMA - SEGURANÇA CIDADÃ: INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA CONTRA A CRIMINALIDADE	
Objetivo:	CONTROLAR A CRIMINALIDADE ATRAVÉS DA ATUAÇÃO INTEGRADA: POLÍCIA E COMUNIDADE, UTILIZANDO A INTELIGÊNCIA E A ESTRATÉGIA NA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME.
Justificativa:	O AUMENTO DO NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE GRANDE PORTE, O CORREDOR MULTIMODAL EM INSTALAÇÃO, O CRESCIMENTO DOS GRANDES CENTROS URBANOS, A CRIMINALIZAÇÃO NAS DIVISAS E NOS ASSENTAMENTOS, O DESPREPARO DO POLICIAL EM DETRIMENTO DA MODERNA CRIMINALIDADE E A FALTA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE, EXIGEM UMA INTENSIFICAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E EM INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE, BUSCANDO AUMENTAR A CONFIANÇA NOS SERVIÇOS PRESTADOS E A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE.
Estratégia:	A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA SE DARÁ ATRAVÉS DA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA, DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA COM ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA, DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL, DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE GRUPOS MINORITÁRIOS, E DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE CRIMINALIDADE P/ 100.000 HABITANTES	NÚMERO ABSOLUTO DE OCORRÊNCIA / POPULAÇÃO X 100.000	5,4	31/12/2008	246

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2173	PREVENÇÃO E ATENDIMENTO DA VIOLÊNCIA A GRUPOS VULNERÁVEIS.	598.094,00	239.584,00	40,06	PERCENTAGEM	1.200	6.708	559,00
2174	ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DE REPRESSÃO QUALIFICADA.	330.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	42	30	71,43
2175	REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL.	0,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	25	0	0,00
2176	POLÍCIA COMUNITÁRIA: IMPLEMENTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO.	700.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	12	0	0,00
2177	ALIMENTAÇÃO AOS PRESOS SOB CUSTÓDIA DA POLÍCIA.	2.177.741,00	2.177.088,12	99,97	UNIDADE	1.139	1.138	99,91
TOTAL		**3.805.835,00**	**2.416.672,12**	**63,50**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Segurança Pública

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
106.185.487,00	92.335.810,95	86,96	13.849.676,05

3.1.20 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Criada pelo Decreto n.º 1.122, de 07 de fevereiro de 2001, tem como missão o planejamento, gerenciamento e a coordenação geral das políticas voltadas para o setor agropecuário e de abastecimento do Estado do Tocantins, normatizando, captando e difundindo tecnologias, sendo assim desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, fomentando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo rural, contribuindo de forma singular para o crescimento auto-sustentável da economia do Estado, durante o quadriênio 2008-2011.

O Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências, atribui como competência:

a) planejar, gerenciar e executar as políticas voltadas para:

1. o fomento das atividades e das pesquisas da agricultura, pecuária, silvicultura, apicultura, aqüicultura, fruticultura e abastecimento, abrangendo a experimentação, produção, armazenagem e comercialização de produtos;

2. a vigilância e a defesa sanitária animal e vegetal;

3. a padronização e a inspeção de produtos vegetais e animais e dos insumos agropecuários;

4. o cooperativismo e o associativismo rural;

5. a assistência técnica e a extensão rural;

6. o apoio ao empresário ou investidor rural;

7. os assuntos fundiários do Estado;

b) realizar o acompanhamento meteorológico e climatológico;

c) captar e difundir tecnologias nas áreas da agropecuária e de armazenagem;

d) normatizar e controlar a qualidade dos produtos agropecuários;

e) prestar informação agrícola;

f) gerir o aproveitamento hidroagrícola, em conjunto com a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente;

g) fiscalizar os insumos utilizados nas atividades agropecuárias e a prestação de serviços no setor;

h) classificar e inspecionar produtos e derivados animais e vegetais;

i) proteger, conservar e realizar o manejo do solo, ações essas voltadas ao processo produtivo agrícola e pecuário;

j) promover e coordenar as políticas de municipalização do planejamento agropecuário;

k) fomentar a produção e a comercialização de produtos típicos regionais, relacionados à agricultura.

As atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 Apoio Administrativo, 01 finalístico e 02 Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 18.312.990,00**, com execução de **R$ 17.010.794,41**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 101 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	522.662,00	521.559,42	99,79	1.102,58
Manutenção dos Serviços de Transportes	418.119,00	418.116,98	100,00	2,02
Manutenção de Recursos Humanos	7.870.014,00	7.869.790,26	100,00	223,74
Ações de Informática	111.269,00	111.268,31	100,00	0,69
TOTAL	**8.922.064,00**	**8.920.734,97**	**99,99**	**1.329,03**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAGRO

QUADRO 102 – FINALÍSTICO - 0063

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DE INICIATIVAS QUE ENVOLVAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, PESQUEIRAS, DE EXTRATIVISMO E OUTRAS, TENDO COMO CENTRO O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, BENEFICIANDO-OS INCLUSIVE COM O FINANCIAMENTO PARA O ACESSO À TERRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.
Justificativa:	A AGROPECUÁRIA É O SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. NESTE CONTEXTO, A AGRICULTURA FAMILIAR REPRESENTA CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ENTRETANTO, OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE SÃO BAIXOS EM VIRTUDE DO BAIXO NÍVEL TECNOLÓGICO. UMA DAS CAUSAS IDENTIFICADA NOS ENCONTROS REGIONAIS É A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE EM ALGUNS MUNICIPIOS E AUSENTE EM OUTROS.
Estratégia:	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES SERÃO DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES LOCAIS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - ULES, APOIDAS PELAS SUPERVISÕES REGIONAIS E ESCRITÓRIO CENTRAL. AS ULES SERÃO FORTALECIDAS COM RECURSOS: HUMANOS TANTO QUANTITATIVO QUANTO QUALITATIVAMENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.SERÃO UTILIZADAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS VISANDO FORTALECER OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA	(N° DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	80
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDAMONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA)/NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000	6/1/2005	12.000
ÍNDICE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES COM ACESSO AO CRÉDITO	(N° DE FAMÍLIAS QUE ACESSARAM O CRÉDITO / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	60

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2018	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.	93.073,00	93.070,9	100,00	UNIDADE	1.000	622	62,20
2019	QUALIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E REDE DE APOIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	95.972,00	42.695,58	44,49	UNIDADE	350	88	25,14
2020	REESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS DO FUNDO DE TERRAS CRÉDITO FUNDIÁRIO.	982.850,00	79.161,56	8,05	UNIDADE	20	5	25,00
2021	MONITORAMENTO DOS PROJETOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	200.953,00	170.415,15	84,80	UNIDADE	150	153	102,00
2022	PROMOÇÃO DE EVENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.	412.235,00	365.621,13	88,69	UNIDADE	20	36	180,00
2023	GERENCIAMENTO DE VISTORIAS DOS IMÓVEIS RURAIS DO CREDITO FUNDIÁRIO.	175.426,00	137.079,15	78,14	UNIDADE	100	76	76,00
2024	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA PROMOÇÃO DO PRONAF.	131.647,00	131.646,09	100,00	UNIDADE	6.000	6.333	105,55
2025	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E DOS TERRITÓRIOS RURAIS.	195.700,00	172.392,30	88,09	UNIDADE	42	91	216,67
TOTAL		**2.287.856,00**	**1.192.081,86**	**52,10**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAGRO

QUADRO 103 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0085

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO - TOCANTINS RURAL

Objetivo:	PROMOVER O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS TOCANTINENSES, GARANTINDO A ABERTURA DE NOVOS MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS, PARA CONTRIBUIR NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, OPORTUNIZANDO MAIOR QUALIDADE DE VIDA AOS CIDADÃOS TOCANTINENSES.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS APRESENTOU NO ANO DE 2006, SEGUNDO ÍNDICES APURADOS PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, CRESCIMENTO NA EXPORTAÇÃO DE CARNE DE 489%. OS INDICADORES DA SAFRA AGRÍCOLA 2006/2007, APURADOS PELA CONAB E IBGE, APRESENTOU ÍNDICES DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE GRÃOS NA ORDEM DE 18%. COM A IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO LOGÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL, HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS, ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL, PROMOVERÃO A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DO SETOR PRODUTIVO, COM FOCO PRINCIPAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. O INSTRUMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES LATENTES NAS REGIÕES DO ESTADO ESTÁ INSERIDO NO PROGRAMA TOCANTINS RURAL, QUE AGREGA AÇÕES EFETIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PERTINENTES AO SETOR RURAL. POSSIBILITARÁ A GESTÃO INTEGRADA PARA MINIMIZAR AS CARÊNCIAS E DEMANDAS E MAXIMIZAR AS OPORTUNIDADES APONTADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS, POR MEIO DA ORGANIZAÇÃO DO SETOR, FORTALECIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA, INTRODUÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS, ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NAS RESPECTIVAS CADEIAS PRODUTIVAS E DOS PRODUTORES EM FORMAS ASSOCIATIVISTAS, COM ÊNFASE NA AGRICULTURA FAMILIAR, SOMADAS AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO, OBJETIVANDO A PERMANÊNCIA DO HOMEM NO CAMPO.
Estratégia:	A SEAGRO PROMOVERÁ A ORGANIZAÇÃO DAS CÂMARAS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAIS, DISPONIBILIZANDO APOIO TÉCNICO E GERENCIAL POR MEIO DA ADAPEC, ITERTINS E RURALTINS, COM O ENVOLVIMENTO DE PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS, POTENCIALIZANDO AS PESQUISAS EM FUNÇÃO DAS DEMANDAS ESPECÍFICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO, COM A INTRODUÇÃO DE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS. O VETOR DE MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL DAR-SE-Á POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO MÓVEL DE REPRODUÇÃO ANIMAL E A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE RENOME NACIONAL E INTERNACIONAL PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. A ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO, APÓS VALIDAÇÃO DAS CADEIAS TRABALHADAS EM PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DURANTE A VIGÊNCIA DO PPA 2008-2011, SERÁ REALIZADA DE FORMA INTEGRADA COM AS ENTIDADES VINCULADAS: ADAPEC, ITERTINS, RURALTINS, DEMAIS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO: SETAS, SRH, SEINF, SEPLAN,UNITINS-AGRO, E OUTROS PARCEIROS:UFT,MAPA,MDA,EMBRABA E O SISTEMA 5 S.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IDADE DE ABATE DO REBANHO BOVINO	NÚMERO DE MESES MÉDIO DE IDADE DE REBANHO BOVINO ABATIDO	40	dez-06	24
TAXA DE CRESCIMENTO DO REBANHO CAPRINO E OVINO	(NÚMERO DE ANIMAIS PRODUZIDOS ATUAL / NÚMERO DE ANIMAIS PRODUZIDOS ANTERIOR) -1 X 100	9	dez-06	10
TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA COM FRUTÍFERAS	TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA COM FRUTÍFERAS = [(ÁREA PLANTADA ATUAL / ÁREA PLANTADA ANTERIOR) - 1] X 100	18,5	jul-07	20
TAXA DE CRESCIMENTO DE ÁREAS CULTIVADAS COM ESPÉCIES FLORESTAIS	TAXA DE CRESCIMENTO CULTIVADA DE ESPÉCIES FLORESTAIS = [(ÁREA PLANTADA COM ESPÉCIES FLORESTAIS / ÁREA PLANTADA ANTERIOR) - 1] X 100	50	jul-07	55
PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA	TOTAL DE LEITE PRODUZIDO POR VACA AO DIA	2,9	dez-06	4,5
TAXA DE AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA = [(VOLUME PRODUZIDO ATUAL / VOLUME PRODUZIDO ANTERIOR - 1) X 100]	8,3	jul-07	10
PRODUTIVIDADE LEITEIRA DO REBANHO CAPRINO	QUANTIDADE DE LITROS DE LEITE PRODUZIDO POR CABRA POR DIA	1,5	dez-06	2
PRODUTIVIDADE APÍCOLA	QUANTIDADE DE KG DE MEL PRODUZIDO POR CAIXA AO ANO	13	dez-06	30
TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE PEIXE EM CATIVEIRO	VOLUME DE PEIXE PRODUZIDO ATUAL / VOLUME DE PEIXE PRODUZIDO ANTERIOR - 1 X 100	14	dez-07	17

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1005	ARRENDAMENTO DE PROPRIEDADES PELO SISTEMA ARRENDA TOCANTINS.	3.206,00	3.206,00	100,00	UNIDADE	10	200	2.000,00
1006	CONSTRUÇÃO DE ABATEDOUROS REGIONAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1008	REVITALIZAÇÃO DOS PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1009	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ABASTECIMENTO.	678.814,00	674.666,90	99,39	UNIDADE	3	2	66,67
2006	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO.	738.967,00	738.963,39	100,00	UNIDADE	48	75,4	157,08
2007	PROMOÇÃO DAS PESQUISAS AGROPECUÁRIAS.	410.442,00	403.866,30	98,40	UNIDADE	39	16	41,03
2008	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES INTEGRADAS PARA O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO.	164.377,00	164.214,25	99,90	UNIDADE	6	16	266,67
2009	MONITORAMENTO DOS PROJETOS HIDROAGRÍCOLAS.	11.806,00	11.804,50	99,99	UNIDADE	9	9	100,00
2010	MELHORAMENTO GENÉTICO DOS REBANHOS.	70.887,00	70.886,56	100,00	PERCENTUAL	8	5	62,50
2011	INTRODUÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS.	779.970,00	779.968,25	100,00	UNIDADE	12	11	91,67
2012	MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO – CEASA.	11.420,00	11.419,44	100,00	PERCENTUAL	100	100	100,00
2013	CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.	28.078,00	28.076,86	100,00	TONELADA	60.000	50.668,75	84,45
TOTAL		**2.897.967,00**	**2.887.072,45**	**99,62**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAGRO

* A ação 2006 – Organização Gerencial das Cadeias Produtivas, o agronegócio opera em sistemas de cadeias produtivas de grande complexidade, que envolvem processos de modernização tecnológica para adequação e melhoria da capacidade técnica e gerencial dos produtores. O produto desta ação só poderá ser mensurado na sua totalidade ao longo do PPA 2008/2011, quando todas as cadeias produtivas estiverem organizadas, em consonância com a especificação do produto constante no Plano Plurianual. No ano 2008, houve um desempenho total de 157,08% da meta física prevista (48 cadeias organizadas), distribuídas da seguinte maneira – 41 cadeias planejadas no PPA com desempenho de 100%; 07 cadeias planejadas no PPA com desempenho de 0% a 30%; 33 cadeias atendidas por demanda com desempenho de 100%; 01 cadeia atendida por demanda com desempenho de 50%.

QUADRO 104 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0092

PROGRAMA - GESTÃO DO ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO - NOSSO CLIENTE CIDADÃO RURAL	
Objetivo:	PROPORCIONAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA, GARANTINDO A DIVULGAÇÃO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SETOR PRODUTIVO RURAL, VISANDO O AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE COM INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.
Justificativa:	CONSIDERANDO AS TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA TOCANTINENSE E A CONSOLIDAÇÃO COMO NOVA FRONTEIRA DO DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADES PARA O AGRONEGÓCIO, O TOCANTINS NECESSITA DE AÇÕES NO SENTIDO DE DIVULGAR SUAS POTENCIALIDADES, QUALIFICANDO OS PRODUTORES, RESPEITANDO A CULTURA DO HOMEM DO CAMPO COM A DEFESA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, E OPORTUNIZANDO A INCORPORAÇÃO DE

	INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL, GARANTINDO A PERMANÊNCIA DO CIDADÃO NO MEIO RURAL E EM HARMONIA COM O AMBIENTE EM QUE VIVE. O EXCESSO DE BUROCRACIA, HERANÇA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA, ALVO DE CRESCENTES CRÍTICAS PELA SOCIEDADE, INCLUÍNDO OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, NECESSITA SER ATACADA EM SUAS RAÍZES. A CENTRALIZAÇÃO E A PULVERIZAÇÃO DE AÇÕES E RECURSOS PÚBLICOS ALIMENTAM A INEFICIÊNCIA E A INEFICÁCIA DAS SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CIDADÃO, OBJETOS QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DA VIOLÊNCIA, PRINCIPALMENTE A CRIMINALIDADE, A PROSTITUIÇÃO INFANTIL, O TRABALHO ESCRAVO, DENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DANOSAS À SOCIEDADE ATUAL. A FALTA DE INFORMAÇÃO E A SUPERPOSIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PROVOCAM A ACELERAÇÃO DOS FATORES DE RISCOS DO MUNDO ATUAL. CASO O PODER PÚBLICO NÃO ALICERCE SUAS AÇÕES EM PROGRAMAS QUE PARTICIPEM EFETIVAMENTE NA MELHORIA DA GESTÃO DAS SUAS FUNÇÕES, FATALMENTE A SOCIEDADE EM BREVE FUTURO, SERÁ ONERADA COM O DÉFICIT ECONÔMICO E SOCIAL INIMAGINÁVEL. O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SEAGRO, ATENTO AS TENDÊNCIAS MUNDIAIS, PRETENDE PORTUNIZAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS, PRINCIPALMENTE DO GOVERNO FEDERAL, PARA DAR SUSTENTAÇÃO A MELHORIA DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO COM ÊNFASE AO PEQUENO PRODUTOR RURAL E AO AGRICULTOR FAMILIAR, OFERECENDO MELHORES SERVIÇOS COM A OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS, HAJA VISTA A DISPONIBILIDADE DE PROGRAMAS E AÇÕES DESENHADOS NO PLANO PLURIANUAL 2008-2011, COM FOCO NA MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E A DESBUROCRATIZAÇÃO, OBJETIVANDO O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO PAÍS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO DA GESTÃO DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO RURAL DAR-SE-Á POR INTERMÉDIO DA SEAGRO EM CONJUNTO COM SUAS VINCULADAS ADAPEC, ITERTINS E RURALTINS E EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS ALIADAS NO PROPÓSITO DA DESBUROCRATIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA. A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA ESTÁ FUNDAMENTADA NAS AÇÕES OPORTUNIZANDO INFORMAÇÕES ATUALIZADAS, QUE PROPORCIONAM AOS SEUS CLIENTES PROFISSIONALIZAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES, TECNIFICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, PRODUTOS E SERVIÇOS. A CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES EM FUNÇÃO DA MISSÃO DA SEAGRO E SUAS VINCULADAS, TRADUZ A EXPECTATIVA DE MELHORIA DA GESTÃO AGROPECUÁRIA. A VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DO ESTADO FORTALECE A SUSTENTAÇÃO DO PROGRAMA, POIS GARANTIRÁ A DIVULGAÇÃO DA MARCA TOCANTINS. A TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO PROGRAMA ESTA PAUTADA NA MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO RURAL, NA FORMA DA AÇÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS AFINS E PARCEIROS, BUSCANDO AGILIDADE E QUALIDADE NA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ATENDIMENTO PELO SOS RURAL	(NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS / TOTAL DE REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS) X 100	-	-	60

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1001	REALIZAÇÃO DA FEIRA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA – AGROTINS.	673.145,00	673.143,46	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
1002	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA AGROTECNOLÓGICA.	572.657,00	572.655,61	100,00	UNIDADE	3	3,6	120,00
1003	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS REGIONALIZADOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SOS RURAL.	3.476,00	3.476,00	100,00	PERCENTUAL	20	5	25,00
1004	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO ÓRGÃO SEDE.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	20	5	25,00
1007	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO.	69.430,00	69.429,60	100,00	PERCENTUAL	40	5,8	14,50
2014	MANUTENÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS.	911.991,00	717.801,00	78,71	UNIDADE	11	5,07	46,09
2015	PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE VALORIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO AGRONEGÓCIO.	1.908.305,00	1.908.301,43	100,00	UNIDADE	14	14	100,00
2016	CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL DOS SERVIDORES DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.	63.826,00	63.825,53	100,00	SERVIDOR	150	247	164,67
2017	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.	2.273,00	2.272,50	99,98	PERCENTUAL	25	25	100,00
TOTAL		**4.205.103,00**	**4.010.905,13**	**95,38**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO

* A ação 1002 - Construção de Centros de Referência Agrotecnológica, a meta física foi superada em 20%, utilizando 100% da dotação autorizada, com a realização das seguintes atividades: ● ampliação do Projeto FORTER/JICA, iniciado em 2006 - conclusão das obras dos prédios para instalação dos escritórios locais do Ruraltins, com 127 m² cada. As novas instalações contribuirão para o fortalecimento da extensão rural e assistência técnica, para o aumento da capacidade da produção regional. ● Construção de um conjunto sanitário coletivo de 146 m², uma guarita com portaria e recepção no Centro Agrotecnológico de Palmas-TO, visando garantir melhores condições de trabalho aos servidores, pesquisadores, trabalhadores eventuais, no desenvolvimento de atividades de pesquisa e validação de tecnologias, bem como, o suporte a promoção e divulgação dos resultados com a realização dos eventos e atendimento ao público. ● Realização de obras para melhoria do Parque de Exposição Agropecuária de Taguatinga –

TO visando dar suporte ao setor produtivo da região, contribuindo com a realização de negócios, apoio tecnológico aos produtores rurais e técnicos, promoção e a geração de novas oportunidades ao setor produtivo, além de atividades de lazer para a comunidade em geral do município de Taguatinga e região, o que equivale a uma melhoria de 60% no Parque.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
18.312.990,00	17.010.794,41	92,89	1.302.195,59

3.1.21 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Secretaria de Indústria e Comércio foi instituída por meio do Decreto n.º 1.112, de 07 de fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo por força do Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002 e, atualmente sua estrutura organizacional está regulada pelo Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, que lhe atribui as seguintes competências:

a) planejar, coordenar e executar as políticas voltadas para o desenvolvimento dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

b) captar e difundir tecnologias nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

c) formular políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

d) executar atividades de registro do comércio;

e) gerir a metrologia, normalização e qualidade industrial;

f) representar o Estado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI;

As atribuições da Secretaria da Indústria e Comércio foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, 03 Programas Finalísticos e 01 Programa de Gestão de Políticas Públicas. Para esses Programas foram autorizados gastos orçamentários à ordem de **R$ 11.720.402,00,** com execução de **66,76%,** ou seja, **R$ 7.824.979,05,** conforme demonstram os quadros a seguir:

QUADRO 105 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	271.106,00	268.410,42	99,01	2.695,58
Manutenção dos Serviços de Transportes	302.941,00	295.388,51	97,51	7.552,49
Manutenção de Recursos Humanos	2.059.961,00	2.058.648,13	99,94	1.312,87
Ações de Informática	86.457,00	85.955,56	99,42	501,44
TOTAL	**2.720.465,00**	**2.708.402,62**	**99,56**	**12.062,38**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC

QUADRO 106 - FINALÍSTICO - 0111

PROGRAMA - PROGRAMA TOCANTINS COMPETITIVO

Objetivo:	FOMENTAR ADEQUAÇÕES TECNOLÓGICAS, MODERNIZAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM VISTAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DA CAPACIDADE COMPETITIVA DOS SETORES DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, QUE ATUAM NO ESTADO DO TOCANTINS, RESULTANDO EM MELHORIAS NA EMPREGABILIDADE, NA RENDA E NA RECEITA PÚBLICA.
Justificativa:	O TOCANTINS INICIA SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO TENDO COMO BASE O SETOR PRIMARIO DA ECONOMIA LOCAL, SOBRESAINDO A PRODUÇÃO DE GRÃOS, A FRUTICULTURA, A PECUARIA DE CORTE, E A PISICULTURA. POREM HÁ A NECESSIDADE DE AGREGAR VALOR A ESTA PRODUÇÃO, AUMENTANDO O NUMERO DE POSTOS DE TRABALHO, BEM COMO O AUMENTO DA RENDA DA POPULAÇÃO. NO ENTANTO PARA ATRAIR NOVAS EMPRESAS NO SETOR INDUSTRIAL FAZ-SE NECESSARIO UMA POLITICA PÚBLICA QUE OFEREÇA VANTAGENS DO PONTO DE VISTA DE COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO NO TOCANTINS. NESTE CONTEXTO, OS INCENTIVOS FISCAIS, FINANCEIROS E LOCALIZACIONAIS SÃO IMPRECINDIVEIS NA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E NA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS AQUI INSTALADAS.
Estratégia:	PROMOVER EVENTOS, DIVULGAR NA MIDIA, PARTICIPAR DE ENCONTROS E RODADAS DE NEGÓCIOS VISANDO DIVULGAR AS POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES, PRINCIPALMENTE OS INCENTIVOS DISPONIVEIS AOS EMPRESÁRIOS EM GERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1101	COMPRE NO TOCANTINS.	111.900,00	111.210,00	99,38	UNIDADE	17	29	170,59
1102	BR/TO COMERCIALIZAÇÃO.	250.500,00	250.000,00	99,80	UNIDADE	1	1	100,00
1103	PROJETO ZIG ZAG - REVITALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES.	846.635,00	759.595,95	89,72	UNIDADE	34	19	55,88
1104	REALIZAÇÃO DE FEIRAS.	747.130,00	746.454,28	99,91	UNIDADE	18	15	83,33
2146	FORTALECER O DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.	43.813,00	42.413,00	96,80	UNIDADE	3	1	33,33
2147	REVITALIZAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	16	0	0,00
TOTAL		**1.999.978,00**	**1.909.673,23**	**95,48**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC

QUADRO 107 - FINALÍSTICO - 0114

PROGRAMA - PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	ATRAIR A IMPLANTAÇÃO DE INVESTIMENTOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO POR MEIO DE AÇÕES QUE DEMONSTREM À GRUPOS E INVESTIDORES SELETOS, TODAS AS OPORTUNIDADES E A CAPACIDADE DE GANHOS COMPETITIVOS E ECONÔMICOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL COM AUMENTO DA RECEITA PÚBLICA, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.
Justificativa:	O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE UM ESTADO OU PAÍS ESTÁ LIGADO A QUANTIDADE DE INVESTIMENTO QUE ESTE RECEBE. A MISSÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO É PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO TOCANTINS. A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA AS CADEIAS PRODUTIVAS É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO ESTADO E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA A SOCIEDADE.
Estratégia:	SERÃO IMPLEMENTADAS AÇÕES FINALÍSTICAS E DE ATIVIDADES, DE IMPLEMENTAÇÃO DIRETA OU POR TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS PARA DIVULGAR AS POTENCIALIDADES, CRIAR FERRAMENTAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E DAR INCENTIVOS ESPECIAIS AOS EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1105	IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS TECNOLÓGICOS NO TOCANTINS.	1.300.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	20	0	0,00
2148	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SIMPÓSIOS E CONGRESSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	124.189,00	124.188,81	100,00	UNIDADE	6	4	66,67
2149	MISSÕES INTERNACIONAIS DE ATRAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ESTADO.	235.901,00	235.375,46	99,78	PERCENTUAL	22	22	100,00
2150	INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS.	36.000,00	35.791,20	99,42	PERCENTUAL	10	0	0,00
2151	IMPLANTAÇÃO DE PÓLO ÓTICO NO TOCANTINS.	940.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	15	0	0,00
2152	ESTUDOS DE VIABILIDADE EMPRESARIAL.	1.376,00	1.375,50	99,96	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**2.637.466,00**	**396.730,97**	**15,04**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC

QUADRO 108 - FINALÍSTICO - 0117

PROGRAMA - PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	
Objetivo:	PREPARAR E ESTRUTURAR AS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO COM AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	UM ESTADO NOVO COMO O TOCANTINS, AINDA NÃO DISPÕE DE TODAS AS CONDIÇÕES DE ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICAS, DE TECNOLOGIA E DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA RECEBER VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NOS MAIS DIFERENTES SETORES, DE GRANDE IMPORTÂNCIA E INTERESSE PARA O DESENVOLVIMENTO, GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS. FAZ-SE, ENTÃO, NECESSÁRIO E FUNDAMENTAL A AÇÃO DO ESTADO NO PREPARO DESSAS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES PARA POSSIBILITAR E ACELERAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO.
Estratégia:	SERÃO IMPLEMENTADAS AÇÕES ESTRUTURANTES FINALÍSTICAS E DE ATIVIDADE POR AÇÃO DIRETA E POR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PUBLICAS OU PRIVADAS PARA IMPLANTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, DE LOGÍSTICA, MELHORIA DAS INFORMAÇÕES A SEREM DISPONIBILIZADAS AOS EMPREENDEDORES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1106	VIABILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DISTRITOS E ÁREAS INDUSTRIAIS.	9.480,00	7.980,00	84,18	PERCENTUAL	14	1	7,14
1107	ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS – CL.	1.550.500,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	6	0	0,00
1108	REESTRUTURAÇÃO DE PRÉDIOS PARA APOIO EMPRESARIAL – IAL.	0,00	0,00	0,00	-	0	0	0,00
TOTAL		1.559.980,00	7.980,00	0,51	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC

QUADRO 109 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0118

PROGRAMA - PROGRAMA DE GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	
Objetivo:	MANTER, COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS DA SECRETARIA, PLANEJANDO E FORMULANDO AS POLÍTICAS SETORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS INDUSTRIAL, COMÉRCIO E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	A SECRETARIA CARECE DE ESTUDOS, PLANOS E DIAGNÓSTICOS DE PROSPECÇÃO MERCADOLÓGICA E SÓCIO-ECONÔMICA PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE PLANOS SETORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO. FAZ-SE NECESSÁRIO MANTER O ACOMPANHAMENTO E A COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS E DE GESTÃO.
Estratégia:	QUANTO AS AÇÕES QUE DEMANDAM AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, DEVERÃO SER EXECUTADAS DIRETAMENTE POR TÉCNICOS DA UNIDADE GESTORA, ENQUANTO AQUELAS QUE TIVEREM MAIOR GRAU DE DIFILCUDADE, PODERÃO CONTRATAR INSTITUIÇÕES OU PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO OU CONSULTORIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2153	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES EM GESTÃO E ANÁLISE DE PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS.	16.340,00	16.340,00	100,00	UNIDADE	4	4	100,00
2154	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS.	2.360.966,00	2.360.645,93	99,99	UNIDADE	1	1	100,00
2313	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	425.207,00	425.206,30	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		2.802.513,00	2.802.192,23	99,99	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
11.720.402,00	7.824.979,05	66,76	3.895.422,95

3.1.22 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

A Secretaria da Infra-Estrutura tem como finalidade precípua definir no campo econômico a política da Infra-Estrutura do Estado visando integrar as diversas regiões, no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

O Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, lhe atribui as seguintes competências:

a) administrar, executar, manter e fiscalizar obras públicas de infra-estrutura, sistemas viários e saneamento;

b) formular, coordenar e executar programas de saneamento básico;

c) administrar, executar e manter obras dos setores de energia e saneamento básico;

d) promover licitação de obras públicas e de serviços;

e) fiscalizar, supervisionar, acompanhar, avaliar, controlar e receber obras e serviços de engenharia;

f) gerenciar os transportes intermodais;

g) elaborar os estudos e/ou projetos técnicos para a conservação, ampliação e recuperação de prédios públicos do Estado, nos termos propostos pelos Órgãos da Administração Direta;

h) promover a execução de:

1. construção, ampliação, conservação e recuperação de prédios públicos;

2. obras e serviços de engenharia decorrentes de acordos e convênios;

As atribuições da Secretaria da Infra-Estrutura foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas nos programas: 01 Apoio Administrativo, 01 Serviços ao Estado, 02 Gestão de Políticas Públicas e 06 Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 122.636.230,00** com execução de **R$ 102.297.260,41** como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 110 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.307.496,00	1.297.645,24	99,25	9.850,76
Manutenção dos Serviços de Transportes	779.978,00	768.584,58	98,54	11.393,42
Manutenção de Recursos Humanos	8.132.372,00	8.126.968,37	99,93	5.403,63
Ações de Informática	372.482,00	356.152,02	95,62	16.329,98
TOTAL	**10.592.328,00**	**10.549.350,21**	**99,59**	**42.977,79**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

QUADRO 111 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TRERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EFICIÊNCIA NA CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	1º - IMPACTOS AMBIENTAIS / KM ÁREAS PROTEGIDAS X 100 = KM PROTEGIDOS ANO-BASE; 2º - IMPACTOS AMBIENTAIS / KM ÁREAS PROTEGIDAS X 100 = KM PROTEGIDOS ANO ANÁLISE; 3º - KM PROTEGIDOS ANO-BASE / KM PROTEGIDOS ANO ANÁLISE X 100.	100	2003	150
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	Dez-2007	115
AUMENTO REAL DA RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL	1º - VALOR EM MOEDA CORRENTE / ÍNDICE GERAL DE PREÇOS X 100 = VALOR REAL ANO BASE; 2º - VALOR EM MOEDA CORRENTE / ÍNDICE GERAL DE PREÇOS X 100 VALOR REAL ANO ANÁLISE; 3º - VALOR REAL ANO ANÁLISE / VALOR REAL ANO-BASE X 100.	100	2003	120

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1057	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.	166.456,00	40.343,65	24,24	UNIDADE	10	25	250,00
1058	APARELHAMENTO DA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PDRS.	200.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	37	0	0,00
2054	ASSISTÊNCIA TÉCNICA À GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PROJETO.	1.410.490,00	943.957,39	66,92	UNIDADE	1	1	100,00
2055	AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO PROJETO.	76.720,00	42.000,00	54,74	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**1.853.666,00**	**1.026.301,04**	**55,37**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

QUADRO 112 – FINALÍSTICO - 0029

PROGRAMA - INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	
Objetivo:	PROPORCIONAR À POPULAÇÃO MEIOS DE TRANSPORTE SEGUROS E EFICIENTES, INTEGRANDO TODO O ESTADO.
Justificativa:	ASSEGURAR AO ESTADO CONTROLE LOGÍSTICO DOS TRANSPORTES MULTIMODAIS (RODOVIÁRIO; FERROVIÁRIO; HIDROVIÁRIO E AEROVIÁRIO).
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS AEROPORTUÁRIOS, PORTUÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS (RODOVIÁRIO; FERROVIÁRIO; HIDROVIÁRIO E AEROVIÁRIO), EXECUÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSTRUÇÕES, E MANUTENÇÕES DOS AERÓDROMOS E DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO. BOA PARTE DA EXECUÇÃO DAS METAS DESTE PROGRAMA SE DARÁ ATRAVÉS DE REPASSES DO GOVERNO FEDERAL E DE CONVÊNIOS COM O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E INICIATIVA PRIVADA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM AEROPORTOS; PORTOS OU PLATAFORMAS MULTIMODAIS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ONDE SE ENCONTRA INSTALADO UM AEROPORTO, OU UMA PLATAFORMA MULTIMODAL, OU UM PORTO FLUVIAL SOB A JURISDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO	9	Dez-2008	16

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1059	ELABORAÇÃO DE PROJETOS AEROPORTUÁRIOS.	46.500,00	46.500,00	100,00	UNIDADE	3	1	33,33
1060	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO.	3.001,00	3.000,00	99,97	UNIDADE	2	0,02*	1,00
1061	CONSTRUÇÃO DE AERÓDROMOS NO ESTADO.	12.482.304,00	3.888.469,55	31,15	UNIDADE	4	1	25,00
1062	ELABORAÇÃO DE PROJETOS HIDROVIÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS.	147.400,00	147.400,00	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
1063	CONSTRUÇÃO DE PORTOS HIDROVIÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS.	750.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1064	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2056	MANUTENÇÃO DE AERÓDROMOS E DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO.	493.873,00	493.841,53	99,99	UNIDADE	3	3	100,00
TOTAL		**13.923.078,00**	**4.579.211,08**	**32,89**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

* A ação 1060 ficou comprometida em virtude da redução de 98% do orçamento inicial.

QUADRO 113 - FINALÍSTICO - 0030

PROGRAMA - ENERGIZAÇÃO URBANA	
Objetivo:	AMPLIAR A INFRA-ESTRUTURA DOS SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA DOS MUNICÍPIOS; DISTRIBUIR ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA SETORES E BAIRROS NÃO ATENDIDOS.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO ASSEGURANDO CONFORTO E SEGURANÇA. AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA TORNANDO-A EFICAZ COM A DIMINUIÇÃO DE GASTOS PÚBLICOS. ATENDER AS DEMANDAS LEVANTADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS E TAMBÉM DE MANEIRA INDIRETA ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM AS DEMAIS ESFERAS DE GOVERNO E COM A COMPANHIA DE ENERGIA DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE SETORES ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	34	1/11/2007	1.027

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1065	CONSTRUÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO URBANA.	6.391.791,00	5.723.849,21	89,55	m	14.330	14.215	99,20
1066	EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	334.999,00	305.185,34	91,10	UNIDADE	11.279	2.295	20,35
TOTAL		**6.726.790,00**	**6.029.034,55**	**89,63**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

QUADRO 114 - FINALÍSTICO - 0036

PROGRAMA - SANEAMENTO BÁSICO	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO ESTADO, CONTRIBUINDO PARA A PROTEÇÃO À SAÚDE, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DAS ÁREAS URBANAS E RURAIS (DISTRITOS, VILAS E POVOADOS).
Justificativa:	DOTAR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS COM SISTEMAS DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES COM O INTUITO DE OFERECER MELHOR QUALIDADE DE VIDA.
Estratégia:	OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE SE DEVEM AO FATO DA INEXISTÊNCIA, DEFICIÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DE AÇÕES DE SANEAMENTO NO ESTADO; ÁREAS DESPROVIDAS DE INFRA-ESTRUTURA; ÁREAS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE DOENÇAS EVITÁVEIS POR AÇÕES DE SANEAMENTO (DENGUE, DIARRÉIAS, ETC) E ÁREAS COM MENOR CUSTO BENEFÍCIO. O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO DE FORMA DESCENTRALIZADA COM PARCERIAS: 1º NOS INVESTIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DAS ESTRUTURAS FÍSICAS COM RECURSOS ORIUNDOS DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS DOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO; NO NÍVEL FEDERAL É ORIUNDO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - OGU; NO NÍVEL ESTADUAL É ORIUNDO DO TESOURO ESTADUAL E DA COMPANIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS; NO NÍVEL MUNICIPAL É ORIUNDO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E OS GERADOS PELAS RECEITAS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO ARRECADADOS. 2º OS RECURSOS NECESSÁRIOS À SUSTENTABILIDADE DOS SITEMAS DEVERÃO SER CONSOLIDADOS ATRAVÉS DE MECANISMOS PERMANENTES DE FINANCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO E NO ORÇAMENTO MUNICIPAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	IGNORADO	1/11/2007	139

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1067	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MELHORIAS SANITÁRIAS.	4.146.566,00	4.146.565,25	100,00	UNIDADE	826	762	92,25
1068	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.	14.237.552,00	7.986.663,74	56,10	UNIDADE	9	5	55,56
1069	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.	8.341.663,00	7.575.639,95	90,82	UNIDADE	8	7	87,50
TOTAL		**26.725.781,00**	**19.708.868,94**	**73,74**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF

QUADRO 115 - SERVIÇO AO ESTADO - 0039

PROGRAMA - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	
Objetivo:	OFERECER MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS; OFERECER MELHOR ATENDIMENTO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA À POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, LAUDOS, EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E MANUTENÇÕES DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	5.001,40	Dez-2008	112.449,24

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1070	SERVIÇOS DE PROJETOS E CONSULTORIA PARA OBRAS PÚBLICAS.	137.935,00	137.934,30	100,00	M²	9.167	42.063,70	458,86
1071	SERVIÇOS DE PROJETOS DE PLANIALTIMÉTRIA E SANEAMENTO.	151.979,00	151.649,99	99,78	M²	1.000.000	256.639,87	25,66
1072	LAUDOS DE SONDAGEM.	0,00	0,00	0,00	METRO	3.300	0,00	0,00
1073	ADEQUAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00

	PÚBLICAS ÀS LEIS DE ACESSIBILIDADE.							
1074	CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	5.968.452,00	5.967.924,58	99,99	M²	17.040	5.612,24	32,94
1075	REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	1.660.172,00	1.659.341,12	99,95	M²	1.863	307,35	16,50
1076	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.	134.075,00	134.074,71	100,00	METRO	19	3	15,79
2057	MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	34.878.199,00	34.878.198,58	100,00	UNIDADE	144	129	89,58
2058	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO.	2.156.344,00	2.155.287,13	99,95	PORCEN-TAGEM	100	99,95	99,95
TOTAL		**45.087.156,00**	**45.084.410,41**	**99,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

QUADRO 116 – FINALÍSTICO - 0040

PROGRAMA - ELETRIFICAÇÃO RURAL	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DOS SETORES AGROPECUÁRIO E INDUSTRIAL, COM A FINALIDADE DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO, FIXANDO-O À TERRA E REDUZINDO O ÊXODO RURAL.
Justificativa:	LEVAR ENERGIA AO HOMEM DO CAMPO, BUSCANDO FORTALECER O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E INDUSTRIAL DO ESTADO. ATENDER AS DEMANDAS VERIFICADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DAS REDES DE ENERGIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE QUILÔMETROS DE REDE RURAL IMPLANTADOS	NÚMERO DE QUILÔMETROS DE REDE RURAL IMPLANTADOS	3.389,18	Dez-2008	4.595

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1077	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE REDES DE ELETRIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO RURAL DE ALTA E BAIXA TENSÃO.	9.553.025,00	7.216.060,18	75,54	KM	276	150,9	54,67
1078	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO RURAL.	70.000,00	0,00	0,00	KM	560	0	0,00
TOTAL		**9.623.025,00**	**7.216.060,18**	**74,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

QUADRO 117 - FINALÍSTICO - 0071

PROGRAMA - PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO - PED	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.
Justificativa:	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO FOI CRIADO NO INTUITO DE DISTRIBUIR O REPASSE DO GOVERNO FEDERAL AO ESTADO DO TOCANTINS, DEVIDO A SUA CRIAÇÃO. ESTE ORÇAMENTO FOI DESTINADO PARA APLICAÇÃO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.
Estratégia:	ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS E REPASSE DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS / NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	137	dez-07	139

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1079	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES.	5.308.397,00	5.308.365,46	100,00	UNIDADE	32	81	253,13
1080	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES.	1.097.000,00	1.096.650,00	99,97	UNIDADE	10	11	110,00

1081	INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	1.699.009,00	1.699.008,54	100,00	UNIDADE	10	17	170,00
TOTAL		**8.104.406,00**	**8.104.024,00**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

QUADRO 118 - FINALÍSTICO - 0119

PROGRAMA - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS	
Objetivo:	PROMOVER O FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO QUE GEREM BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E/OU SOCIAIS ÀS ÁREAS DE SUA INFLUÊNCIA, EM CONSONÂNCIA COM O PLANO DO GOVERNO E COM AS NECESSIDADES E POTENCIALIDADES LOCAIS.
Justificativa:	A IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MECANISMOS DE FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS TORNAM-SE VITAL PARA A INDUÇÃO E ESTÍMULO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO VISANDO O MELHOR APROVEITAMENTO DE NOSSAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E A AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. EM NENHUM MOMENTO PODE SER DESCURADA A ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS, AGROINDUSTRIAIS E INDUSTRIAIS, BEM COMO A SUA EXPANSÃO REGIONAL DE FORMA DESCENTRALIZADA E EFICIENTE. ASSIM ESTAREMOS CONTRIBUINDO PARA ACELERAR AS TAXAS DE INOVAÇÃO E DE INTRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS E TECNOLOGIAS, TRAZENDO PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA AS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO.
Estratégia:	SERÁ DADA CONTINUIDADE À GESTÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO, INSTITUÍDA PELA LEI 1.298, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2002. SERÃO ALOCADOS RECURSOS HUMANOS, ALOCAÇÃO DE AMBIENTE FÍSICO APROPRIADO, APARELHAMENTO E REALIZADO TREINAMENTO DE SERVIDORES. SERÁ SUBSCRITOS R$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE REAIS) COMO CAPITAL SOCIAL DA AGÊNCIA EM AÇÕES NOMINATIVAS ORDINÁRIAS, SEM VALOR NOMINAL E COM DIREITO A VOTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE INSERÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE MICROEMPRESAS	Nº DE MICROEMPRESAS BENEFICIADAS / TOTAL DE MICROEMPRESAS INSTALADAS X 100	0	Dez-2008	1

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1082	AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Infra-Estrutura - SEINF

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
122.636.230,00	102.297.260,41	83,42	20.338.969,59

3.1.23 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE

A Secretaria de Recursos Hídricos foi instituída pelo Decreto nº 1.461, de 22 de março de 2002, atualmente, Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. O Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades, já o Decreto nº 3.570, de 21 de novembro de 2008, modifica sua estrutura básica e operacional. São suas competências:

a) planejar, coordenar e acompanhar:

1. a política estadual de recursos hídricos;

2. a política estadual do meio ambiente, as políticas de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas;

b) formular e conduzir a política estadual de irrigação, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

c) propor diretrizes e articular ações destinadas a incentivar:

1. a gestão integrada de resíduos sólidos em bacias hidrográficas urbanas;

2. o conhecimento sobre mudanças climáticas;

d) programar, implantar e coordenar a rede hidrometeorológica estadual, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas que a integram ou que dela sejam usuários;

e) desenvolver atividades informativas e educativas, visando a divulgação do conhecimento e a compreensão, pela sociedade, dos problemas ambientais, principalmente quanto à utilização e à preservação do recurso natural água;

f) planejar, implantar, operar, manter e recuperar obras de infra-estrutura hídrica e estruturas hidráulicas;

g) formular e coordenar ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com o órgão estadual de Defesa Civil;

h) apoiar a organização associativa dos usuários dos perímetros públicos de irrigação, promovendo-lhes autonomia administrativa e operacional;

i) coordenar as ações institucionais do setor público, com vistas ao incentivo do desenvolvimento da irrigação pública e privada;

j) promover a articulação com órgãos e entidades nacionais, internacionais e estrangeiros, visando a preservação do meio ambiente e recursos naturais;

As atribuições da Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 Apoio Administrativo, 01 Gestão de Políticas Públicas e 05 finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 317.450.705,00**, com execução de **R$ 252.714.496,68**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 119 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	419.069,00	418.120,08	99,77	948,92
Manutenção dos Serviços de Transportes	400.416,00	400.279,85	99,97	136,15
Manutenção de Recursos Humanos	2.586.532,00	2.586.530,27	100,00	1,73
Ações de Informática	27.818,00	27.737,71	99,71	80,29
TOTAL	**3.433.835,00**	**3.432.667,91**	**99,97**	**1.167,09**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da SRHMA

QUADRO 120 – FINALÍSTICO - 0050

PROGRAMA - TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E DA RECUPERAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DOS RECURSOS GENÉTICOS, COM A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO SETOR FLORESTAL, A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, O COMBATE A DESMATAMENTOS ILEGAIS E INCÊNDIOS FLORESTAIS, PROPICIANDO A EXPANSÃO DA BASE FLORESTAL PLANTADA E INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INCENTIVANDO O USO SUSTENTAVEL PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, E ASSEGURANDO A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS.
Justificativa:	O PROGRAMA SE PROPÕE A TRABALHAR OS PROBLEMAS ELENCADOS DURANTE A OFICINAS DO PPA, SÃO ELES: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA; OS ECOSSISTEMAS NATURAIS ABRIGAM UMA IMENSA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, PRESTANDO SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA VIDA NO PLANETA. A BIODIVERSIDADE É UMA DAS GRANDES RIQUEZAS DO NOSSO ESTADO, DEVENDO SER ESPECIALMENTE PROTEGIDA E CONSERVADA. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PROPICIARÁ O AUMENTO NA PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO E UTILIZAÇÃO DESTES RECURSOS COMO MATÉRIA-PRIMA, DEVENDO PARA TANTO DEFINIR ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DA MESMA E AÇÕES ESTRUTURANTES IMPRESCINDÍVEIS PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ORIENTAR O USO DESTES ATIVOS AMBIENTAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL.
Estratégia:	A SECRETARIA, DE FORMA DIRETA, DEVERÁ ELABORAR PLANOS E PROGRAMAS QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA O USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE, PROPOR A CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NESTAS UNIDADES, E RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS NO ENTORNO DAS UC'S E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS COM VISTAS A FORTALECER AÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, APOIANDO E FORTALECENDO A GESTÃO DAS UNIDADES EXECUTADA PELO NATURATINS; PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO CONTROLE DO DESMATAMENTO E COMBATE A QUEIMADAS DEVERÁ PROPOR PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL TANTO ESTADUAL (NATURATINS, CIPAMA E RURALTINS) QUANTO MUNICIPAL (OEMAS, SECRETARIAS DE AGRICULTURA E BRIGADAS DE INCÊNDIOS).
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1010	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE ÁREAS PROTEGIDAS.	1.186.452,00	523.003,93	44,08	UNIDADE	2	1	50,00
1011	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.	2.504.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
1012	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	500.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1013	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO E QUEIMADAS.	472.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1014	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA CONHECIMENTO, CONSERVAÇÃO E	588.100,00	525.469,26	89,35	UNIDADE	2	1	50,00

	USO DA BIODIVERSIDADE.							
1015	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS.	400.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
2026	CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	717.725,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**6.368.277,00**	**1.048.473,19**	**16,46**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da SRHMA

QUADRO 121 - FINALÍSTICO - 0052

PROGRAMA - ÁGUAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	PROMOVER O ORDENAMENTO, A OTIMIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS E O EQUACIONAMENTO DOS CONFLITOS, COM O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS.
Justificativa:	O PROGRAMA PROPOSTO VISA ATENDER AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS OFICINAS DO PPA REALIZADAS EM 14 REGIÕES DO ESTADO, SENDE ELES: ASSOREAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUAS, SECAS EXTREMAS, DESMATAMENTOS E POLUIÇÃO AMBIENTAL; E OUTROS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA, COMO: O COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM AMBIENTES URBANOS E RURAIS; A AUSÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS PARA TOMADA DE DECISÕES; A OCUPAÇÃO DESORDENA DO SOLO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS; O POUCO CONHECIMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, COM BASE NOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DEFINIDAS NA POLÍTICA ESTADUAL, PRESSUPÕE A MINIMIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USOS, OCASIONADAS PELOS INTERESSES CONCORRENTES E O PLANEJAMENTO RACIONAL COM VISTAS A GARANTIR A TODOS O ACESSO À ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE SATISFATÓRIAS, INCENTIVANDO AÇÕES CONSERVACIONISTAS DE USO DO SOLO E DA ÁGUA, ALÉM DE FOMENTAR OS USOS MÚLTIPLOS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA ACARRETARÁ DANOS A QUALIDADE DAS ÁGUAS, REFLETINDO NA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE, BEM COMO, A MANUTENÇÃO DA QUANTIDADE DAS ÁGUAS, COM PREJUÍZOS AOS PROCESSOS PRODUTIVOS IMPLANTADO EM TODO O ESTADO. O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, NA BUSCA POR SOLUÇÕES E O INTERESSE DOS USUÁRIOS DAS ÁGUAS EM MINIMIZAR OS CONFLITOS DE USOS SÃO FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, JÁ A QUANTIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA O MESMO PODERÁ SER UM FATOR DESFAVORÁVEL A SUA IMPLEMENTAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA INCLUI A ELABORAÇÃO DE AÇÕES, ATIVIDADES, ESTUDOS E PROJETOS, CUJO OBJETIVO PRINCIPAL É A SUSTENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA PREVÊ PARCERIAS ENTRE MUNICÍPIOS, USUÁRIOS DE ÁGUA E SOCIEDADE CIVIL. TODOS OS PRODUTOS ORIUNDOS DAS AÇÕES TERÃO DIVULGAÇÃO DE MASSA E SERÃO ACESSÍVEIS VIA PORTAL WEB E OUTROS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE FÁCIL ACESSO DO PÚBLICO ALVO. AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS COM O APORTE INSTITUCIONAL, TÉCNICO E OPERACIONAL DA SRHMA, COMPLEMENTADAS QUANDO FOR NECESSÁRIO, COM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARCEIROS LOCAIS E ESTADUAIS ENVOLVIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1017	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS.	4.305.304,00	2.398.380,21	55,71	UNIDADE	21	12	57,14
1019	REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.	1.600.002,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
1020	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS.	320.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2027	ESTRUTURAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLOGICA ESTADUAL.	1.451.944,00	279.614,96	19,26	UNIDADE	12	*	0,00
TOTAL		**7.677.250,00**	**2.677.995,17**	**34,88**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da SRHMA

* Na ação 2027 - Estruturação da rede hidrometereologica foi preciso fazer um projeto de adensamento da rede hidrometereologica estadual, a rede será estruturada a partir de 2009.

QUADRO 122 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0059

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo:	COORDENAR O PLANEJAMENTO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS E A AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS PROGRAMAS NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS COM VISTA AO FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE E DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.
Justificativa:	O PROGRAMA FOI PROPOSTO TENDO EM VISTA SOLUCIONAR OS SEGUINTES PROBLEMAS: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA, ASSOREAMENTO DE RIOS, LIXÃO A CÉU ABERTO; FALTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL E INFORMAL; POLUIÇÃO AMBIENTAL. O USO INADEQUADO DOS RECURSOS NATURAIS NO ESTADO, ESPECIFICAMENTE QUANTO À CAÇA E PESCA PREDATÓRIAS, DESMATAMENTO ILEGAL, QUEIMADAS DESCONTROLADAS, EXPLORAÇÃO MINERÁRIA, POLUIÇÃO DAS ÁGUAS, USO DO SOLO, ENTRE OUTROS, VEM CONTRIBUINDO PARA A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. OUTRA AÇÃO IMPORTANTE PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS É A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO A NÍVEL MUNICIPAL ATRAVÉS DA CAPACITAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PREJUDICARÁ A REVERSÃO DESTE QUADRO POR NÃO DEFINIR AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES QUE SERÃO NECESSÁRIAS PARA ORIENTAR O USO DOS RECURSOS NATURAIS E NÃO PROMOVER O FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS GESTORES DA POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS. NESTE SENTIDO, O INTERESSE E AS POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DOS DIFERENTES SETORES E AGENTES SOCIAIS, PARA DEFINIR E ACORDAR PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, BUSCANDO A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE TOCANTINENSE, É O FATOR CONDICIONANTE PARA A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA.
Estratégia:	DEVERÃO SER REALIZADAS REUNIÕES TÉCNICAS E OFICINAS, DE FORMA ARTICULADA COM A COMUNIDADE CIENTÍFICA, SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁREAS AFINS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, PARA DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS, BEM COMO ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE IMPLEMENTADOS PELO ESTADO COM VISTAS A CORREÇÃO DE RUMOS, E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O ORDENAMENTO DO USO DOS RECURSOS NATURAIS VISANDO O FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS; A SECRETARIA DEVERÁ PROPOR PARCERIAS JUNTO AOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA CRIAÇÃO E/OU FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL; E PROPORCIONARÁ A GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA, ENTRE OS DIVERSOS ENTES DE GOVERNOS E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DOS ORGANISMOS VINCULADOS COMO O COEMA E O CERH.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1021	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.	1.680.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1022	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA O MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	784.00,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1023	GERENCIAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – SIRES.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1024	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.	361.499,00	159.000,00	43,98	UNIDADE	3	1	33,33
1025	ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL.	700.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	20	0	0,00
1026	ESTUDOS PARA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	531.588,00	197.425,00	37,14	UNIDADE	2	1,3	65,00
1027	ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROJETOS AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1030	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA.	354.800,00	154.678,00	43,60	UNIDADE	2	1	50,00
2028	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.	1.732.254,00	855.494,09	49,39	UNIDADE	2	0,2	10,00
2029	FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS VINCULADOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**5.360.141,00**	**1.366.597,09**	**25,50**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da SRHMA

QUADRO 123 - FINALÍSTICO - 0061

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	A APURAR	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	A APURAR	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1031	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.	345.148,00	31.800,00	9,21	UNIDADE	2	0,25	12,50
1032	FORMAÇÃO DE AGENTES EDUCADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	0,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	2	0	0,00
2030	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	52.950,00	2.919,00	5,51	PORCENTAGEM	3	3	100,00
TOTAL		**398.098,00**	**34.719,00**	**8,72**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da SRHMA

QUADRO 124 – FINALÍSTICO - 0090

PROGRAMA - INFRA ESTRUTURA HÍDRICA PARA USOS MÚLTIPLOS	
Objetivo:	ASSEGURAR A OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE E A PROMOÇÃO DA RESERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES MÚLTIPLAS NAS ÁREAS DE AGROPECUÁRIA, ABASTECIMENTO PÚBLICO, GERAÇÃO DE ENERGIA, CONSUMO INDUSTRIAL, PISCICULTURA, LAZER E TURISMO, ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES.
Justificativa:	COM A INSTALAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS RIOS, OBJETIVANDO-SE ALÉM DA RESERVAÇÃO DE ÁGUA A PERENIZAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA, TEM-SE A OPORTUNIDADE DE IMPLANTAR EM CONJUNTO COM A OBRA DE BARRAMENTO, UM PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA. TAIS EMPREENDIMENTOS TEM A CAPACIDADE DE PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO, INCREMENTO DE RENDA DA POPULAÇÃO LOCAL, DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS AFETADOS DIRETAMENTE E INDIRETAMENTE E A INSERÇÃO DE TECNOLOGIA AOS PRODUTORES REGIONAIS.
Estratégia:	INSTALAÇÃO DE OBRAS DE BARRAMENTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS / TOTAL DE OBRAS X 100	8	13/11/2004	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1033	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTOS VISANDO O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO 3.	322.700,00	322.595,50	99,97	PERCENTUAL	10	10	100,00
1034	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTO VISANDO O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO 16.	11.005.100,00	11.003.972,51	99,99	PERCENTUAL	25	20	80,00
1035	CONSTRUÇÃO DO BARRAMENTO VISANDO O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO-01.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	16	0	0,00
1036	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTO PARA USOS MÚLTIPLOS EIXO – 20.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	5	0	0,00
1038	INTEGRAÇÃO DAS BACIAS DOS RIOS PALMA E SÃO DOMINGOS.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	26	0	0,00
1039	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTOS E OBRAS ESTRUTURANTES PARA USOS MÚLTIPLOS NAS REGIÕES SUDOESTE E SUDESTE.	46.420.590,00	6.419.889,99	13,83	PERCENTUAL	25	0	0,00
1040	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO SÃO JOÃO.	138.630.900,00	134.644.918,90	97,12	SERVIÇO REALIZADO	1.000	0	0,00
1041	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO MANUEL ALVES.	24.677.535,00	24.675.966,41	99,99	HECTARE	1.250	500	40,00
1042	CONSTRUÇÃO DE PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH NO BARRAMENTO EIXO – 03.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	30	0	0,00
1043	CONSTRUÇÃO DE OBRAS HÍDRICAS VISANDO ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS COMUNS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1044	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO SAMPAIO.	45.795.201,00	45.510.708,37	99,38	HECTARE	1.000	*	0,00
1045	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO CHAPADA.	403.700,00	403.653,73	99,99	HECTARE	100	*	0,00
1046	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO PARANA.	70.800,00	70.755,63	99,94	HECTARE	100	*	0,00
1047	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO TAIPAS.	0,00	0,00	0,00	HECTARE	100	0	0,00
1048	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO TAGUATINGA.	156.300,00	156.018,38	99,82	HECTARE	100	0	0,00
1049	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO ARRAIAS.	0,00	0,00	0,00	HECTARE	150	0	0,00
1050	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO GURITA II.	143.200,00	143.177,85	99,98	HECTARE	50	*	0,00
1051	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO PEDRO AFONSO.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	1.000	0	0,00
1052	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO DUERÉ.	0,00	0,00	0,00	HECTARE	29	0	0,00
1053	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO GOIANORTE.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	5	0	0,00
2031	CONSERVAÇÃO DOS BARRAMENTOS DO ESTADO.	2.394.800,00	2.394.677,32	99,99	PERCENTUAL	25	*	0,00
2032	MANUTENÇÃO DE OBRAS HÍDRICAS PARA APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2033	REVITALIZAÇÃO DO PROJETO RIO FORMOSO.	18.408.278,00	18.407.709,73	100,00	PERCENTUAL	25	5	20,00
TOTAL		**288.429.104,00**	**244.154.044,32**	**84,65**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da SRHMA

* A ação 1044 – Implantação de Infra-estrutura hídrica do Projeto Sampaio, esta ação encontra-se em fase de construção de estações pressurizadas, não sendo possível mensurar a meta física executada, pois a implantação da irrigação parcelar ainda não foi iniciada.
* A ação 1045 – Implantação de Infra-estrutura hídrica do Projeto Chapada, esta ação encontra-se em fase de estudo de viabilidade para posterior execução da obra.
* A ação 1046 – Implantação de Infra-estrutura hídrica do Projeto Paranã, esta ação encontra-se em fase de estudo de viabilidade para posterior execução da obra.

* A ação 1050 – Implantação de Infra-estrutura hídrica do Projeto Gurita II, esta ação encontra-se em fase de estudo de viabilidade para posterior execução da obra.
* A ação 2031 – Conservação dos barramentos do Estado, esta ação encontra-se em fase de estudo de viabilidade para posterior execução da obra.

QUADRO 125 – FINALÍSTICO - 0099

PROGRAMA - DISPONIBILIDADE HÍDRICA PARA USOS MÚLTIPLOS	
Objetivo:	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS QUE VISEM A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA, IDENTIFICANDO REGIÕES NO ESTADO COM POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DEPENDENTES DA INSTALAÇÃO DESTAS ESTRUTURAS PARA OS USOS MÚLTIPLOS POSSÍVEIS.
Justificativa:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ESTUDOS, PLANOS E PROGRAMA COMO FERRAMENTA QUE POSSIBILITE AO ESTADO TER ACESSO AOS RECURSOS FINANCEIROS ADVINDOS DA UNIÃO E DE OUTROS PARCEIROS PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS QUE DESTACAM O POTENCIAL DE CADA REGIÃO E SEU PERFIL.
Estratégia:	A SECRETARIA, DE FORMA DIRETA, DEVERÁ EXECUTAR ESTE PROGRAMA MEDIANTE A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS PARA ELABORAÇÃO DE: ESTUDOS TÉCNICOS DE VIABILIDADE DAS OBRAS, ESTUDOS E PESQUISAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS E DA ÁGUA, IDENTIFICAÇÃO DA POTENCIALIDADE PARA A AGRICULTURA IRRIGADA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA APROVEITAMENTO USOS MÚLTIPLOS DAS ÁGUAS; ALÉM DE FIRMAR PARCERIAS COM ENTIDADES DE ENSINO E PESQUISA PARA CAPACITAÇÃO DOS ENGENHEIROS E/OU TÉCNICOS VISANDO O PLANEJAMENTO, ANÁLISE, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DOS PROJETOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1054	ESTUDOS E PROJETOS PARA OBRAS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA.	5.000.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2034	ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E CADASTRO DAS INFRA-ESTRUTURAS HÍDRICAS DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
2035	REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS DE POLÍTICAS DE USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
2036	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS SOLOS E DA ÁGUA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2038	REALIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES HIDROGEOLÓGICAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
TOTAL		**5.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da SRHMA

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
317.450.705,00	252.714.496,68	79,61	64.736.208,32

3.1.24 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A primeira entidade responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins foi a Fundação Santa Rita de Cássia, criada pelo Decreto n.º 561/89. Diante da expansão administrativa do Estado houve a

necessidade de uma melhor adequação estrutural com amplitude necessária para atender a área da ação social, com personalidade de Secretaria de Estado. Desse modo, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com suas atribuições embasadas através da Lei n.º 791/95, consequentemente foi extinta a Fundação Santa Rita de Cássia, através da Lei n.º 815/96, sendo que seus programas, projetos e atividades foram absorvidas pela nova secretaria. Sua denominação foi alterada para Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio do Decreto nº 2.915, de 02 de janeiro de 2007, e sua estrutura administrativa foi definida pelo Decreto nº 3.460, de 12 de fevereiro de 2008.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social tem como missão direcionar e consolidar a Política de Assistência Social e de Relações do Trabalho para o Estado, concretizando a política de descentralização e participação mútua, promovendo a inclusão social, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de necessidades especiais, aos trabalhadores empregados e desempregados, estabelecendo, assim, de forma intersetorial a garantia e o atendimento dos direitos sociais e trabalhistas, conforme descreve o inciso XXIV do art. 4.º do Decreto n.º 3.460/2008, conforme segue:

Art. 4º - compete as unidades da estrutura básica, da administração direta:

XXIV – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social:

a) formular, coordenar e executar as políticas públicas referentes à promoção do trabalhador e à geração de emprego e renda, em articulação com Órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal e não-governamentais;

b) acompanhar e avaliar as relações sindicais e do trabalho;

c) promover a segurança, a higiene e a saúde no trabalho;

d) primar pela qualidade, capacitação, desenvolvimento e valorização da mão-de-obra;

e) a coordenação, acompanhamento, execução e avaliação das coordenar, acompanhar, executar e avaliar políticas de assistência social;

f) prestar assistência social, em especial, à criança, ao adolescente e ao idoso;

g) contribuir para elevação do bem-estar social a fim de reduzir a exclusão e a desigualdade;

h) atuar como agente de integração, identificando às instituições de ensino as oportunidades de estágios em Órgãos públicos e privados para adolescentes, alunos de escola pública e advindos de programas sociais;

i) prestar assistência devida a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade;

j) desenvolver programas voltados para o atendimento aos grupos de maior risco, os menos favorecidos, com ênfase na segurança alimentar e vigilância nutricional;

k) realizar e disponibilizar estudos e pesquisas no âmbito de políticas sociais;

l) gerir o Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida – PROVIDA.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 Apoio Administrativo, 01 finalístico e 01 gestão de políticas públicas. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 27.602.337,00**, com execução de **R$ 26.889.499,16**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 126 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.458.093,00	1.447.181,89	99,25	10.911,11
Manutenção dos Serviços de Transportes	708.260,00	708.189,94	99,99	70,06
Manutenção de Recursos Humanos	20.857.732,00	20.857.731,12	100,00	0,88
Ações de Informática	404.301,00	404.300,07	100,00	0,93
TOTAL	**23.428.386,00**	**23.417.403,02**	**99,95**	**10.982,98**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS

QUADRO 127 – FINALÍSTICO - 0028

PROGRAMA - ESTÍMULO AO EMPREGO	
Objetivo:	INCENTIVAR A GERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PROMOVER A INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA A INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO TRABALHADOR.
Justificativa:	CONSIDERANDO A DINÂMICA DA ECONOMIA LOCAL, REGIONAL E NACIONAL TORNA-SE NECESSÁRIA A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ESTIMULEM A INSERÇÃO DE TRABALHADORES NO MERCADO. O PROGRAMA ESTÍMULO AO EMPREGO EXECUTARÁ AÇÕES INTEGRADAS QUE VISAM ATENDER TRABALHADOR E EMPREGADOR, ELEVAR O ÍNDICE DE EMPREGO POR MEIO DA INTERMEDIAÇÃO DESTA RELAÇÃO, RESULTANDO NO CRESCIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DO ESTADO.
Estratégia:	SERÃO EXECUTADAS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DE APOIO AO TRABALHADOR DESEMPREGADO, EMPREGADO E EXTENSIVO AO EMPREGADOR, BEM COMO A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS PROPÍCIOS AO DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS AO CONTROLE E ESTÍMULO AO EMPREGO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO COM RELAÇÃO A META	TOTAL DE TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO X 100, DIVIDIDO PELO TOTAL DE METAS ESTIPULADAS	11.446	2008	90.418

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1123	INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO-DESEMPREGO.	1.677.566,00	1.307.961,94	77,97	UNIDADE	20.968	15.084	71,94
1124	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL.	1.227.101,00	934.870,56	76,19	UNIDADE	1.988	1.900	95,57
1126	CULTURA PREVENCIONISTA NO TRABALHO.	4.551,00	4.551,00	100,00	UNIDADE	1.000	16	1,6
TOTAL		**2.909.218,00**	**2.247.383,50**	**77,25**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS

QUADRO 128 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0035

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Objetivo:	FORMULAR E COORDENAR POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES TÉCNICOS E CONSELHEIROS; REALIZAR EVENTOS E PESQUISAS SOCIAIS; ELABORAR ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS TÉCNICOS; MONITORAR, AVALIAR E DIVULGAR PROGRAMAS E AÇÕES; BEM COMO, IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO QUE CONTRIBUA PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Justificativa:	O NOVO SISTEMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRAZ MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A PARTIR DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - LEI Nº 8.742 DE 07/12/1993 E DA NOB-SUAS, QUE ESTABELECEM DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS. ESSES INSTRUMENTOS LEGAIS DISCIPLINAM RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO DE FORMA COMPARTILHADA. O ESTADO ASSUME A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DENTRO DO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA TENDO A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APOIO TÉCNICO PARA A ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS. QUANTO A POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO O ESTADO TAMBÉM ASSUME NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA REDUÇÃO ÍNDICE DE DESEMPREGO, AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR. NESSE SENTIDO A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PREVENIRÁ O OCASIONAMENTO DE DISFUNÇÕES NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E NA PRECARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E, AINDA, POSSIBILITARÁ AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL CRIOU NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O NÚCLEO DE GESTÃO DO SUAS, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 105 EM 30 DE MAIO DE 2007, QUE COORDENARÁ A GESTÃO DE POLÍTICAS DO SUAS, PROPORCIONANDO ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS. O NÚCLEO SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAMENTADO NA REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DAS REFERÊNCIAS: VIGILÂNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E DEFESA SOCIAL E INSTITUCIONAL. O CUMPRIMENTO DAS REFERÊNCIAS ACIMA MENCIONADAS SERÁ EFETIVADO A PARTIR DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÕES, ARTICULAÇÕES REGIONAIS E MUNICIPAIS, APOIO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL, REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E OUTROS SERVIÇOS QUE FORTALEÇAM OS DIREITOS SÓCIO-ASSISTÊNCIAS. NO ÂMBITO DO TRABALHO O PLANEJAMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA INTEGRADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, AS DIRETORIAS DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE, DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS, DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E COM O CONSELHO ESTADUAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO. O MINISTÉRIO DO TRABALHO AINDA SERÁ PARCEIRO NO CO-FINANCIAMENTO DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES, BEM COMO NO FORNECIMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS ATRAVÉS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO - CAGED, E DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DAS AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE. A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, CABERÁ O GERENCIAMENTO, A EXECUÇÃO E A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO PROGRAMA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESTÍMULO AO EMPREGO E INCLUSÃO PRODUTIVA E, O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	65,52	2008	100
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	59,03	2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2185	DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO.	1.264.733,00	1.224.712,64	96,84	UNIDADE	100	85	85,00
TOTAL		1.264.733,00	1.224.712,64	96,84	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
27.602.337,00	26.889.499,16	97,42	712.837,84

3.1.25 SECRETARIA DA JUVENTUDE

A Secretaria Estadual da Juventude, instituída pelo Decreto nº 1.465, de 04 de abril de 2002, é um órgão público voltado para a promoção do seu público alvo, o jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, e tem como missão a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o jovem, estimulando-o para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, preparando-o para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, bem como na formação de verdadeiros cidadãos.

O Decreto nº 3.460/08, atribui as seguintes competências:

a) planejar, coordenar e executar políticas públicas direcionadas à juventude;

b) estabelecer parcerias mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação, com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, para promover projetos dirigidos ao jovem;

c) estimular e incentivar os associativismos juvenil e estudantil, visando o fortalecimento da educação não-formal dos jovens;

d) apoiar o jovem por meio da implementação de medidas que propiciem a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho;

e) realizar projetos para fomentar e incentivar a permanência de adolescentes e jovens em instituições educacionais, a fim de combater juntamente com outros Órgãos a erradicação do analfabetismo juvenil;

f) elaborar projetos para captação de recursos nacionais e internacionais que garantam a execução de ações voltadas à juventude;

g) criar mecanismos por meio da execução de programas e projetos, próprios ou em parceria, que aproximem o jovem do contexto científico e tecnológico;

h) apoiar juntamente com outros órgãos e instituições as políticas afirmativas para juventude;

i) promover e executar programas e projetos que objetivem a melhora da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais, para estimular a cidadania e a participação social;

As atribuições da Secretaria da Juventude foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo e Jovem Cidadão - finalístico. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 25.489.200,00** com execução de **R$ 21.141.470,48**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 129 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.458.895,00	1.457.806,11	99,93	1.088,89
Manutenção dos Serviços de Transportes	371.559,00	371.129,23	99,88	429,77
Manutenção de Recursos Humanos	3.117.670,00	3.117.593,54	100,00	76,46
Ações de Informática	63.454,00	63.454,00	100,00	0,00
TOTAL	**5.011.578,00**	**5.009.982,88**	**99,97**	**1.595,12**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Juventude - SEJUV

QUADRO 130 – FINALÍSTICO - 0056

PROGRAMA - JOVEM CIDADÃO	
Objetivo:	PROMOVER SUA REINTEGRAÇÃO E PERMANÊNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL, SUA QUALIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL, INCLUSÃO DIGITAL PARA O ACESSO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, E O DESENVOLVIMENTO HUMANO E CULTURAL, GERANDO PROTAGONISMO JUVENIL.
Justificativa:	PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE DEVEM SER AQUELES QUE COMPÕEM A PRÓPRIA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS OU ESTADO, COM TEMAS COMO: EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, MEIO AMBIENTE, CULTURA, JUSTIÇA, TRABALHO, E LAZER. SÃO 34 MILHÕES DE BRASILEIROS COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS. É A PARCELA MAIS ATINGIDA PELA MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS IMEDIATAS; 40% DELES VIVEM EM FAMÍLIAS SEM RENDIMENTOS OU COM ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA. NESTE CONTEXTO, ESTÃO INCLUÍDOS JOVENS QUE SOFREM AGRESSÕES E MARGINALIDADES E JOVENS QUE PODEM TRABALHAR PARA PROMOVER O BEM DE TODOS, ATRAVÉS DO PROTAGONISMO JUVENIL.
Estratégia:	ATRAVÉS DESTE PROGRAMA SE CRIA UMA REDE DE ATENDIMENTO AO JOVEM QUE PASSA POR TRABALHOS DIRECIONADOS A INCLUSÃO SOCIAL, COM BOLSAS E CAPACITAÇÕES, APOIO AO ESTUDANTE SECUNDARISTA, TÉCNICO E SUPERIOR COM BOLSAS AUXÍLIO E ESTÁGIO, ALÉM DAS CAPACITAÇÕES PARA A INSERÇÃO DESTES JOVENS NA SOCIEDADE E NO MERCADO, MERCADO ESTE QUE TERÁ AÇÕES VOLTADAS A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, QUE ATRAVÉS DAS DEMANDAS DO EIXO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO SERÁ REALIZADO CURSOS VOLTADOS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO JOVENS, TAMBÉM COM O APOIO DE BOLSAS, ALÉM DESTAS ÁREAS O PRINCIPAL EIXO DE IMPLEMENTAÇÃO DESTAS POLÍTICAS PASSA PELO CENTRO DA JUVENTUDE QUE JÁ É E CONTINUARÁ SENDO UMA REFERÊNCIA PARA O JOVEM BUSCAR APOIO, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO, SENDO QUE DENTRO DESTES CENTROS TERÁ TODA UMA INFRA-ESTRUTURA DE SALAS, TELE-CENTROS, TELE-AULAS E ESPAÇO PARA ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS, CRIANDO UMA AMBIENTE INTEGRADO DE SOCIALIZAÇÃO, LAZER E PROFISSIONALIZAÇÃO, FORMANDO ASSIM UM JOVEM MAIS PREPARADO PARA A SOCIEDADE E O MERCADO, AUMENTANDO A QUALIDADE DE VIDA DELE E DE SUA FAMÍLIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ATENDIMENTO DE JOVENS	Nº DE JOVENS A SEREM ATENDIDOS MENOS O Nº DE JOVENS ATENDIDOS / Nº DE JOVENS A SEREM ATENDIDOS X 100	0	25/10/2004	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2205	CONCESSÃO DE BOLSA PARA BENEFICIÁRIOS NA MODALIDADE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.	850.713,00	850.663,75	99,99	UNIDADE	3.014	2.282	75,71
2206	MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DA JUVENTUDE.	2.554.742,00	2.554.579,74	99,99	UNIDADE	26	30	115,38
2207	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA BENEFICIÁRIOS DA MODALIDADE TRABALHADOR.	4.332.749,00	3.324.669,86	76,73	UNIDADE	4.000	2.599	64,98
2208	MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE.	23.923,00	23.913,50	99,96	UNIDADE	03	03	100,00
2209	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA BENEFICIÁRIOS NA MODALIDADE JOVEM NO CAMPO.	1.053.736,00	53.605,90	5,09	UNIDADE	941	45	4,78
2210	CONFERÊNCIAS PARA JUVENTUDE.	1.092.400,00	1.092.397,58	100,00	UNIDADE	24	76	316,67
2211	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA BENEFICIÁRIOS NA MODALIDADE ADOLESCENTE.	5.091.899,00	2.901.454,22	56,98	UNIDADE	4.301	4.918	114,35
2212	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA BENEFICIÁRIOS NA MODALIDADE BOLSA-ESTÁGIO.	445.717,00	445.532,00	99,96	UNIDADE	215	184	85,58
2213	CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO.	3.892.437,00	3.745.435,39	96,22	UNIDADE	9.296	7.872	84,68
2214	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA JUVENTUDE.	1.081.575,00	1.081.507,66	99,99	UNIDADE	40	37	92,50
2215	JUVENTUDE SEM DROGAS.	57.731,00	57.728,00	99,99	UNIDADE	8.000	2.000	25,00
2322	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	139	139	100,00
TOTAL		**20.477.622,00**	**16.131.487,60**	**78,78**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria da Juventude - SEJUV

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
25.489.200,00	21.141.470,48	82,94	4.347.729,52

3.1.26 DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 48, de 07 de setembro de 2006, que alterou a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 2004, dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe de prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma da lei. A Defensoria Pública do Estado do Tocantins atende nas áreas: Criminal, Cível, Família, Criança e Adolescente, Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Fazenda e Registros Públicos. Requer a gratuidade da justiça, acompanha os atos processuais, promove a conciliação entre as partes em conflito de interesses, interpõe recurso e promove a revisão criminal.

As atribuições da Defensoria Pública foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e 01 finalístico. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 10.979.948,00**, com execução de **R$ 10.572.407,75**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 131 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.760.338,00	1.727.449,08	98,13	32.888,92
Manutenção dos Serviços de Transportes	167.617,00	164.937,02	98,40	2.679,98
Manutenção de Recursos Humanos	7.854.152,00	7.853.863,85	100,00	288,15
Ações de Informática	430.304,00	425.978,77	98,99	4.325,23
TOTAL	**10.212.411,00**	**10.172.228,72**	**99,61**	**40.182,28**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Defensoria Pública

QUADRO 132 – FINALÍSTICO - 0011

PROGRAMA - ATENDIMENTO JURÍDICO	
Objetivo:	GARANTIR A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA, AO CIDADÃO NECESSITADO, QUE ENVOLVE METAS QUE SE RELACIONAM A MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE NÚCLEOS DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS E AO ATENDIMENTO AO CIDADÃO.
Justificativa:	A DEFENSORIA PÚBLICA FOI CRIADA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA AOS MAIS POBRES, MAS AINDA HOJE APRESENTA UM DÉFICIT. PORTANTO, O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO SERVIÇO DESTAS INSTITUIÇÕES EM TODO O PAÍS NÃO FOI SUFICIENTE PARA ACOMPANHAR O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO PODER JUDICIÁRIO. NESTE CONTEXTO A DEFENSORIA NO ESTADO SE ENCONTRA EM UM NÍVEL CONSIDERADO MÉDIO BAIXO, NECESSITANDO AMPLIAR O SEU ATENDIMENTO SENDO ASSIM ECESSÁRIO PROGRAMAS DIRECIONADOS A ESSES OBJETIVOS, QUE É SUA ATIVIDADE FIM. CONCLUI-SE QUE A MPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA VISA SOLUCIONAR E FACILITAR OS MEIOS A ESTA POPULAÇÃO DE ESTAREM INSERIDAS DENTRO DE UM CONTEXTO SOCIAL MÍNIMO, DE UMA SOCIEDADE QUE SE QUEIRA JUSTA.
Estratégia:	CONSISTE NA EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA, COM A FINALIDADE DE APARELHAR E MODERNIZAR SUAS UNIDADES, PROPORCIONANDO AGILIDADE E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO CARENTE. PARA ESTE FIM BUSCA-SE A IMPLEMENTAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, A INTERIORIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA DEFENSORIA, BENEFÍCIOS AOS USUÁRIOS TAIS COMO: TESTE DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, IMPLANTAÇÃO DE BOLSA ESTÁGIO, PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS, AQUISIÇÃO DE MATERIAL JURÍDICO E PERIÓDICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS, CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA EM PALMAS, TENDO COMO OBJETIVO MELHORAR SUA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA EM TODO O ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ATENDIMENTO AOS HIPOSSUFICIENTES	(TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS / TOTAL DE SOLICITAÇÕES OCORRIDAS) X 100	-	2002	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1156	CRIAR E ESTRUTURAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA NO ESTADO.	393.320,00	210.199,74	53,44	QTDE DE NÚCLEOS IMPLANTADOS (UNIDADE)	5	5	100,00
1157	CONCURSO PÚBLICO PARA DEFENSOR E QUADRO ADMINISTRATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2272	ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO DAS AÇÕES INERENTES AO CENTRO DE ESTUDOS.	18.726,00	15.560,17	83,09	PERCENTUAL	55	25	45,45

2273	INSTALAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA ITINERANTE.	193.567,00	78.150,08	40,37	UNIDADE	8	8	100,00
2274	IMPLANTAÇÃO DE BOLSA-ESTÁGIO.	105.000,00	41.420,02	39,45	UNIDADE	0	17	100,00
2275	BENEFÍCIOS AOS USUÁRIOS.	12.414,00	12.317,02	99,22	PERCENTUAL DE POPULAÇÃO CARENTE ATENDIDA	385	385	100,00
2276	CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA.	25.010,00	23.710,00	94,80	QUANTIDADE DE SERVIDOR CAPACITADO (UNIDADE)	90	138	153,00
2277	REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DA CORREGEDORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA.	19.500,00	18.822,00	96,52	UNIDADE	22	22	100
TOTAL		**767.537,00**	**400.179,03**	**52,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Defensoria Pública

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
10.979.948,00	10.572.407,75	96,29	407.540,25

3.1.27 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ

Recursos sob a Supervisão da SEFAZ tem sua base legal instituída na Lei nº 1.620, de 31 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.035, de 1º de novembro de 2005, e na Portaria SEPLAN nº 21, de 23 de fevereiro de 2006.

Constituem atividades inerentes à unidade orçamentária:

- a aplicação dos recursos observados os princípios legais da Constituição Federal, mediante os repasses de ICMS, IPVA, IPI e CIDE a todos municípios tocantinenses;
- a execução dos serviços da dívida pública;
- a liquidação dos contratos bancários referente às tarifas de arrecadação de tributos estaduais e sobre a folha de pagamento dos servidores do Executivo.

As atribuições desta unidade gestora foram desenvolvidas por ações inseridas no programa de Gestão de Políticas Públicas. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 459.888.029,00** com a execução de **R$ 455.870.020,94**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 133 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0022

PROGRAMA - GESTÃO FISCAL E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	
Objetivo:	CONTROLAR E APERFEIÇOAR OS PROCEDIMENTOS DAS ÁREAS DE EXECUÇÃO FISCAL, FINANCEIRA E CONTÁBIL, COM A FINALIDADE DE PLANEJAR COM EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE PARA REDUZIR CUSTOS E AMPLIAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROL DA SOCIEDADE.
Justificativa:	CONTROLAR OS GASTOS PÚBLICOS VISANDO MAIOR TRANSPARÊNCIA E MAXIMIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS.
Estratégia:	CONTROLAR TODOS OS CONTRATOS PACTUADOS COM ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E EFETUAR PAGAMENTOS, ADMINISTRAR OS CONTRATOS FIRMADOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS NA EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, EFETUAREM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE TÍTULOS E REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES À UNIÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2224	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA E DE SEUS SERVIÇOS.	42.862.138,00	42.862.134,68	100,00	UNIDADE	33	52	157,58
2225	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA E DE SEUS SERVIÇOS.	117.504.733,00	117.504.652,39	100,00	UNIDADE	7	6	85,71
2226	ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS.	3.292.667,00	3.292.231,04	99,99	UNIDADE	8	11	137,50
2227	ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO.	3.848.996,00	3.848.993,50	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
2228	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS.	268.767.526,00	264.750.509,85	98,51	MUNICÍPIO	139	139	100,00
2229	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.	385.000,00	384.531,14	99,88	UNIDADE	360	280	77,78
2230	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.	23.226.969,00	23.226.968,34	100,00	PERCENTUAL	2	2	100,00
TOTAL		**459.888.029,00**	**455.870.020,94**	**99,13**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 dos Recursos sob a Supervisão da SEFAZ

3.1.28 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN

A unidade orçamentária foi criada pela Lei nº 727, de 18 de janeiro de 1995. A Reserva de Contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo a sua forma de utilização e o respectivo montante definidos com base na Receita Corrente Líquida, e estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO. O valor da reserva inicialmente prevista na LOA foi de **R$ 41.295.975,00**, tendo sido utilizado para atender aos créditos adicionais, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 134 - Reserva de Contigência

PROGRAMA – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Objetivo:	Reserva de contingência
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS				
		RECURSOS (R$)				
N.°	Descrição	Orç. Inical	Redução	Autorizado	Empenhado	% Exec.
9999	Reserva de Contingência	41.295.975,00	41.295.975,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**41.295.975,00**	**41.295.975,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 dos Recursos sob a Supervisão da SEPLAN

3.1.29 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O Decreto n° 2.928, de 16 de janeiro de 2007, criou a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SHDU, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de Direito Público, vinculada ao Governador do Estado, também tem sua base legal instituída pela Lei nº 1.950, de 7 de agosto de 2008 e Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo e adota outras providências

Tem como finalidade a formulação e a implementação das políticas de habitação e desenvolvimento urbano do Estado do Tocantins, integradas e abrangentes, compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I – a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II – a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III – fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV – operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V – organização de banco de dados sobre habitação;

VI – a administração do processo liquidante das empresas Cia. De Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS e Cia. de Armazéns e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS, enquanto perdurar a liquidação.

Em consonância com as macrodiretrizes nacionais e em cumprimento com aos macroobjetivos do Governo do Estado, sua missão está pautada na gestão eficiente dos programas habitacionais e desenvolvimento urbano, promovendo a qualidade de vida com inclusão social dos cidadãos, beneficiando a toda população urbana em situação precária e famílias carentes em áreas urbanas e rurais.

O principal objetivo da gestão das políticas do setor é assegurar o cumprimento das funções inerentes à formulação, o planejamento, o gerenciamento, a execução e a supervisão das políticas voltadas ao setor habitacional e desenvolvimento urbano, mantendo a sinergia entre as entidades e os municípios do Estado com a implementação dos programas por eles executados, utilizando como estratégia fundamental a celebração de convênios, acordos e parcerias que garantam a continuidade e a interiorização das ações de Governo fortalecendo a gestão das cidades.

As atribuições da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas:

Apoio Administrativo, Extinção das Empresas - Codetins e Casetins, Moradia e Desenvolvimento Urbano. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 138.664.862,00**, com execução de **R$ 27.245.199,33,** como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 135 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	497.842,00	496.115,42	99,65	1.726,58
Manutenção dos Serviços de Transportes	176.726,00	176.560,93	99,91	165,07
Manutenção de Recursos Humanos	3.462.283,00	3.461.579,67	99,98	703,33
Ações de Informática	106.896,00	105.730,61	98,91	1.165,39
TOTAL	**4.243.747,00**	**4.239.986,63**	**99,91**	**3.760,37**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

QUADRO 136 - FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA - MORADIA

Objetivo:	VIABILIZAR E MONITORAR O ACESSO À MORADIA, BEM COMO ELEVAR OS PADRÕES DE HABITABILIDADE E DE QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS NO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	A HABITAÇÃO É DIREITO CONSTITUCIONAL E ASPIRAÇÃO LEGÍTIMA DE TODO CIDADÃO BRASILEIRO, A LEI 10.257/2001 QUE INSTITUI O ESTATUTO DA CIDADE, APRESENTA DISPOSITIVO QUE ASSEGURA A CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA AS FAMÍLIAS. OS PROBLEMAS HABITACIONAIS QUANDO NÃO SÃO SOLUCIONADOS, REFLETEM A SITUAÇÃO SOCIAL E AS DESIGUALDADES GERADAS NO ÂMBITO DO MERCADO DE TRABALHO E DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA. TODAVIA, DEVE-SE CONSIDERAR QUE A QUESTÃO DA MORADIA REFLETE ALÉM DISSO, OUTRAS TRÊS DIMENSÕES A SEREM CONSIDERADAS PELA INTERVENÇÃO PÚBLICA FINANCEIRA, FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA.
Estratégia:	EXISTEM, ATUALMENTE, DUAS NECESSIDADES BÁSICAS NO ESTADO: UMA QUALITATIVA, QUE JÁ VEM SENDO ATENDIDA, PORÉM, MESMO ASSIM É NOTADA EM ALGUNS MUNICÍPIOS, A OUTRA QUANTITATIVA ONDE É NECESSÁRIO O ACOMPANHAMENTO DO DÉFICIT HABITACIONAL PARA A PRODUÇÃO HABITACIONAL ATRAVÉS DE PARCERIAS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS NOS NÍVEIS MUNICIPAL E FEDERAL, COM ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS (COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES DE CLASSES, ONG'S, SINDICATOS E OUTROS) E, TAMBÉM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
DEFICIT HABITACIONAL - CARÊNCIA DE MORADIA DE UMA SOCIEDADE	NÚMERO DE FAMILIAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS SOCIAIS DE MORADIA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO	70	ago-00	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2278	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	88.234.521,00	20.956.654,62	23,75	UNIDADE	4.553	939	20,62
2279	REALIZAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO SOCIAL – PTS.	1.180.448,00	123.902,73	10,50	UNIDADE	4.522	939	20,77
2280	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	300.140,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
2281	CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICA MUNICIPAL.	26.818,00	26.818,00	100,00	UNIDADE	12	280	2.333,33
2282	PUBLICIDADE E PROPAGANDA.	1.210.165,00	1.210.143,06	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
2283	REALIZAR O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**90.952.092,00**	**22.317.518,41**	**24,54**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

QUADRO 137 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTAR A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO URBANA E RURAL NO ESTADO DO TOCANTINS	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DAS FAMILIAS TOCANTINENSE / REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICIPIOS	60	maio-06	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2284	PROMOVER E APOIAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DOS MUNICÍPIOS.	35.630,00	35.479,75	99,58	UNIDADE	1.200	710	59,17
2285	ELABORAR PROJETOS EXECUTIVOS PARA IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
2286	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.	42.787.113,00	5.935,50	0,01	M²	4.490	0	0,00
2287	PRODUÇÃO E GESTÃO DA BASE CARTÓGRAFICA URBANA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO (PRODETUR - MIN. TURISMO).	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
TOTAL		**42.822.743,00**	**41.415,25**	**0,10**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

* A ação 2286 apresenta frustração na meta físico-financeira em decorrência do contingenciamento dos recursos do OGU, restringindo as realizações das metas físicas no PPA e do cumprimento dos prazos da legislação eleitoral, desencadeando a prorrogação do cronograma de execução das obras para posterior período legal.

QUADRO 138 - SERVIÇO AO ESTADO - 0120

PROGRAMA - EXTINÇÃO DAS EMPRESAS: CODETINS, CASETINS	
Objetivo:	PROMOVER A LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL DAS COMPANHIAS, CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS - CODETINS, CIA DE ARMAZÉM GERAIS E SILOS DO ESTADO DO TOCANTINS - CASETINS.
Justificativa:	LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DAS COMPANHIAS CODETINS E CASETINS.
Estratégia:	PAGAMENTO DA DÍVIDA PARCELADA DO INSS, REFERENTE A ENCARGOS PATRONAIS DA CODETINS E CASETINS.

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1160	LIQUIDAÇÃO CODETINS.	646.280,00	646.279,04	100,00	PARCELAS	12	12	100,00
TOTAL		**646.280,00**	**646.279,04**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
138.664.862,00	27.245.199,33	19,65	111.419.662,67

3.1.30 SECRETARIA DE SAÚDE

Essa Secretaria Estadual de Saúde não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas por meio do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprio. Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, definiu suas competências como sendo:

a) formular políticas de saúde pública, coordenar, executar, fiscalizar e controlar suas ações;

b) cuidar da ação preventiva em geral;

c) realizar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

d) promover, proteger e recuperar a saúde individual e coletiva e responsabilizarse pela saúde ambiental;

e) exercer a vigilância e a proteção da saúde, especialmente, quanto à educação para prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas;

f) divulgar à sociedade informações sobre todos os serviços de saúde realizados e a forma de utilização dos mesmos;

g) prestar assistência ambulatorial e hospitalar;

h) fabricar e inspecionar a produção química, farmacêutica e correlata;

i) fornecer medicamentos de sua fabricação aos Órgãos da área da saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;

j) promover treinamento, cursos e estágios aos estudantes e profissionais vinculados às atividades de saúde;

k) fomentar, no âmbito de sua atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico.

3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS

A Administração Indireta do Estado do Tocantins é composta por 14 Autarquias, 02 Fundações e 24 Fundos Especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo aos limites de suas atribuições e competências e observando os quatro macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2008/2011:

3.2.1 AUTARQUIAS

3.2.1.1 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS

Criado pela Lei n.° 858, de 26 de julho de 1.996, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia, substituiu a Fundação Natureza do Tocantins, sucedendo-a em direitos, obrigações, patrimônio, bem como dotações orçamentárias.

O Decreto n.° 311, de 23 de agosto de 1.996, homologou o Regulamento do Instituto Natureza do Tocantins, vigente até a presente data.

A missão precípua do Instituto de Natureza do Tocantins é aquela definida pela Lei n.° 29, de 21 de abril de 1.989, qual seja, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais, para tanto devendo funcionar como órgão técnico do Governo do Estado, propiciando o estabelecimento de normas e padrões de controle ambiental e atuando na fiscalização do cumprimento da legislação pertinente, buscando proporcionar capacitação de pessoal e a prestação de serviços ambientais.

Consoante estatuiu a Lei n.° 858/96, são de competência do Instituto Natureza do Tocantins:

1 – a execução da política ambiental do Estado;

2 – o monitoramento e o controle ambiental;

3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;

4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultantes de convênios, acordos e contratos.

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Instituto poderá manter intercâmbio com órgãos ou entidades brasileiras ou internacionais, celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicas ou privadas e instalar ou suprimir dependências em todo o território estadual.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Previdência Social, 04 Finalísticos e de 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 25.076.336,00,** com execução de **R$ 17.984.773,19**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 139 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.215.162,00	929.343,16	76,48	285.818,84
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.504.619,00	1.064.020,61	70,72	440.598,39
Manutenção de Recursos Humanos	11.385.984,00	11.379.289,39	99,94	6.694,61
Ações de Informática	303.506,00	203.899,85	67,18	99.606,15
TOTAL	**14.409.271,00**	**13.576.553,01**	**94,22**	**832.717,99**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

QUADRO 140 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	38.000,00	30.073,67	79,14	7.926,33
TOTAL	**38.000,00**	**30.073,67**	**79,14**	**7.926,33**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

QUADRO 141 – FINALÍSTICO – 0050

PROGRAMA – TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E DA RECUPERAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DOS RECURSOS GENÉTICOS, COM A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO SETOR FLORESTAL, A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, O COMBATE A DESMATAMENTOS ILEGAIS E INCÊNDIOS FLORESTAIS, PROPICIANDO A EXPANSÃO DA BASE FLORESTAL PLANTADA E INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INCENTIVANDO O USO SUSTENTAVEL PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, E ASSEGURANDO A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS.
Justificativa:	O PROGRAMA SE PROPÕE A TRABALHAR OS PROBLEMAS ELENCADOS DURANTE A OFICINAS DO PPA, SÃO ELES: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA; OS ECOSSISTEMAS NATURAIS ABRIGAM UMA IMENSA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, PRESTANDO SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA VIDA NO PLANETA. A BIODIVERSIDADE É UMA DAS GRANDES RIQUEZAS DO NOSSO ESTADO, DEVENDO SER ESPECIALMENTE PROTEGIDA E CONSERVADA. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PROPICIARÁ O AUMENTO NA PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO E UTILIZAÇÃO DESTES RECURSOS COMO MATÉRIA-PRIMA, DEVENDO PARA TANTO DEFINIR ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DA MESMA E AÇÕES ESTRUTURANTES IMPRESCINDÍVEIS PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ORIENTAR O USO DESTES ATIVOS AMBIENTAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL.
Estratégia:	A SECRETARIA, DE FORMA DIRETA, DEVERÁ ELABORAR PLANOS E PROGRAMAS QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA O USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE, PROPOR A CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NESTAS UNIDADES, E RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS NO ENTORNO DAS UC'S E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS COM VISTAS A FORTALECER AÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, APOIANDO E FORTALECENDO A GESTÃO DAS UNIDADES EXECUTADA PELO NATURATINS; PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO CONTROLE DO DESMATAMENTO E COMBATE A QUEIMADAS DEVERÁ PROPOR PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL TANTO ESTADUAL (NATURATINS, CIPAMA E RURALTINS) QUANTO MUNICIPAL (OEMAS, SECRETARIAS DE AGRICULTURA E BRIGADAS DE INCÊNDIOS).
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3005	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE FAUNA E FLORA.	344.314,00	24.612,93	7,15	UNIDADE	18	3	16,67
4013	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS.	206.816,00	126.095,30	60,97	UNIDADE	44	33	75,00
4014	GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS.	3.479.306,00	831.526,31	23,90	UNIDADE	13	9	69,23
TOTAL		**4.030.436,00**	**982.234,54**	**24,37**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

QUADRO 142 – FINALÍSTICO – 0052

PROGRAMA – ÁGUAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	PROMOVER O ORDENAMENTO, A OTIMIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS E O EQUACIONAMENTO DOS CONFLITOS, COM O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS.
Justificativa:	O PROGRAMA PROPOSTO VISA ATENDER AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS OFICINAS DO PPA REALIZADAS EM 14 REGIÕES DO ESTADO, SENDE ELES: ASSOREAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUAS, SECAS EXTREMAS, DESMATAMENTOS E POLUIÇÃO AMBIENTAL; E OUTROS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA, COMO: O COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM AMBIENTES URBANOS E RURAIS; A AUSÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS PARA TOMADA DE DECISÕES; A OCUPAÇÃO DESORDENA DO SOLO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS; O POUCO CONHECIMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, COM BASE NOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DEFINIDAS NA POLÍTICA ESTADUAL, PRESSUPÕE A MINIMIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USOS, OCASIONADAS PELOS INTERESSES CONCORRENTES E O PLANEJAMENTO RACIONAL COM VISTAS A GARANTIR A TODOS O ACESSO À ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE SATISFATÓRIAS, INCENTIVANDO AÇÕES CONSERVACIONISTAS DE USO DO SOLO E DA ÁGUA, ALÉM DE FOMENTAR OS USOS MÚLTIPLOS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA ACARRETARÁ DANOS A QUALIDADE DAS ÁGUAS, REFLETINDO NA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE, BEM COMO, A MANUTENÇÃO DA QUANTIDADE DAS ÁGUAS, COM PREJUÍZOS AOS PROCESSOS PRODUTIVOS IMPLANTADO EM TODO O ESTADO. O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, NA BUSCA POR SOLUÇÕES E O INTERESSE DOS USUÁRIOS DAS ÁGUAS EM MINIMIZAR OS CONFLITOS DE USOS SÃO FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, JÁ A QUANTIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA O MESMO PODERÁ SER UM FATOR DESFAVORÁVEL A SUA IMPLEMENTAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA INCLUI A ELABORAÇÃO DE AÇÕES, ATIVIDADES, ESTUDOS E PROJETOS, CUJO OBJETIVO PRINCIPAL É A SUSTENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA PREVÊ PARCERIAS ENTRE MUNICÍPIOS, USUÁRIOS DE ÁGUA E SOCIEDADE CIVIL. TODOS OS PRODUTOS ORIUNDOS DAS AÇÕES TERÃO DIVULGAÇÃO DE MASSA E SERÃO ACESSÍVEIS VIA PORTAL WEB E OUTROS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE FÁCIL ACESSO DO PÚBLICO ALVO. AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS COM O APORTE INSTITUCIONAL, TÉCNICO E OPERACIONAL DA SRHMA, COMPLEMENTADAS QUANDO FOR NECESSÁRIO, COM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARCEIROS LOCAIS E ESTADUAIS ENVOLVIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4015	IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.	191.500,00	2.217,02	1,16	UNIDADE	7	3	42,86
4016	MANUTENÇÃO DA REDE DE INFORMAÇÕES HIDROMETEOROLÓGICAS.	280.750,00	105,30	0,04	UNIDADE	10	0	0,00
4017	IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS E BACIAS HIDROGRÁFICAS.	93.000,00	993,30	1,07	UNIDADE	5	0	0,00
4018	CLASSIFICAÇÃO E	28.400,00	367,50	1,29	UNIDADE	6	2	33,33

	ENQUADRAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS NAS BACIAS PRIORITÁRIAS.							
TOTAL		**593.650,00**	**3.683,12**	**0,62**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

QUADRO 143 – FINALÍSTICO – 0060

PROGRAMA – CONTROLE AMBIENTAL	
Objetivo:	REALIZAR LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E DEGRADADORAS DO MEIO AMBIENTE, COBERTURA VEGETAL E OS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	EM ATENDIMENTO À LEI 261/91 QUE DISPÕES SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	TODAS AS ATIVIDADES QUE UTILIZAM RECURSOS NATURAIS DEVERÃO SER LICENCIADAS E SUAS ATIVIDADES SERÃO ACOMPANHADAS PELO MONITORAMENTO E DEVIDAMENTE FISCALIZADAS PARA CUMPRIREM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO TOCANTINS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES	(Nº DE PROCESSOS FINALIZADOS NO ANO / TOTAL DE PROCESSOS PREVISTOS) X 100	93,6	31/12/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% til.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
4019	LICENCIAMENTO AMBIENTAL.	261.877,00	181.848,94	69,44	UNIDADE	1.000	939	93,90
4020	MONITORAMENTO FLORESTAL.	243.249,00	26.346,36	10,83	UNIDADE	190	92	48,42
4021	LICENCIAMENTO FLORESTAL.	459.285,00	107.212,86	23,34	UNIDADE	1.830	895	48,91
4022	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.	336.724,00	254.955,60	75,72	UNIDADE	6.360	4.140	65,09
4023	MONITORAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.	244.563,00	24.744,23	10,12	UNIDADE	167	64	38,32
4024	LICENCIAMENTO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.	551.542,00	13.630,75	2,47	UNIDADE	139	234	168,35
4025	MONITORAMENTO AMBIENTAL.	150.698,00	25.507,85	16,93	UNIDADE	300	190	63,33
TOTAL		**2.247.938,00**	**634.246,59**	**28,21**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

QUADRO 144 – FINALÍSTICO – 0061

PROGRAMA – PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	A APURAR	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	A APURAR	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% til.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4026	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL.	222.017,00	120.860,60	54,44	UNIDADE	200	114	57,00
TOTAL		**222.017,00**	**120.860,60**	**54,44**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

QUADRO 145 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0076

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	PLANEJAR A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS, ALÉM DE COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR OS DEMAIS PROGRAMAS A PARTIR DA GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA.
Justificativa:	ATENDER AS NECESSIDADES DE FORTALECIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO TOCANTINENSE, OBSERVANDO A LEI Nº 261 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL DE FORMA INTEGRADA, COM A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS, A PARTIR DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA, UTILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NOS PROCEDIMENTOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DOS DADOS DE CAMPO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3006	MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL.	42.693,00	15.033,00	35,21	UNIDADE	13	8	61,54
3007	CAPACITAÇÃO TÉCNICA.	153.260,00	98.725,50	64,42	PERCENTUAL	100	105	105,00
4027	IMPLANTAÇÃO DE FÓRUNS MUNICIPAIS DE LIXO E CIDADANIA.	49.000,00	22.685,50	46,30	UNIDADE	15	2	13,33
4028	IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES REGIONAIS.	1.764.758,00	1.016.234,25	57,58	PERCENTUAL	19	15	78,95
4029	GERAÇÃO DE ÍNDICES DE ICMS ECOLÓGICO PARA MUNICÍPIOS.	39.971,00	35.046,00	87,68	UNIDADE	140	140	100,00
4030	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E PUBLICIDADE.	1.447.079,00	1.447.048,41	100,00	UNIDADE	100	100	100,00
4031	GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – SEIA.	38.263,00	2.349,00	6,14	UNIDADE	8	4	50,00
TOTAL		**3.535.024,00**	**2.637.121,66**	**74,60**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
25.076.336,00	17.984.773,19	71,72	7.091.562,81

3.2.1.2 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR

A Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR foi criada em 02 de janeiro de 2007, por meio da Lei Estadual n.º 1.758, sob a forma de autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tem personalidade jurídica de Direito Público, revestida de poder de polícia, vinculada ao Gabinete do Governador, sendo regida por Regulamento Próprio (Decreto Estadual n.º 3.133, de 10 de setembro de 2.007).

Compete à ATR a regulação dos serviços públicos delegados prestados no Estado do Tocantins, de sua competência ou a ele delegados por outros entes da Federação, em decorrência de legislação, convênio ou contrato, que deve ser exercida, em especial nas seguintes áreas: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; terminais aeroportuários, hidroviários e rodoviários; comunicações; saneamento, compreendidos o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem, a coleta e a disposição de resíduos sólidos; petróleo, seus derivados, e álcool combustível; mineração; transporte intermunicipal de passageiros; inspeção de segurança de veículos; serviços ou uso de bens públicos e outras atividades que caracterizem a prestação de serviço em regime de delegação.

Suas atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas em 01 programa de Apoio Administrativo e 01 programa de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizado recursos da ordem de **R$ 3.857.609,00**, com execução de 77,37%, ou seja, **R$ 2.984.650,76**, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 146 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	505.886,00	505.026,89	99,83	859,11
Manutenção dos Serviços de Transportes	176.945,00	176.943,88	100,00	1,12
Manutenção de Recursos Humanos	1.971.709,00	1.970.285,68	99,93	1.423,32
Ações de Informática	103.497,00	103.496,31	100,00	0,69
TOTAL	**2.758.037,00**	**2.755.752,76**	**99,92**	**2.284,24**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR

QUADRO 147 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0053

PROGRAMA - REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	
Objetivo:	GARANTIR DE FORMA HARMONIZADA AOS CIDADÃOS/USUÁRIOS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADEQUADOS PELAS CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E AUTORIZADAS, TANTO QUANTITATIVA QUANTO QUALITATIVAMENTE.
Justificativa:	FACE À IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SE FAZ NECESSÁRIO ASSEGURAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA VISANDO À SATISFAÇÃO DO CIDADÃO.

Estratégia:	OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE SE DEVEM AOS FATOS DA DEFICIÊNCIA DE AÇÕES DE REGULAÇÃO, NORMATIZAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	(QUANTIDADE DE CONTRATOS REGULADOS) / (QUANTIDADE DE CONTRATOS COM REGULAÇÃO DELEGADA NO PERÍODO) - (POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS ATENDIDA COM SERVIÇOS PÚBLICOS REGULADOS) / (POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO)	0	2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4114	DESENVOLVIMENTO DA FISCALIZAÇÃO.	584.514,00	191.095,00	32,69	UNIDADE	6	4	66,67
4115	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS NA ÁREA DE SANEAMENTO, TRANSPORTE E ENERGIA ELÉTRICA.	360.058,00	20.058,00	5,57	UNIDADE	3	1	33,33
4116	DIVULGAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS.	155.000,00	17.745,00	11,45	UNIDADE	2	1	50,00
TOTAL		**1.099.572,00**	**228.898,00**	**20,82**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
3.857.609,00	2.984.650,76	77,37	872.958,24

3.2.1.3 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins, instituída pelo Decreto n.º 1.564, de 19 de agosto de 2.002, sob o modelo de gestão autárquica em regime especial disposto pela Lei n.º 1.369, de 27 de março de 2.003, Decreto n.º 1.914, de 19 de novembro de 2.003, aprovou seu Estatuto.

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins é uma autarquia sob regime especial, vinculada à Secretaria da Saúde, dotada de personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro em Palmas, Capital do Tocantins, atuação em todo o território do Estado e prazo de duração indeterminado, e tem por finalidade formar profissionais nos níveis básicos, técnicos e pós-técnico para a área de saúde, de forma a garantir a continuidade, a produtividade e a qualidade dos serviços. A Escola pode estabelecer parcerias mediante cooperação associativa de natureza técnico-científico-financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras. As implementações das ações são de forma gradual e progressiva, compatibilizando a operacionalização com a disponibilidade orçamentário-financeira.

As atribuições da Escola Técnica de Saúde do Tocantins foram desenvolvidas por meio da ação estruturada em 01 programa Finalístico –

Desenvolvimento Técnico em Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 465.000,00**, com execução de 5,22%, ou seja, **R$ 24.295,54**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 148 – FINALÍSTICO - 0024

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	
Objetivo:	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM NÍVEL BÁSICO, TÉCNICO E PÓS-TÉCNICO.
Justificativa:	AS MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO SETOR SAÚDE (PACTO DA SAÚDE) EXIGEM CLARAMENTE NO QUE SE REFERE ÀS NECESSIDADES DE OFERTA E DE QUALIDADE DE RECURSOS HUMANOS, O QUE TRAZ ENORMES PREJUÍZOS A SAÚDE PÚBLICA E AO ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE PROMOÇÃO A SAÚDE. PARA SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM DETERMINADAS ÁREAS, O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM A ETSUS QUE POSSUI POTENCIALIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS AO LONGO DESSES ANOS QUE FORTALECEM SUA POSIÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL A SERVIÇO DO SUS, EM TERMOS DE FORMAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E PÓSTÉCNICA. NESTE SENTIDO A ETSUS PRIMA POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM VISTA À PROMOÇÃO DE UM ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO E DE MELHOR QUALIDADE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE TODA EQUIPE E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ETSUS. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, TÉCNICO EM VIGILÂNCIA DA SAÚDE, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO EM HEMOTERAPIA, TÉCNICO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, TÉCNICO EM GESSO, TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA E PÓS-TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. AMPLIAR A FROTA DE VEÍCULOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE. COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS SERÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO. PROMOVER A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMO TAMBÉM A AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS ADMINISTRATIVOS GERAIS DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO PARA OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA ETSUS. ARTICULAÇÃO DA DIRETORIA FINANCEIRA DA ETSUS COM A SECAD E SEFAZ, PARA GERAR FOLHA DE PAGAMENTO DA ETSUS. REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E COMPRA DE ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, SOFTWARES E OUTROS PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO DAS ATIVIDADES ESCOLARES. ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E OUTROS PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE EM PALMAS E EXPANSÃO DOS PÓLOS DE ARAGUAÍNA E GURUPI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NIVEL TÉCNICO	NÚMERO DE PESSOAS / NÚMERO DE CURSOS X 100	2.584	30/09/2003	4.615
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL BÁSICO	NÚMERO DE PESSOAS / NÚMERO DE CURSOS X 100	3.000	30/09/2003	1.800

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4231	REALIZAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS E PÓS-TÉCNICOS – ETSUS.	465.000,00	24.295,54	5,22	UNIDADE	3	3	100,00
TOTAL		**465.000,00**	**24.295,54**	**5,22**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Escola Técnica de Saúde do Tocantins - ETSUS

3.2.1.4 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO - foi criado pela Lei n.º 308, de 17 de outubro de 1.991, como uma entidade da Administração Indireta sob a forma de Autarquia Estadual, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

Conforme prevê o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1.997, no âmbito do Estado, o Departamento Estadual de Trânsito é o órgão máximo para planejar, dirigir, fiscalizar, controlar, coordenar e executar os serviços relativos ao trânsito. E para cumprimento destes objetivos deve-se valer dos seguintes serviços: Engenharia de Tráfego; Médico e Psicotécnico; Registro de Veículos; Habilitação de Condutores; Fiscalização e Policiamento; Segurança e Prevenção de Acidentes; Supervisão e Controle de Aprendizagem para Condutores; Campanhas Educacionais de Trânsito e Controle e Análise de Estatísticas.

As atribuições do Departamento Estadual de Trânsito foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Previdência Social e 02 Finalísticos. Para esses programas, foram autorizados recursos na ordem de **R$ 25.403.012,00**, com execução de 70,59% ou seja, **R$ 17.933.168,11**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 149 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	6.099.170,00	2.906.707,85	47,66	3.192.462,15
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.000.000,00	591.534,93	59,15	408.465,07
Manutenção de Recursos Humanos	9.810.000,00	9.441.296,08	96,24	368.703,92
Ações de Informática	3.980.000,00	3.287.250,18	82,59	692.749,82
TOTAL	**20.889.170,00**	**16.226.789,04**	**77,68**	**4.662.380,96**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN

QUADRO 150 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	370.000,00	344.498,00	93,11	25.502,00
TOTAL	**370.000,00**	**344.498,00**	**93,11**	**25.502,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN

QUADRO 151 – FINALÍSTICO - 0037

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS DO DETRAN	
Objetivo:	MODERNIZAR OS MACRO-PROCESSOS DE GESTÃO, INTEGRAR A SOCIEDADE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE TRÂNSITO PARA O DEVIDO CUMPRIMENTO DA LEI E HARMONIZAR O TRÂNSITO, TORNANDO-O MAIS SEGURO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS, CICLISTAS, PEDESTRES E PÚBLICO EM GERAL.
Justificativa:	COM O NOVO APARELHAMENTO DO ORGAO, A CONSTRUCAO, AQUISICAO E AMPLIACAO DE PRÉDIOS PARA A SEDE EM PALMAS E NO INTERIOR DO ESTADO; A CAPACITACAO DOS SERVIDORES EM TODOS OS NIVEIS PRETENDE-SE DAR MAIOR EFICIENCIA NO ATENDIMENTO AOS USUARIOS, DESBUROCRATIZANDO OS PROCESSOS E AUMENTO A AGILIDADE DOS MESMOS.
Estratégia:	CAPACITAÇÃO AO LONGO DOS QUATRO ANOS DOS SERVIDORES COM CURSOS ESPECIFICOS PARA CADA ÁREA DE TRABALHO COM PROFISSIONAIS E EMPRESAS DE CAPACIDADE ILIBADA. CONDUÇÃO DE AÇÕES PELO DETRAN EM PARCEIRA COM OS MUNICÍPIOS, POLÍCIA MILITAR E SEGURANCA PÚBLICA DO TOCANTINS, SECRETARIA DA FAZENDA, DESCENTRALIZANDO AS AÇÕES DO ÓRGÃO E DOTANDO-O DE MAIOR MOBILIDADE

	PARA NORMATIZAR, ARRECADAR E FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
RAPIDEZ E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS	NÚMERO DE ATENDIMENTO / NÚMERO DE USUÁRIOS X 100	30	jun/07	15

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3043	CONSTRUÇÃO DE PISTA SINALIZADA PARA APLICAÇÃO DE PROVAS PRÁTICAS DE MOTOS.	0,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	50	0	0,00
3044	AMPLIAÇÃO DA SEDE DO DETRAN EM PALMAS.	200.000,00	3.530,00	1,77	UNIDADE	1	0	0,00
3045	AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS PARA AS CIRETRANS.	480.000,00	105.000,00	21,88	UNIDADE	3	1	33,33
3046	CONSTRUÇÃO DA CIRETRAN DE ARAGUAÍNA.	620.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	10	0	0,00
4081	EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA FORMAÇÃO DOS SERVIDORES.	70.000,00	27.807,36	39,72	UNIDADE	60	27	45,00
TOTAL		**1.370.000,00**	**136.337,36**	**9,95**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

QUADRO 152 – FINALÍSTICO - 0038

PROGRAMA - TRÂNSITO SEGURO	
Objetivo:	IMPLEMENTAR PROJETOS EFETIVOS DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO NO TRÂNSITO, DISPONIBILIZANDO À COMUNIDADE CONHECIMENTOS ESSENCIAIS A CONVIVÊNCIA RESPONSÁVEL E SEGURA NO TRÂNSITO.
Justificativa:	A IMPLEMENTACAO DESTES PROJETOS VISA A CONSCIENTIZACAO DA POPULACAO EM GERAL PARA UM TRANSITO MAIS SEGURO E HARMONIOSO PARA TODOS.
Estratégia:	EM PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO TOCANTINS, ENTIDADES LIGADAS AO TRANSITO E A POPULAÇÃO EM GERAL, IMPLEMENTAREMOS OS PROJETOS DURANTE OS QUATRO ANOS SEGUINTES COM A META DE DIMINUIR O NUMERO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NO TOCANTINS	NÚMERO MAIS RECENTE - NÚMERO DESEJADO X 100 / NÚMERO MAIS RECENTE	8.530	jul/07	8.000
REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO TOCANTINS	NÚMERO MAIS RECENTE - NÚMERO DESEJADO X 100 / NÚMERO MAIS RECENTE	3.135	jun/07	2.500

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3047	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO.	50.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	15	0	0,00
4082	INTRODUÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA PROPOSTA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS.	150.000,00	7.677,50	5,12	UNIDADE	13	7	53,85
4083	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS.	953.830,00	898.466,22	94,20	UNIDADE	10	5	50,00
4084	SUPERVISÃO E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO AOS CFC'S.	10.006,00	0,00	0,00	UNIDADE	18	0	0,00
4085	FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.	360.006,00	319.399,99	88,72	UNIDADE	18	17	94,44
TOTAL		**1.523.842,00**	**1.225.543,71**	**80,42**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

QUADRO 153 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – 9999

Objetivo: Reserva de contingência.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Reserva de Contingência.	1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00
TOTAL	**1.250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.250.000,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

A Reserva de Contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo a sua forma de utilização o respectivo montante definido com base na Receita Corrente Líquida, e estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO. O valor da reserva inicialmente prevista na LOA foi de **R$ 4.400.000,00**, tendo sido utilizado para atender aos créditos adicionais.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
25.403.012,00	17.933.168,11	70,59	7.469.843,89

3.2.1.5 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO - foi criada pela Lei n.° 1.027, de 10 de dezembro de 1.998.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei n.° 1.082, de 1º de julho de 1.999, regulamentadas pelo Decreto Estadual n.° 860, de 11 de Novembro de 1.999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual n.° 1.634, de 28 de novembro de 2.002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins e o Decreto n.° 3.561, de 13 de novembro de 2.008, que aprova o regulamento das normas higiênico sanitárias para elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal no Estado do Tocantins.

Tem como missão planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover à vigilância, a normatização, a fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

O objetivo primordial da ADAPEC/TO é o controle zoofitossanitário dentro do Estado do Tocantins, expandindo por suas fronteiras, atingindo seu público-alvo: “toda a cadeia produtiva do setor agropecuário”.

A entidade utiliza como ferramenta para a implantação das ações as seguintes estratégias:

- planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover estudos que subsidiem o planejamento na área da defesa agropecuária;

- promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária nas diversas esferas do governo;

- propor e definir a elaboração de convênios com os setores públicos e privados para a execução de serviços de defesa agropecuária, no âmbito Estadual e Federal;

- promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária;

- promover a realização de conferências, simpósios e outros conclaves científicos na área de defesa agropecuária;

- manter intercâmbio de informações técnicas e cientificas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária.

As atribuições da ADAPEC/TO são desenvolvidas em 20 ações estruturadas em 05 programas, sendo eles: 01 de Apoio Administrativo e 04 Finalísticos (Defesa e Inspeção Sanitária Animal, Modernização Administrativa da ADAPEC, Educação Sanitária e Comunicação e o de Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal). Para essas ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 33.476.031,00**, com execução de **95,55%,** ou seja, **R$ 31.985.106,71**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 154 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	632.728,00	631.751,73	99,85	976,27
Manutenção dos Serviços de Transportes	234.513,00	233.702,13	99,65	810,87
Manutenção de Recursos Humanos	21.552.671,00	21.551.874,77	100,00	796,23
Ações de Informática	294.923,00	293.806,56	99,62	1.116,44
TOTAL	**22.714.835,00**	**22.711.135,19**	**99,98**	**3.699,81**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC

QUADRO 155 – FINALÍSTICO - 0012

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	PROMOVER O SISTEMA DE DEFESA, INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL, GARANTINDO A OFERTA DE PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E A SUA COMERCIALIZAÇÃO COM A QUALIDADE NECESSÁRIA PARA O CONSUMIDOR FINAL, PREVENINDO, CONTROLANDO E/OU ERRADICANDO ENFERMIDADES INFECTOCONTAGIOSAS DE REBANHO, CARÊNCIAS E PARASITÁRIAS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI DIVISAS COM 06 (SEIS) ESTADOS DA FEDERAÇÃO E UMA LOGÍSTICA PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SENDO NECESSÁRIO A CONSTANTE VIGILÂNCIA ATIVA E PASSIVA DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS E O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, E GARANTIR PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E INSPEÇÃO VISANDO UM PRODUTO FINAL DE MAIOR QUALIDADE PARA O CONSUMIDOR, BUSCANDO COM ISSO NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES E CONSEQUENTEMENTE UMA MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS, BEM COMO UM ESPECIAL CUIDADO COM A SAÚDE PÚBLICA. O SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONSISTE PRINCIPALMENTE NA INSPEÇÃO VETERINÁRIA EM ABATEDOUROS, INSPEÇÃO A PROPRIEDADES RURAIS, FISCALIZAÇÃO EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES DE ANIMAIS, FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS VETERINÁRIOS E BIOLÓGICOS, FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES DE SUSPEITAS DE OCORRÊNCIAS DE ENFERMIDADES DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, RASTREABILIDADE, RÁPIDO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA SANITÁRIA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES, AVALIAÇÃO SOROEPIDEMIOLÓGICO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE ESTUDO E/OU DIAGNÓSTICOS DE ENFERMIDADES. ISTO POSTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA ANIMAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO E O MERCADO DE EXPORTAÇÃO SÃO CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS SANITÁRIAS EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES E UMA INSPEÇÃO VETERINÁRIA NOS ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM E MANIPULAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS MÉDICOS VETERINÁRIOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS TRINTA BARREIRAS FIXAS ZOOSANITÁRIAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. A ADAPEC POSSUI 139 ESCRITÓRIOS LOCALIZADOS EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO. O PROGRAMA SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE DEFESA INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL E AS AÇÕES SERÃO GERENCIADAS PELAS COORDENADORIAS E PELAS GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS. A ADAPEC-TO CONTARÁ COMO PARCEIROS O MAPA, A INICIATIVA PRIVADA, O SEBRAE, O SENAR, O CRMV, SOVETO, ENTRE OUTROS; A PARCERIA SERÁ FIRMADA EM TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS. TODAS AS ATIVIDADES SÃO REGISTRADAS E/OU COMPILADAS EM RELATÓRIOS E FORMULÁRIOS ESPECÍFICOS PARA CONTROLE DAS MESMAS, BEM COMO UM BANCO DE DADOS PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES PERTINENTES A DEFESA NO ESTADO, VISANDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO RÁPIDO E BUSCANDO UMA MAIOR CONFIABILIDADE DOS MERCADOS CONSUMIDORES. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	SOMA DO TOTAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EXPORTADO POR ANO	16,00	dez/08	40,00
ÍNDICE DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NO ESTADO	REBANHO VACINADO DIVIDIDO PELO TOTAL DO ESTADO, MULTIPLICADO POR CEM	99,17	dez/08	99,21

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4049	INSPEÇÃO SANITÁRIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.	35.173,00	35.171,41	100,00	UNIDADE	750	463	61,73
4050	CERTIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS APROVADOS NO SISBOV.	20.535,00	19.934,39	97,08	UNIDADE	134	16	11,94
4051	MANUTENÇÃO DA REDE DE LABORATÓRIO ANIMAL DA ADAPEC.	22.163,00	22.161,80	99,99	UNIDADE	4	3	75,00
4052	RECADASTRAMENTO NOS MUNICÍPIOS DE PROPRIEDADES	74.172,00	74.019,84	99,79	UNIDADE	4	4	100,00

	RURAIS.							
4053	REALIZAÇÃO DO CONTROLE SANITÁRIO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO.	6.470.780,00	5.012.891,70	77,47	km²	272.577,20	272.577,20	100,00
TOTAL		**6.622.823,00**	**5.164.179,14**	**77,98**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC

QUADRO 156 – FINALÍSTICO - 0045

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	
Objetivo:	PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARA ASSEGURAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS PRODUTORES E COMERCIANTES RURAIS.
Justificativa:	A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PROMOVE MELHOR QUALIDADE AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE ENFOCAR SEMPRE A SIMPLIFICAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE FORMA A TORNAR-SE UMA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL COM A BUSCA DE MELHORES RESULTADOS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATENDENDO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS CIDADÃOS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DESTE PROGRAMA FICARÃO A CARGO DA ADAPEC, POR MEIO DE SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ACORDO COM SUAS COMPETÊNCIAS. SERÁ CONSTRUÍDA A SEDE DA ADAPEC E ALGUMAS UNIDADES LOCAIS DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA SOB RESPONSABILIDADE DA SEINF. TAMBÉM SERÁ AMPLIADA E REALIZADA A MANUTENÇÃO DA FROTA QUE FAZ ATENDIMENTO ÀS UL-S, SERÁ IMPLEMENTADO UM PROJETO DE INFORMATIZAÇÃO QUE INTEGRARÁ TODAS AS UNIDADES, ADQUIRIDOS TRAILERS PARA APOIAR AS AÇÕES DAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS VOLANTES, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS E REALIZADA A CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AS ATIVIDADE-MEIO DESTA ENTIDADE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RECLAMAÇÕES CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC	SOMATÓRIO DO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES APURADAS CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC NO DISQUE-DENÚNCIA DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO MULTIPLICADO POR CEM	2,65	dez/08	0,4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3012	AMPLIAÇÃO DA FROTA.	880.766,00	880.765,84	100,00	UNIDADE	34	16	47,00
3013	CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	188.143,00	188.142,36	100,00	UNIDADE	4	3	75,00
3014	INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	450.036,00	450.035,37	100,00	UNIDADE	75	90	120,00
3015	APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	150.151,00	150.150,95	100,00	UNIDADE	139	135	97,00
3016	AQUISIÇÃO DE TRAILERS PARA AS BARREIRAS MÓVEIS.	73.000,00	73.000,00	100,00	UNIDADE	2	2	100,00
4054	CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES.	115.858,00	115.857,29	100,00	UNIDADE	40	58	145,00
TOTAL		**1.857.954,00**	**1.857.951,81**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC

QUADRO 157 – FINALÍSTICO - 0048

PROGRAMA - EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMUNICAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER A EDUCAÇÃO SANITÁRIA AGROPECUÁRIA PARA A COMPREENSÃO E ADOÇÃO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES PELOS INTEGRANTES DAS CADEIAS PRODUTIVAS, CONTRIBUINDO NA MELHORIA DA QUALIDADE E SEGURANÇA HIGIÊNICO-SANITÁRIA NA PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PARA O CONSUMO HUMANO.
Justificativa:	A EDUCAÇÃO SANITÁRIA É UM PROCESSO ATIVO E CONTÍNUO DE UTILIZAÇÃO DE MEIOS, MÉTODOS E TÉCNICAS CAPAZES DE EDUCAR E DESENVOLVER CONSCIÊNCIA CRÍTICA NO PÚBLICO-ALVO, QUE PASSA A ATUAR COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO, RESULTANDO EM COMPORTAMENTO FAVORÁVEL À SAÚDE ANIMAL, SANIDADE VEGETAL E À SEGURANÇA E QUALIDADE DOS PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, ASSEGURANDO, DESSA FORMA, A SAÚDE PÚBLICA. O PROGRAMA VISA MOBILIZAR A COMUNIDADE E INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PARA AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA ATRAVÉS DA DIFUSÃO, POR INTERMÉDIO DOS DIFERENTES MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DE INFORMAÇÕES DE CARÁTER EDUCATIVO SOBRE DEFESA AGROPECUÁRIA.

Estratégia:	ESSE PROGRAMA SERÁ GERENCIADO PELA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. A FORMA DE EXECUÇÃO SERÁ DIRETA COM RECURSOS ORDINÁRIOS E DE CONVÊNIOS FEDERAIS (EVENTUALMENTE). ALGUMAS AÇÕES DO PROGRAMA SERÃO EXECUTADAS ATRAVÉS DE TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES. NA ÁREA DE DEFESA ANIMAL: SENAR E VALLÉE - TERMO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS; CRMV, SEAGRO, VALLÉE, SFA-TO/MAPA ATRAVÉS DE PARCERIAS EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS. EM DEFESA VEGETAL: PARCERIAS COM INPEV, ANDEF, UNITINS AGRO, UFT, AEATO, CREA EM EVENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO ALVO	SOMATÓRIA DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ASSINANTES DA LISTA DE FREQÜÊNCIA NOS EVENTOS DIVIDIDO PELO PÚBLICO ALVO MULTIPLICADO POR CEM	101,46	30/12/2008	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4055	CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM DEFESA AGROPECUÁRIA.	326.274,00	326.273,46	100,00	UNIDADE	388	876	225,77
4056	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA.	119.945,00	119.942,57	100,00	UNIDADE	45	58	128,90
4057	DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS DE DEFESA AGROPECUÁRIA.	1.140.928,00	1.140.441,76	99,96	UNIDADE	7	6	85,71
TOTAL		**1.587.147,00**	**1.586.657,79**	**99,97**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC

QUADRO 158 – FINALÍSTICO - 0073

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL

Objetivo:	PROMOVER A SANIDADE E INSPEÇÃO VEGETAL PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO FITOSSANITÁRIO DO ESTADO POR MEIO DO MONITORAMENTO DE PRAGAS REFERENCIADAS OU REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), DA FISCALIZAÇÃO VEGETAL INTERNA E DAS FRONTEIRAS DO ESTADO, PARA IMPEDIR A INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS NAS CULTURAS TOCANTINENSES, E DO CONTROLE DO TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES E DAS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS.
Justificativa:	COMO UMA DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS A SEREM EXPLORADAS E O POTENCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, COM UMA POSIÇÃO LOGISTICAMENTE PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS VINCULADOS AS EXCELENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PREDOMINANTES, DESPONTA COMO UM IMPORTANTE CELEIRO AGRÍCOLA NACIONAL QUIÇÁ PARA ATENDER A DEMANDA MUNDIAL POR ALIMENTOS E ENERGIA RENOVÁVEL. DITO ISTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA VEGETAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO, MAS O MERCADO DE EXPORTAÇÃO É CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS (BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS) EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES QUE MINIMIZEM A ENTRADA E DISPERSÃO DE PRAGAS, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CONTROLE DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, PROFILAXIA E CONTROLE DE PRAGAS, E PARALELAMENTE O INCREMENTO NOS MECANISMOS QUE ATENDAM A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO TOCANTE AOS AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS, CONSOLIDANDO UM PROCESSO PRODUTIVO LIVRE DE PRAGAS, COM ABERTURA DE MERCADOS, PREOCUPADO COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE DE PRAGAS, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS, ATRAVÉS DAS 30 BARREIRAS FIXAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. NESTE CONTEXTO TAMBÉM É EVIDENCIADO TODO O SEGMENTO DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA VEGETAL, ONDE OS PROCEDIMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO SEGUEM OS DETERMINADOS PELA INSTÂNCIA SUPERIOR DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), QUE PRECONIZA A SUPERVISÃO DE DOCUMENTAÇÕES SANITÁRIAS COMO: PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, BEM COMO DOCUMENTOS DE CONTROLE ESTADUAL: AUTORIZAÇÃO INTERNA DE TRANSPORTE DE MUDAS DE ABACAXI, LAUDO DE INSPEÇÃO DE CAMPO DE ABACAXI, DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO, DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SANITÁRIAS, CONTROLE INTERESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, TERMO DE NOTIFICAÇÃO, AUTO DE INFRAÇÃO, TERMO DE APREENSÃO, AUTO DE DESTRUIÇÃO E RECIBOS. TAMBÉM É EVIDENCIADO O QUE ESTABELECE AS LEGISLAÇÕES QUE REGEM O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, JUNTAMENTE COM AS DETERMINAÇÕES DOS AGROTÓXICOS E AFINS, COM O CONTROLE DA HORA DA VENDA DOS PRODUTOS ATÉ A DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS. AS AÇÕES CONTIDAS NO

	PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
DIAGNÓSTICO DE PHAKOPSORA PACHYRHIZI (FERRUGEM ASIÁTICA)	NÚMERO DE DIAGNÓSTICOS RELATADOS OFICIALMENTE DA OCORRÊNCIA, EM TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DA PRAGA FERRUGEM DA SOJA	214	jan a dez/08	100
EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS À DESTINAÇÃO FINAL	SOMA DA QUANTIDADE DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS	79.563	jan a dez/08	45.000

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4058	FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E DA DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS.	55.230,00	55.223,53	99,99	UNIDADE	834	1.081	129,61
4059	REALIZAÇÃO DO CONTROLE DE PRAGAS.	638.042,00	609.959,25	95,60	HECTARE	20.000	30.000	150,00
TOTAL		**693.272,00**	**665.182,78**	**95,95**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
33.476.031,00	31.985.106,71	95,55	1.490.924,29

3.2.1.6 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, autarquia pública estadual foi criada através da Lei n.º 20, de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais do Estado.

Tem como missão promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar e de suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Previdência Social, 02 Finalísticos e 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 39.927.804,00**, com execução de **69,63%,** ou seja, **R$ 27.801.144,09**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 159 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.984.784,00	1.646.846,83	82,97	337.937,17
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.958.482,00	1.476.088,87	75,37	482.393,13
Manutenção de Recursos Humanos	14.688.820,00	14.688.817,30	100,00	2,70
Ações de Informática	407.539,00	121.500,01	29,81	286.038,99
TOTAL	**19.039.625,00**	**17.933.253,01**	**94,19**	**1.106.371,99**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

QUADRO 160 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	56.000,00	44.026,64	78,62	11.973,36
TOTAL	**56.000,00**	**44.026,64**	**78,62**	**11.973,36**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

QUADRO 161 – FINALÍSTICO - 0063

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DE INICIATIVAS QUE ENVOLVAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, PESQUEIRAS, DE EXTRATIVISMO E OUTRAS, TENDO COMO CENTRO O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, BENEFICIANDO-OS INCLUSIVE COM O FINANCIAMENTO PARA O ACESSO À TERRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.
Justificativa:	A AGROPECUÁRIA É O SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. NESTE CONTEXTO, A AGRICULTURA FAMILIAR REPRESENTA CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ENTRETANTO, OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE SÃO BAIXOS EM VIRTUDE DO BAIXO NÍVEL TECNOLÓGICO. UMA DAS CAUSAS IDENTIFICADA NOS ENCONTROS REGIONAIS É A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE EM ALGUNS MUNICIPIOS E AUSENTE EM OUTROS.
Estratégia:	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES SERÃO DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES LOCAIS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - ULES, APOIDAS PELAS SUPERVISÕES REGIONAIS E ESCRITÓRIO CENTRAL. AS ULES SERÃO FORTALECIDAS COM RECURSOS: HUMANOS TANTO QUANTITATIVO QUANTO QUALITATIVAMENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.SERÃO UTILIZADAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS VISANDO FORTALECER OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA	(N° DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	80
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDAMONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA)/NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000	jun/05	12.000
ÍNDICE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES COM ACESSO AO CRÉDITO	(N° DE FAMÍLIAS QUE ACESSARAM O CRÉDITO / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	60

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4032	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO AMBIENTAL AOS AGRICULTORES FAMILIARES.	298.839,00	25.926,00	8,68	UNIDADE	27.728	26.855	96,85
4033	ELABORAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS PARA REGULARIZAÇÃO	107.526,00	68.531,85	63,74	UNIDADE	1.573	665	42,28

	DE ATIVIDADES MODIFICADORAS DO MEIO AMBIENTE PARA AGRICULTURA FAMILIAR.							
4034	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO AGRICULTOR FAMILIAR.	6.626.136,00	2.970.493,48	44,83	UNIDADE	28.562	28.609	100,16
4035	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - COMPRA DIRETA LOCAL.	6.552.133,00	4.957.547,44	75,66	UNIDADE	3.019	1.959	64,89
4036	FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO.	140.542,00	4.786,25	3,41	UNIDADE	621	686	110,47
4037	PROMOÇÃO DE FEIRA E ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR.	376.864,00	260.165,93	69,03	UNIDADE	37	54	145,95
4038	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE ATER.	356.700,00	54.519,65	15,28	UNIDADE	442	114	25,79
4039	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES.	467.570,00	91.855,00	19,65	UNIDADE	6.702	4.865	72,59
4040	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.	872.301,00	204.074,80	23,39	UNIDADE	925	568	61,41
4041	INCLUSÃO DA MULHER NA GERAÇÃO DE RENDA.	1.043.466,00	21.119,00	2,02	UNIDADE	2.417	2.507	103,72
4042	INCLUSÃO DO JOVEM RURAL NA GERAÇÃO DE RENDA.	641.384,00	10.200,00	1,59	UNIDADE	1.626	544	33,46
4043	PROMOÇÃO DA CIDADANIA DAS FAMÍLIAS RURAIS.	1.053.868,00	49.610,92	4,71	UNIDADE	6.597	9.972	151,16
4044	INCENTIVO A PRODUÇÃO E CONSUMO DE HORTALIÇAS - QUINTAL VERDE.	1.413.746,00	375.366,10	26,55	UNIDADE	96.125	154.740	160,98
TOTAL		**19.951.075,00**	**9.094.196,42**	**45,58**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

QUADRO 162 – FINALÍSTICO - 0074

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO RURALTINS	
Objetivo:	MELHORAR A QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO E ADEQUAR OS MEIOS E MÉTODOS AS NOVAS TÉCNICAS A SEREM UTILIZADAS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE UM MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO, ADQUIRINDO EQUIPAMENTOS E MELHORANDO AS CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES, PROPORCIONANDO MAIS QUALIDADE E UM MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO USUÁRIO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ EXECUTADO PELA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, PROPORCIONANDO UM MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO USUÁRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3008	CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIOS ESTADUAL, REGIONAIS E LOCAIS.	275.981,00	275.980,69	100,00	UNIDADE	1	0	0,00
3009	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCRITÓRIOS LOCAIS.	12.080,00	12.080,00	100,00	UNIDADE	8	4	50,00
3010	APARELHARAMENTO E REAPARELHARAMENTO DOS ESCRITÓRIOS DO RURALTINS.	577.404,00	425.969,08	73,77	UNIDADE	64	47	73,44
TOTAL		**865.465,00**	**714.029,77**	**82,50**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

QUADRO 163 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0076

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	PLANEJAR A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS, ALÉM DE COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR OS DEMAIS PROGRAMAS A PARTIR DA GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA.
Justificativa:	ATENDER AS NECESSIDADES DE FORTALECIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO TOCANTINENSE, OBSERVANDO A LEI Nº 261 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL DE FORMA INTEGRADA, COM A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS, A PARTIR DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA, UTILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NOS PROCEDIMENTOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DOS DADOS DE CAMPO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4045	ELABORAÇÃO DE ÍNDICES DE CONSERVAÇÃO DO SOLO PARA O ICMS ECOLÓGICO.	15.639,00	15.638,25	100,00	UNIDADE	5.008	5.542	110,66
TOTAL		**15.639,00**	**15.638,25**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
39.927.804,00	27.801.144,09	69,63	12.126.659,91

3.2.1.7 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, entidade de direito público interno, constituído sob a forma de autarquia, com patrimônio próprio, autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado pela Lei n.° 87, de 27 de outubro de 1.989, tem às atribuições de suas unidades administrativas definidas no Regimento Interno, Decreto n.º 3.537, de 30 de outubro de 2.008.

O ITERTINS a fim de desenvolver as competências definidas em lei, deve:

I. promover:

a) o aproveitamento racional das terras públicas estaduais que se prestem à exploração extrativa, pecuária ou agrícola;

b) ação discriminatória administrativa ou arrecadação sumária das terras devolutas do Estado do Tocantins, incorporando-as ao Patrimônio do Estado;

c) medição, demarcação de área e levantamento socioeconômico, visando à regularização fundiária;

II. elaborar e implantar projetos de assentamento em terras públicas;

III. estudar, elaborar e implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos projetos de assentamento, de modo a garantir melhores condições de vida aos beneficiários;

IV. estabelecer com os órgãos federais, estaduais e municipais, uma política de parceria nas ações de capacitação de recursos humanos, fundiários, de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária e cadastro;

V. estudar medidas de aperfeiçoamento da política agrária estadual;

VI. estabelecer cooperação técnica com os municípios e representação de agricultores no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e execução da política agrária;

VII. elaborar o plano estadual de zoneamento agrário com base em levantamento das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizem sistemas e estruturas agrárias vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequada destinação, forma de uso, classificação da terra e a seleção dos tipos de extrativismo, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função dos respectivos mercados consumidores;

VIII. realizar os cadastros das propriedades rurais incluindo o inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das alienações e concessões das mesmas, recenseando ainda os posseiros e lavradores que desejam o acesso à terra;

IX. colaborar com outras entidades na conservação do meio ambiente e dos recursos naturais;

X. elaborar estatísticas agrárias;

XI. promover a apreensão de documentos falsos de terras e tomar medidas cabíveis para a punição dos responsáveis;

XII. arrecadar as importâncias correspondentes à alienação de terras e aos emolumentos;

XIII. guardar e conservar os livros fundiários;

XIV. criar condições para o progresso das áreas rurais mais atrasadas através da execução de projetos, planos e programas de desenvolvimento.

Sua finalidade precípua é a emissão de títulos definitivos de propriedades rurais, pois o Estado apresenta grande parte de suas terras

ocupadas de forma irregular e aleatória, portanto seu público-alvo são os proprietários rurais de terras.

O ITERTINS, para realizar seus objetivos legais, poderá celebrar convênios, acordos ou ajustes com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Mediante autorização especifica do Governador do Estado, poderá contrair empréstimos com instituições financeiras nacionais ou internacionais.

Suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Previdência Social e 02 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 7.268.963,00**, com execução de **55,87%,** ou seja, **R$ 4.060.927,51**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 164 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	245.936,00	137.998,56	56,11	107.937,44
Manutenção dos Serviços de Transportes	137.953,00	137.906,36	99,97	46,64
Manutenção de Recursos Humanos	2.210.535,00	2.210.533,42	100,00	1,58
Ações de Informática	14.504,00	14.503,65	100,00	0,35
TOTAL	**2.608.928,00**	**2.500.941,99**	**95,86**	**107.986,01**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS

QUADRO 165 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	4.700,00	4.401,66	93,65	298,34
TOTAL	**4.700,00**	**4.401,66**	**93,65**	**298,34**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS

QUADRO 166 – FINALÍSTICO - 0025

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	
Objetivo:	AUMENTAR O NÚMERO DE IMÓVEIS REGULARIZADOS, PERMITINDO ASSIM, AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL MAIOR ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO, BEM COMO, OBJETIVA ATUALIZAR O CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM UM GRANDE NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS NECESSITANDO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PARA QUE O PRODUTOR RURAL CONSIGA ACESSAR O CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OS PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. BEM COMO O ACESSO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DESTA FORMA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA COM O AUMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO.
Estratégia:	A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO É A FINALIDADE PRECÍPUA DO ITERTINS, ONDE TODAS AS SUAS AÇÕES CONVERGEM PARA O SEU ATINGIMENTO. PARA ALCANÇARMOS A NOSSA META TORNA-SE NECESSÁRIO, A ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DAS TERRAS DEVOLUTAS PELO ESTADO, SEGUIDA DA MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E VISTORIA OCUPACIONAL PARA COMPOR OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA,

	CULMINANDO COM A EFETIVAÇÃO DA ENTREGA DO DOCUMENTO TITULATÓRIO. SABENDO-SE QUE A NOSSA AÇÃO DE CADASTRO RURAL TORNOU-SE NECESSÁRIA, UMA VEZ QUE ESTÁ SENDO CELEBRADO UM CONVÊNIO ENTRE OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA E BID. NA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO HÁ PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS COMO: NATURATINS/SEPLAN/SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE/PGE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE TÍTULOS EMITIDOS	Nº DE TÍTULOS DEFINITIVOS EMITIDOS / Nº DE IMÓVEIS A SEREM EMITIDOS X 100	1.497	set/07	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4006	ARRECADAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS.	0,00	0,00	0,00	HECTARE	235.000	17.348,71	7,38
4007	REALIZAÇÃO DA VISTORIA OCUPACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.	51.301,00	51.299,96	100,00	UNIDADE	1.255	1.355	107,96
4008	REALIZAÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS.	832.069,00	208.472,11	25,05	HECTARE	233.000	90.733,70	38,94
4009	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS.	2.796.262,00	502.261,12	17,96	HECTARE	2.000	0	0,00
4010	REALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL DO ESTADO.	20.705,00	20.703,81	99,99	UNIDADE	100	232	232,00
4011	REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO.	158.079,00	158.077,66	100,00	HECTARE	1.161.000	96.936,36	8,34
TOTAL		**3.858.416,00**	**940.814,66**	**24,38**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS

QUADRO 167 – FINALÍSTICO - 0026

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ITERTINS	
Objetivo:	PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA ALCANÇAR UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS PRODUTORES RURAIS.
Justificativa:	PROPORCIONAR UM ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES. SENDO QUE A QUESTÃO FUNDIÁRIA É O INÍCIO DO PROCESSO PRODUÇÃO DO ESTADO.
Estratégia:	A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ITERTINS SE DEU PRIMEIRAMENTE COM A CONSTRUÇÃO DA SEDE DEFINITIVA LOCALIZADA EM PALMAS-TO, NO ENDEREÇO AANE 40 QI 09 LOTES 01 E 02, JÁ A PRÓXIMA FASE, SERÁ O APARELHAMENTO DOS RESPECTIVOS SETORES, AMBOS DE ACORDO COM A LEI 8.666/93, COM ELABORAÇÃO DOS PROJETOS, PROCESSO DE LICITATÓRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
GRAU DE SATISFAÇÃO	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS / Nº PESSOAS A SEREM ATENDIDAS X 100	7.169	jul/07	11.614

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3001	REAPARELHAMENTO DA SEDE DO ITERTINS.	131.780,00	83.115,99	63,07	PORCENTAGEM	100	27,27	27,27
3002	AMPLIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA.	239.139,00	239.138,80	100,00	PORCENTAGEM	50	44,44	88,88
3003	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO ITERTINS.	300.000,00	273.000,00	91,00	UNIDADE	3	3	100,00
3004	AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFORMAÇÃO.	126.000,00	19.514,41	15,49	PORCENTAGEM	35	26,31	75,17
TOTAL		**796.919,00**	**614.769,20**	**77,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
7.268.963,00	4.060.927,51	55,87	3.208.035,49

3.2.1.8 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS - foi criada pela Medida Provisória n.º 07, de 1º de janeiro de 1.989, sendo uma entidade da Administração Indireta, constituída sob a forma de autarquia com personalidade jurídica de direito público, sendo vinculada ao Governo do Estado do Tocantins através da Secretaria de Indústria e Comércio e subordina-se tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

O Registro de Empresas está estruturado de acordo com a Lei Federal n.º 8.934/94 (Lei do Registro de Empresas), que dispõe sobre registro público de empresas e atividades afins.

A missão da Junta Comercial do Tocantins é constituir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis, sendo que os mesmos devem conter a forma e o conteúdo definidos na legislação pertinente. Deve também prestar um serviço de excelência, disponibilizando as informações requeridas e efetuando os registros solicitados dentro de um prazo inferior ao estabelecido na legislação.

Com o intuito de melhorar a compreensão sobre os propósitos desta entidade, torna-se necessária a descrição de seu objetivo, sua justificativa, seu público-alvo, a base legal e a estratégia de implementação do seu Programa de Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial.

Tem como objetivo a obtenção de um controle dos registros públicos das empresas mercantis no Estado.

Justifica-se pela necessidade de se realizar e manter o registro público das empresas mercantis e atividades afins em todo o território tocantinense, subordinado às normas gerais prescritas na legislação vigente, com o propósito de disponibilizar a qualquer interessado as informações sobre regularidade das empresas, capital social, sócios, acionistas, titulares, administradores e demais informações relacionadas às empresas mercantis visando proporcionar segurança às relações sociais que envolvam as referidas pessoas jurídicas.

Seu público-alvo são empresários, contadores e sociedade em geral que tenham interesse nas informações sobre registro público de empresas mercantis no Estado e atividades afins.

Adota como estratégias de implementação a administração dos serviços de registros mercantis, o cadastro das empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no estado e a manutenção atualizada das informações pertinentes.

Suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas de Previdência Social e Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.809.300,00**, com execução de **75,29%,** ou seja, **R$ 2.868.148,58**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 168 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	15.000,00	11.193,42	74,62	3.806,58
TOTAL	**15.000,00**	**11.193,42**	**74,62**	**3.806,58**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS

QUADRO 169 – FINALÍSTICO - 0083

PROGRAMA - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	
Objetivo:	OBTER CONTROLE DOS REGISTROS PÚBLICOS DE EMPRESAS MERCANTIS NO ESTADO.
Justificativa:	REALIZAR E DISPONIBILIZAR REGISTRO PÚBLICO DAS EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS SUBORDINADO AS NORMAS GERAIS PRESCRITAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EXERCIDO EM TODO O TERITÓRIO ESTADUAL.
Estratégia:	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTROS MERCANTIS, CADASTRAR AS EMPRESAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO E MANTER ATUALIZADAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EMPRESAS REGISTRADAS	Em elaboração	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3048	INTERLIGAÇÃO DA REDE DE COMPUTADORES.	10.000,00	4.579,50	45,80	UNIDADE	3	3	100,00
3049	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIDADE.	13.000,00	8.808,03	67,75	UNIDADE	60	60	100,00
3050	ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DE EMPRESAS.	10.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	6.300	0	0,00
3051	INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA JUCETINS.	42.000,00	6.716,86	15,99	UNIDADE	3	3	100,00
4086	VEICULAÇÃO DE INFORMAÇÃO.	10.000,00	0,00	0,00	TIRAGEM	2.000	0	0,00
4087	REGISTRO DE EMPRESAS.	289.000,00	72.914,08	25,23	UNIDADE	6.300	6.300	100,00
4088	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVO GERAIS.	1.046.000,00	621.615,48	59,43	ÁREA DO PRÉDIO EM m²	540	540	100,00
4089	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES.	128.000,00	68.328,21	53,38	UNIDADE	6	6	100,00
4090	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.	2.060.300,00	2.054.874,85	99,74	UNIDADE	60	60	100,00

4091	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.	185.000,00	19.118,15	10,33	UNIDADE	1	1	100,00
4092	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS.	1.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**3.794.300,00**	**2.856.955,16**	**75,30**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
3.809.300,00	2.868.148,58	75,29	941.151,42

3.2.1.9 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM - é uma autarquia criada pela Lei Estadual n.º 998, de 14 de julho de 1.998, vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio. Órgão delegado pelo INMETRO para atuar nas áreas da Metrologia Legal e Qualidade, cumpre no exercício de suas funções junto à sociedade importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses do consumidor e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial no que tange à metrologia legal e a qualidade dos bens ofertados à sociedade.

As atribuições do Instituto foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas num único programa Finalístico - Controle e Qualidade. Para esse programa foram autorizados recursos no valor de **R$3.223.468,00**, com execução de **80,50%,** ou seja, **R$ 2.594.959,20**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 170 – FINALÍSTICO - 0078

PROGRAMA - CONTROLE E QUALIDADE	
Objetivo:	LICENCIAR, AFERIR E FISCALIZAR OS INSTRUMENTOS METROLÓGICOS, BEM COMO ASSEGURAR A QUALIDADE DOS BENS E SERVIÇOS PRODUZIDOS E OU COMERCIALIZADOS NO ESTADO.
Justificativa:	AS CONSTANTES RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES EM RELAÇÃO AOS PESOS, MEDIDAS E A QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS NO ESTADO, BEM COMO PROPICIAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE AFERIÇÃO DE INSTRUMENTOS METROLÓGICOS, QUE EXIGE QUE O IPEM FISCALIZE PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DE BENS E SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Estratégia:	OS OBJETIVOS DO PROGRAMA SERÃO ALCANÇADOS COM APORTE DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO. ATRAVÉS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA FIRMADO COM O INMETRO. FONTE 080 - RECURSOS DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃO FEDERAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE INSTRUMENTOS FISCALIZADOS	INSTRUMENTOS FISCALIZADOS / INSTRUMENTOS INSTALADOS X 100	80,50	dez/07	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2309	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.	253.293,00	227.111,73	89,66	UNIDADE	25	25	100,00
2310	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.	1.174.900,00	1.078.179,19	91,77	UNIDADE	25	25	100,00
2311	AÇÕES DE INFORMÁTICA.	213.100,00	193.867,22	90,97	UNIDADE	25	25	100,00
3017	FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E CONTROLE DA QUALIDADE.	235.000,00	219.406,10	93,36	UNIDADE	10.034	12.092	120,50
3018	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO IPEM.	170.707,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3019	APARELHAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA SEDE DO IPEM.	300.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4068	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.	876.468,00	876.394,96	99,99	UNIDADE	30	30	100,00
TOTAL		**3.223.468,00**	**2.594.959,20**	**80,50**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins - IPEM

3.2.1.10 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO - ADTUR

A Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR, autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, foi instituída pela Lei n.º 1.630, de 05 de dezembro de 2.005, e está vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio.

Tem como finalidade promover e sustentar o turismo no Estado, observando suas potencialidades e singularidades, para a formatação e comercialização dos produtos e estruturação dos serviços turísticos em nível regional, nacional e internacional.

Para atingir sua finalidade, a ADTUR tem como missão tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável. E tem como visão, para os próximos cinco anos, ser o órgão norteador da atividade turística do Estado, reconhecido como referência em gestão pública.

Municípios com potencial turístico, organizações públicas e privadas do setor turístico e trabalhadores do turismo é o seu público-alvo, que procuram a solução de problemas causados pelo baixo índice de aproveitamento do potencial turístico do Estado.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 02 Finalísticos e 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 16.795.706,00** e executados **R$ 5.386.666,69**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 171 - APOIO ADMINISTRATIVO – 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	265.138,00	264.082,00	99,60	1.056,00
Manutenção dos Serviços de Transportes	321.198,00	321.182,84	100,00	15,16
Manutenção de Recursos Humanos	2.450.882,00	2.449.830,49	99,96	1.051,51
Ações de Informática	154.444,00	153.753,38	99,55	690,62
TOTAL	**3.191.662,00**	**3.188.848,71**	**99,91**	**2.813,29**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR

QUADRO 172 – FINALÍSTICO - 0066

PROGRAMA - ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Objetivo:	PROPICIAR GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO SOCIAL ÀS COMUNIDADES DO ENTORNO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.
Justificativa:	O ECOTURISMO É UM INSTRUMENTO APROPIADO DE VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA COM O GERENCIAMENTO CORRETO DOS RECURSOS NATURAIS, OFERECENDO ÀS COMUNIDADES LOCAIS UMA ALTERNATIVA DIGNA DE CONQUISTAR SEU SUTENTO E UMA VIDA MELHOR, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA ÀS GERAÇÕES FUTURAS O ACESSO AOS LEGADOS DA NATUREZA.
Estratégia:	SERÃO REALIZADAS VÁRIAS PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO, ESPECIALMENTE O NATURATINS, ONGS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A INICIATIVA PRIVADA. A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE BASE COMUNITÁRIA É A PRINCIPAL ESTRATÉGIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
SATISFAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL COM O ECOTURISMO	POPULAÇÃO SASTISFEITA / POPULAÇÃO LOCAL X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3056	FOMENTO A PROJETOS DE BASE COMUNITÁRIA.	696.500,00	78.500,00	11,27	UNIDADE	3	1	33,33
3057	PRODUÇÃO DO MANUAL OPERACIONAL DAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO E ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	455.647,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
4097	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	4.522.100,00	40.000,00	0,88	UNIDADE	6	2	33,33
TOTAL		**5.674.247,00**	**118.500,00**	**2,09**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR

QUADRO 173 – FINALÍSTICO - 0068

PROGRAMA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Objetivo:	PROMOVER O TURISMO COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, PELA ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS, DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA, QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO E AUMENTO DE SUA INSERÇÃO COMPETITIVA NO MERCADO E PROPORCIONANDO CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO E À EXPANSÃO DA INICIATIVA PRIVADA.
Justificativa:	AS DESIGUALDADES REGIONAIS QUE CONTRIBUIEM PARA UM BAIXO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PODEM SER REDUZIDAS COM O APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO QUE CONTEMPLA E HARMONIZA A FORÇA E O CRESCIMENTO DO MERCADO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, INTEGRANDO SOLUÇÕES NOS CAMPOS ECONÔMICO, SOCIAL, CULTURAL, AMBIENTAL E POLÍTICO. O TURISMO É UMA IMPORTANTE FERRAMENTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO BEM COMO CONTRIBUI PARA O ALCANCE DO MACROOBJETIVO 1 DO ESTADO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA E INDIRETA PELA ADTUR, QUE UTILIZARÁ EQUIPAMENTOS DE

	LOGÍSTICAS E PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO, QUE DEVERÁ EXECUTAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES EFETUANDO SUAS RESPECTIVAS AVALIAÇÕES ESTRATÉGICAS. AS AÇÕES DEMANDAM A EXECUÇÃO DE OFICINAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES, EMPRESAS E COM PROFISSIONAIS DE TURISMO E SERÃO EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE GESTORA OU EM CASOS EXCEPCIONAIS, POR CONSULTORES CONTRATADOS. AS AÇÕES DE MARKETING, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS TURÍSTICOS OU AS QUE DEMANDAM A IMPLEMENTAÇÃO DE EVENTOS PODERÃO, TAMBÉM, EXIGIR A DESCENTRALIZAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO OU A FIRMAÇÃO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E SEM FINS LUCRATIVOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE PRODUTOS TURÍSTICOS COM POTENCIAL COMPETITIVO	NÚMERO DE PRODUTOS OFERTADOS / NÚMERO DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS	3	25/10/2007	5
AUMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO GERADOS PELO TURISMO	POSTOS DE TRABALHO GERAL / POSTOS DE TRABALHO DO TURISMO	0	0	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3058	IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA.	1.215.534,00	114.534,50	9,42	UNIDADE	40	4	10,00
4098	IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA.	1.635.950,00	140.928,78	8,61	UNIDADE	14	4	28,57
4099	IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA TEMPORADA DE PRAIA E FÉRIAS.	988.529,00	988.528,50	100,00	UNIDADE	25	37	148,00
4100	QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.	568.505,00	71.451,33	12,57	UNIDADE	1.020	689	67,54
4101	ESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO.	110.853,00	3.165,00	2,86	UNIDADE	26	1	3,84
4102	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS.	99.998,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	0	0,00
4103	PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO.	876.276,00	645.436,89	73,66	UNIDADE	112	67	59,82
4104	ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA.	149.012,00	28.511,07	19,13	UNIDADE	55	44	80,00
4248	INSERÇÃO COMERCIAL DE PRODUTOS TURÍSTICOS.	100.280,00	270,00	0,27	UNIDADE	135	2	1,48
TOTAL		**5.744.937,00**	**1.992.826,07**	**34,69**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Desenvolvimento Turístico - ADTUR

QUADRO 174 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0070

PROGRAMA - PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	
Objetivo:	AMPLIAR A EFICIÊNCIA E A EFICÁCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE TURISMO, MATERIALIZANDO UM CONJUNTO DE DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES VISANDO À INTEGRAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS DE GESTÃO, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO METODOLÓGICO.
Justificativa:	O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO PERMITE O DESENVOLVIMENTO DE FORMA EFICAZ E EFICIENTE DAS AÇÕES FINALÍSTICAS SUBSIDIANDO ATINGIR O RESULTADO ESPERADO DESTA ATIVIDADE ECONÔNICA NO AUMENTO DO PIB DO ESTADO.
Estratégia:	O PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO SERÁ DESENVOLVIDO DE FORMA PARTICIPATIVA COM AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA LOCAL (CONSELHOS E FÓRUNS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE TURISMO) ALÉM DAS PARCERIAS COM O MINISTÉRIO DO TURISMO, NATURATINS, INICIATIVA PRIVADA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.
Prazo de Execução:	01/01/2008 À 31/12/2008.

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3059	ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.	1.800.600,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00

4105	IMPLEMENTAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DO TURISMO.	33.657,00	31.956,27	94,95	UNIDADE	44	44	100,00
4106	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.	318.533,00	22.466,59	7,05	UNIDADE	7	4	57,14
4107	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS.	8.460,00	8.460,00	100,00	UNIDADE	70	70	100,00
4108	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO.	23.610,00	23.609,05	100,00	UNIDADE	60	60	100,00
TOTAL		**2.184.860,00**	**86.491,91**	**3,96**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
16.795.706,00	5.386.666,69	32,07	11.409.039,31

3.2.1.11 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DERTINS

O Departamento de Estradas de Rodagem – DERTINS - tem a finalidade precípua de definir no campo econômico a política do Sistema Rodoviário Estadual, visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- desenvolver ações e estratégias da política viária do Estado;
- gerenciar a malha viária estadual;
- desenvolver projetos;
- construir, restaurar e conservar estradas;
- operacionalizar o Sistema Rodoviário Estadual.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Gestão de Políticas Públicas e 04 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 714.142.537,00**, utilizando desse montante **73,11%**, ou seja, **R$ 522.141.539,41,** como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 175 - APOIO ADMINISTRATIVO – 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.397.374,00	4.395.350,03	99,95	2.023,97
Manutenção dos Serviços de Transportes	33.528.549,00	33.528.547,37	100,00	1,63
Manutenção de Recursos Humanos	27.745.618,00	27.744.063,50	99,99	1.554,50
Ações de Informática	275.642,00	275.641,66	100,00	0,34
TOTAL	**65.947.183,00**	**65.943.602,56**	**99,99**	**3.580,44**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS

QUADRO 176 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EFICIÊNCIA NA CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	1º - IMPACTOS AMBIENTAIS / KM ÁREAS PROTEGIDAS X 100 = KM PROTEGIDOS ANO-BASE; 2º - IMPACTOS AMBIENTAIS / KM ÁREAS PROTEGIDAS X 100 = KM PROTEGIDOS ANO ANÁLISE; 3º - KM PROTEGIDOS ANO-BASE / KM PROTEGIDOS ANO ANÁLISE X 100.	100	2003	150
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	2003	115
AUMENTO REAL DA RECEITA PRÓPRIA MUNICIPAL	1º - VALOR EM MOEDA CORRENTE / ÍNDICE GERAL DE PREÇOS X 100 = VALOR REAL ANO BASE; 2º - VALOR EM MOEDA CORRENTE / ÍNDICE GERAL DE PREÇOS X 100 VALOR REAL ANO ANÁLISE; 3º - VALOR REAL ANO ANÁLISE / VALOR REAL ANO-BASE X 100.	100	2003	120

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3023	REFORMA DE RESIDÊNCIAS RODOVIÁRIAS.	1.806.001,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
3024	REFORÇO INSTITUCIONAL DO DERTINS.	3.498.401,00	2.482.265,15	70,95	ANO	1	1	100,00
3025	APARELHAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA DO DERTINS.	459.000,00	284.400,00	61,96	UNIDADE	14	3	21,43
3026	FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SUPERESTRUTURA PARA PONTES PRÉ-MOLDADAS.	11.631.176,00	8.033.047,50	69,06	UNIDADE	1.500	1.305	87,00
3027	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÕES NORDESTE E JALAPÃO.	7.611.561,00	764.613,72	10,05	km	1.000	145	14,50
3028	PROJETO PILOTO DE CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS.	4.000.000,00	0,00	0,00	km	250	0	0,00

3029	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÃO SUDESTE.	18.737.719,00	14.398.882,98	76,84	km	1.440	1.285,25	88,98
3030	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO.	22.170.895,00	13.089.954,58	59,04	km	1.290	809,61	62,76
TOTAL		**69.914.753,00**	**39.053.163,93**	**55,86**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS

QUADRO 177 – FINALÍSTICO - 0071

PROGRAMA - PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO - PED	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.
Justificativa:	O PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO FOI CRIADO NO INTUITO DE DISTRIBUIR O REPASSE DO GOVERNO FEDERAL AO ESTADO DO TOCANTINS, DEVIDO A SUA CRIAÇÃO. ESTE ORÇAMENTO FOI DESTINADO PARA APLICAÇÃO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.
Estratégia:	ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS E REPASSE DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS / NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	137	out/07	139

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3031	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS – PED.	15.000.000,00	0,00	0,00	km	20	0	0,00
TOTAL		**15.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS

QUADRO 178 – FINALÍSTICO - 0079

PROGRAMA - PAVIMENTAR PARA MELHORAR	
Objetivo:	DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE PAVIMENTAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO ESTADO, PARA MELHORAR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS REGIÕES ATÉ OS CENTROS CONSUMIDORES; PROMOVER SEGURANÇA E MELHOR TRAFEGABILIDADE PARA O USUÁRIO; OFERECER INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA PARA ATRAIR MAIS INVESTIMENTOS PARA O ESTADO; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.
Justificativa:	VERIFICOU-SE A NECESSIDADE DE MANTER O PROGRAMA "PAVIMENTAR PARA MELHORAR" BASEADO NOS 13 ENCONTROS REGIONAIS DO PPA, ONDE FORAM LEVANTADOS PROBLEMAS COMO: A DEFICIÊNCIA NA PAVIMENTAÇÃO URBANA, AS DIFICULDADES NO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E LOCOMOÇÃO.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS E ESTUDOS AMBIENTAIS, IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS AMBIENTAIS COMPENSATÓRIAS E EXECUÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E PAVIMENTAÇÃO URBANA, ALÉM DA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA SUPERVISÃO DE PONTES E ESTRUTURAS DIFERENCIADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RODOVIA PAVIMENTADA	EXTENSÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA / EXTENSÃO DA MALHA VIÁRIA TOTAL	37,02	dez/06	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3032	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS.	44.778.025,00	23.329.963,25	52,10	m²	1.557.017	850.000	54,59

3033	ELABORAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS.	6.394.121,00	6.394.056,52	100,00	km	146	304	208,22
3034	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
3035	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS.	354.397,00	354.395,30	100,00	UNIDADE	6	4	66,67
3036	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS.	352.959.267,00	298.158.300,57	84,47	km	300	305,50	101,83
3037	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.	91.495.997,00	22.071.700,49	24,12	m	1.900	275	14,47
4076	EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL.	1.885.521,00	1.885.517,14	100,00	UNIDADE	55	41	74,55
TOTAL		**497.867.328,00**	**352.193.933,27**	**70,74**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS

QUADRO 179 – FINALÍSTICO - 0080

PROGRAMA - CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	
Objetivo:	MANTER A MALHA VIÁRIA DO ESTADO EFICIENTE, OFERECENDO PROTEÇÃO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO A TRAFEGABILIDADE E FACILITANDO O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO COM CUSTOS MENORES E OFERECER APOIO E COOPERAÇÃO AOS MUNICÍPIOS E OUTRAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE MANTER A MALHA VIÁRIA ESTADUAL EM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE, UMA VEZ QUE SÃO ELEVADOS OS INVESTIMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS, ALÉM DA CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE MANTER A MALHA VIÁRIA COLETORA.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS RODOVIAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RODOVIA CONSERVADA	EXTENSÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS ATENDIDAS / EXTENSÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS	39,59	jun/07	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1169	MELHORAMENTO DAS ESTRADAS VICINAIS.	0,00	0,00	0,00	km	500	0	0,00
3038	RESTAURAÇÃO DAS RODOVIAS EXISTENTES.	986.311,00	986.309,86	100,00	km	60	0	0,00
3039	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO.	144.018,00	144.018,00	100,00	km	100	21	21,00
4077	CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS EXISTENTES.	64.073.846,00	63.612.217,92	99,28	km	400	848,49	212,12
4078	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**65.204.175,00**	**64.742.545,78**	**99,29**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins - DERTINS

QUADRO 180 – FINALÍSTICO - 0081

PROGRAMA - SEGURANÇA RODOVIÁRIA	
Objetivo:	VIABILIZAR JUNTO À POLÍCIA MILITAR FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO PARA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL; CONSTRUÇÃO, REFORMA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E DO BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL; AÇÕES QUE POSSIBILITEM A FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO, SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA E GARANTIR A SEGURANÇA NECESSÁRIA AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS ESTADUAIS.
Justificativa:	FAZ-SE NECESSÁRIA A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PARA ASSEGURAR A DURABILIDADE DAS RODOVIAS COM CONTROLE DE PESO ATRAVÉS DAS BALANÇAS RODOVIÁRIAS, A SEGURANÇA RODOVIÁRIA POR MEIO DE FISCALIZAÇÃO DAS DIMENSÕES DOS VEÍCULOS DE GRANDE PORTE ATRAVÉS DAS AUTROIZAÇÕES ESPECIAIS DE TRÂNSITO, SEGURANÇA DOS USUÁRIOS COIBINDO O TRÁFEGO DE VEÍCULOS IRREGULARES, EXCESSO DE VELOCIDADE E DEMAIS INFRAÇÕES NAS RODOVIAS ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.
Estratégia:	CONSTRUÇÃO DOS POSTOS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MOTOS, AQUISIÇÃO DE CONTROLADORES DE ALCOOLEMIA, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE COMUNICAÇÃO, LOCAÇÃO DE RADARES, CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TREINAMENTO E CUSTEIO DE PESSOAL E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE POSTOS EM FUNCIONAMENTO	POSTOS EXISTENTES/ POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA EM FUNCIONAMENTO	0	jun/07	26

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3040	CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E DA SEDE DO BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
3041	CONSTRUÇÃO DE BASES PARA BALANÇAS RODOVIÁRIAS MÓVEIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
4079	SEGURANÇA RODOVIÁRIA.	209.098,00	208.293,87	99,62	UNIDADE	187	20	10,70
4080	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DOS POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	25	0	0,00
TOTAL		**209.098,00**	**208.293,87**	**99,62**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins - DERTINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
714.142.537,00	522.141.539,41	73,11	192.000.997,59

3.2.1.12 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO

O Decreto n.º 324, de 18 de setembro de 1.996, criou o programa Banco da Gente; o Decreto n.º 325, de 18 de setembro de 1.996, criou o Programa Social Divino Espírito Santo e o Decreto n.º 711, de 05 de janeiro de 1.999, incorpora o programa Banco da Gente ao Programa Social Divino Espírito Santo e, posteriormente, a Lei n.º 983, de 09 de maio de 1.999, que criou o Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO - com o Decreto n.º 2.721, de 18 de abril de 2.006, que dispõe sobre a estrutura do PRODIVINO; o Decreto n.º 1.693, de 20 de janeiro de 2.003, e o Decreto n.º 864, de 14 de novembro de 1.999, que regulamenta a Lei n.º 856, de 25 de junho de 1.996, que diz que o PRODIVINO é o gestor do FUNDES.

O objetivo desta entidade dotada de personalidade jurídica autárquica da Administração Indireta do Governo Estadual consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado, recursos para micro-créditos e empréstimos aos funcionários públicos estadual para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições deste Instituto foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 01 programa de Apoio Administrativo e 01 de

Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 4.215.759,00** e os recursos gastos somaram **R$ 4.055.599,85** com percentual de execução de **96,20%**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 181 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	545.388,00	482.191,27	88,41	63.196,73
Manutenção dos Serviços de Transportes	51.810,00	42.082,79	81,23	9.727,21
Manutenção de Recursos Humanos	2.661.636,00	2.624.870,32	98,62	36.765,68
Ações de Informática	953.925,00	905.905,84	94,97	48.019,16
TOTAL	**4.212.759,00**	**4.055.050,22**	**96,26**	**157.708,78**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO

QUADRO 182 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	3.000,00	549,63	18,32	2.450,37
TOTAL	**3.000,00**	**549,63**	**18,32**	**2.450,37**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
4.215.759,00	4.055.599,85	96,20	160.159,15

3.2.1.13 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU

A Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Tocantins – AHDU/TO, instituída pela Lei n.° 1.226, de 06 de junho de 2.001, posteriormente revogada pela Lei n.° 1.757, de 02 de janeiro de 2.007, é autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de Direito Público, tendo como finalidade a implementação das políticas de habitação e desenvolvimento urbano do Estado do Tocantins, integradas e abrangentes, compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I- a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II- a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III- fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV- operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V- organização de banco de dados sobre habitação.

Sua missão está pautada na gestão eficiente do Tesouro Imobiliário do Estado, beneficiando a toda população.

O principal objetivo da gestão imobiliária é assegurar a administração, manutenção, guarda e disponibilização legal do patrimônio imóvel do Estado do Tocantins, aproveitado estrategicamente em função das macrodiretrizes nacional e estadual, fundamentado na melhoria da qualidade de vida coletiva e gestão eficiente das cidades.

As atribuições da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 01 programa de Apoio Administrativo e 01 programa Finalístico, sendo que para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 14.392.874,00**, com execução de **R$ 4.251.680,95**, que corresponde a **29,54%** desse montante, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 183 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Manutenção dos Serviços de Transportes	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
Manutenção de Recursos Humanos	92.874,00	92.872,00	100,00	2,00
Ações de Informática	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL	**282.874,00**	**92.872,00**	**32,83**	**190.002,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano – AHDU

QUADRO 184 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA

	MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTAR A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO URBANA E RURAL NO ESTADO DO TOCANTINS	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DAS FAMILIAS TOCANTINENSE / REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICIPIOS	60	jun/06	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4252	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO.	8.800.000,00	4.026.938,47	45,76	m²	352	76	21,59
4253	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO / TERRA NUA.	5.310.000,00	131.870,48	2,48	m²	220	48	21,82
TOTAL		**14.110.000,00**	**4.158.808,95**	**29,47**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano – AHDU

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
14.392.874,00	4.251.680,95	29,54	10.141.193,05

3.2.1.14 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV

A partir da Lei nº 1.434, de 10 de fevereiro de 2004, publicada no Diário Oficial do Estado nº 1.625, de 18 de fevereiro de 2004, instituiu o IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins.

A Lei 1.614/2005 altera a Lei nº 1.246/2001, especificamente no que diz respeito as reformas previdenciárias instituídas pelas Emendas Constitucionais nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 e nº 47/2005, de 5 de julho de 2005.

Mais recente, foi publicada a Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, a qual é de grande relevância, uma vez que reorganizou a estrutura operacional deste Instituto, recompondo os Conselhos de Administração e Fiscal de forma paritária, e reestruturou a Diretoria Executiva, suas diretorias e coordenações.

Quanto a execução orçamentária não houve destinação de recursos para esta Unidade Gestora, sendo todas as suas atividades desenvolvidas por meio do Fundo Previdenciário do Tocantins – FUNPREV.

3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS

3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins, entidade de direito público, com prazo de duração indeterminada, criada pela Lei n.º 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi aprovado através do Decreto n.º 1.466, de 04 de abril de 2002, publicados no Diário Oficial n.º 1.161, datados também de 04 de abril de 2002.

Tem por missão, fomentar, planejar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, mediante recursos públicos bem como estabelecer parcerias através de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica cultural com entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais.

As atribuições da Fundação Cultural foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas num único programa Finalístico – Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 22.250.899,00**, com execução de **92,93%**, ou seja, **R$ 20.677.540,44**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 185 – FINALÍSTICO – 0006

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS	
Objetivo:	POSSIBILITAR, ESTIMULAR E DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS EM TODO O ESTADO DO TOCANTINS VISANDO A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E ACESSO AOS BENS CULTURAIS. VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES DAS EXPRESSÕES CULTURAIS DO ESTADO E ESTÍMULO AO INTERCÂMBIO ENTRE OS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES. PROMOÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA E FORTALECIMENTO DAS BASES CULTURAIS DE SUSTENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO TOCANTINS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE DEMOCRATIZAR A CULTURA E POSSIBILITAR AO PÚBLICO ALVO O ACESSO AOS BENS CULTURAIS DO ESTADO.
Estratégia:	REALIZAÇÃO DE PROJETOS QUE CONTEMPLEM O ESTÍMULO, O ESTUDO, A PESQUISA, O REGISTRO E A DOCUMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA VIABILIZAR AÇÕES NAS ÁREAS DE: LIVRO E LEITURA, ARTES CÊNICAS E O CIRCO, ARTES VISUAIS E AUDIOVISUAIS, MÚSICA CLÁSSICA E ERUDITA, ARTE POPULAR, PATRIMÔNIO TANGÍVEL, IMATERIAL E MEMÓRIAS COLETIVAS, INVESTIGAÇÃO, PESQUISA E DIAGNÓSTICOS, DIFUSÃO CULTURAL, CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
RELATÓRIO SEMESTRAL	NÚMERO DE ARTESÕES ATENDIDOS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3087	REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATIVIDADE - PROGRAMA MONUMENTA.	1.852.659,00	836.495,83	45,15	UNIDADE	30	22	73,33
3088	FESTIVAL CULTURAL DO SERVIDOR PÚBLICO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	0	0	0,00
4216	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.	673.115,00	600.751,08	89,25	PORCENTAGEM	100	100	100,00
4217	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES.	275.582,00	275.580,67	100,00	UNIDADE	14	14	100,00
4218	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.	3.047.612,00	3.046.694,82	99,97	PORCENTAGEM	100	100	100,00
4219	MANUTENÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO.	88.559,00	88.488,22	99,92	PORCENTAGEM	100	100	100,00
4220	DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARTESANAIS.	483.305,00	423.657,82	87,66	UNIDADE	26	25	96,15
4221	PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS INDÍGENAS.	145.066,00	66.769,80	46,03	UNIDADE	61	29	47,54
4222	CIRCULAÇÃO DO PROJETO BR ARTE E CULTURA.	2.413.220,00	2.382.649,84	98,73	UNIDADE	25	25	100,00
4223	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.	494.197,00	260.226,41	52,66	UNIDADE	51	30	58,82
4224	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS.	1.004.927,00	1.004.908,62	100,00	UNIDADE	57	57	100,00
4225	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ARTES CÊNICAS.	250.000,00	199.867,37	79,95	UNIDADE	9	8	88,86
4226	INCENTIVO AS ARTES VISUAIS DO TOCANTINS.	166.444,00	146.378,49	87,94	UNIDADE	24	21	87,50
4227	MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS.	7.800,00	7.115,20	91,22	UNIDADE	22	20	90,90
4228	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA MÚSICA.	11.348.413,00	11.337.955,97	99,91	UNIDADE	175	175	100,00
TOTAL		**22.250.899,00**	**20.677.540,44**	**92,93**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Fundação Cultural do Estado do Tocantins

3.2.2.2 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foi criada em setembro de 2001 pela Lei n.° 1.243 e publicada do Diário Oficial do Estado n.° 1.080, de 11 de setembro de 2001. A partir de então, as seguintes legislações compõem o histórico legal da instituição:

- Lei Complementar n.° 31, de 04 de abril de 2002, dispõe sobre a Fundação de Medicina Tropical, revogando a Lei n.° 1.243/2001;
- Lei Complementar n.° 49, de 02 de janeiro de 2007, que altera a Lei Complementar n.° 31/2002;
- Decreto n.° 1.669, de 27 de dezembro de 2002, que aprova o Estatuto da Fundação de Medicina Tropical;
- Decreto n.° 3.230, de 04 de dezembro de 2007, que altera o Estatuto da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins tem a finalidade de promover políticas, estratégias, estudos, pesquisas, ações, intercâmbio científico e projetos que visem à prevenção, ao tratamento e à erradicação de doenças tropicais infecto-contagiosas. A sua missão é desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltadas ao conhecimento em medicina tropical, suas

relações com a sociedade, o ambiente e o saber tradicional, proporcionando apoio estratégico ao sistema de saúde.

No âmbito de sua atuação, compete à Fundação:

I. implementar, promover, custear e subvencionar:

a) o acompanhamento da execução de projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares;

b) as atividades de ensino de pós-graduação e educação continuada;

c) as pesquisas sobre novas técnicas de prevenção e combate às doenças infecto-contagiosas ou de aprimoramento das já existentes;

d) os intercâmbios de informações, técnicas, experiências científicas e resultados com vistas à prevenção e ao combate de doenças infecto-contagiosas;

e) as realizações de congressos, encontros e seminários;

f) as publicações de material didático e de resultados de pesquisas científicas executadas pela Fundação ou por terceiros;

g) a concessão de bolsa de estudo ou de pesquisas no Brasil e no exterior.

II. prestar assessoria técnico-científica a órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, dos demais Estados, da União, do Distrito Federal e dos Municípios e a entidades de direito privado;

III. contratar professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros;

IV. produzir e distribuir produtos fitoterápicos e derivados;

V. firmar parcerias com entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras.

As atribuições da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em um único programa Finalístico - Informação em Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 35.000,00**, com execução de **35,99%**, ou seja, **R$ 12.597,96**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 186 – FINALÍSTICO – 0005

PROGRAMA – INFORMAÇÃO EM SAÚDE	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; PROPORCIONAR ECONOMICIDADE E QUALIDADE AO TRABALHO DA FMT, PELA CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA REGIÃO PELA DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS, GARANTINDO A RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIAR E DIVULGAR AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAR, CAPACITAR, DESENVOLVER E FORTALECER O CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; AVALIAR COM OS DEMAIS SETORES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS OS PROGRAMAS, AÇÕES, TECNOLOGIAS E SITUAÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. NECESSIDADE DE CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FORUNS E SEMINARIOS; DE RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; DE APOIO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO DE INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, LICITAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS, REALIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS; RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIO E DIVULGAÇÃO (BOLETINS TÉCNICO-CIENTÍFICO, BOLETINS COMUNITÁRIOS, VÍDEOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS) DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PORCENTAGEM DE METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO	METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE _____ X 100 TOTAL DE METAS FÍSICA EM UNIDADES PLANEJADAS DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	80	31/12/2008	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4295	TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO.	35.000,00	12.597,96	35,99	UNIDADE	5	4	80,00
TOTAL		**35.000,00**	**12.597,96**	**35,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS

3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMCB

O Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB, tem por aporte a Taxa de Serviço de Bombeiros – TSB, criada pela Lei nº 1.754/2006, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia prestado pelos órgãos da administração do Corpo de Bombeiros Militar ao contribuinte ou posto à sua disposição, que exija vistoria, análise, aprovação de projetos, atividade preventiva, visando a

preservação de vidas, de patrimônio ou da ordem pública, bem como outros serviços prestados pela corporação de bombeiros, e é instituído pela Lei nº 1.755/2006, destinado a prover a corporação de materiais permanentes, equipamentos, reequipamento e de instalações operacionais e a atender despesas de custeio.

As atribuições do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Modernização e Aparelhamento Contra Sinistros. Para essas ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 906.000,00**, com execução de **R$ 517.027,14**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 187 – FINALÍSTICO - 0103

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO CONTRA SINISTROS	
Objetivo:	PROVER O CBMTO COM VIATURAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES FÍSICAS E PROMOVER A AMPLIAÇÃO DO EFETIVO E ASCENSÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL.
Justificativa:	O ENFRENTAMENTO A SINISTROS NO TOCANTINS TEM SE DESENCADEADO DE FORMA CONTUNDENTE, PRINCIPALMENTE COM O RECRUDESCIMENTO DAS SECAS, QUEIMADAS E DAS INUNDAÇÕES PROVOCADOS PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS A NÍVEL GLOBAL. AO CORPO DE BOMBEIROS COMPETE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DA ORDEM E DA SALUBRIDADE PÚBLICAS, SENDO CONTEMPLADO COM UM RAZOÁVEL APORTE DE RECURSOS ORIUNDOS DO TESOURO ESTADUAL E FEDERAL, PROPICIANDO O DESENVOLVIMENTO DE DIVERSAS AÇÕES, PORÉM DE FORMA AINDA INSUFICIENTE. DESSA FORMA, O FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CBMTO, TRADUZ-SE NUM INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA CORPORAÇÃO, PROPICIANDO A OTIMIZAÇÃO DO APARELHAMENTO E MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO E AMPLIANDO SUA CAPACIDADE DE PREVENÇÃO E RESPOSTA FRENTE ÀS SUAS DEMANDAS OPERACIONAIS, DE SALVAMENTO, RESGATE, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E DESASTRES, DESCENTRALIZANDO, AINDA, O SEU ATENDIMENTO ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO E ASCENSÃO DO SEU CONTINGENTE PROFISSIONAL.
Estratégia:	MAXIMIZAR A CAPACIDADE DE PREVENÇÃO E RESPOSTAS A SINISTROS, MEDIANTE A AMPLIAÇÃO DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS, POR VIA DE CONCURSOS PÚBLICOS; ASCENSÃO PROFISSIONAL, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE SELEÇÕES INTERNAS; E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE MONTAGEM DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, COM DISPENSA, INEXIGÊNCIA OU REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4237	REAPARELHAMENTO DO CBMTO.	400.000,00	227.126,12	56,78	UNIDADE	264	364	137,87
4238	MANUTENÇÃO DO CBMTO.	200.000,00	85.489,02	42,74	UNIDADE	362	373	103,00
4239	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.	300.000,00	200.912,00	66,97	PESSOAS	1	1	100,00
4240	PROMOÇÃO E ASCENSÃO DE CARREIRA PROFISSIONAL.	6.000,00	3.500,00	58,33	PESSOAS	41	41	100,00
TOTAL		**906.000,00**	**517.027,14**	**57,07**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO

3.2.3.2 FUNDO ESPECIAL DE COMBATE AS CAMALIDADES PÚBLICAS

O Fundo Especial de Combate as Calamidades Públicas destina-se ao atendimento da despesa total ou parcial com o planejamento e a

promoção da defesa permanente contra as calamidades públicas. De acordo com a definição estabelecida pela Lei nº 1.528, de 22 de dezembro de 2004, estado de calamidade pública é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocado por desastres que causem graves danos à comunidade, afetando a vida e a incolumidade pública.

As atribuições do Fundo Especial de Combate as Calamidades Públicas foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico - Prevenção e Atendimento a Sinistros e Emergências. Para estas ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 98.224,00**, com execução de **R$ 97.691,01**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 188 – FINALÍSTICO - 0110

PROGRAMA - PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS	
Objetivo:	REDUZIR A DEMANDA REPRIMIDA DE ATENDIMENTO DE SINISTROS E EMERGÊNCIAS E MINIMIZAR OS EFEITOS DOS DESASTRES.
Justificativa:	O ESTADO DE TOCANTINS TEM CRESCIDO ACENTUADAMENTE, TANTO EM TERMOS POPULACIONAIS QUANTO ECONÔMICOS. NO ENTANTO, ALIADO A ESTE CRESCIMENTO, TEM SURGIDO PROBLEMAS EM MESMA PROPORÇÃO, AUMENTANDO OS RISCOS E CONSEQUENTEMENTE A DEMANDA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS E DE DESASTRES. COMO À DEFESA CIVIL E AO CORPO DE BOMBEIROS, CABE A PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO, RESPOSTA E ARTICULAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS AFETADOS (ACIDENTES DE TRÂNSITO, SECA, ESTIAGEM, VENDAVAIS, E OUTROS DE NATUREZA SOCIAL), É PREMENTE A NECESSIDADE DE AÇÕES QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA A DIMINUIÇÃO DOS RISCOS.
Estratégia:	1 - PROMOVER O FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL, ATRAVÉS DE REVITALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE SUB-UNIDADES DESTE SISTEMA; 2 - PROMOVER AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL; 3 - PROMOVER PLANEJAMENTOS CONTINGENCIAIS; 4 - PROMOVER LEVANTAMENTO DE VULNERABILIDADES E MAPEAMENTO DE RISCOS, 5 - DESENVOLVER UM SISTEMA DE MONITORAMENTO. A EXECUÇÃO SERÁ COM RECURSOS ORDINÁRIOS E DE CONVÊNIOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4234	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL.	44.765,00	44.763,40	100,00	UNIDADE	81	413	509,87
4235	PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AOS DESASTRES.	25.399,00	24.867,61	97,91	UNIDADE	10.000	8.000	80,00
4236	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO.	28.060,00	28.060,00	100,00	UNIDADE	34	18	52,94
TOTAL		**98.224,00**	**97.691,01**	**99,46**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Especial de Combate às Calamidades Públicas

3.2.3.3 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES

O FUNDES foi criado pela Lei n.° 867 de 16 de outubro de 1.996, posteriormente revogada pela Lei nº 1.197, de 13 de dezembro de 2000. A Lei n.° 1.271, de 04 de dezembro de 2001, determina que o Presidente do Prodivino é o gestor do FUNDES.

Sendo o FUNDES gerido pelo presidente do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO, considera-se como sua missão principal a concessão de empréstimos pessoal e financiamento de unidades habitacionais aos servidores públicos estadual.

Considera-se ainda a concessão de microcréditos ao setor informal, objetivando inclusive, possibilitar este setor a formalização de sua atividades.

Os recursos disponibilizados no FUNDES, financiam também empreendimentos de maiores vultos, sobretudo na área de agronegócios, possibilitando o incremento das atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 03 programas finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 13.606.990,00**, com execução de **R$ 3.169.986,55**, como demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 189 – FINALÍSTICO - 0016

PROGRAMA - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	
Objetivo:	VIABILIZAR RECURSOS FINANCEIROS AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, CONCEDENDO EMPRÉSTIMO E FINANCIANDO A AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.
Justificativa:	EVITAR QUE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL CONTRAIAM EMPRÉSTIMOS A JUROS ALTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CRÉDITO E AGIOTAGEM, E MINIMIZAR O ELEVADO NÚMERO DE SERVIDORES DESPROVIDOS DE CASA PRÓPRIA E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA.
Estratégia:	* AS PROPOSTAS DE EMPRÉSTIMO DEVERÃO SER PLEITEADAS JUNTO AOS RECURSOS HUMANOS DO ÓRGÃO ONDE OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL (EFETIVO E COMISSIONADO) SÃO LOTADOS, E OS RH'S ENVIARÃO AO INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO. * A ANÁLISE E CONCESSÃO DOS EMPRÉSTIMOS FICARÃO A CARGO DA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO PRODIVINO. * SÃO REQUISITOS BÁSICOS PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, O SERVIDOR QUE TENHA 12 MESES DE PROVIMENTO NO CARGO E SUA MARGEM CONSIGNÁVEL ABSORVA O VALOR DAS PARCELAS DO EMPRÉSTIMO PLEITEADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
DÉFICIT HABITACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL	(NÚMERO DE SERVIDORES COMTEMPLADOS / NÚMERO DE SERVIDORES CADASTRADOS) X 100	66,7	1° SEM. 2003	70
TAXA DE SERVIDORES CONTEMPLADOS	(TOTAL DE SERVIDORES CONTEMPLADOS / TOTAL DE SERVIDORES SOLICITANTES) X 100	98,6	2008	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4179	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	2.000.000,00	598.250,00	29,91	UNIDADE	2.350	141	6,00
4180	FINANCIAMENTO A AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.	31.000,00	346,18	1,12	UNIDADE	400	0	0,00
TOTAL		**2.031.000,00**	**598.596,18**	**29,47**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

QUADRO 190 – FINALÍSTICO - 0017

PROGRAMA - BANCO DA GENTE	
Objetivo:	VIABILIZAR RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, APOIANDO FINANCEIRAMENTE OS MICRO PRODUTORES URBANOS E RURAIS, ASSISTINDO O CRÉDITO.
Justificativa:	A FALTA DE CAPITAL FINANCEIRO PARA ATENDER NECESSIDADES DE INVESTIMENTO E CAPITAL DE GIRO, É MOTIVO DE MUITOS PEQUENOS NEGÓCIOS NÃO INICIAREM OU SE DESENVOLVEREM. ESTE PROGRAMA VISA ATENDER PEQUENOS EMPREENDEDORES INCENTIVANDO A CRIAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E ACOMPANHANDO O EMPREENDEDOR DESDE A CONCESSÃO ATÉ A QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO.
Estratégia:	* CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO A PROJETOS DE PEQUENOS EMPREENDEDORES FORMAIS E INFORMAIS, ONDE O PROPONENTE APRESENTARÁ PROPOSTA PARA ANÁLISE AOS AGENTES DE CRÉDITO LOCAIS. * A EXECUÇÃO DO PROGRAMA FICA A CARGO DO INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DO BANCO DA GENTE. * O PRODIVINO CONTARÁ COM AGENTES E GERENTES SUPERVISORES PARA CAPTAÇÃO DAS PROPOSTAS, ANÁLISE E CONCESSÃO DO CRÉDITO, E AINDA, COM APOIO DO PARCEIRO RURALTINS QUE EMITIRÃO PARECERES E PROJETOS TÉCNICOS DE VIABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS JÁ INSTITUÍDOS EM SUAS AÇÕES. * O MONITORAMENTO SERÁ EXECUTADO ATRAVÉS DO CONCEITO DE "MICRO CRÉDITO ASSISTIDO", OU SEJA, OS AGENTES DE CRÉDITO E OS GERENTES REGIONAIS ACOMPANHARÃO OS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS DESDE SUA CONCESSÃO À LIQUIDAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO	(TOTAL DE FINANCIAMENTOS LIBERADOS / TOTAL DE FINANCIAMENTOS SOLICITADOS) X 100	75,9	2008	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3082	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES GERENCIAIS REGIONAIS DO BANCO DA GENTE.	10.000,00	5.802,00	58,02	UNIDADE	4	1	25,00
4181	MONITORAMENTO DO PROJETO EMPREENDEDOR FINANCIADO.	56.789,00	5.078,50	8,94	UNIDADE	744	372	50,00
4182	FINANCIAMENTO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E UNIDADE AGROINDUSTRIAL PRODUTIVA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
4183	VISTORIA DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS FINANCIADOS.	17.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	257	0	0,00
4184	APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO DE EMPREENDEDORES DO SETOR PRODUTIVO.	10.992.247,00	2.560.509,87	23,29	UNIDADE	4.240	763	18,00
4185	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**11.076.036,00**	**2.571.390,37**	**23,22**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

QUADRO 191 – FINALÍSTICO - 0034

PROGRAMA - INCLUSÃO PRODUTIVA	
Objetivo:	CRIAR OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA DE FORMA SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DE UNIDADES PRODUTIVAS PARA PESSOAS E FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA PRIORITARIAMENTE AS ASSISTIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS.
Justificativa:	NO TOCANTINS, MAIS DE 80% DOS MUNICÍPIOS POSSUI POPULAÇÃO INFERIOR A 10.000 HAB, DESSAS PESSOAS, 5,88% RECEBEM ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO DE RENDA MENSAL E 21,42% NÃO POSSUEM RENDIMENTOS (IBGE/PNAD/2000). CONTRARIANDO ESTA REALIDADE SOCIAL CONSTATADA, O ESTADO POSSUI RICO POTENCIAL PRODUTIVO QUE NECESSITA SER EXPLORADO E RACIONALIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DESSAS COMUNIDADES CARENTES. A ESCASSEZ DE EMPREGO E RENDA GERA FORTE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO PODER PÚBLICO, TORNANDO-SE COMUNS PEDIDOS DE CESTAS BÁSICAS, PASSAGENS, REMÉDIOS E OUTRAS SOLICITAÇÕES. DAÍ, A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA, MINIMIZANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL BEM COMO A DESONERAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS TENDO COMO CRITÉRIO DE ELEGEBILIDADE A VOCAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS, DE FORMA DIRETA, TENDO COMO PARCEIROS AS PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES AFINS, ENTRE OUTROS. OS MESMOS FARÃO A TRIAGEM DAS FAMÍLIAS A SEREM CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA, SENDO QUE O CRITÉRIO DE INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS ELABORADO A PARTIR DOS ÍNDICES OFICIAIS QUE MEDEM O NÍVEL DE POBREZA E RESPECTIVO GRAU DE RISCO SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS E IMPLEMENTADAS EM RELAÇÃO AS METAS	(TOTAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS X 100) DIVIDIDO PELA META ESTIPULADA	16	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4186	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO A EMPREENDEDOR ASSISTIDO POR PROGRAMA SOCIAL.	499.954,00	0,00	0,00	UNIDADE	348	0	0,00
TOTAL		499.954,00	0,00	0,00	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
13.606.990,00	3.169.986,55	23,30	10.437.003,45

3.2.3.4 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM

O referido Fundo foi criado ainda em 2000, sendo que somente no exercício de 2002 iniciou sua execução. Em 2005 foi contemplada a ação de Aparelhamento da Polícia Militar, tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública, que possibilitaram à Instituição promover a satisfação do cidadão tocantinense com um alto índice de sensação de segurança, motivado pela melhoria da qualidade em serviços prestados pela corporação, qualidade essa que foi alcançada através do aparelhamento adquirido, visando à modernização e o aumento operacional de sua atuação frente à sociedade.

As atribuições desse Fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Polícia Militar na Defesa Social. Para esse programa foram autorizados recursos no montante de **R$ 1.747.120,00**, cuja execução está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 192 – FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM

	DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	A AÇÃO SERÁ IMPLEMENTADA ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, OBJETIVANDO INTEGRAR AS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA E TRANQÜILIDADE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ROUBOS A MÃO ARMADA	N° ROUBOS A MÃO ARAMADA / POPULAÇÃO TOTAL ESTADO X 100	0.0192	set/07	0
ROUBOS A ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Nº ROUBOS EM ESTABELECIMENTO / TOTAL DE ESTABELECIMENTO NO ESTADO * 100	0,3929	set/07	0,01
ÍNDICE DE HOMÍCIDIOS	Nº HOMÍCIDIOS / POPULAÇÃO TOTAL ESTADO * 100	0,00968	set/07	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4229	APARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR.	1.000.000,00	62.703,31	6,27	UNIDADE	420	31	7,38
4230	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR.	747.120,00	461.770,02	61,81	UNIDADE	442	295	66,74
TOTAL		**1.747.120,00**	**524.473,33**	**30,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Modernização da Polícia Militar

3.2.3.5 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas por meio de uma ação estruturada no programa finalístico "Polícia Militar na Defesa Social", conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 193 – FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	A AÇÃO SERÁ IMPLEMENTADA ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, OBJETIVANDO INTEGRAR AS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA E TRANQÜILIDADE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ROUBOS A MÃO ARMADA	Nº ROUBOS A MÃO ARMADA / POPULAÇÃO TOTAL ESTADO X 100	0.0192	set/07	0
ROUBOS A ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Nº ROUBOS EM ESTABELECIMENTO / TOTAL DE ESTABELECIMENTO NO ESTADO * 100	0,3929	set/07	0,01
ÍNDICE DE HOMÍCIDIOS	Nº HOMÍCIDIOS / POPULAÇÃO TOTAL ESTADO * 100	0,00968	set/07	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4215	FORNECIMENTO DE FARDAMENTO.	948.147,00	948.146,30	100,00	UNIDADE	50.000	27.935	55,87
TOTAL		**948.147,00**	**948.146,30**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Fardamento da Polícia Militar

3.2.3.6 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA

A Lei nº 1.260, de 18 de outubro de 2001, criou o Fundo Estadual de Modernização Jurídica, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado, com recursos destinados a financiar as atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima; através da organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas; organização e elaboração de coletânea de artigos e jurisprudências; divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial; promoção do intercâmbio com entidades públicas e privadas; aquisição de revista e demais elementos de estudos e outras consoante ao Art. 1º da referida Lei.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de serviços ao Estado - Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado. Para este programa foram autorizados recursos no valor de **R$ 260.000,00,** com execução de **R$ 94.014,69**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 194 - SERVIÇO AO ESTADO - 0015

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO	
Objetivo:	VIABILIZAR A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO ESTADO, INCLUINDO OS SEUS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, PROMOVENDO-LHES A DEFESA EM QUALQUER JUÍZO OU INSTÂNCIA, ORIENTANDO-OS QUANTO AOS INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS ADEQUADOS À SOLUÇÃO DE PROBLEMAS A ELES ATINANTES, ALÉM DE PROMOVER A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO.
Justificativa:	O ESTADO ATRAVÉS DE SEUS ÓRGÃOS É, CONSTANTEMENTE, ACOMETIDO DE UM GRANDE NÚMERO DE PROCESSOS NA ÁREA JURÍDICA, CARECENDO, PORTANTO, DA REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, NA PESSOA DO PROCURADOR GERAL JUNTAMENTE COM OS DEMAIS PROCURADORES QUE LHE ASSESSORAM, SEM A QUAL O ESTADO SOFRERIA DANOS MATERIAIS, PATRIMONIAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS, UMA VEZ QUE AS AÇÕES CORRERIAM A REVELIA, TORNANDO-SE INVIÁVEL A ADMINISTRAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DAS COORDENADORIAS DESTA PROCURADORIA, COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO ESTADO. APESAR DE TER AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO, EXISTEM PROJETOS COM TEMPO DETERMINADO DE IMPLANTAÇÃO. O PROJETO DE DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DIVISÓRIOS DO ESTADO SERÁ IMPLEMENTADO PELO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE PROCESSOS AGILIZADOS	NÚMERO PROCESSOS AGILIZADOS / TOTAL PROCESSOS AJUIZADOS X 100	80	31/12/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4060	ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA PGE.	70.000,00	1.156,80	1,65	UNIDADE	1	1	100,00
4061	DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS JURÍDICAS.	49.600,00	11.980,00	24,15	UNIDADE	800	800	100,00
4062	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NA PGE.	96.400,00	71.017,89	73,67	UNIDADE	30	30	100,00
4063	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JOAQUIM C. LIMA.	44.000,00	9.860,00	22,41	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**260.000,00**	**94.014,69**	**36,16**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Modernização Jurídica

3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Em 20 de Setembro de 2001, instituída pela Lei nº 1.250, foi criado o Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos – FID, vinculado a Secretaria da Cidadania e Justiça destinada a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa dos interesses difusos, sendo dirigente o chefe do Poder Executivo ao qual o órgão se vincula, na qualidade de Presidente.

A Lei Estadual nº 1.482 de 29 de junho de 2004, alterou a Lei nº 1.250, de 20 de setembro de 2001, do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos – FID o qual passou a denominar-se **Fundo Estadual de Defesa do Consumidor**, destinando-se a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e harmonia na relação de consumo, mantendo inalterado, os demais artigos da Lei anterior.

O Fundo Estadual de Defesa do Consumidor destina-se a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e da harmonia na relação de consumo, sobretudo quanto financiamento de programas e projetos de conscientização, proteção e defesa do consumidor, aquisição de equipamentos e materiais, treinamento de servidores, promoções e eventos relativos à educação, pesquisa e divulgação de informações do interesse do consumidor, edição de material técnico-educativo e implantação dos Núcleos Regionais de Defesa do Consumidor;

Em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 1.250 de 20 de setembro de 2001, constituem receitas do referido fundo:

I - o produto:

a) das condenações judiciais de que tratam os arts. 11 e 13 da Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985;

b) da indenização prevista no art. 100 da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990;

II - os valores destinados ao Estado em virtude da aplicação da multa:

a) administrativa, no âmbito da defesa do consumidor e da harmonia da relação de consumo;

a) administrativa, no âmbito da defesa dos interesses difusos;

b) estabelecida no art. 57 da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990;

c) oriunda do descumprimento de:

1. decisão judicial proferida em matéria de direito do consumidor;

2. obrigação assumida em ajustamento de conduta;

III - as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;

IV - as doações, legados e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, desde que destinadas especificamente ao FID;

V - os recursos provenientes de convênios e acordos firmados pela Secretaria da Justiça em matérias desta Lei;

VI - as transferências do Fundo Federal de Defesa do Consumidor e do Fundo Nacional dos Direitos Difusos.

Todos os recursos do Fundo são geridos pelo seu Conselho Gestor que é presidido pelo Secretário da Cidadania e Justiça e composto por um representante da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público Estadual, e do Conselho das Associações de Moradores de Palmas - CONAM.

As atribuições do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 1.626.500,00,** com execução de **R$ 806.580,40,** conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 195 – FINALÍSTICO - 0106

PROGRAMA - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	
Objetivo:	PRESTAR AOS CONSUMIDORES TOCANTINENSES ORIENTAÇÃO PERMANENTE SOBRE SEUS DIREITOS E GARANTIAS, AMPLIANDO AS AÇÕES DO PROCON-TO.
Justificativa:	GARANTIR A DEFESA DO CONSUMIDOR, PROJETANDO-O CONTRA OS ABUSOS PRATICADOS POR FORNECEDORES DE PRODUTOS E SERVIÇOS.
Estratégia:	MELHORANDO O ATENDIMENTO ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE DEFESA DO CONSUMIDOR, CRIANDO UM BANCO DE DADOS E CADASTRO DE RECLAMAÇÕES ATUALIZADOS, DIVULGANDO AS AÇÕES DO ÓRGÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CONFECCIONANDO MATERIAL EDUCATIVO, AMPLIANDO A FROTA DE VEÍCULOS DO PROCON-TO PARA QUE A FISCALIZAÇÃO POSSA APURAR DENÚNCIAS E EVITAR ABUSOS NAS DIVISAS DO ESTADO.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE RECLAMAÇÕES RECEBIDAS	% SOBRE NUMERO DE RECLAMAÇÕES ANTERIORES	3.359	31/12/2006	25.506

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3092	REALIZAÇÃO DE EVENTOS COMEMORATIVOS E EDUCATIVOS DO PROCON-TO.	128.000,00	58.706,70	45,86	UNIDADE	10	6	60,00
4266	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PROCON-TO.	297.100,00	225.944,62	76,05	PESSOA	160	98	61,25
4267	IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DO PROCON-TO.	894.500,00	449.608,10	50,26	UNIDADE	8	3	37,50
4268	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MOTOS.	209.000,00	5.810,00	2,78	UNIDADE	8	1	12,50
4269	AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.	6.500,00	1.845,48	28,39	UNIDADE	200	26	13,00
4270	CONFECÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E EDUCATIVO.	75.400,00	64.665,50	85,76	UNIDADE	100.000	11.100	11,10
4271	PUBLICAÇÃO DO CADASTRO DE RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS.	16.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	10.000	1.000	10,00
TOTAL		**1.626.500,00**	**806.580,40**	**49,59**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor

3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente foi criado pela Lei Estadual n.º 1.110, de 02 de dezembro de 1999, a qual elencou suas atribuições de gestão e vinculou a Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Em janeiro de 2007, por força do Decreto Estadual nº 2.319 de 03 de janeiro de 2007, houve nova reestruturação na estrutura básica e operacional, vinculando o Fundo Estadual para Criança e Adolescente e o Conselho da Criança e do Adolescente à Secretaria da Cidadania e Justiça.

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente tem como missão planejar, estruturar e executar a Política Estadual de Atenção Integral à Infância e Adolescência, adotando as medidas necessárias à promoção dos direitos e garantias previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, estimular o surgimento de novas maneiras para assegurar os direitos das nossas crianças e adolescentes através da capacitação e da realização de encontros e discussões junto aos Conselhos Municipais e as organizações governamentais e não governamentais de atendimento.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa Socialização e Educação de Crianças e Adolescentes. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 2.350.076,00,** sendo executado o valor de **R$ 1.769.069,35**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 196 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0109

PROGRAMA - SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Objetivo:	GARANTIR A EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES INFRATORES E EGRESSOS E A CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIDORES DO SISTEMA SÓCIO-EDUCATIVO REGIONALIZADOS DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMI-LIBERDADE. ACOMPANHAMENTO DE ADOLESCENTES SÓCIO-EDUCANDOS, ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES DO SISTEMA E RE-INCLUSÃO SOCIAL DOS EDUCANDOS.
Justificativa:	O NÚMERO DE ADOLESCENTES INFRATORES NO ESTADO DO TOCANTINS É CRESCENTE BEM COMO O RETORNO DOS JOVENS EGRESSOS, DESSA FORMA A NÃO COMPLEMENTAÇÃO DO REFERIDO PROGRAMA TRARÁ CONSEQUÊNCIAS SÉRIAS À SOCIEDADE TOCANTINENSE PRINCIPALMENTE COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES INFRATORES TENDO COMO CONSEQUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DAS REFERIDAS AÇÕES A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE.
Estratégia:	APROVEITANDO E AMPLIANDO A ESTRUTURA FÍSICA E MOBILIÁRIA, COLOCANDO EM PRÁTICA TODO INSTRUMENTO LEGAL E PEDAGÓGICO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ADOLESCENTES SÓCIO- EDUCANDO	QUANTIDADE SÓCIO-EDUCANDOS * A PREVISÃO DE CRESCIMENTO DE 70%	58	31/10/2007	484

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3094	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SEMI-LIBERDADE.	957.156,00	581.489,46	60,75	PESSOAS	3	2	66,66
4272	APARELHAR AS UNIDADES SETORIAIS DO PROGRAMA.	523.144,00	375.367,99	71,75	UNIDADE	3	2	66,66
4273	ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EGRESSO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS.	471.613,00	415.246,28	88,05	UNIDADE	150	132	88,00
4274	ALIMENTAÇÃO PARA OS ADOLESCENTES SÓCIO-EDUCANDOS.	398.163,00	396.965,62	99,70	PESSOA	120	119	99,17
TOTAL		**2.350.076,00**	**1.769.069,35**	**75,28**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual da Criança e Adolescente

3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Fundo Estadual dos Direitos da Mulher é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça e tem como principal atribuição a defesa dos direitos da mulher.

Essa atribuição foi desenvolvida por meio de ações estruturadas no programa finalístico Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 236.762,00,** com execução de **R$ 63.329,73,** conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 197 - FINALÍSTICO - 0116

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Objetivo:	COMBATER A VIOLÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS CONTRA A MULHER, ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DOS SEUS DIREITOS, FISCALIZANDO A APLICAÇÃO DA PENAS PREVISTAS EM LEI.
Justificativa:	A VIOLENCIA CONTRA A MULHER ESTÁ PRESENTE NO ESTADO, ENTÃO A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PERMITIRÁ A REDUÇÃO DESTE TIPO DE VIOLENCIA, CAPACITANDO AS CONSELHEIRAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, PROMOVENDO EVENTOS DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO, COMO TAMBÉM A MENUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DO CEDIM.
Estratégia:	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS E MUNICIPAIS; PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIVULGAÇÃO; CONSCIENTIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DOS CEDIM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº DE MULHERES VÍTIMAS DE AGRESSÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA * PERCENTUAL DE CRESCIMENTO PREVISTOS	6.993	31/12/2006	12.884

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4256	PROMOÇÃO DE EVENTOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.	103.200,00	20.847,05	20,20	UNIDADE	5	1	25,00
4257	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA.	93.562,00	42.482,68	45,41	UNIDADE	2	2	100,00
4258	MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER.	10.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4259	CAPACITAÇÃO DAS CONSELHEIRAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.	30.000,00	0,00	0,00	PESSOAS	20	0	0,00
TOTAL		**236.762,00**	**63.329,73**	**26,75**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS

Fundo Estadual Antidrogas era vinculado à Secretaria da Juventude, por meio do Decreto Estadual nº 2.447, de 21 de junho de 2005, passou a ser vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça,

O Conselho e o Fundo Estadual Antidrogas atuam na integração e organização do Estado para a promoção e realização de atividades de prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência.

O Conselho Estadual Antidrogas tem por finalidade:

I – financiar programas e ações de controle, fiscalização, prevenção e repressão ao uso indevido e tráfico de ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem assim daqueles voltados para a recuperação e tratamento de dependentes;

II – custear a execução de convênios ou contratos firmados para este fim;

III – auxiliar entidades que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários e dependentes.

As atribuições do Fundo Estadual Antidrogas foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Tocantins sem Drogas. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 252.825,00**, conforme demonstrado no quadro a abaixo:

QUADRO 198 - FINALÍSTICO - 0108

PROGRAMA - TOCANTINS SEM DROGAS	
Objetivo:	DESENVOLVER AÇÕES QUE FOMENTEM A PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO SOCIAL MASSIVO NO COMBATE À UTILIZAÇÃO DE DROGAS.
Justificativa:	PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E DROGAS QUE CAUSAM DEPENDÊNCIA.
Estratégia:	AS AÇÕES DO PROGRAMA SERÃO EXECUTADAS DE FORMA DIRETA, DE MANEIRA QUE POSSAM ENFRENTAR A OFENSIVA DAS DROGAS, NO QUE SE REFERE AO SEU COMBATE, PREVENÇÃO, REPREENSÃO AO USO INDEVIDO E O OFERECIMENTO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E SUA REINSERÇÃO SOCIAL. PARA ISSO SERÁ INCENTIVADA A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE CONSELHOS MUNICIPAIS ANTIDROGAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE ÀS DROGAS, ENVOLVENDO A SOCIEDADE, A FAMÍLIA E TODOS OS SEGMENTOS ORGANIZADOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE ESTUDANTES USUÁRIOS DE DROGAS	REDUÇÃO PERCETUAL SOBRE ÍNDICE ANTERIOR - (%)	19,80	31/12/2005	16,04

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4279	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS ANTIDROGAS.	100.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	50	0	0,00
4280	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS.	129.700,00	4.700,00	3,62	UNIDADE	9	2	22,22
4281	APOIO TÉCNICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS.	23.125,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0
TOTAL		**252.825,00**	**4.700,00**	**1,86**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual Antidrogas

3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A lei nº 780, de 02 de outubro de 1995, regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual, que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins, que institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, e o Decreto n° 3.460, de 12 de agosto de 2008 dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do poder executivo e adota outras providências.

O Fundo de Ciência e Tecnologia tem como missão institucional fomentar a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesses do Estado; prover o assessoramento aos órgãos e instituições estaduais na elaboração de políticas, planos e programas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; formar, manter e expandir a base técnico-científica do Estado; promover a criação e acionar os mecanismos de fomento necessários à pesquisa e ao desenvolvimento, bem como da difusão de tecnologias existentes e adequadas às condições regionais; promover o desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia do Estado; apoiar a educação e a cultura científico-tecnológica, o treinamento profissional e as atividades de pós-graduação no Estado; promover a interação dos setores de ciência e tecnologia com os de produção; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de informações em ciência e tecnologia no âmbito estadual; autorizar a realização e contratação de estudos prospectivos, diagnósticos e avaliações,

bem como estudos instrumentais de base, para subsidiar a elaboração de políticas, planos e programas de ciência e tecnologia; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades de ciência e tecnologia no Estado; e aprovar a concessão dos incentivos para as atividades de ciência e tecnologia.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Estratégias em CTI, Fomento em CTI, Gestão em CTI e Desenvolvimento da Educação Profissional. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 25.122.214,00**, com execução de **R$ 15.132.957,66**, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 199 – FINALÍSTICO - 0094

PROGRAMA - ESTRATÉGIAS EM C T I	
Objetivo:	DINAMIZAR ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM CTI, CENTRANDO ESFORÇOS NA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA PESQUISA BÁSICA E APLICADA BEM COMO A GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS ÀS CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM UM SISTEMA ESTADUAL DE CTI EM CONSOLIDAÇÃO. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BUSCAM A IMPLEMENTAÇÃO DE DEPARTAMENTOS VOLTADOS PARA CTI, DESTA FORMA É NECESSÁRIO UM PROGRAMA ESTRATEGISTA QUE IMPLANTE E DESENVOLVA A REDE INTERISTITUCIONAL E O PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. O DESENVOLVIMENTO EM CTI DEVE SER ESTRATÉGICO CAPAZ DE SUBSIDIAR O AVANÇO TECNOLÓGICO NOS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO, DETECTANDO DEMANDAS, DESENVOLVENDO PRODUTOS E SUBSIDIANDO AÇÕES GOVERNAMENTAIS.
Estratégia:	OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS EM CTI SERÃO ELABORADOS E IMPLANTADOS DE FORMA MULTISETORIAL E PARTICIPATIVA, ENVOLVENDO A COMUNIDADE TÉCNICA CIENTÍFICA DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO. A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CONTARÁ COM O APOIO TÉCNICO INSTITUCIONAL ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BENEFICIANDO OS DEPARTAMENTOS CRIADOS PARA DAR SUPORTE A CTI. CADA IES DESENVOLVERÁ UMA ESTRUTURA COMPATÍVEL COM SEU QUADRO DE PESQUISADORES E EM CONTRA-PARTIDA O FECT APOIARÁ O INCREMENTO DE CADA IES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3083	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM CTI.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3084	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESTRUTURANTES.	4.910.207,00	900.920,19	18,35	UNIDADE	1	0	0,00
4187	PROMOVER A ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE DOUTORES.	3.268.547,00	310.557,69	9,50	UNIDADE	8	7	87,50
4188	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS.	800.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4189	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL- TODIGITAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	136	0	0,00
4191	IMPLANTAR O PROGRAMA MOMENTO CIÊNCIA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**8.978.754,00**	**1.211.477,88**	**13,49**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 200 – FINALÍSTICO – 0095

PROGRAMA – FOMENTO A C T I	
Objetivo:	PROMOVER PROGRAMAS PERMANENTES DE INCENTIVO, APOIO FINANCEIRO E TÉCNICO ADMINISTRATIVO AOS CENTROS DE PESQUISA, DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS E SETOR EMPRESARIAL PRIVADO, CONSIDERANDO A ESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS FAZ PARTE DA REDE NORTE E NACIONAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. O SISTEMA ESTADUAL DE CTI ESTÁ EM FASE DE ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO, NECESSITANDO DE APOIO FINANCEIRO, TÉCNICO, CIENTIFICO E ADMINISTRATIVO. DESTA FORMA, A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PREJUDICARÁ A ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CTI. EXISTE UM CENÁRIO FAVORÁVEL, JÁ QUE VÁRIAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS ESTÃO CONSTITUINDO DIRETORIAS, COORDENAÇÕES E CÂMARAS VOLTADAS PARA ATUAREM EM TEMAS LIGADOS AO FORTALECIMENTO DA PESQUISA BÁSICA E APLICADA, INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA LABORATORIAL E FÍSICA, ALÉM DE ATRAIREM PESQUISADORES COM AFINIDADE AOS PROGRAMAS E LINHAS DE PESQUISA NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO, TECNOLÓGICO, HUMANO E SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS. A RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO PASSA PELA IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA.
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA A ENVOLVER AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARTICIPANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INSTITUIÇÕES DE FOMENTO, O MCT E EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SE DARÁ DE FORMA DIRETA PELA INSTITUIÇÃO GESTORA A PARTIR DE FOMENTO A PROJETOS DE PESQUISAS E PRODUTOS INOVADORES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3085	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TOCANTINS DIGITAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4192	IMPLANTAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO.	76.000,00	76.000,00	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
4193	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE PESQUISAS - UNITINS AGRO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4194	INCENTIVO FINANCEIRO A EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA.	463.415,00	163.414,68	35,26	UNIDADE	1	0	0,00
4195	PROMOÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS.	51.681,00	51.679,95	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
4196	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.	1.552.835,00	178.169,03	11,47	UNIDADE	8	1	12,50
4197	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS.	6.330,00	6.330,00	100,00	UNIDADE	5	1	20,00
4198	EXPANSÃO DE RETRANSMISSORAS EDUCATIVAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4199	CONTRIBUIÇÃO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS.	310.762,00	168.850,56	54,33	UNIDADE	2	2	100,00
4200	IMPLANTAÇÃO DE APL'S - ARRANJO PRODUTIVOS LOCAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4201	AMPLIAÇÃO DA TELECOMUNICAÇÃO.	100.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4202	IMPLEMENTAR O IC-JÚNIOR.	302.540,00	62.048,00	20,51	UNIDADE	245	111	45,31
4203	CONCESSÃO DE BOLSAS DE QUALIFICAÇÃO.	348.769,00	348.407,66	99,90	UNIDADE	124	10	8,06
4204	CONCESSÃO DE CRÉDITOS EDUCATIVOS A ESTUDANTES CARENTES.	11.493.088,00	11.493.087,42	100,00	UNIDADE	4.100	2.691	65,63
TOTAL		**14.705.420,00**	**12.547.987,30**	**85,33**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 201 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0096

PROGRAMA – GESTÃO EM C T I	
Objetivo:	PROMOVER A GESTÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, PROPICIANDO O AVANÇO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS VEM PAULATINAMENTE SE CONSOLIDANDO EM TODOS OS ASPECTOS E, EM CTI, AINDA NÃO SE VISUALIZA UM SISTEMA ESTADUAL TOTALMENTE CONSOLIDADO. DESTA FORMA, É NECESSÁRIO DESENVOLVER UM PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA NORTEAR AS DIRETRIZES EM CTI.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SE DARÁ DE FORMA DIRETA PELA INSTITUIÇÃO GESTORA, COM APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL DA ESFERA FEDERAL E EM COMUM ACORDO COM AS ENTIDADES COM VOCAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3086	IMPLANTAÇÃO DA REDE INTERINSTITUCIONAL DE C T I.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4205	IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DIGITAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4206	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA.	600,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**600,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 202 – FINALÍSTICO – 0102

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Objetivo:	QUALIFICAR OS JOVENS E ADULTOS E INSERÍ-LOS NO MERCADO DE TRABALHO.
Justificativa:	EMBORA O GOVERNO DO ESTADO E DA UNIÃO VENHAM PAULATINAMENTE INVESTINDO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE PARA ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AINDA É INSIPIENTE O ESFORÇO DIANTE DA GRANDE DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO E DAS POTENCIALIDADES EXISTENTES NO ESTADO DO TOCANTINS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA IMPLICARÁ NA ESCASSEZ DE FALTA DE UMA MÃO DE OBRA QUALIFICADA, LOGO EM IMPEDIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO. POR ISSO, É IMPORTANTE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DE FORMA DIRETA COM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TENDO COMO REFERÊNCIA AS NECESSIDADES REGIONAIS. O ACOMPANHAMENTO IN LOCO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA CADA UMA DAS AÇÕES, SERÃO ALGUNS DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO GERENCIAMENTO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4209	FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	16.091,00	16.089,75	99,99	UNIDADE	16	2	12,50
4210	FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	51.772,00	51.769,97	100,00	UNIDADE	16	1	6,25
4211	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	1.225.039,00	1.163.892,14	95,01	UNIDADE	5	3	60,00
4212	APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	120.360,00	117.563,20	97,68	UNIDADE	7	2	40,00

4214	SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	24.178,00	24.177,42	100,00	UNIDADE	5	9	180,00
TOTAL		**1.437.440,00**	**1.373.492,48**	**95,55**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
25.122.214,00	15.132.957,66	60,24	9.989.256,34

3.2.3.12 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

As atribuições do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa de gestão de políticas públicas – Programa Valorização do Servidor Público e no Programa de Apoio Administrativo. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 1.044.085,51**, com execução de **100,00%,** ou seja, **R$ 1.044.080,51**, como demonstrado nos itens a seguir:

QUADRO 203 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	269.826,00	269.823,67	100,00	2,33
Manutenção dos Serviços de Transportes	34.460,00	34.459,52	100,00	0,48
Ações de Informática	1.599,00	1.598,14	100,00	0,86
TOTAL	**305.885,00**	**305.881,33**	**100,00**	**3,67**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo

QUADRO 204 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0075

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	
Objetivo:	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, ALIANDO SEUS OBJETIVOS PESSOAIS AOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BUSCANDO A EXCELÊNCIA HUMANA ATRAVÉS DO APRIMORAMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO. MOTIVAR O SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DA SUA CIDADANIA E DESEMPENHO DO SEU PAPEL ENQUANTO AGENTE TRANSFORMADOR DA GESTÃO PÚBLICA, DE FORMA A TORNÁ-LO AGENTE COMPROMETIDO COM A EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Justificativa:	EM SINTONIA COM AS TENDÊNCIAS MAIS RECENTES DO MODELO CONTEMPORÂNEO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, ONDE O SER HUMANO É O GRANDE DIFERENCIAL QUE SE PODE TER EM CADA

	ORGANIZAÇÃO O GOVERNO ESTADUAL DEU PASSOS DECISIVOS EM 2004, POR ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SUBSIDIOS, PARA CONSTITUIR UM CORPO FUNCIONAL DE EXCELÊNCIA, DOTADO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PESSOAIS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. NESTE CONTEXTO, ALINHADO AO PLANO DE GOVERNO ESTADUAL, NO QUE SE REFERE À VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR, À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO, SURGE NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS VISANDO SUA CONSTANTE EVOLUÇÃO PROFISSIONAL E HUMANA, DESENVOLVER, ESTRUTURAR, IMPLEMENTAR E MANTER UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR QUE POSSA CONTRIBUIR PARA A ATRAÇÃO E A MOTIVAÇÃO DAS PESSOAS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E A EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DESTE PROGRAMA SERÃO DESEMPENHADAS PELA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, ATRAVÉS DAS SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E DAS UNIDADES SETORIAIS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	1.788	set/07	-
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PLANSAÚDE	NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PLANSAÚDE	1.200.000/ANO	set/07	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4094	CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS.	738.200,00	738.199,18	100,00	UNIDADE	6.876	4.688	68,18%
TOTAL		**738.200,00**	**738.199,18**	**100,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo

3.2.3.13 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS

O Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foi instituído pela Lei Complementar nº 36, de 28 de novembro de 2003, destinado:

I - à captação e aplicação dos recursos financeiros necessários ao implemento do Regime Próprio de Previdência Social do Tocantins - RPPS - TO;

II - ao pagamento dos benefícios previdenciários do RPPS;

III - a atender aos gastos de custeio e de capital do IPETINS;

IV - à compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social;

V - à restituição, quando ordenada, de contribuições previdenciárias arrecadadas na vigência desta Lei.

As atribuições do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas – Apoio Administrativo, Previdência Social e Serviço ao Estado. Para estes programas foram destinados recursos da ordem de **R$ 344.004.662,00** com execução de **R$ 110.590.787,07**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 205 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	10.000.000,00	860.248,50	8,60	9.139.751,50
Manutenção dos Serviços de Transportes	315.000,00	55.080,42	17,49	259.919,58
Manutenção de Recursos Humanos	2.990.000,00	1.886.728,27	63,10	1.103.271,73
Ações de Informática	2.240.000,00	972.209,84	43,40	1.267.790,16
TOTAL	**15.545.000,00**	**3.774.267,03**	**24,28**	**11.770.732,97**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

QUADRO 206 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Reserva Financeira para o Regime Próprio de Previdência Social	200.205.000,00	0,00	0,00	200.205.000,00
Pagamento de Benefícios Previdenciário	124.254.662,00	105.045.352,36	84,54	19.209.309,64
TOTAL	**324.459.662,00**	**105.045.352,36**	**32,38**	**219.414.309,64**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

QUADRO 207 - SERVIÇO AO ESTADO - 0039

PROGRAMA - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Objetivo:	OFERECER MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS; OFERECER MELHOR ATENDIMENTO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA À POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, LAUDOS, EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E MANUTENÇÕES DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	5.001,40	31/12/2006	19.695

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3072	CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA UNIDADE GESTORA DO RPPS-TO.	4.000.000,00	1.771.167,68	44,28	m²	1.333,33	-	-
TOTAL		**4.000.000,00**	**1.771.167,68**	**44,28**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
344.004.662,00	110.590.787,07	32,15	233.413.874,93

3.2.3.14 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS

O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foi criado pela Lei n.° 1.424, de 12 de dezembro de 2003, regulamentado pelo Decreto n.° 1.952, de 23 de dezembro de 2003, vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, através do Decreto
nº 2.928, de 16 de janeiro de 2007, sua gestão foi transferida a Secretaria da Administração.

O fundo tem como missão garantir aos segurados e dependentes a assistência à saúde, por meio dos serviços de medicina preventiva e curativa e serviços odontológicos.

As atribuições do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Valorização do Servidor Público Estadual. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 84.628.000,00,** com execução de **R$ 81.945.899,02,** conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 208 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	6.298.080,00	5.951.170,11	94,49	346.909,89
Manutenção dos Serviços de Transportes	58.920,00	45.426,84	77,10	13.493,16
Manutenção de Recursos Humanos	991.000,00	899.533,13	90,77	91.466,87
Ações de Informática	383.000,00	277.224,58	72,38	105.775,42
TOTAL	**7.731.000,00**	**7.173.354,66**	**92,79**	**557.645,34**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins

QUADRO 209 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0075

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	
Objetivo:	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, ALIANDO SEUS OBJETIVOS PESSOAIS AOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BUSCANDO A EXCELÊNCIA HUMANA ATRAVÉS DO APRIMORAMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO. MOTIVAR O SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DA SUA CIDADANIA E DESEMPENHO DO SEU PAPEL ENQUANTO AGENTE TRANSFORMADOR DA GESTÃO PÚBLICA, DE FORMA A TORNÁ-LO AGENTE COMPROMETIDO COM A EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Justificativa:	EM SINTONIA COM AS TENDÊNCIAS MAIS RECENTES DO MODELO CONTEMPORÂNEO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, ONDE O SER HUMANO É O GRANDE DIFERENCIAL QUE SE PODE TER EM CADA ORGANIZAÇÃO O GOVERNO ESTADUAL DEU PASSOS DECISIVOS EM 2004, POR ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SUBSIDIOS, PARA CONSTITUIR UM CORPO FUNCIONAL DE EXCELÊNCIA, DOTADO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PESSOAIS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. NESTE CONTEXTO, ALINHADO AO PLANO DE GOVERNO ESTADUAL, NO QUE SE REFERE À VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR, À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO, SURGE NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS VISANDO SUA CONSTANTE EVOLUÇÃO PROFISSIONAL E HUMANA, DESENVOLVER, ESTRUTURAR, IMPLEMENTAR E MANTER UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR QUE POSSA CONTRIBUIR PARA A ATRAÇÃO E A MOTIVAÇÃO DAS PESSOAS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E A EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DESTE PROGRAMA SERÃO

	DESEMPENHADAS PELA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, ATRAVÉS DAS SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E DAS UNIDADES SETORIAIS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.
Prazo de Execução:	INÍCIO EM JANEIRO DE 2008.

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	1.788	set/07	-
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PLANSAÚDE	NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PLANSAÚDE	1.200.000/ANO	set/07	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4093	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO TOCANTINS.	76.897.000,00	74.772.544,36	97,24	ATENDIMENTOS	1.200.000	1.265.607	105,47
4282	RESERVA DE SEGURANÇA	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	0	0	0,00
TOTAL		**76.897.000,00**	**74.772.544,36**	**97,24**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
84.628.000,00	81.945.899,02	96,83	2.682.100,98

3.2.3.15 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - FUNGESP

O Fundo de Modernização da Gestão Pública – FUNGESP foi instituído pela Lei n.° 1.594, de 04 de julho de 2.005.

O FUNGESP tem como missão assegurar a realização de projetos que visem a modernização da gestão pública com a realização de projetos; aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas para a modernização administrativa; melhoria tecnológica na área de administração de Recursos Humanos; ampliação do acervo da biblioteca dos servidores públicos estaduais e realização de outras atividades relacionadas à melhoria da gestão pública.

As atribuições do Fundo de Modernização da Gestão Pública foram desenvolvidas através das ações estruturadas nos programas - Modernização da Gestão Pública e Valorização do Servidor Público Estadual. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 9.512.000,00**, com execução de **R$ 4.812.069,82,** como demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 210 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DA COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO INSTITUCIONAL, DA LOGÍSTICA E DOS RECURSOS HUMANOS, PROMOVENDO A MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DESTE PROGRAMA SERÁ DA RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, BUSCANDO-SE PRIORITARIAMENTE O APERFEIÇOAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS, PARA A CIDADANIA, PARA O CIDADÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS	PERCENTUAL DE USUÁRIOS SATISFEITOS COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	0	0	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3053	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	8.674.000,00	4.191.533,12	48,32	UNIDADE	1	0	0,00
3054	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO.	116.500,00	115.897,04	99,48	PERCENTUAL	6	23	383,33
4095	APARELHAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECAD.	656.500,00	504.639,66	76,87	UNIDADE	8	6	75,00
4096	GESTÃO PATRIMONIAL.	65.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	22	0	0,00
TOTAL		**9.512.000,00**	**4.812.069,82**	**50,59**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Modernização da Gestão Pública

QUADRO 211 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0075

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	
Objetivo:	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, ALIANDO SEUS OBJETIVOS PESSOAIS AOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BUSCANDO A EXCELÊNCIA HUMANA ATRAVÉS DO APRIMORAMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO. MOTIVAR O SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DA SUA CIDADANIA E DESEMPENHO DO SEU PAPEL ENQUANTO AGENTE TRANSFORMADOR DA GESTÃO PÚBLICA, DE FORMA A TORNÁ-LO AGENTE COMPROMETIDO COM A EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Justificativa:	EM SINTONIA COM AS TENDÊNCIAS MAIS RECENTES DO MODELO CONTEMPORÂNEO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, ONDE O SER HUMANO É O GRANDE DIFERENCIAL QUE SE PODE TER EM CADA ORGANIZAÇÃO O GOVERNO ESTADUAL DEU PASSOS DECISIVOS EM 2004, POR ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SUBSIDIOS, PARA CONSTITUIR UM CORPO FUNCIONAL DE EXCELÊNCIA,

	DOTADO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PESSOAIS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. NESTE CONTEXTO, ALINHADO AO PLANO DE GOVERNO ESTADUAL, NO QUE SE REFERE À VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR, À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO, SURGE NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS VISANDO SUA CONSTANTE EVOLUÇÃO PROFISSIONAL E HUMANA, DESENVOLVER, ESTRUTURAR, IMPLEMENTAR E MANTER UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR QUE POSSA CONTRIBUIR PARA A ATRAÇÃO E A MOTIVAÇÃO DAS PESSOAS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E A EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DESTE PROGRAMA SERÃO DESEMPENHADAS PELA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, ATRAVÉS DAS SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E DAS UNIDADES SETORIAIS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.
Prazo de Execução:	INÍCIO EM JANEIRO DE 2008.

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	1.788	set/07	-
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PLANSAÚDE	NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PLANSAÚDE	1.200.000/ANO	set/07	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3055	IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	25	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Modernização da Gestão Pública

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
9.512.000,00	4.812.069,82	50,59	4.699.930,18

3.2.3.16 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO

O Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ foi instituído pela Lei nº 1.387, de 9 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 1.472.

Os recursos do FUNSEFAZ são utilizados em ações visando à aprendizagem de novo conhecimento organizacional, gerenciamento estratégico, logística, organização e estrutura, gestão de pessoas e comunicação interna, relacionamento com clientes e comunicação externa, segurança nas atividades, tecnologia da informação e qualidade institucional. Outro principal objetivo do FUNSEFAZ é o de incrementar a operação do Centro de Capacitação, tornando-o centro aglutinador do conhecimento e de sua disseminação.

As atribuições do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa “Modernização Fiscal”. Para este programa foram destinados recursos da

ordem de **R$ 3.133.240,00** com execução de **R$ 466.337,52**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 212 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0021

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	DOTAR A SECRETARIA DA FAZENDA DE CONDIÇÕES TÉCNICAS, TECNOLÓGICAS, INSTRUMENTAIS E DE INSTALAÇÕES, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO, APRIMORANDO A EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O MELHOR ATENDER AO CIDADÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DA FAZENDA ESTÁ REALIZANDO ESFORÇOS NO SENTIDO DE APRIMORAR O PLANEJAMENTO, O QUE IRÁ PROPORCIONAR MAIOR AGILIDADE NA GESTÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MELHORAR O DESEMPENHO DOS SERVIDORES E A SEGURANÇA NO ACESSO AS INFORMAÇÕES, NECESSÁRIAS AO BOM ATENDIMENTO AO CIDADÃO, OBJETIVANDO O CONSTANTE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO.
Estratégia:	IMPLEMENTAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COLOCÁ-LAS EM FUNCIONAMENTO; DOTAR AS DELEGACIAS, POSTOS FISCAIS E AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E SEDE DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONTRATAR CONSULTORIA PARA REDESENHAR PROCESSOS E DESENVOLVER SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÕES; INTERLIGAR AS UNIDADES DA SEFAZ; CONSTRUIR, REFORMAR, MANTER E MOBILIAR A SEDE E UNIDADES DA SEFAZ; FIRMAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL; TODAS AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DENTRO DAS NORMAS VIGENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
QUANTIFICAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	(QUANTIDADE DE AÇÕES FISCAIS REALIZADAS / QUANTIDADE DE AÇÕES FISCAIS PLANEJADAS) X 100	50,00	31/12/2008	100,00
DECLARAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO	(DECLARAÇÕES EM MEIO MAGNÉTICO / TOTAL DAS DECLARAÇÕES RECEBIDAS) X 100	100,00	31/12/2008	100,00
VOLUME DE RECEITA TRIBUTÁRIA PARCELADA	(ESTOQUE DE VALORES PARCELADOS / RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA) X 100	4,53	31/12/2008	10,00
RECEITA TRIBUTÁRIA RECUPERADA	(RECEBIMENTO DE DÉBITOS VENCIDOS / ESTOQUE DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	1,39	31/12/2008	10,00
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	(QUANTIDADE DE SISTEMAS DESENVOLVIDOS E IMPLEMENTADOS / QUANTIDADE DE SISTEMAS PLANEJADOS) X 100	30,00	31/12/2008	100,00
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA	(RECEITA REALIZADA / RECEITA ORÇADA) X 100	97,27	31/12/2008	98,00
ALCANCE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	(QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS E TREINADOS/QUANTIDADE TOTAL DE SERVIDOR) X 100	80,00	31/12/2008	90,00
VOLUME DE RECEITA TRIBUTÁRIA EM ATRASO	(ESTOQUE DE DÉBITO VENCIDO / RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA) X 100	72,10	31/12/2008	20,00
QUANTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE COBRANÇA	(QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES DE COBRANÇA / QUANTIDADE TOTAL DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	90,00	31/12/2008	95,00
PARTICIPAÇÃO DE DECLARANTES NA BASE CADASTRAL	TOTAL DE DECLARANTES DO ICMS / TOTAL DE INSCRITOS NO CADASTRO ATIVO) X 100	86,59	31/12/2008	90,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3090	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE NEGOCIO DA SEFAZ.	100.000,00	49.790,69	49,79	PERCENTAGEM	100	0,15	0,15
4241	MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO FAZENDÁRIA.	300.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4242	MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA.	2.303.240,00	234.188,83	10,17	UNIDADE	1	1	100,00
4243	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES.	330.000,00	182.358,00	55,26	PESSOA	80	80	100,00
4244	IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA.	100.000,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	100	0	0,00
TOTAL		**3.133.240,00**	**466.337,52**	**14,88**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ

3.2.3.17 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

O Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC, criado pela Lei nº 503, de 28 de dezembro de 1992, a partir do Decreto nº 1.029, de 1º de setembro de 2000, passa a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei nº 1.082, de 1º de julho de 1999, regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 860, de 11 de novembro de 1999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual nº 1.634, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins e o Decreto nº 3.561, de 13 de novembro de 2008, que aprova o Regulamento das normas Higiênico Sanitárias para elaboração e Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal no Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 03 programas finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 4.100.000,00**, com execução de **R$ 3.542.320,60**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 213 – FINALÍSTICO - 0012

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	PROMOVER O SISTEMA DE DEFESA, INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL, GARANTINDO A OFERTA DE PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E A SUA COMERCIALIZAÇÃO COM A QUALIDADE NECESSÁRIA PARA O CONSUMIDOR FINAL, PREVENINDO, CONTROLANDO E/OU ERRADICANDO ENFERMIDADES INFECTOCONTAGIOSAS DE REBANHO, CARÊNCIAS E PARASITÁRIAS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI DIVISAS COM 06 (SEIS) ESTADOS DA FEDERAÇÃO E UMA LOGÍSTICA PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SENDO NECESSÁRIO A CONSTANTE VIGILÂNCIA ATIVA E PASSIVA DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS E O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, E GARANTIR PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E INSPEÇÃO VISANDO UM PRODUTO FINAL DE MAIOR QUALIDADE PARA O CONSUMIDOR, BUSCANDO COM ISSO NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES E CONSEQUENTEMENTE UMA MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS, BEM COMO UM ESPECIAL CUIDADO COM A SAÚDE PÚBLICA. O SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONSISTE PRINCIPALMENTE NA INSPEÇÃO VETERINÁRIA EM ABATEDOUROS, INSPEÇÃO A PROPRIEDADES RURAIS, FISCALIZAÇÃO EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES DE ANIMAIS, FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS VETERINÁRIOS E BIOLÓGICOS, FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES DE SUSPEITAS DE OCORRÊNCIAS DE ENFERMIDADES DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, RASTREABILIDADE, RÁPIDO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA SANITÁRIA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES, AVALIAÇÃO SOROEPIDEMIOLÓGICO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE ESTUDO E/OU DIAGNÓSTICOS DE ENFERMIDADES. ISTO POSTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA ANIMAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO E O MERCADO DE EXPORTAÇÃO SÃO CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS SANITÁRIAS EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES E UMA INSPEÇÃO VETERINÁRIA NOS ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM E MANIPULAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS MÉDICOS VETERINÁRIOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS TRINTA BARREIRAS FIXAS ZOOSANITÁRIAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. A ADAPEC POSSUI 139 ESCRITÓRIOS LOCALIZADOS EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO. O PROGRAMA SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE DEFESA INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL E AS AÇÕES SERÃO GERENCIADAS PELAS COORDENADORIAS E PELAS GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS. A ADAPEC-TO

	CONTARÁ COMO PARCEIROS O MAPA, A INICIATIVA PRIVADA, O SEBRAE, O SENAR, O CRMV, SOVETO, ENTRE OUTROS; A PARCERIA SERÁ FIRMADA EM TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS. TODAS AS ATIVIDADES SÃO REGISTRADAS E/OU COMPILADAS EM RELATÓRIOS E FORMULÁRIOS ESPECÍFICOS PARA CONTROLE DAS MESMAS, BEM COMO UM BANCO DE DADOS PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES PERTINENTES A DEFESA NO ESTADO, VISANDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO RÁPIDO E BUSCANDO UMA MAIOR CONFIABILIDADE DOS MERCADOS CONSUMIDORES. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	SOMA DO TOTAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EXPORTADO POR ANO	16,00	dez/08	40,00
ÍNDICE DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NO ESTADO	REBANHO VACINADO DIVIDIDO PELO TOTAL DO ESTADO, MULTIPLICADO POR CEM	99,17	dez/08	99,21

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4046	REALIZAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE INSUMOS PECUÁRIOS, DAS AGLOMERAÇÕES E DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS.	726.100,00	359.421,74	49,50	UNIDADE	125.520	108.170	86,18
TOTAL		**726.100,00**	**359.421,74**	**49,50**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Defesa Agropecuária

QUADRO 214 – FINALÍSTICO - 0045

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	
Objetivo:	PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARA ASSEGURAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS PRODUTORES E COMERCIANTES RURAIS.
Justificativa:	A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PROMOVE MELHOR QUALIDADE AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE ENFOCAR SEMPRE A SIMPLIFICAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE FORMA A TORNAR-SE UMA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL COM A BUSCA DE MELHORES RESULTADOS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATENDENDO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS CIDADÃOS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DESTE PROGRAMA FICARÃO A CARGO DA ADAPEC, POR MEIO DE SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ACORDO COM SUAS COMPETÊNCIAS. SERÁ CONSTRUÍDA A SEDE DA ADAPEC E ALGUMAS UNIDADES LOCAIS DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA SOB RESPONSABILIDADE DA SEINF. TAMBÉM SERÁ AMPLIADA E REALIZADA A MANUTENÇÃO DA FROTA QUE FAZ ATENDIMENTO ÀS UL-S, SERÁ IMPLEMENTADO UM PROJETO DE INFORMATIZAÇÃO QUE INTEGRARÁ TODAS AS UNIDADES, ADQUIRIDOS TRAILERS PARA APOIAR AS AÇÕES DAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS VOLANTES, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS E REALIZADA A CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AS ATIVIDADE-MEIO DESTA ENTIDADE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RECLAMAÇÕES CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC	SOMATÓRIO DO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES APURADAS CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC NO DISQUE-DENÚNCIA DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO MULTIPLICADO POR CEM	2,65	dez/08	0,4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4047	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	3.168.950,00	3.034.267,41	95,75	PERCENTUAL	13.900	13.900	100,00
TOTAL		**3.168.950,00**	**3.034.267,41**	**95,75**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Defesa Agropecuária

QUADRO 215 – FINALÍSTICO - 0073

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	PROMOVER A SANIDADE E INSPEÇÃO VEGETAL PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO FITOSSANITÁRIO DO ESTADO POR MEIO DO MONITORAMENTO DE PRAGAS REFERENCIADAS OU REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), DA FISCALIZAÇÃO VEGETAL INTERNA E DAS FRONTEIRAS DO ESTADO, PARA IMPEDIR A INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS NAS CULTURAS TOCANTINENSES, E DO CONTROLE DO TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES E DAS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS.
Justificativa:	COMO UMA DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS A SEREM EXPLORADAS E O POTENCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, COM UMA POSIÇÃO LOGISTICAMENTE PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS VINCULADOS AS EXCELENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PREDOMINANTES, DESPONTA COMO UM IMPORTANTE CELEIRO AGRÍCOLA NACIONAL QUIÇÁ PARA ATENDER A DEMANDA MUNDIAL POR ALIMENTOS E ENERGIA RENOVÁVEL. DITO ISTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA VEGETAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO, MAS O MERCADO DE EXPORTAÇÃO É CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS (BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS) EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES QUE MINIMIZEM A ENTRADA E DISPERSÃO DE PRAGAS, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CONTROLE DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, PROFILAXIA E CONTROLE DE PRAGAS, E PARALELAMENTE O INCREMENTO NOS MECANISMOS QUE ATENDAM A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO TOCANTE AOS AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS, CONSOLIDANDO UM PROCESSO PRODUTIVO LIVRE DE PRAGAS, COM ABERTURA DE MERCADOS, PREOCUPADO COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE DE PRAGAS, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS, ATRAVÉS DAS 30 BARREIRAS FIXAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. NESTE CONTEXTO TAMBÉM É EVIDENCIADO TODO O SEGMENTO DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA VEGETAL, ONDE OS PROCEDIMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO SEGUEM OS DETERMINADOS PELA INSTÂNCIA SUPERIOR DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), QUE PRECONIZA A SUPERVISÃO DE DOCUMENTAÇÕES SANITÁRIAS COMO: PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, BEM COMO DOCUMENTOS DE CONTROLE ESTADUAL: AUTORIZAÇÃO INTERNA DE TRANSPORTE DE MUDAS DE ABACAXI, LAUDO DE INSPEÇÃO DE CAMPO DE ABACAXI, DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO, DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SANITÁRIAS, CONTROLE INTERESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, TERMO DE NOTIFICAÇÃO, AUTO DE INFRAÇÃO, TERMO DE APREENSÃO, AUTO DE DESTRUIÇÃO E RECIBOS. TAMBÉM É EVIDENCIADO O QUE ESTABELECE AS LEGISLAÇÕES QUE REGEM O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, JUNTAMENTE COM AS DETERMINAÇÕES DOS AGROTÓXICOS E AFINS, COM O CONTROLE DA HORA DA VENDA DOS PRODUTOS ATÉ A DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
DIAGNÓSTICO DE PHAKOPSORA PACHYRHIZI (FERRUGEM ASIÁTICA)	NÚMERO DE DIAGNÓSTICOS RELATADOS OFICIALMENTE DA OCORRÊNCIA, EM TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DA PRAGA FERRUGEM DA SOJA	214	jan a dez/08	100
EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS À DESTINAÇÃO FINAL	SOMA DA QUANTIDADE DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS	79.563	jan a dez/08	45.000

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4048	FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE VEGETAIS.	204.950,00	148.631,45	72,52	UNIDADE	3.915	10.643	271,85
TOTAL		**204.950,00**	**148.631,45**	**72,52**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Defesa Agropecuária

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
4.100.000,00	3.542.320,60	86,40	557.679,40

3.2.3.18 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico foi criado pelo Decreto nº 1.746, de 15 de dezembro de 2006, e, está vinculado a Secretaria de Indústria e Comércio.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 03 programas finalísticos e 01 de gestão de políticas públicas. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 5.979.000,00,** com execução de **R$ 1.038.398,30,** conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 216 – FINALÍSTICO - 0111

PROGRAMA - PROGRAMA TOCANTINS COMPETITIVO	
Objetivo:	FOMENTAR ADEQUAÇÕES TECNOLÓGICAS, MODERNIZAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM VISTAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DA CAPACIDADE COMPETITIVA DOS SETORES DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS QUE ATUAM NO ESTADO DO TOCANTINS, RESULTANDO EM MELHORIAS NA EMPREGABILIDADE, NA RENDA E NA RECEITA PÚBLICA.
Justificativa:	O TOCANTINS INICIA SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TENDO COMO BASE O SETOR PRIMÁRIO DA ECONOMIA LOCAL, SOBRESAINDO A PRODUÇÃO DE GRÃOS, A FRUTICULTURA, A PECUÁRIA DE CORTE E A PISICULTURA. PORÉM, HÁ A NECESSIDADE DE AGREGAR VALOR A ESTA PRODUÇÃO, AUMENTANDO O NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO, BEM COMO O AUMENTO DA RENDA DA POPULAÇÃO. NO ENTANTO, PARA ATRAIR NOVAS EMPRESAS NO SETOR INDUSTRIAL FAZ-SE NECESSÁRIO UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE OFEREÇA VANTAGENS DO PONTO DE VISTA DE COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO NO TOCANTINS. NESTE CONTEXTO, OS INCENTIVOS FISCAIS, FINANCEIROS E LOCALIZACIONAIS SÃO IMPRECINDÍVEIS NA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E NA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS AQUI INSTALADAS.
Estratégia:	PROMOVER EVENTOS, DIVULGAR NA MÍDIA, PARTICIPAR DE ENCONTROS E RODADAS DE NEGÓCIOS VISANDO DIVULGAR AS POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES, PRINCIPALMENTE OS INCENTIVOS DISPONÍVEIS AOS EMPRESÁRIOS EM GERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	2.793,75	31/12/2008	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
4109	CONSOLIDAR A REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI - NO TOCANTINS.	43.000,00	14.839,00	34,51	PERCENTUAL	12	0	0,00
4110	FOMENTO A CAPACITAÇÃO DO MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES.	580.000,00	495.178,00	85,38	UNIDADE	20	894	4.470,00
TOTAL		**623.000,00**	**510.017,00**	**81,86**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Econômico

QUADRO 217 – FINALÍSTICO - 0114

PROGRAMA - PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	ATRAIR A IMPLANTAÇÃO DE INVESTIMENTOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO POR MEIO DE AÇÕES QUE DEMONSTREM À GRUPOS E INVESTIDORES SELETOS, TODAS AS OPORTUNIDADES E A CAPACIDADE DE GANHOS COMPETITIVOS E ECONÔMICOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL COM AUMENTO DA RECEITA PÚBLICA, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.
Justificativa:	O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE UM ESTADO OU PAÍS ESTÁ LIGADO A QUANTIDADE DE INVESTIMENTO QUE ESTE RECEBE. A MISSÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO É PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO TOCANTINS. A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA AS CADEIAS PRODUTIVAS É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO ESTADO E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA A SOCIEDADE.
Estratégia:	SERÃO IMPLEMENTADAS AÇÕES FINALÍSTICAS E DE ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DIRETA OU POR TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS PARA DIVULGAR AS POTENCIALIDADES, CRIAR FERRAMENTAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E DAR INCENTIVOS ESPECIAIS AOS EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	22,44	27/01/2009	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4111	ACOMPANHAMENTO DAS EMPRESAS BENEFICIADAS POR PROGRAMA DE INCENTIVOS.	355.000,00	174.515,00	49,16	UNIDADE ACOMPANHADA	150	35	23,33
4320	INCENTIVOS A IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS.	430.000,00	3.800,00	0,88	UNIDADE	6	0	0,00
TOTAL		**785.000,00**	**178.315,00**	**22,72**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Econômico

QUADRO 218 – FINALÍSTICO - 0117

PROGRAMA - PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	
Objetivo:	PREPARAR E ESTRUTURAR AS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO COM AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	UM ESTADO NOVO COMO O TOCANTINS AINDA NÃO DISPÕE DE TODAS AS CONDIÇÕES DE ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA LOGÍSTICAS, DE TECNOLOGIA E DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA RECEBER VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NOS MAIS DIFERENTES SETORES DE GRANDE IMPORTÂNCIA E INTERESSE PARA O DESENVOLVIMENTO, GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS. FAZ-SE ENTÃO, NECESSÁRIO E FUNDAMENTAL, A AÇÃO DO ESTADO NO PREPARO DESSAS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES PARA POSSIBILITAR E ACELERAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO.
Estratégia:	SERÃO IMPLEMENTADAS AÇÕES ESTRUTURANTES FINALÍSTICAS E DE ATIVIDADE POR AÇÃO DIRETA E POR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS PARA IMPLANTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, DE LOGÍSTICA, MELHORIA DAS INFORMAÇÕES A SEREM DISPONIBILIZADAS AOS EMPREENDEDORES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	0	27/01/2009	100
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	212,77	31/12/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3060	ESTRUTURAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.	261.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	18	0	0,00
3061	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA APOIO EMPRESARIAL.	120.000,00	54.423,30	45,35	PERCENTUAL	43	100	232,56

3062	REESTRUTURAÇÃO DE PRÉDIOS PARA APOIO EMPRESARIAL.	270.000,00	250.000,00	92,59	PERCENTUAL	51	100	196,08
3304	IMPLANTAR DISTRITOS INDUSTRIAIS OU ÁREAS EMPRESARIAIS.	2.900.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**3.551.000,00**	**304.423,30**	**8,57**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Econômico

QUADRO 219 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0118

PROGRAMA - PROGRAMA DE GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	
Objetivo:	MANTER, COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS DA SECRETARIA, PLANEJANDO E FORMULANDO AS POLÍTICAS SETORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS INDUSTRIAL, COMÉRCIO E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	A SECRETARIA CARECE DE ESTUDOS, PLANOS E DIAGNÓSTICOS DE PROSPECÇÃO MERCADOLÓGICA E SÓCIO-ECONÔMICA PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE PLANOS SETORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO. FAZ-SE NECESSÁRIO MANTER O ACOMPANHAMENTO E A COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS E DE GESTÃO.
Estratégia:	QUANTO AS AÇÕES QUE DEMANDAM AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, DEVERÃO SER EXECUTADAS DIRETAMENTE POR TÉCNICOS DA UNIDADE GESTORA, ENQUANTO AQUELAS QUE TIVEREM MAIOR GRAU DE DIFILCUDADE, PODERÃO CONTRATAR INSTITUIÇÕES OU PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO OU CONSULTORIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3303	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E FINALÍSTICAS FDE	990.000,00	41.803,00	4,22				
4113	DIVULGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS.	30.000,00	3.840,00	12,80	UNIDADE	1		
TOTAL		**1.020.000,00**	**45.643,00**	**4,47**				

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Econômico

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
5.979.000,00	1.038.398,30	17,37	4.940.601,70

3.2.3.19 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei nº 567, de 9 de julho de 1993, criou o Fundo Estadual do Bem-Estar Social vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Sua denominação foi alterada para Fundo Estadual de Assistência Social, por meio da Lei nº 808, de 19 de dezembro de 1995, com suas atribuições embasadas em seu Artigo 4.º.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, por meio das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social, é assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na

área social, promover e desenvolver ações de atendimento às necessidades humanas e sociais, melhorando, assim as condições de vida das famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, priorizando atendimento às crianças, aos adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências e trabalhadores empregados e desempregados.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 05 programas finalísticos e 01 de gestão de políticas públicas. Para estes programas foram destinados recursos na ordem de **R$ 36.145.119,00**, sendo executado o valor de **R$ 30.239.668,15,** conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 220 – FINALÍSTICO - 0031

PROGRAMA - PIONEIROS MIRINS	
Objetivo:	PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MEMBROS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, ATRAVÉS DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, ACESSO A ATIVIDADES DE REFORÇO ESCOLAR, PRÁTICAS ESPORTIVAS, RECREATIVAS, CIVISMO E CIDADANIA, CONTRIBUINDO, PORTANTO, PARA O CRESCIMENTO FÍSICO E PSICOSSOCIAL DAS MESMAS.
Justificativa:	ALTOS ÍNDICES DE EVASÃO E REPETÊNCIA ESCOLAR; ENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DROGAS E PROSTITUIÇÃO; VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA REQUER IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES QUE POSSIBILITE O DISTANCIAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESSAS SITUAÇÕES DE RISCO, DE OUTRO MODO SERÁ CRESCENTE A VULNERABILIDADE SOCIAL DA JUVENTUDE TOCANTINENSE.
Estratégia:	PROGRAMA É COMPOSTO POR UM CONJUNTO DE 05 (CINCO AÇÕES), O PROGRAMA AINDA COM PARCEIROS COMO: SECRETARIA DE ESPORTE, POLÍCIA MILITAR, PREFEITURAS MUNICIPAIS, BEM COMO ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS QUE MANIFESTAREM INTERESSE DE GERENCIAR METAS DO PROGRAMA. A ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIADOS CONSISTE EM ATENDER OS CRITÉRIOS DE TER IDADE ENTRE 07 A 16 ANOS, ESTÁ MATRICULADO E FREQÜENTANDO NORMALMENTE ESCOLAS DA REDE OFICIAL DE ENSINO E PERTENCER A FAMÍLIAS CUJA RENDA NÃO SUPERE A IMPORTÂNCIA DE 2 SALÁRIOS MÍNIMOS. AÇÕES DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES SETORIAIS DO PROGRAMA, CONSTRUÇÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA SERÃO EXECUTADAS PELA SETAS, ATRAVÉS DA COORDENADORIA ESTADUAL DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS. AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COBRIREM DESPESAS COM O PAGAMENTO DE BOLSA AUXILIAM SERÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO DA SEDUC, BEM COMO O CONTROLE DE FREQÜÊNCIA ESCOLAR E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DA BOLSA AUXÍLIO É ATRIBUIÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, SOB SUPERVISÃO DA SETAS. OS EVENTOS ESPORTIVOS COMO OLIMPÍADAS DOS PIONEIROS MIRINS E FESTIVAL CULTURAL TERÃO O APOIO DA SECRETARIA DE ESPORTES E FUNDAÇÃO CULTURAL RESPECTIVAMENTE. AOS MUNICÍPIOS CABE OFERECER SUPORTE ÀS DIVERSAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS COORDENAÇÕES MUNICIPAIS DO PROGRAMA, INCLUSIVE DISPONIBILIZAR ESPAÇO FÍSICO QUANDO SE FIZER NECESSÁRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ANALFABETISMO DE 15 ANOS OU MAIS	TAXA DE ANALFABETISMO DIVULGADA	18,5	2001	16
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DIVULGADA	5,3	2006	4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3070	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA O PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	1.758.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
4159	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS PIONEIROS MIRINS.	20.995.156,00	20.994.397,52	100,00	UNIDADE	46.561	42.474	91,00
4160	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	21.913,00	21.912,48	100,00	UNIDADE	139	13	9,00
4161	MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	1.791.705,00	1.791.701,62	100,00	UNIDADE	156	200	128,00
TOTAL		**24.566.774,00**	**22.808.011,62**	**92,84**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 221 – FINALÍSTICO - 0032

PROGRAMA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Objetivo:	ATENDER FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL POR OCORRÊNCIA DE ABANDONO, MAUS TRATOS FÍSICOS E, OU, PSÍQUICOS, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL, USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL, SITUAÇÃO DE RUA E DE TRABALHO INFANTIL.
Justificativa:	A REALIDADE NACIONAL NOS APRESENTA FAMÍLIAS EM DIFERENTES SITUAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, AGRAVADAS PRINCIPALMENTE PELAS DISPARIDADES REGIONAIS, QUE PODEM PROVOCAR VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DE SEUS MEMBROS, EM ESPECIAL, DE SUAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, IDOSOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA. HÁ TAMBÉM, OUTROS FENÔMENOS RESULTANTES DOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: MORADORES DE RUA, MIGRANTES, IDOSOS ABANDONADOS. PERCEBE-SE QUE ESTAS SITUAÇÕES, NEM SEMPRE DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE RENDA, SE AGRAVAM NAS PARCELAS DA POPULAÇÃO COM MAIORES ÍNDICES DE DESEMPREGO E POBREZA. A SITUAÇÃO ATUAL DO ESTADO DO TOCANTINS NOS MOSTRA EM PESQUISA RECENTEMENTE REALIZADA PELO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO - DIEESE, APONTA A INCIDÊNCIA DE QUASE SESSENTA MIL CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL. EM RELAÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL, SEGUNDO LEVANTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, HÁ OCORRÊNCIA DE VINTE OITO PONTOS VULNERÁVEIS NO ESTADO, SENDO QUE 90% DESTES SE ENCONTRAM NA BR 153. EXISTE TAMBÉM NO ESTADO CERCA DE 178.614 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, APROXIMADAMENTE 40% É PÚBLICO ALVO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. NO ESTADO AINDA HÁ REGISTRO DE QUINZE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA - ILP, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS IDOSAS QUE SE ENCONTRAM COM REFERENCIA E, OU EM SITUAÇÃO DE AMEAÇA, NECESSITANDO SEREM RETIRADOS DO SEU NÚCLEO FAMILIAR OU COMUNITÁRIO. DESSA FORMA, EM CONSONÂNCIA COM A NOB/SUAS NO ITEM 23 GESTÃO DO ESTADO, LETRA "L" , É PRIORIDADE REALIZAR AS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, E O NÃO CUMPRIMENTO PODEM LEVAR AO ACIRRAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA E CONSEQÜENTEMENTE O AUMENTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS. ASSIM, AS LINHAS DE ATUAÇÃO COM AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO DEVEM ABRANGER DESDE O PROVIMENTO DE SEU ACESSO A SERVIÇOS DE APOIO E SOBREVIVÊNCIA, ATÉ SUA INCLUSÃO EM REDES SOCIAIS DE ATENDIMENTO E DE SOLIDARIEDADE.
Estratégia:	A ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, É DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO, É POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA, QUE PROVÊ OS MÍNIMOS SOCIAIS, REALIZADA ATRAVÉS DE UM CONJUNTO INTEGRADO DE AÇÕES DE INICIATIVA PÚBLICA E DA SOCIEDADE, PARA GARANTIR O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS E TEM POR OBJETIVO A PROTEÇÃO À FAMÍLIA, À MATERNIDADE, À INFÂNCIA, À ADOLESCÊNCIA E À VELHICE. DESTA FORMA, OS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS APRESENTAM CRITÉRIOS DE EXIGIBILIDADE DIFERENCIADOS. O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) VISA ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 16 ANOS, EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL. O SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PRIMEIRO SERVIÇO A SER OFERTADO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, ATENDENDO ESTE PÚBLICO ALVO VÍTIMAS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL. NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL TAMBÉM É ATENDIDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VÍTIMA DE MAUS TRATOS, ABANDONO E EM REGIME DE ABRIGO QUE SE ENCONTRAM COM OS VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS OU FRAGMENTADOS. JÁ O ATENDIMENTO DAS PESSOAS IDOSAS, QUE, SEGUNDO O ESTATUTO DO IDOSO, ACIMA DE 60 ANOS, SÃO ATENDIDAS NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E EM SITUAÇÃO DE ROMPIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS É DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTRETANTO OS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO SOB A GESTÃO DO ESTADO, A EXECUÇÃO DOS RECURSOS É DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MONITORAMENTO DEVERÁ SER REALIZADO NO ÂMBITO DAS 3 ESFERAS DE GOVERNO. ESTÁ EM DISCUSSÃO O SISTEMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO COM A ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTAL PARA AVALIAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANCIA CO-FINANCIADOS	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA CO-FINANCIADAS	2	2008	15
PERCENTUAL DE APAE CO-FINANCIADA	QUANTIDADE DE APAE CO-FINANCIDA / QUANTIDADE DE APAE EXISTENTE NO ESTADO X 100	65	2008	100
TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RETIRADAS DO TRABALHO INFANTIL	QUANTIDADE DE CRIANÇAS BENEFICIÁRIAS DO PETI / NÚMERO DE CRIANÇAS NA CONDIÇÃO DE TRABALHO INFANTIL X 100	60	2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3071	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.	167.624,00	93.695,80	55,90	UNIDADE	6.552	6.200	95,00
3072	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	24	0	0,00

4162	ENFRENTAMENTO À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS.	62.696,00	62.694,99	100,00	UNIDADE	950	139	15,00
4163	IMPLEMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA.	275.349,00	275.348,83	100,00	UNIDADE	534	26	5,00
4164	IMPLEMENTAÇÃO DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.	700.922,00	699.358,54	99,78	UNIDADE	740	28	4,00
TOTAL		**1.206.591,00**	**1.131.098,16**	**93,74**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 222 – FINALÍSTICO - 0033

PROGRAMA - PROVIDA	
Objetivo:	REDUZIR A DESNUTRIÇÃO NO ESTADO POR MEIO DE AÇÕES QUE PROMOVAM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, NA REALIZAÇÃO DO DIREITO DE TODOS AO ACESSO REGULAR E PERMANENTE A ALIMENTOS DE QUALIDADE, EM QUANTIDADE SUFICIENTE, SEM COMPROMETER O ACESSO A OUTRAS NECESSIDADES ESSENCIAIS, TENDO COMO BASE PRÁTICAS ALIMENTARES PROMOTORAS DE SAÚDE QUE RESPEITEM A DIVERSIDADE CULTURAL, ECONÔMICA E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL.
Justificativa:	NO ESTADO DO TOCANTINS EXISTE UM ALTO ÍNDICE DE DESNUTRIÇÃO, SEGUNDO O SISTEMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SISVAN EM 2006, O ÍNDICE FOI DE 6.01%, ENTRE CRIANÇAS E GESTANTES, O MESMO ÍNDICE CHEGA AO PERCENTUAL DE 20% NAS REGIÕES SUDESTE E EXTREMO NORTE. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS, PRECONIZA UM ÍNDICE INFERIOR A 10%. A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VISAM ERRADICAR A DESNUTRIÇÃO NO ESTADO, PROPORCIONANDO CONHECIMENTO, CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO, FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS QUE ASSEGUREM ATENDIMENTO NUTRICIONAL A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, CONTRIBUINDO PARA O ACESSO PERMANENTE A ALIMENTOS SAUDÁVEIS RESPEITANDO AS CARACTERÍSTICAS E HÁBITOS ALIMENTARES DE CADA REGIÃO.
Estratégia:	PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA SERÃO IMPLEMENTADAS AÇÕES QUE PREVÊEM A AQUISIÇÃO, ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONSELHOS DE ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PROMOÇÃO DE EVENTOS, CAPACITAÇÃO DE ORGANISMOS SOCIAIS, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DE PLANTAS NÃO-CONVENCIONAIS NA ALIMENTAÇÃO, VISANDO O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA TANTO SERÃO FIRMADAS PARCERIAS COM ALGUNS ÓRGÃOS COMO: ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAIS, PREFEITURAS MUNICIPAIS, SEDUC, SEPLAN, RURALTINS, FUNASA, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL DO BICO DO PAPAGAIO - CONSAD, A RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO E DO PROVIDA, ATRAVÉS DO DESLOCAMENTO DE SUA EQUIPE ATE OS MUNICÍPIOS ALVO. A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS E DE FORNECER INFRA-ESTRUTURA LOCAL PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES BEM COMO MOBILIZAR EQUIPES LOCAIS E SOCIEDADE PARA AS MESMAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E GESTANDES DESNUTRIDAS	ÍNDICE INFORMADO PELO SISVAN	6	2008	5

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3073	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ALIMENTAR.	177.110,00	30.609,65	17,28	UNIDADE	25	1	4,00
3074	REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	18.221,00	18.221,00	100,00	UNIDADE	29	7	24,00
4165	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ALIMENTAR.	135.144,00	131.757,97	97,49	UNIDADE	0	1	0,00
4166	ASSISTÊNCIA ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NÃO-CONVENCIONAIS.	6.152,00	6.151,50	99,99	UNIDADE	8	14	175,00
4167	ASSISTÊNCIA ÀS ESCOLAS PARA UTILIZAÇÃO DE PLANTAS NÃO-CONVENCIONAIS NA MERENDA ESCOLAR.	4.351,00	4.350,50	99,99	UNIDADE	4	14	350,00
4168	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ORIENTAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	343.467,00	135.902,13	39,57	UNIDADE	213	65	31,00
4169	SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FAMÍLIAS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	4.441.985,00	4.441.684,20	99,99	UNIDADE	14.246	15.000	105,00
TOTAL		**5.126.430,00**	**4.768.676,95**	**93,02**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 223 – FINALÍSTICO - 0034

PROGRAMA - INCLUSÃO PRODUTIVA	
Objetivo:	CRIAR OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA DE FORMA SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DE UNIDADES PRODUTIVAS PARA PESSOAS E FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA PRIORITARIAMENTE AS ASSISTIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS.
Justificativa:	NO TOCANTINS, MAIS DE 80% DOS MUNICÍPIOS POSSUI POPULAÇÃO INFERIOR A 10.000 HAB, DESSAS PESSOAS, 5,88% RECEBEM ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO DE RENDA MENSAL E 21,42% NÃO POSSUEM RENDIMENTOS (IBGE/PNAD/2000). CONTRARIANDO ESTA REALIDADE SOCIAL CONSTATADA, O ESTADO POSSUI RICO POTENCIAL PRODUTIVO QUE NECESSITA SER EXPLORADO E RACIONALIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DESSAS COMUNIDADES CARENTES. A ESCASSEZ DE EMPREGO E RENDA GERA FORTE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO PODER PÚBLICO, TORNANDO-SE COMUNS PEDIDOS DE CESTAS BÁSICAS, PASSAGENS, REMÉDIOS E OUTRAS SOLICITAÇÕES. DAÍ, A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA, MINIMIZANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL BEM COMO A DESONERAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS TENDO COMO CRITÉRIO DE ELEGEBILIDADE A VOCAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS, DE FORMA DIRETA, TENDO COMO PARCEIROS AS PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES AFINS, ENTRE OUTROS. OS MESMOS FARÃO A TRIAGEM DAS FAMÍLIAS A SEREM CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA, SENDO QUE O CRITÉRIO DE INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS ELABORADO A PARTIR DOS ÍNDICES OFICIAIS QUE MEDEM O NÍVEL DE POBREZA E RESPECTIVO GRAU DE RISCO SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS E IMPLEMENTADAS EM RELAÇÃO ÀS METAS	TOTAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS X 100, DIVIDIDO PELA META ESTIPULADA	27	2008	45

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3075	CAPACITAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DOS PROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	20.350,00	19.037,45	93,55	UNIDADE	300	80	27,00
3076	REVITALIZAÇÃO DE UNIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	1.301.190,00	72.935,53	5,61	UNIDADE	29	8	28,00
3077	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	2.054.771,00	545.448,41	26,55	UNIDADE	407	27	7,00
3078	PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO EMPREENDEDORISMO.	301.034,00	301.033,20	100,00	UNIDADE	4.590	35	1,00
TOTAL		**3.677.345,00**	**938.454,59**	**25,52**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 224 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0035

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Objetivo:	FORMULAR E COORDENAR POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES TÉCNICOS E CONSELHEIROS; REALIZAR EVENTOS E PESQUISAS SOCIAIS; ELABORAR ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS TÉCNICOS; MONITORAR, AVALIAR E DIVULGAR PROGRAMAS E AÇÕES; BEM COMO, IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO QUE CONTRIBUA PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Justificativa:	O NOVO SISTEMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRAZ MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A PARTIR DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - LEI Nº 8.742 DE 07/12/1993 E DA NOB-SUAS, QUE ESTABELECEM DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS. ESSES INSTRUMENTOS LEGAIS DISCIPLINAM RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO DE FORMA COMPARTILHADA. O ESTADO ASSUME A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DENTRO DO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA TENDO A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APOIO TÉCNICO PARA A ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS. QUANTO A POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO O ESTADO TAMBÉM ASSUME NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA REDUÇÃO ÍNDICE DE DESEMPREGO, AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR. NESSE SENTIDO A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PREVENIRÁ O OCASIONAMENTO DE DISFUNÇÕES NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E NA PRECARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E, AINDA, POSSIBILITARÁ AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL CRIOU NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE

	ASSISTÊNCIA SOCIAL O NÚCLEO DE GESTÃO DO SUAS, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 105 EM 30 DE MAIO DE 2007, QUE COORDENARÁ A GESTÃO DE POLÍTICAS DO SUAS, PROPORCIONANDO ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS. O NÚCLEO SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAMENTADO NA REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DAS REFERÊNCIAS: VIGILÂNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E DEFESA SOCIAL E INSTITUCIONAL. O CUMPRIMENTO DAS REFERÊNCIAS ACIMA MENCIONADAS SERÁ EFETIVADO A PARTIR DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÕES, ARTICULAÇÕES REGIONAIS E MUNICIPAIS, APOIO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL, REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E OUTROS SERVIÇOS QUE FORTALEÇAM OS DIREITOS SÓCIO-ASSISTÊNCIAS. NO ÂMBITO DO TRABALHO O PLANEJAMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA INTEGRADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, AS DIRETORIAS DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE, DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS, DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E COM O CONSELHO ESTADUAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO. O MINISTÉRIO DO TRABALHO AINDA SERÁ PARCEIRO NO CO-FINANCIAMENTO DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES, BEM COMO NO FORNECIMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS ATRAVÉS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO - CAGED, E DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DAS AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE. A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, CABERÁ O GERENCIAMENTO, A EXECUÇÃO E A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO PROGRAMA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESTÍMULO AO EMPREGO E INCLUSÃO PRODUTIVA E O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	60	2008	100
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	60	2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3080	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOCIAIS.	100.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3081	IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3101	IMPLANTAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SUAS.	116.951,00	50.704,76	43,36	UNIDADE	1	1	100,00
4170	EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS TRABALHADORES DO SUAS.	317.540,00	16.295,25	5,13	UNIDADE	200	400	200,00
4171	FORTALECIMENTO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL.	315.611,00	211.697,88	67,08	UNIDADE	4	4	100,00
4172	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.	130.326,00	10.326,00	7,92	UNIDADE	139	52	37,00
4173	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.	2.452,00	2.451,37	99,97	UNIDADE	8	1	13,00
TOTAL		**982.880,00**	**291.475,26**	**29,66**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 225 – FINALÍSTICO - 0044

PROGRAMA - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo:	PROMOVER AÇÕES DE PREVENÇÃO ÀS SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL PARA ASSEGURAR O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES, COMUNITÁRIOS E EMANCIPAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA.
Justificativa:	PARA CONSOLIDAR E FORTALECER A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO, FOI PENSADO UM NOVO MODELO DE GESTÃO QUE VEM SENDO IMPLEMENTADO NO DECORRER DE DOIS ANOS, O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, QUE ASSEGURA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS UNIVERSAIS, ESTABELECENDO NOVAS DIRETRIZES E REORGANIZANDO SEUS PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS. BASEADO NESSA PERSPECTIVA DE AVANÇOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL, CAPAZ DE PROMOVER DE FORMA INTEGRADA ÀS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS O PROCESSO DE PROMOÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS BRASILEIROS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DESPROVIDOS DE MEIOS PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA, POR IMPERAR AS DESIGUALDADES E A DISPARIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.PARA TANTO, O SUAS É UM MODELO DE GESTÃO QUE REORGANIZA UMA ESTRUTURA DESCENTRALIZADA, PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA, CONSTITUINDO UMA REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS, QUE SE RELACIONA COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS. A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A PROMOÇÃO E O ACESSO DAS FAMÍLIAS AOS BENS E SERVIÇOS OFERTADOS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS, PORTANTO, A AUSÊNCIA DESTES SERVIÇOS PREVENTIVOS QUE ABRANGEM A

	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PODERÁ ACIRRAR O CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA. SUGESTÕES: DEMONSTRAR A REALIDADE SOCIAL DO ESTADO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO BÁSICA, CITAR ÍNDICES QUE EVIDENCIAM ESSA REALIDADE; APRESENTAR AS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS OU DESFAVORÁVEIS QUE CONTRIBUAM OU NÃO PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS POR MEIO DE PARCERIAS COM A UNIÃO, OS MUNICÍPIOS E COM A REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS, POR MEIO DO APRIMORAMENTO DA GESTÃO MEDIANTE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO, ATRAVÉS DE PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA. SUGESTÕES: DESCREVER OS CRITÉRIOS DE EXIGIBILIDADE PARA ACESSO AOS PRODUTOS E BENEFÍCIOS DO PROGRAMA; RESPONSABILIDADE PELO GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES; FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES, EXPLICITANDO OS AGENTES E PARCEIROS; MECANISMOS (SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO) PARA ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IMPLANTADOS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IMPLANTADOS	87	2008	93

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4174	IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.	101.860,00	1.860,00	1,83	UNIDADE	139	87	63,00
4175	PROMOÇÃO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS.	163.559,00	65.328,50	39,94	UNIDADE	139	87	63,00
4176	PROMOÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AO IDOSO.	77.077,00	34.076,12	44,21	UNIDADE	140	87	62,00
4177	PROMOÇÃO DO ACESSO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.	176,00	175,50	99,72	UNIDADE	29.129	0	0,00
4178	REALIZAÇÃO DE CO-FINANCIAMENTO À GESTÃO MUNICIPAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.	242.427,00	200.511,45	82,71	UNIDADE	139	139	100,00
TOTAL		**585.099,00**	**301.951,57**	**51,61**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Assistência Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
36.145.119,00	30.239.668,15	83,66	5.905.450,85

3.2.3.20 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS

O Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins foi criado pela Lei nº 1.524, de 17 de dezembro de 2004, vinculado a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, destinado ao atendimento da despesa, total ou parcial com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços sociais a cargo do Secretário Extraordinário para Políticas Governamentais de Desenvolvimento Social, que tenham por finalidade:

- A melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população;

- A solidariedade educativa com resgate da dignidade humana; à capacitação profissional e à geração de emprego e renda;

- A ampliação de parcerias com entidades públicas e privadas;

- A coordenação e a execução complementares das ações e serviços voltados para a proteção aos carentes, à família, à maternidade, à criança, ao adolescente e às pessoas portadoras de necessidades especiais; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária e a promoção da integração ao mercado de trabalho;

- Apoiar técnica e financeiramente os serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza; em conjunto com os municípios, às ações assistenciais em caráter de emergência.

As atribuições do Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas no programa finalístico – Tocantins Solidário. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 4.186.763,00** com execução de **R$ 4.174.119,06**, conforme quadro abaixo.

QUADRO 226 – FINALÍSTICO - 0041

PROGRAMA - TOCANTINS SOLIDÁRIO	
Objetivo:	PROMOVER ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA QUE ESTAS ESTABELEÇAM OS ALICERCES DA CIDADANIA PLENA.
Justificativa:	A DÍVIDA SOCIAL PROVOCADA POR DÉCADAS DE AUSÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ECONÔMICAS E DE SAÚDE PÚBLICA EFICIENTES, FAVORECEU PARA QUE TENHAMOS BAIXO NÍVEL EDUCACIONAL, ALTO ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DEFICIENTE ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA. DADA A FRAGILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DE PARTE SIGNIFICATIVA DA SOCIEDADE TOCANTINENSE, É QUE AÇÕES SOLIDÁRIAS E EMERGÊNCIAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DESTA DÍVIDA SOCIAL.
Estratégia:	O PROGRAMA DEVE ATENDER PRIORITARIAMENTE PESSOAS OU FAMÍLIAS SOCIAIS E ECONOMICAMENTE VULNERÁVEIS, BEM COMO A COMUNIDADE EM GERAL EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA. O ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES SERÁ POR DEMANDA E POR CONSTATAÇÃO DAS NECESSIDADES EM OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DE PRIORIDADE JÁ ESTABELECIDOS. A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EXECUTARÁ DIRETAMENTE AS AÇÕES QUE CUMPRAM O OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE ATENDIDOS PELA SETDS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA SETDS / QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DOS QUAIS FORAM DECRETADOS ESTADO DE CALAMIDADE	100	2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4232	ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	3.987.599,00	3.974.956,17	99,68	UNIDADE	140	139	99,29
4233	MANUTENÇÃO DA CASA DE APOIO VERA LÚCIA.	199.164,00	199.162,89	100,00	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**4.186.763,00**	**4.174.119,06**	**99,70**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins

3.2.3.21 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei nº 1.251, de 20 de setembro de 2001, criou o Fundo Estadual de Defensoria Pública, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O objetivo desta unidade é prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de Defensoria Pública por meio da aquisição de equipamentos, implantação e implementação de Núcleos Regionais de Defensoria Pública, treinamento de servidores, promoções e eventos científicos e educativos e edição de material técnico-educativo.

As atribuições do Fundo Estadual de Defensoria Pública foram desenvolvidas por meio da ação estruturada no programa finalístico – Atendimento Jurídico, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 227 – FINALÍSTICO - 0011

PROGRAMA - ATENDIMENTO JURÍDICO	
Objetivo:	GARANTIR A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA, AO CIDADÃO NECESSITADO, QUE ENVOLVE METAS QUE SE RELACIONAM A MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE NÚCLEOS DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS E AO ATENDIMENTO AO CIDADÃO.
Justificativa:	A DEFENSORIA PÚBLICA FOI CRIADA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA AOS MAIS POBRES, MAS AINDA HOJE APRESENTA UM DÉFICIT. PORTANTO, O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO SERVIÇO DESTAS INSTITUIÇÕES EM TODO O PAÍS NÃO FOI SUFICIENTE PARA ACOMPANHAR O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO PODER JUDICIÁRIO. NESTE CONTEXTO, A DEFENSORIA NO ESTADO SE ENCONTRA EM UM NÍVEL CONSIDERADO MÉDIO BAIXO, NECESSITANDO AMPLIAR O SEU ATENDIMENTO, SENDO ASSIM ECESSÁRIO PROGRAMAS DIRECIONADOS A ESSES OBJETIVOS, QUE É SUA ATIVIDADE FIM. CONCLUI-SE QUE A MPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA VISA SOLUCIONAR E FACILITAR OS MEIOS A ESTA POPULAÇÃO DE ESTAREM INSERIDAS DENTRO DE UM CONTEXTO SOCIAL MÍNIMO, DE UMA SOCIEDADE QUE SE QUEIRA JUSTA.
Estratégia:	CONSISTE NA EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA, COM A FINALIDADE DE APARELHAR E MODERNIZAR SUAS UNIDADES, PROPORCIONANDO AGILIDADE E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO CARENTE. PARA ESTE FIM, BUSCA-SE A IMPLEMENTAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, A INTERIORIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA DEFENSORIA, BENEFÍCIOS AOS USUÁRIOS TAIS COMO: TESTE DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, IMPLANTAÇÃO DE BOLSA ESTÁGIO, PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS, AQUISIÇÃO DE MATERIAL JURÍDICO E PERIÓDICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS, CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA EM PALMAS, TENDO COMO OBJETIVO MELHORAR SUA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA EM TODO O ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ATENDIMENTO AOS HIPOSSUFICIENTES	(TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS / TOTAL DE SOLICITAÇÕES OCORRIDAS) X 100	NÃO DISPONÍVEL	2002	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4247	APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.	70.000,00	8.977,50	12,83	PERCENTUAL	385	51	13,00
TOTAL		**70.000,00**	**8.977,50**	**12,83**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Defensoria Pública

3.2.3.22 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A Lei nº 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

A missão do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental, é conferir suporte financeiro às ações da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no que tange às obras de infra-estrutura, paisagismo e preservação ambiental do Projeto Orla, de maneira a disciplinar a ocupação e o uso do solo nas margens do Lago de Palmas, de forma a assegurar a conservação dos ecossistemas locais, a harmonia social e a melhoria da qualidade de vida da população.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Desenvolvimento Urbano. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 6.517.400,00** com execução de **67,37%** do montante autorizado.

QUADRO 228 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTAR A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO URBANA E RURAL NO ESTADO DO TOCANTINS	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DAS FAMILIAS TOCANTINENSE / REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICIPIOS	60	mai/06	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3300	ABERTURA DE RUAS EM QUADRAS ALIENADAS EM PALMAS	711.390,00	677.024,10	95,17	m²	6.000	23.190	386,50
3301	IMPLANTAÇÃO DE MICROPARCELAMENTO DE QUADRAS ALIENADAS EM PALMAS	1.290.278,00	1.167.447,71	90,48	m²	6.000	5.429	90,48
3302	DEMARCAÇÃO DE MICROPARCELAMENTO DE QUADRAS ALIENADAS EM PALMAS	109.704,00	0,00	0,00	m²	5.000	0	0,00
4260	RESSARCIMENTO DO CANCELAMENTO DE CONTRATO DE LOTES EM QUADRAS ALIENADAS.	100.000,00	1.257,85	1,26	UNIDADE	8	1	12,50
4261	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA O	1.188.628,00	1.068.827,77	89,92	m²	32.468	29.194	89,92

	PLANO DIRETOR DE PALMAS.							
4262	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA TRATADA EM QUADRAS ALIENADAS.	754.000,00	437.731,20	58,05	m	32.000	18.576	58,05
4263	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL URBANA EM QUADRAS ALIENADAS.	986.000,00	245.388,00	24,89	m	54.545	13.577	24,89
4264	INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA URBANA EM QUADRAS ALIENADAS.	327.400,00	95.459,98	29,16	m	23.810	6.944	29,16
4265	INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTO EM QUADRAS ALIENADAS.	1.050.000,00	697.496,46	66,43	m	25.000	16.607	66,43
TOTAL		**6.517.400,00**	**4.390.633,07**	**67,37**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

3.2.3.23 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR

A Lei n.° 1.128, de 1° de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla, em seu art. 5º, criou o Fundo de Apoio a Moradia Popular, inicialmente vinculado à AD-Tocantins que, através do Decreto nº 1.303, de 27 de setembro de 2001, passou a vincular-se a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado, tendo como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social.

O Fundo de Apoio à Moradia Popular é destinado à edificação de moradias e à melhoria das condições habitacionais. Sua missão é promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade e a gestão eficiente das cidades, utilizando como estratégia a captação de recursos com o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos programas habitacionais, beneficiando as famílias de baixa renda com a reinclusão social.

As atribuições do Fundo de Apoio a Moradia Popular foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas finalístico – Moradia. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 1.103.481,00** com execução de **81,19%** do montante disponibilizado.

QUADRO 229 – FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA - MORADIA	
Objetivo:	VIABILIZAR E MONITORAR O ACESSO À MORADIA, BEM COMO ELEVAR OS PADRÕES DE HABITABILIDADE E DE QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS NO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	A HABITAÇÃO É DIREITO CONSTITUCIONAL E ASPIRAÇÃO LEGÍTIMA DE TODO CIDADÃO BRASILEIRO, A LEI 10.257/2001 QUE INSTITUI O ESTATUTO DA CIDADE, APRESENTA DISPOSITIVO QUE ASSEGURA A CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA AS FAMÍLIAS. OS PROBLEMAS HABITACIONAIS QUANDO NÃO SÃO SOLUCIONADOS, REFLETEM A SITUAÇÃO SOCIAL E AS DESIGUALDADES GERADAS NO ÂMBITO DO MERCADO DE TRABALHO E DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA. TODAVIA, DEVE-SE CONSIDERAR QUE A QUESTÃO DA MORADIA REFLETE ALÉM DISSO, OUTRAS TRÊS DIMENSÕES A SEREM CONSIDERADAS PELA INTERVENÇÃO PÚBLICA FINANCEIRA, FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA.
Estratégia:	EXISTEM, ATUALMENTE, DUAS NECESSIDADES BÁSICAS NO ESTADO: UMA QUALITATIVA, QUE JÁ VEM SENDO ATENDIDA, PORÉM, MESMO ASSIM É NOTADA EM ALGUNS MUNICÍPIOS, A OUTRA QUANTITATIVA ONDE É NECESSÁRIO O ACOMPANHAMENTO DO DÉFICIT HABITACIONAL PARA A PRODUÇÃO HABITACIONAL ATRAVÉS DE PARCERIAS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS NOS NÍVEIS MUNICIPAL E FEDERAL, COM ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS (COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES DE CLASSES, ONG'S, SINDICATOS E OUTROS) E, TAMBÉM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
DEFICIT HABITACIONAL - CARÊNCIA DE MORADIA DE UMA SOCIEDADE	NÚMERO DE FAMILIAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS SOCIAIS DE MORADIA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO	70	ago/06	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4254	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS URBANAS.	578.481,00	523.012,11	90,41	UNIDADE	5	3	60,00
4255	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE MÚLTIPLO USO.	525.000,00	372.823,43	71,01	UNIDADE	9	3	33,33
TOTAL		1.103.481,00	895.835,54	81,18	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Apoio a Moradia Popular

3.2.3.24 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

O Fundo Estadual de Saúde do Tocantins (FES/TO) foi instituído pela Lei nº 429, de 28 de julho de 1992. Em 2004, após ampla discussão e com o apoio do Ministério da Saúde, foi revisado e submetido à Assembléia Legislativa um projeto de lei propondo sua alteração, tendo sido aprovado pela Lei nº 1.508, de 18 de novembro de 2004, revogando-se a Lei nº 429/92, destinando ao atendimento da despesa, total ou parcial:

I - com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços de saúde a cargo da Secretaria da Saúde que tenham por finalidade:

a) a descentralização dos serviços e das ações de saúde;

b) a oferta e o controle de serviços das redes hierarquizadas de assistência do Sistema Único de Saúde – SUS;

c) a coordenação e a execução complementar das ações e serviços de:

1. vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;

2. controle e fiscalização do meio ambiente, inclusive o de trabalho;

II - de custeio, inclusive o do pessoal ativo;

III - de capital da Secretaria da Saúde.

O Decreto n.° 2.404, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo Estadual de Saúde, autorizando o gestor do Fundo a:

I. promover a descentralização da execução orçamentária e financeira, através de delegação de competência, para que as unidades de saúde e as entidades vinculadas à Secretaria de Saúde administrem parcela do orçamento do Fundo e efetuem os pagamentos respectivos;

II. implementar as medidas necessárias para a adequação orçamentária-financeira das unidades gestoras à descentralização de que trata o inciso anterior;

III. delegar as suas atribuições de gestor a servidor que o substituirá em suas ausências ou impedimentos;

IV. aprovar a cota orçamentária das unidades executores do Sistema Estadual de Saúde, após a promulgação da lei fixa a despesa e estima a receita.

O Decreto n.° 2.405, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Fundo a Fundo.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo da SESAU, Apoio Administrativo da FMT, nove finalísticos e um de gestão. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 731.119.721,00**, com execução de **R$ 552.920.935,84**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 230 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DA SAÚDE – SESAU - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	8.957.005,00	8.891.195,99	99,27	65.809,01
Manutenção dos Serviços de Transportes	3.585.505,00	3.565.321,43	99,44	20.183,57
Manutenção de Recursos Humanos	259.252.803,00	259.252.772,49	100,00	30,51
Ações de Informática	1.970.076,00	1.719.774,33	87,29	250.301,67
TOTAL	**273.765.389,00**	**273.429.064,24**	**99,88**	**336.324,76**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 231 - APOIO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL - FMT - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais – FMT	556.972,00	549.009,16	98,57	556.972,00
Manutenção dos Serviços de Transportes – FMT	225.712,00	224.584,18	99,50	225.712,00
Manutenção de Recursos Humanos – FMT	1.992.682,00	1.992.477,38	99,99	1.992.682,00
Manutenção da Representação da Fundação de Medicina Tropical	15.000,00	13.631,00	90,87	15.000,00
Ações de Informática – FMT	57.897,00	50.234,00	86,76	57.897,00
TOTAL	**2.848.263,00**	**2.829.935,72**	**99,36**	**2.848.263,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 232 – FINALÍSTICO - 0001

PROGRAMA - VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE	
Objetivo:	FORTALECER O SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DAS SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, PARA REDUZIR A MORBIMORTALIDADE, BEM COMO OS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À SAÚDE.
Justificativa:	DEVIDO A INSUFICIÊNCIA DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAUDE, NÃO É POSSÍVEL TER O CONHECIMENTO OPORTUNO DOS EVENTOS DE RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE E A TOMADA DE DECISÃO PARA O DESENCADEAMENTO DAS MEDIDAS DE INTERVENÇÃO NECESSÁRIAS, OCASIONANDO O SURGIMENTO DE EPIDEMIAS E/OU SURTOS QUE PODERIAM SER EVITADOS. PARA A SUA EFETIVAÇÃO EXISTEM INSTRUMENTOS DE GESTÃO (PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO - PDR E A PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PAP-VS), DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS AOS MUNICÍPIOS E AO ESTADO DENTRE OUTROS. ENTRETANTO, A DEFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS, A AUSÊNCIA DE REGIONAIS DE SAÚDE, A FALTA DE SENSIBILIZAÇÃO E DE CONHECIMENTOS POR PARTE DE ALGUNS PROFISSIONAIS E GESTORES, REPRESENTAM UMA GRANDE DIFICULDADE QUE PRECISA SER SUPERADA.
Estratégia:	DIRETA OU DESCENTRALIZADA, CABENDO À SESAU PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO EM SERVIÇO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DESENVOLVIDAS.
Prazo de Execução:	01/01/2008 A 31/12/2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
HOMOGENEIDADE DE COBERTURA VACINAL DE ROTINA NOS MUNICÍPIOS	(NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS QUE ALCANCARAM A META VACINAL EM TODAS AS VACINAS PRECONIZADAS / NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	66	30/6/2007	70
PERCENTAGEM DE CASOS NOTIFICADOS E INVESTIGADOS COM ENCERRAMENTO OPORTUNO	(NÚMERO DE CASOS SUJEITOS À INVESTIGACAO QUE FORAM NOTIFICADOS E ENCERRADOS OPORTUNAMENTE / NÚMERO TOTAL DE CASOS SUJEITOS À INVESTIGACAO NOTIFICADOS NO PERÍODO) X 100	80	30/6/2007	90
% DE MUNICÍPIOS COM ENVIO REGULAR DOS SIS	(NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM ENVIO REGULAR DE INFORMAÇAO / TOTAL DE MUNICÍPIOS) X 100	85	30/6/2007	90
EXAMES REALIZADOS NO LACEN E LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA DE ARAGUAÍNA	NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS NO LACEN	180.000	30/6/2007	196.000
PERCENTUAL DE ÓBITOS COM CAUSA MAL DEFINIDA	(NÚMERO DE ÓBITOS COM CAUSA MAL DEFINIDA / TOTAL DE ÓBITOS NO PERÍODO) X 100	8	30/6/2007	3
AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO	(NÚMERO DE INSPEÇÕES + REINSPEÇÕES REALIZADAS / NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS NO SINAVISA SUJEITOS À INSPEÇÃO SANITÁRIA PELA VISA ESTADUAL) X 100	37	30/6/2007	50
APOIO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA	NÚMERO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIAS MUNICIPAIS COM INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO (DEFINIÇÕES DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS) / NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO	10	30/6/2007	70
PER. DE MUNICÍPIOS COM ENVIO REGULAR DE AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	(NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM ENVIO REGULAR/TOTAL DE MUNICIPIOS) X 100	60	30/6/2007	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3063	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS.	1.658.726,00	356.980,29	21,52	m²	2	1	50,00
4118	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E INSUMOS DAS VIGILÂNCIAS.	1.342.712,00	779.058,25	58,02	UNIDADE	128	435	339,84
4119	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE.	2.960.554,00	1.283.237,05	43,34	UNIDADE	500	883	176,60
4120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE NOS MUNICÍPIOS E ESTADO.	7.018.855,00	4.370.996,63	62,28	UNIDADE	139	121	87,05
4121	AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO.	254.000,00	226.276,60	89,09	UNIDADE	940	990	105,32
4122	APOIO À DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA AO NÍVEL MUNICIPAL.	45.339,00	21.009,00	46,34	UNIDADE	139	109	78,42
4123	ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	558.617,00	249.281,16	44.62	UNIDADE	13	13	100,00
TOTAL		**13.838.803,00**	**7.286.838,98**	**52,66**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 233 – FINALÍSTICO - 0002

PROGRAMA - SANGUE É VIDA	
Objetivo:	ASSEGURAR A QUALIDADE E AUTO-SUFICIÊNCIA EM SANGUE, COMPONENTES, E GARANTIR A ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS DE COAGULAÇÃO SANGUÍNEA E DE MÁ FORMAÇÃO DE HEMÁCEAS.
Justificativa:	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS AMBULATÓRIOS E LABORATÓRIOS DE COAGULOPATIAS E HEMATOLOGIA NO HEMOCENTRO COORDENADOR DE PALMAS E HEMOCENTRO REGIONAL DE ARAGUAÍNA PARA O ATENDIMENTO E DIAGNÓSTICO DE PACIENTES COM COMPLEXIDADES HEMATOLÓGICAS, PARA QUE ESTES TENHAM AMPARO NO PRÓPRIO ESTADO, POIS ESTES SE DESLOCAM PARA OUTRAS REGIÕES, SENDO QUE O ESTADO TEM POTENCIAL PARA SER UM CENTRO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA HEMORREDE, EVITANDO A INSUFICIÊNCIA DE DOADORES DE SANGUE QUE PROVOCARIAM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR, JÁ QUE COM A CONCLUSÃO DO HOSPITAL GERAL DE PALMAS E O AUMENTO DA COMPLEXIDADE HOSPITALAR A DEMANDA SE AMPLIARÁ, SENDO NECESSÁRIA UMA MAIOR MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES HEMOTERÁPICAS E DISPONIBILIDADE DE CAPACITAÇÕES AOS SERVIDORES.
Estratégia:	SERÁ DE FORMA DIRETA, OU SEJA, O HEMOCENTRO COORDENADOR ATRAVÉS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E COMPRAS DIRETA COORDENARÃO AS UNIDADES BENEFICIADAS. ESTAS PARTICIPARÃO NO PLANEJAMENTO E ENCAMINHARÃO RELATÓRIOS MENSAIS DE PRODUÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES ATENDIDOS.
Prazo de Execução:	-

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE FIDELIZAÇÃO DE DOADORES	NÚMERO DE DOADORES DE REPETIÇÃO / NÚMERO TOTAL DE DOADORES X 100	55%	31/12/2006	70%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3064	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	1.876.255,00	856.659,99	45,66	UNIDADE	15	4	26,67
4124	MANUTENÇÃO DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	365.611,00	365.610,14	100,00	UNIDADE	15	15	100,00
4125	CAPTAÇÃO DE DOADORES VOLUNTÁRIOS DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA.	144.254,00	40.254,00	27,90	UNIDADE	130	55	42,31
4126	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	300.707,00	21.069,66	7,01	UNIDADE	15	15	100,00
4127	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	648.000,00	151.230,00	23,34	UNIDADE	15	15	100,00
4128	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA HEMOREDE DO TOCANTINS.	358.274,00	69.545,44	19,41	UNIDADE	160	65	40,63
TOTAL		**3.693.101,00**	**1.504.369,23**	**40,73**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 234 – FINALÍSTICO - 0003

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO NO ÂMBITO DA SAÚDE. PROPORCIONAR ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS, DE MANEIRA INTEGRADA COM DIVERSOS SETORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DEMAIS CENTROS DE PESQUISAS, BUSCANDO A RESOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS E NECESSIDADES. FORMAR CAPITAL INTELECTUAL COM VISÃO CRÍTICA PARA APOIO A GESTÃO E A ATIVIDADES FINS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL, DEVIDO À DIFICULDADE DE ACESSO AOS CENTROS FORMADORES E ELEVADO CUSTO RELACIONADO QUANTO À IMPORTAÇÃO DE CURSOS. CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM TITULAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO QUE POSSAM ATUAR NA PESQUISA, ENSINO E SERVIÇOS, COM VISÃO CRÍTICA PARA DETECÇÃO E RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS REGIONAIS. DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO E FIXAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA POR QUESTÕES REGIONAIS E OU FINANCEIRAS.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS, IMPLANTAÇÃO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS POR MEIO DE PARCERIAS, INTERCÂMBIOS, CONVÊNIOS, ESTÁGIOS E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PORCENTAGEM DE METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE ENSINO	METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE ENSINO _____ X 100 TOTAL DE METAS FÍSICAS EM UNIDADE PLANEJADA DO PROGRAMA DE ENSINO	-	-	100
MÉDIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM REALIZADA DO PROGRAMA DE ENSINO	SOMATÓRIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM REALIZADA DO PROGRAMA DE ENSINO _____ * 100 SOMATÓRIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM PLANEJADAS DO PROGRAMA DE ENSINO	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3020	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ENSINO.	101.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	10	0	0,00
4069	EXPANSÃO INTERINSTITUCIONAL NA ÁREA DE ENSINO.	17.472,00	16.471,87	94,28	UNIDADE	5	5	100,00
4070	CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS EM SAÚDE.	149.501,00	136.903,48	91,57	UNIDADE	180	420	233,33
4071	DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE MEDICINA TROPICAL.	204.183,00	203.527,02	99,68	UNIDADE	20	26	130,00
TOTAL		472.156,00	356.902,37	75,59	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 235 – FINALÍSTICO - 0004

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA. PROMOVER O CONHECIMENTO, A INVESTIGAÇÃO E A DETECÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA. DESENVOLVER E APRIMORAR METODOLOGIAS, ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES QUE VISEM A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E CONTROLE DAS DOENÇAS E AGRAVOS. INTEGRAR AS ATIVIDADES DE PESQUISA COM A PÓS-GRADUAÇÃO E DEMAIS CAPACITAÇÕES DO PROGRAMA DE ENSINO, NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA. FORMAR E FORTALECER GRUPOS DE PESQUISADORES QUE DESENVOLVAM LINHAS DE INVESTIGAÇÃO LOCAIS E/OU MULTICÊNTRICAS PARA ATENDER NECESSIDADES EM SAÚDE. PRODUZIR MATERIAIS E INSUMOS A PARTIR DE RECURSOS NATURAIS REGIONAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL. REALIZAR VISITAS TÉCNICAS DE/E PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES COM A FINALIDADE DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRAESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL REGIONAL. NECESSIDADE DE CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES NA SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA. MELHOR APROVEITAMENTO DA BIODIVERSIDADE DA REGIÃO. APOIO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERECIDOS À POPULAÇÃO NA BUSCA DE MAIOR EFETIVIDADE E QUALIDADE. NECESSIDADE DE FORMAR E FORTALECER GRUPOS DE PESQUISADORES QUE DESENVOLVAM LINHAS DE INVESTIGAÇÃO LOCAIS E/OU MULTICÊNTRICAS. NECESSIDADE DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS ENTRE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS, IMPLANTAÇÃO DAS ESTRUTURAS LABORATORIAIS ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS, INTERCÂMBIOS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS. FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA. ADEQUAÇÃO DAS METODOLOGIAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.
Prazo de Execução:	01/01/2008 A 31/12/2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
MÉDIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM REALIZADA DO PROGRAMA PESQUISA	SOMATÓRIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM REALIZADA DO PROGRAMA DE PESQUISA _____ X 100 SOMATÓRIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM PLANEJADAS DO PROGRAMA DE PESQUISA	-	-	100
PORCENTAGEM DE METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE PESQUISA	METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE PESQUISA _____ X 100 TOTAL DE METAS FÍSICA EM UNIDADES PLANEJADAS DO PROGRAMA DE PESQUISA	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3102	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.	100.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	0	0	0,00
4072	EXPANSÃO INTERINSTITUCIONAL NA ÁREA DE PESQUISA.	38.825,00	38.324,05	98,71	UNIDADE	10	13	130,00
4073	REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.	185.985,00	185.157,37	99,56	UNIDADE	15	21	140,00
TOTAL		324.810,00	223.481,42	68,8	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 236 – FINALÍSTICO - 0005

PROGRAMA - INFORMAÇÃO EM SAÚDE	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; PROPORCIONAR ECONOMICIDADE E QUALIDADE AO TRABALHO DA FMT, PELA CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA REGIÃO PELA DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS, GARANTINDO A RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIAR E DIVULGAR AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAR, CAPACITAR, DESENVOLVER E FORTALECER O CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; AVALIAR COM OS DEMAIS SETORES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS OS PROGRAMAS, AÇÕES, TECNOLOGIAS E SITUAÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. NECESSIDADE DE CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FORUNS E SEMINARIOS; DE RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; DE APOIO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO DE INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, LICITAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS, REALIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS; RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIO E DIVULGAÇÃO (BOLETINS TÉCNICO-CIENTÍFICO, BOLETINS COMUNITÁRIOS, VÍDEOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS) DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Prazo de Execução:	01/01/2008 A 31/12/2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
MÉDIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM REALIZADA DO PROGRAMA INFORMAÇÃO	SOMATÓRIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM REALIZADA DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE _____ X 100 SOMATÓRIA DAS METAS FÍSICAS EM PERCENTAGEM PLANEJADAS DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	-	-	100
PORCENTAGEM DE METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO	METAS FÍSICAS EM UNIDADE REALIZADA DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE _____ X 100 TOTAL DE METAS FÍSICA EM UNIDADES PLANEJADAS DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3021	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FMT.	101.000,00	0,00	0,00	% DE UNIDADES CONSTRUÍDAS	20	0	0,00
3022	IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FMT.	8.230,00	7.889,80	95,87	UNIDADE	10	9	90,0
4074	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE.	22.986,00	21.724,10	94,51	UNIDADE	1	3	300,00
4075	TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO.	26.574,00	7.800,00	29,35	UNIDADE	5	4	80,00
TOTAL		**158.790,00**	**37.413,90**	**23,56**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 237 – FINALÍSTICO - 0024

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	
Objetivo:	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM NÍVEL BÁSICO, TÉCNICO E PÓS-TÉCNICO.
Justificativa:	AS MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO SETOR SAÚDE (PACTO DA SAÚDE) EXIGEM CLARAMENTE NO QUE SE REFERE ÀS NECESSIDADES DE OFERTA E DE QUALIDADE DE RECURSOS HUMANOS, O QUE TRAZ ENORMES PREJUÍZOS A SAÚDE PÚBLICA E AO ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE PROMOÇÃO A SAÚDE. PARA SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM DETERMINADAS ÁREAS, O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM A ETSUS QUE POSSUI POTENCIALIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS AO LONGO DESSES ANOS QUE FORTALECEM SUA POSIÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL A SERVIÇO DO SUS, EM TERMOS DE FORMAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E PÓSTÉCNICA. NESTE SENTIDO A ETSUS PRIMA POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM VISTA À PROMOÇÃO DE UM ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO E DE MELHOR QUALIDADE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE TODA EQUIPE E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ETSUS. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS: TÉCNICO EM

	HIGIENE DENTAL, TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, TÉCNICO EM VIGILÂNCIA DA SAÚDE, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO EM HEMOTERAPIA, TÉCNICO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, TÉCNICO EM GESSO, TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA E PÓS-TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. AMPLIAR A FROTA DE VEÍCULOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE. COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS SERÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO. PROMOVER A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMO TAMBÉM A AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS ADMINISTRATIVOS GERAIS DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO PARA OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA ETSUS. ARTICULAÇÃO DA DIRETORIA FINANCEIRA DA ETSUS COM A SECAD E SEFAZ, PARA GERAR FOLHA DE PAGAMENTO DA ETSUS. REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E COMPRA DE ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, SOFTWARES E OUTROS PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO DAS ATIVIDADES ESCOLARES. ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E OUTROS PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE EM PALMAS E EXPANSÃO DOS PÓLOS DE ARAGUAÍNA E GURUPI.
Prazo de Execução:	-

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NIVEL TÉCNICO	NÚMERO DE PESSOAS / NÚMERO DE CURSOS X 100	2.584	set-03	-
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NÍVEL BÁSICO	NÚMERO DE PESSOAS / NÚMERO DE CURSOS X 100	3.000	9/1/2003	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4288	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE – ETSUS.	36.118,00	32.015,00	88,64	UNIDADE	4	4	100,00
4289	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – ETSUS.	169.771,00	169.279,51	99,71	m²	10.851,87	10.851,87	100,00
4290	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – ETSUS.	1.673.853,00	1.672.113,35	99,90	UNIDADE	47	70	148,94
4291	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA – ETSUS.	15.423,00	15.358,00	99,58	UNIDADE	84	84	100,00
4292	FORMAÇÃO TÉCNICA E PÓS-TÉCNICA EM SAÚDE – ETSUS.	2.339.320,00	1.084.564,04	46,36	UNIDADE	25	21	84,00
4293	CAPACITAÇÃO DO CORPO INTEGRANTE DA ETSUS.	6.700,00	5.779,00	86,25	UNIDADE	85	105	123,53
4294	REALIZAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – ETSUS.	596.044,00	2.740,75	0,46	UNIDADE	9	3	33,33
TOTAL		**4.837.229,00**	**2.981.849,65**	**61,64**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 238 – FINALÍSTICO - 0058

PROGRAMA - SAÚDE PARA TODOS	
Objetivo:	COOPERAR TECNICAMENTE COM OS MUNICÍPIOS PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA.
Justificativa:	CONSIDERANDO QUE O ESTADO E MUNICÍPIOS, ENQUANTO PROVEDORES DAS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS AO PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO A SAÚDE, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO ASSEGURANDO A POPULAÇÃO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE POR MEIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 648/06 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE DEFINE E REGULAMENTA A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, COMO EIXO ESTRUTURANTE NA REORIENTAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO A SAÚDE, NESTE SENTIDO O ESTADO VEM DESENVOLVENDO AÇÕES CONJUNTAS INTRA E INTERSETORIAIS, ESTABELECENDO METAS E PRIORIDADES PARA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO A REDUÇÃO DOS CONDICIONANTES QUE AFETAM A SAÚDE DA POPULAÇÃO.
Estratégia:	DESENVOLVER AS POLÍTICAS DA ATENÇÃO BÁSICA E PROMOÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DOS CICLOS DE VIDA: CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER, IDOSO, ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, HIPERTENSÃO E DIABETES E DAS ESTRATÉGIAS: SAÚDE DA FAMÍLIA, SAÚDE BUCAL E PRISIONAL, ACOMPANHADAS E AVALIADAS PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA. DE ACORDO COM A PORTARIA 648/06.
Prazo de Execução:	-

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM 4 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL	NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM 4 CONSULTAS OU MAIS DE PRÉ-NATAL EM DETERMINADO LOCAL E PERÍODO / NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS NO MESMO LOCAL E PERÍODO * 100	88,54	01/01/2006	93
MÉDIA ANUAL DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES BÁSICAS POR HABITANTE	NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES BÁSICAS EM DETERMINADO LOCAL E PERÍODO / A POPULAÇÃO TOTAL NO MESMO LOCAL E PERÍODO	1,41	31/12/2006	2

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3065	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.	370.000,00	370.000,00	100,00	UNIDADE	8	3	37,50
4129	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS.	79.062,00	50.810,50	64,27	UNIDADE	372	369	99,19
4130	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE CARÁTER EDUCATIVO E INFORMATIVO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS DE VIDA.	130.045,00	57.420,20	44,15	UNIDADE	143	128,35	89,76
4131	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.	627.247,00	234.735,67	37,42	UNIDADE	450	2.846	632,44
4132	ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO TOCANTINS.	3.666.443,00	3.540.918,08	96,58	UNIDADE	100	159,21	159,21
TOTAL		**4.872.797,00**	**4.253.884,45**	**87,30**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

* A ação 4130 – Divulgação de ações e serviços de caráter educativo e informativo de hábitos saudáveis de vida, conforme a meta física de atingir 70% dos municípios das macros regiões de Palmas e Araguaína com confecção e distribuição de materiais educativos e insumos, houve um alcance da meta de 135%, dos municípios da macro região de Palmas e respectivamente 128%.
* A ação 4132 – Acompanhamento das Ações da Atenção Primária no Tocantins, as atividades de acompanhamento, assessoria, monitoramento, avaliação e cooperação técnica aos municípios no âmbito dos serviços de saúde de atenção primária foram realizadas de forma satisfatória e cumprindo com o programado de acordo com a meta inicial de 50% dos municípios o que corresponde a 70 municípios com cobertura das ações propostas para 2008. No decorrer da execução da ação de janeiro a dezembro foram acompanhados e assessorados 50 municípios da macro região de Araguaína e 60 municípios da macro região de Palmas perfazendo a média de 159,21% de cumprimento da meta. Esse resultado foi possível, com a realização de ações conjuntas entre as áreas temáticas e estratégicas da Atenção Primária, que contribuíram e potencializaram tanto os recursos humanos, quanto financeiros para os resultados alcançados.

QUADRO 239 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0064

PROGRAMA - GESTASUS	
Objetivo:	PROVER A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO TOCANTINS PASSANDO PELA REDEFINIÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE ENQUANTO PRIORIDADE DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL, PELA REDEFINIÇÃO, MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL, GERENCIAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, POR NOVOS MODELOS DE GESTÃO E DOS COLEGIADOS DE GESTÃO REGIONAIS QUE VENHAM DAR CONTA DA PROMOÇÃO, EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO, BEM COMO OUVIDORIA, REGULAÇÃO, CONTROLE, E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUS PARA UM MELHOR DESEMPENHO DOS SERVIÇOS OFERTADO À POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	A IMPLEMENTAÇÃO DESSA ESTRATÉGICA VISA REORIENTAR O MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE, DE FORMA MAIS EFICIENTE E EFICAZ, CONSOLIDANDO A MISSÃO DA INSTITUIÇÃO ENQUANTO ÓRGÃO FORMADOR DE POLITICAS DE SAÚDE PUBLICA, COORDENADOR, NORMATIZADOR, REGULADOR DE COOPERAÇÃO TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
Estratégia:	APOIO INTEGRADO À GESTÃO ATRAVÉS CO-GESTÃO, CO-FINANCIAMENTO, HUMANO, ENVOLVENDO AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E CONTROLE SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4133	IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DA ATENÇÃO À SAÚDE (MONITORAMENTO).	408.212,00	121.764,15	29,83	UNIDADE	1	1	100,00
4134	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DESEMPENHO E DA REGULAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES SOB A GESTÃO DA SESAU-TO.	143.808,00	91.332,25	63,51	UNIDADE	5	5	100,00
4135	MODERNIZAÇÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUS-TO.	145.793,00	58.793,00	40,33	UNIDADE	11	7	63,64

4136	FOMENTAR A ESTRUTURAÇÃO DE NÚCLEOS DE GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRABALHO.	80.269,00	13.267,70	16,53	UNIDADE	6	6	100,00
4137	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE GESTÃO DA SAÚDE.	1.637.935,00	502.364,01	30,67	UNIDADE	5	9	180,00
4138	MANUTENÇÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB.	259.600,00	6.458,00	2,49	UNIDADE	1	1	100,00
4139	IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SISTEMA DE SAÚDE DO TOCANTINS.	6.095.807,00	559.821,60	9,18	UNIDADE	400	979	244,75
4140	FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS, CONTROLE SOCIAL E GESTORES DE SAÚDE.	767.591,00	57.121,93	7,44	UNIDADE	50	72	144,00
4141	DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA EM SAÚDE.	220.300,00	299,10	0,14	UNIDADE	1	8	800,00
4142	PROMOÇÃO DE INTERAÇÃO ENTRE ENSINO DA SAÚDE E SERVIÇOS DO SUS.	40.651,00	651,00	1,60	UNIDADE	1	3	300,00
4143	PROMOVER A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE.	101.715,00	11.714,40	11,52	UNIDADE	2	33	1.650,00
4144	SISTEMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO SUS NO ESTADO.	130.190,00	5.129,50	3,94	UNIDADE	200	253	126,50
4145	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS E DE INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO DO TOCANTINS.	2.465.215,00	1.975.377,08	80,13	PERCENTUAL	25	25	100,00
4146	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE OUVIDORIA DA SAÚDE.	253.945,00	74.836,92	29,47	UNIDADE	1	1	100,00
4147	MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE E AÇÕES DO CONTROLE SOCIAL.	195.601,00	7.100,70	3,63	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**12.946.632,00**	**3.486.031,34**	**26,93**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 240 – FINALÍSTICO - 0072

PROGRAMA - REMÉDIO PARA TODOS	
Objetivo:	GARANTIR AOS USUÁRIOS DO SUS SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRAL ATRAVÉS DO ATENDIMENTO HUMANIZADO, FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE QUALIDADE E ÊNFASE NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS.
Justificativa:	AS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL (PALMAS, PORTO NACIONAL, GURUPI, ARAGUAÍNA,AUGUSTINÓPOLIS E DIANÓPOLIS) NECESSITAM DE ESTRUTURAÇÃO FÍSICA ADEQUADA E ADMINISTRATIVA PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO DA REGIÃO.
Estratégia:	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL EXISTENTES E IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES EM AUGUSTINÓPOLIS E DIANÓPOLIS; COOPERAÇÃO TÉCNICA E SUPERVISÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS ASSISTÊNCIAS FARMACÊUTICAS MUNICIPAIS; ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROTOCOLOS CLÍNICOS E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS PARA TRATAMENTOS COM MEDICAMENTOS PADRONIZADOS PELA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL; PARCERIAS COM OS CONSELHOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE SAÚDE, COLEGIADOS DE GESTÃO, ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DIVERSAS (MINISTÉRIO PÚBLICO, UNIVERSIDADES, ONGS E ETC.), ALÉM DE PARCERIAS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE COM RECURSO FINANCEIROS, VISANDO A MELHORIA DO ACESSO DA POPULAÇÃO DE FORMA HUMANIZADA A MEDICAMENTOS E SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL.
Prazo de Execução:	-

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
QUANTIDADE DE PRODUTOS FORNECIDOS	QUANTIDADE DE PRODUTOS(*) FORNECIDOS DIVIDIDO PELO TOTAL DE PRODUTOS DISPONÍVEIS, MULTIPLICADO POR 100. (*) MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRACÊUTICOS	-	-	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4148	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NOS MEDICAMENTOS, PRODUTOS NUTRACÊUTICOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS.	1.583.819,00	1.451.460,06	91,64	PERCENTUAL	25	0	0,00
4149	APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.	5.255.549,00	5.255.548,31	100,00	UNIDADE	140	139	99,29
4150	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO	7.107.049,00	5.874.388,67	82,66	UNIDADE	1.800.000	1.415.011	78,61

	EXCEPCIONAL.							
4151	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA REDE PÚBLICA.	1.294.572,00	34.569,40	2,67	UNIDADE	4	4	100,00
TOTAL		**15.240.989,00**	**12.615.966,44**	**82,78**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 241 – FINALÍSTICO - 0077

PROGRAMA - VIDASUS	
Objetivo:	REALIZAR AÇÕES DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, REABILITAÇÃO E AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS E DE SEUS FATORES DE RISCO, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE DESTES. CRIAR E/OU ESTRUTURAR UNIDADES DE SAUDE DO SUS NO ESTADO DO TOCANTINS, COM CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E CONDIÇÕES DE RESOLVER OS PROBLEMAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA A PRODUÇÃO E OFERTA DE NOVOS SERVIÇOS, APOIANDO ASSIM A DESCENTRALIZAÇÃO DE SAÚDE. OFERECER CONSULTAS, EXAMES, INTERNAÇÕES HOSPITALARES À POPULAÇÃO DO ESTADO. OFERECER CAPACITAÇÕES A GESTORES E PROFISSIONAIS INERENATES A ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE.
Justificativa:	AS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS SÃO AS QUE APRESENTAM MAIOR TAXA DE MORTALIDADE E CADA VEZ SE APRESENTAM EM IDADES MAIS PRECOSES, FAZ-SE NECESSÁRIO O DESENVOLVIMENTO DE ACÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO, INFORMAÇÃO E DETECÇÃO QUE PERMITAM DIMINUIR SEUS EFEITOS NEGATIVOS, ALÉM DE REDUZIR OS CUSTOS PARA O SISTEMA DE SAÚDE DO ESTADO. ROTATIVIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E GESTORES DO ESTADO. O BAIXO NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DA REDE AMBULATORIAL; A CENTRALIZAÇÃO DA OFERTA DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS, A AUSÊNCIA DE ALGUNS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E A INEXISTÊNCIA DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.
Estratégia:	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM OS COLEGIADOS DE GESTÃO, COM CO-GESTÃO, CO-FINANCIAMENTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
UNIDADES ÚMEROAMBULATORIAIS E HOSPITALARES MANTIDAS	NÚMERO DE UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES / NÚMERO TOTAL DE UNIDADES X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3067	EXPANSÃO DA REDE HOSPITALAR.	78.369.321,00	5.466.333,19	6,98	UNIDADE	3	0	0,00
3069	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E LABORATORIAIS.	800.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	1*	10,00
4152	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS (SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE).	99.670.166,00	72.770.231,54	73,01	NÚMERO DE CONTRATOS E/OU TERMO DE COMPROMISSO	218	109	50,00
4153	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.	288.373,00	100.450,44	34,83	UNIDADE	1.462	118	8,07
4154	VIABILIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO ESPECIALIZADO NÃO OFERTADOS OU INSUFICIÊNCIA NA REDE SUS, DENTRO E FORA DO ESTADO.	2.081.151,00	1.867.468,87	89,73	UNIDADE	1.500	1.916	127,73
4155	PROMOÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.	7.621.667,00	4.504.202,28	59,10	UNIDADE	11	10	90,91
4156	MANUTENÇÃO DA REDE PRÓPRIA DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.	201.686.936,00	151.966.002,85	75,35	UNIDADE	22	22	100,00
4157	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.	7.116.383,00	7.116.381,40	100,00	UNIDADE	4	3	75,00
4158	OPERACIONALIZAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR.	486.765,00	124.127,53	25,50	UNIDADE	3	2	66,67
TOTAL		**398.120.762,00**	**243.915.198,10**	**61,27**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo Estadual de Saúde

* Na ação 3069 – Implantação de Centros de Especialidades Médicas e Laboratoriais houve execução física sem o dispêndio de recursos financeiros, devido a implantação de um laboratório Semi-automatizado - M2, em parceria com o LACEN e HEMOCENTRO.

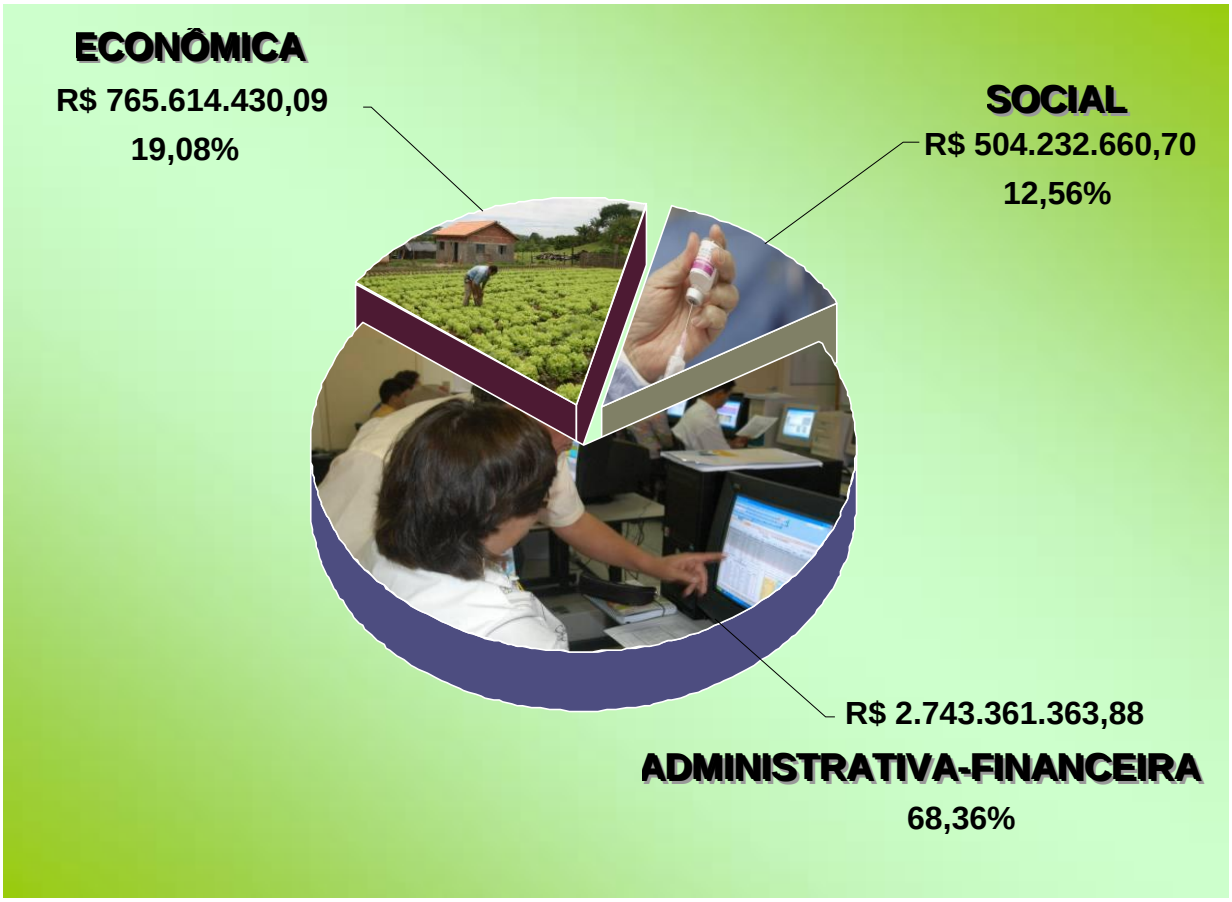
VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
731.119.721,00	552.920.935,84	75,63	178.198.785,16

4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL

Para enfrentar os desafios dos próximos quatro anos, no que tange a modernização administrativa e o progresso econômico e social, o governo do Tocantins trabalha com um plano composto por programas, ações, atividades e projetos que visam promover o desenvolvimento sustentável para o Estado, por meio da inserção da sociedade civil organizada e da iniciativa privada.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária no montante de **R$ 4.013.208.454,67** às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.° 10.

GRÁFICO 10 – Percentual de utilização dos recursos por área Econômica, Administrativo-Financeira e Social



A Gestão da Política de Governo, no exercício de 2008, teve como ponto de partida **o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social**, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2008-2011, que define a linha estratégica estruturada em quatro macroobjetivos.

FIGURA 1 - Macroobjetivos

4.1 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo tiveram como objetivo consolidar o Estado do Tocantins como pólo industrial, com ênfase no agronegócio e no turismo, e nas vocações de cada uma de suas regiões.

Estratégia de Implementação	**Fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões do Estado;**

Para a implementação dos programas da área econômica foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 765.614.430,09**, conforme discriminação no quadro a seguir:

QUADRO 242– PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0012	AG. DE DEFESA AGROP E FUNDO D AGROPECUÁRIA	DEFESA E INSP SANITÁRIA ANIMAL	7.348.923,00	5.523.600,88	75,16
0017	FUNDO DE DES ECONÔMICO E SOCIAL	BANCO DA GENTE	11.076.036,00	2.571.390,37	23,22
0019	SEC PLANEJ., INFRA-EST E DEP ESTR RODÁGEM	DESENV. REGIONAL SUSTENTÁVEL	84.473.288,00	45.902.528,36	54,34
0025	PROC GERAL E INSTITUTO DE TERRAS	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	3.953.416,00	940.814,66	23,80
0029	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	13.923.078,00	4.579.211,08	32,89
0030	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	ENERGIZAÇÃO URBANA	6.726.790,00	6.029.034,55	89,63
0040	SEC. DA INFRA-ESTR E FUNDO DE PREVIDÊNCIA	ELETRIFICAÇÃO RURAL	9.623.025,00	7.216.060,18	74,99
0048	AG. DEFESA AGROPECUÁRIA	EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMUNICAÇÃO	1.587.147,00	1.586.657,79	99,97
0050	NATURATINS / SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS	TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	10.398.713,00	2.030.707,73	19,53
0060	NATURATINS	CONTROLE AMBIENTAL	2.247.938,00	634.246,59	28,21
0063	SEC. DA AGRICULTURA / RURALTINS	VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR	22.238.931,00	10.286.278,28	46,25
0066	AG. DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	5.674.247,00	118.500,00	2,09
0068	AG. DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	5.744.937,00	1.992.826,07	34,69
0071	SEC. DA INFRA-ESTRUTURA / DERTINS	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO - SPED	23.104.406,00	8.104.024,00	35,08
0073	AG. DE DEF. AGROP. / FUND. DEF. AGROPECUÁRIO	DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	898.222,00	813.814,23	90,60
0079	DERTINS	PAVIMENTAR PARA MELHORAR	497.867.328,00	352.193.933,27	70,74
0080	DERTINS	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	65.204.175,00	64.742.545,78	99,29
0085	SEC. DA AGRICULTURA	GESTÃO DA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO - TOCANTINS RURAL	2.897.967,00	2.887.072,45	99,62
0090	SEC. DE RECUROS HÍDRICOS	INFRA-ESTRUTURA HÍDRICAS PARA USO MÚLTIPLOS	288.429.104,00	244.154.044,32	84,65
0099	SEC. DE RECURSOS HÍBRICOS	DISPONIBILIDADE HÍDRICA PARA USOS MÚLTIPLOS	5.000.000,00	-	0,00
0111	SEC. DA IND E COMÉRCIO/FUNDO DES. ECONÔMICO	PROGRAMA TOCANTINS COMPETITIVO	2.622.978,00	2.419.690,23	92,25
0114	SEC. DA IND E COMÉRCIO/FUNDO DES. ECONÔMICO	PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	3.422.466,00	575.045,97	16,80
0117	SEC. DA IND. E COMÉRCIO/FUNDO DES. ECONÔMICO	PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	5.110.980,00	312.403,30	6,11
0119	SEC. DA INFRA-ESTRUTURA	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00
TOTAL			**1.079.574.095,00**	**765.614.430,09**	**70,92**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No campo administrativo e financeiro as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido no Macroobjetivo que busca consolidar o Tocantins como Estado competitivo, através de boas práticas de governança,

propiciando a atração e manutenção de investimentos nos diversos setores da economia.

Estratégia de Implementação

Integração dos órgãos e programas da administração pública estadual, com acompanhamento sistemático dos programas e projetos estratégicos e de todas as ações de governo, metas e objetivos, possibilitando a redução de custos e a otimização de recursos, a melhoria da qualidade e da ampliação da cobertura dos serviços públicos

Estratégia de Implementação

Profissionalização da gestão pública, mediante formação de equipe técnica de excelência e implantação de contratos de gestão, com definição de indicadores e metas de desempenho organizacionais, e racionalização e informatização dos processos de trabalho, principalmente daqueles voltados ao atendimento direto à população

Com base nessa orientação estratégica foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R$ 2.743.361.363,88,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 243 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0005	INFORMAÇÕES EM SAÚDE	FUNDO EST DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MED TROPICAL	193.790,00	50.011,86	25,81
0009	MODERN DO PODER JUDICIÁRIO	TRIB DE JUSTIÇA E FUNDO EST TRIB DE JUSTIÇA	10.276.460,00	10.176.440,97	99,03
0013	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	64.853.913,00	64.852.839,49	100,00
0014	GESTÃO POL. DE CONTR. INT. P EXECUTIVO	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	2.212.168,00	2.199.993,22	99,45
0015	DEFESA DOS INT. JUR. E PATRIMONIAIS	PROC GERAL E FUNDO EST DE MOD JURÍDICA	30.987.919,00	30.705.066,14	99,09
0018	GESTÃO PARA RESULTADOS	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	6.555.543,00	116.939,03	1,78
0021	MODERNIZ. ADMINISTRAÇÃO FISCAL	SEC DA FAZENDA E F MOD E DESENV FAZENDÁRIO	20.472.680,00	11.268.445,71	55,04
0022	GESTÃO FISCAL E EXEC. FIN E CONTÁBIL	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ	459.888.029,00	455.870.020,94	99,13
0023	PROGRAMA EST. DE EDUCAÇÃO FISCAL	SECRETARIA DA FAZENDA	65.628,00	63.979,75	97,49
0026	MODERN. INSTITUCIONAL DO ITERTINS	INST DE TERRAS DO EST DO TOCANTINS	796.919,00	614.769,20	77,14
0027	QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	120.563.204,00	106.505.368,29	88,34
0035	GESTÃO POLÍT. SEC. TRAB. E DES SOCIAL	SEC TRAB E DES SOCIAL E F EST DE ASS SOCIAL	2.247.613,00	1.516.187,90	67,46
0037	MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA PROC. DO DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.370.000,00	136.337,36	9,95
0039	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	SEC. DA INFRA-ESTR E FUNDO DE PREVIDÊNCIA	49.087.156,00	46.855.578,09	95,45
0045	MODERNIZAÇÃO ADM. DA DAPEC	ADAPEC / FUNDO DEFESA AGROPECUÁRIA	5.026.904,00	4.892.219,22	97,32
0047	MORDERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLLICO	PROC. GERAL DA JUSTIÇA / FUNCESAF	7.752.067,00	7.576.236,24	97,73
0049	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SEC. DA EDUCAÇAO	352.827.336,00	350.030.854,16	99,21

0053	REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	AG. TOC. DE REGULAÇÃO CONTR. E FISCALIZAÇÃO	1.099.572,00	228.898,00	20,82
0055	MORDERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	SEC. DE ADM. / FUND. MODER. G. PÚBLICA	11.030.283,00	5.313.631,54	48,17
0062	APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL	SEC. DA EDUCAÇÃO	72.413.564,00	71.551.527,84	98,81
0064	GESTASUS	FUNDO EST. DE SAÚDE	12.946.632,00	3.486.031,34	26,93
0070	PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	AG. DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	2.184.860,00	86.491,91	3,96
0074	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO RURALTINS	RURALTINS	865.465,00	714.029,77	82,50
0075	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	FUNDO DE ASSIST. À SAÚDE DOS SERVIDORES	77.635.200,00	75.510.743,54	97,26
0076	GESTAO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	NATURATINS / RURALTINS	3.550.663,00	2.652.759,91	74,71
0078	CONTROLE E QUALIDADE	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS	3.223.468,00	2.594.959,20	80,50
0083	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	JUCETINS	3.794.300,00	2.856.955,16	75,30
0086	GESTÃO DA GOVERNADORIA	GABINETE DO GOVERNADOR	60.457.026,00	60.309.531,90	99,76
0092	GESTÃO DO ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO - NOSSO CLIENTE - CIDADÃO RURAL	SEC. DA AGRICULTURA	4.205.103,00	4.010.905,13	95,38
0093	DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS	SEC. DA COMUNICAÇÃO	37.852.594,00	37.843.079,60	99,97
0101	CONTROLE EXTERNO DO ESTADO E MUNICÍPIOS	TRIBUNAL DE CONTAS / FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO	39.776.343,00	38.947.470,54	97,92
0103	MODERNIZAÇAO E APARELHAMENTO CONTRA SINISTROS	FUNDO DE MODERNIZ. DO C. BOMBEIROS	906.000,00	517.027,14	57,07
0104	MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA	15.628.000,00	4.086.027,34	26,15
0115	INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	SEC. DO PLANEJAMENTO	20.028,00	20.026,53	99,99
0118	PROGRAMA DE GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	SEC. DA IND. E COMÉRCIO/FUNDO DES. ECONÔMICO	3.822.513,00	2.847.835,23	74,50
0120	EXTINÇÃO DAS EMPRESAS: CODETINS E CASETINS	SEC. DE HABIT. E DESENVOLVIMENTO URBANO	646.280,00	646.279,04	100,00
0195	APOIO ADMINISTRATIVO	DIVERSOS ÓRGÃOS	1.253.251.126,00	1.230.225.770,27	98,16
0196	PREVIDÊNCIA SOCIAL	DIVERSOS ÓRGÃOS	324.946.362,00	105.480.095,38	32,46
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	REC. SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN	1.250.000,00	-	0,00
TOTAL			**3.066.682.711,00**	**2.743.361.363,88**	**89,46**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.3 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido nos macroobjetivos que visam promover o desenvolvimento social do Estado do Tocantins, garantindo acesso da população a serviços públicos de qualidade, especialmente em áreas essenciais como saúde e educação, bem como ampliar e preservar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando elevado grau de auto-estima em todos os tocantinenses.

Estratégia de Implementação

Aproximação do Estado ao cidadão, através da oferta itinerante de serviços, ampliação da transparência nas ações desenvolvidas pelo Estado e da participação popular na tomada de decisões de interesse coletivo.

No exercício de 2008 foram implementados programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 504.232.660,70,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 244 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0001	VIGILÂNCIA E PROT. À SAÚDE	FUNDO EST DE SAÚDE	13.838.803,00	7.286.838,98	52,66
0002	SANGUE É VIDA	FUNDO EST DE SAÚDE	3.693.101,00	1.504.369,23	40,73
0003	DESENV. ENS. EM MEDICINA TROPICAL	FUNDO EST DE SAÚDE	472.156,00	356.902,37	75,59
0004	DESENV PESQ EM MED TROPICAL	FUNDO EST DE SAÚDE	324.810,00	223.481,42	68,80
0006	DESENVIMENTO DA CULTURA	FUNDAÇÃO CULTURAL	22.250.899,00	20.677.540,44	92,93
0007	POLÍCIA M. NA DEFESA SOCIAL	P MILITAR, CORPO DE BOMB, FUNDOS E FUNDAÇÃO	15.258.727,00	4.002.814,84	26,23
0008	DEFESA CONTRA SINISTROS	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	1.476.069,00	1.267.015,63	85,84
0010	JUSTIÇA, CIDADANIA E M. AMBIENTE	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	-	-	-
0011	ATENDIMENTO JURÍDICO	DEFENSORIA PUB E FUNDO EST DEFENS PUBLICA	837.537,00	409.156,53	48,85
0016	ASSIST. FINANC. AO SERV. PÚBLLICO	FUNDO DE DES ECONÔMICO E SOCIAL	2.031.000,00	598.596,18	29,47
0024	DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	FUNDO EST SAÚDE E ESC TÉCNICA DE SAÚDE	5.302.229,00	3.006.145,19	56,70
0028	ESTÍMULO AO EMPREGO	SEC DO TRAB E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.909.218,00	2.247.383,50	77,25
0031	PIONEIROS MIRINS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	24.566.774,00	22.808.011,62	92,84
0032	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.206.591,00	1.131.098,16	93,74
0033	PROVIDA	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.126.430,00	4.768.676,95	93,02
0034	INCLUSÃO PRODUTIVA	FUNDO DES ECON E FUNDO EST DE ASSIST SOCIAL	4.177.299,00	938.454,59	22,47

0036	SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	26.725.781,00	19.708.868,94	73,74
0038	TRÂNSITO SEGURO	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.523.842,00	1.225.543,71	80,42
0041	TOCANTINS SOLIDÁRIO	FUND SOC. DE SOLIDARIEDADE	4.186.763,00	4.174.119,06	99,70
0043	ESPORTE PARA TODOS	SEC. ESPORTE	19.586.920,00	17.434.067,39	89,01
0044	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	FUND. EST. DE ASSIST. SOCIAL - FEAS	585.099,00	301.951,57	51,61
0046	PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	PROC. GERAL DA JUSTIÇA	993.704,00	979.621,98	98,58
0052	ÁGUAS DO TOCANTINS	NATURATINS / SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS	8.270.900,00	2.681.678,29	32,42
0056	JOVEM CIDADÃO	SEC. DA JUVENTUDE	20.477.622,00	16.131.487,60	78,78
0058	SAÚDE PARA TODOS	FUND. EST. DE SAÚDE	4.872.797,00	4.253.884,45	87,30
0059	GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS	SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS	6.144.141,00	1.366.597,09	22,24
0061	PROGRAMA EST. DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	NATURATINS	923.970,00	377.494,60	40,86
0065	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	SEC. DA EDUCAÇÃO	681.998,00	440.526,32	64,59
0067	ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	SEC. DA EDUCAÇÃO	8.475.956,00	7.030.506,00	82,95
0069	MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO	SEC. DA EDUCAÇÃO	47.058.522,00	42.963.117,50	91,30
0072	REMÉDIO PARA TODOS	FUNDO EST. DE SAÚDE	15.240.989,00	12.615.966,44	82,78
0077	VIDASUS	FUNDO EST. DE SAÚDE	398.120.762,00	243.915.198,10	61,27
0081	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	DERTINS	209.098,00	208.293,87	99,62
0094	ESTRATÉGIAS EM CTI	FUNDO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.978.754,00	1.211.477,88	13,49
0095	FOMENTO À CTI	FUNDO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	14.705.420,00	12.547.987,30	85,33
0096	GESTÃO EM CTI	FUNDO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	600,00	-	0,00
0097	MORADIA	SEC. DE HABITAÇÃO / FUNDO DE A. A MORADIA	92.055.573,00	23.213.353,95	25,22
0098	DESENVOLVIMENTO URBANO	SEC. DE HABITAÇÃO / FUNDO DE DESENV. URBANO	63.450.143,00	8.590.857,27	13,54
0100	ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTMEMA PENITENCIÁRIO	SEC. DA CIDADANIA E JUSTIÇA	8.051.729,00	3.900.000,04	48,44
0102	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	FUNDO EST. DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.437.440,00	1.373.492,48	95,55
0105	SEGURANÇA CIDADÃO: INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA CONTRA A CRIMINALIDADE	SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA	4.275.835,00	2.416.672,12	56,52
0106	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	FUNDO EST. DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1.626.500,00	806.580,40	49,59
0107	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	SEC. DA CIDADANIA E JUSTIÇA	1.372.287,00	1.202.040,63	87,59
0108	TOCANTINS SEM DROGAS	FUNDO EST. ANTIDROGAS	252.825,00	4.700,00	1,86
0109	SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLSCENTES	FUNDO EST. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2.350.076,00	1.769.069,35	75,28
0110	PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS	FUNDO EST. DE COMBATE ÀS CAL. PÚBLICAS	98.224,00	97.691,01	99,46
0116	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	FUNDO EST. DOS DIREITOS DA MULHER	236.762,00	63.329,73	26,75
TOTAL			**866.442.675,00**	**504.232.660,70**	**58,20**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Demonstraremos a seguir as principais metas físicas e de qualidade alcançadas nas áreas de atuação do Estado – econômica, administrativa, financeira e social – extraídas dos dados constantes da mensagem consolidada pela SEPLAN, do Balanço Social apresentado pela SEFAZ.

O ano de 2008 foi avaliado como um ano de significativos avanços para o Tocantins. Fato que pode ser identificável por meio de um balanço das principais ações implementadas por este Governo no ano anterior, organizadas por eixos programáticos voltados às políticas sociais e ao desenvolvimento econômico, aos investimentos em infra-estrutura, ao cenário de gestão ambiental, às políticas de segurança pública, cidadania e institucionais e, por meio das finanças públicas.

No contexto das Políticas implementadas, estão inseridos a Saúde Pública, a Educação, a Ciência e Tecnologia, Agricultura, o Trabalho, a Assistência e o Desenvolvimento Social, a Cultura, o Esporte e o Lazer, sobre os quais serão feitas algumas considerações e classificados dentre os macroobjetivos.

4.4.1 CONSOLIDAR O ESTADO DO TOCANTINS COMO PÓLO INDUSTRIAL, COM ÊNFASE NO AGRONEGÓCIO E NO TURISMO, E NAS VOCAÇÕES DE CADA UMA DE SUAS REGIÕES

Este macroobjetivo consiste em fortalecer as atividades econômicas sustentáveis, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões do Estado;

Nesse sentido, o Governo do Estado tem procurado concentrar grandes esforços no desenvolvimento produtivo do Tocantins, uma vez que, fortalecendo o setor é possível garantir o desenvolvimento regional e local, criar perspectivas de vida para a sociedade, assegurando oportunidade de emprego e melhorando a renda *per capita* da população, por meio de alocação e gerenciamento de recursos nas funções institucionais de: Agricultura, Industrialização e de Turismo, como se observa dos resultados a seguir:

I. o Tocantins é o Estado que mais tem crescido no Brasil, apresentando um crescimento acumulado em volume, ao longo do período 2002 a 2006, do Produto Interno Bruto (PIB) de 32,3%, ganhando, assim, grande destaque no cenário econômico do país. Em 2002 seu PIB foi de R$ 5.607 milhões e em 2006, atingiu R$ 9.607 milhões, agregando à economia tocantinense R$ 4.000 milhões nesse período;

II. segundo o IBGE, a produtividade de frutíferas, em 2007, chegou a 21.232 frutos/ha de abacaxi, 26.363 kg/ha de melancia e 7.763

kg/ha de banana. A expectativa da Secretaria é aumentar o cultivo de frutas para atingir, em 2011, uma produção anual de 35 mil frutos/ha de abacaxi; 40 mil kg/ha de melancia, 20 mil kg/ha de banana e 10kg de caju, por meio de introdução do Sistema de Produção Integrada de Frutas – PIF, que visa reduzir aproximadamente 20% do custo de produção em relação ao sistema de produção convencional. Além disso, busca racionalizar o uso de agrotóxico na cultura do abacaxi que de acordo com o Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos – PARA, evidencia redução em 50% no uso de herbicida, 37% no uso de inseticida e 20% no uso de fungicida;

III. o abacaxi tocantinense é considerado um dos mais saborosos do país, especialmente pelo alto teor de brix (açúcar), o que agrada os paladares mais exigentes no Brasil e no mundo;

IV. no Estado, a soja lidera o ranking da produção de grãos e exportações. De acordo com informações da Conab - Companhia Nacional de Abastecimento, de 2000 a 2008, a cultura da soja cresceu 706%. Os números marcam positivamente a história da produção. O investimento em pesquisa pelo governo estadual foi o que mais contribuiu para esse crescimento. Hoje, o Tocantins tem índices de produtividade, por hectare, iguais aos da Região Sul do país;

V. dados do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - mostram um avanço de 76,26% na exportação da soja em relação ao ano de 2007, conquistando mercados importantes da Ásia e da União Européia;

VI. o cultivo de soja e a criação de bovinos ocupam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar na pauta de exportação de acordo com o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados – CAGED/MTE.

VII. outro aspecto relevante para a economia tocantinense é a pecuária, sobretudo à extensiva, com aproximadamente 7,4 milhões de bovinos, sendo a maioria da raça nelore, o que faz do Estado, segundo o IBGE, o terceiro maior produtor de gado de corte da Região Norte do país, além de ter recebido o certificado nacional de zona livre da febre aftosa;

VIII. de 2007 para 2008, o produto da pauta de exportação que mais se destacou foi a carne e seus derivados, onde os mesmos se recuperaram-se de uma queda de 19,2%, em 2007, para um crescimento de aproximadamente 67%, em 2008;

IX. segundo informou o Balanço Social, produzido pela SEFAZ, no ano de 2008, a venda de carne para o mercado exterior superou as expectativas, aumentando em 96,05%, em relação a 2007;

X. as exportações e o saldo da balança comercial do Estado em 2008 cresceram 92% e 88%, respectivamente. O setor de exportação apresenta estabilidade em virtude do fator preço, impulsionado neste período pelo desbravamento de novas fronteiras agrícolas dentro do próprio estado;

XI. o setor industrial do Tocantins, embora ainda incipiente, foi o setor de maior crescimento acumulado em torno de 41,04%, ao longo do período 2002 a 2006, ficando à frente dos setores de serviço (27,41%), agropecuário (26,23%) e do próprio PIB com 32,3% de crescimento acumulado em volume no mesmo período. Este desempenho deve-se aos constantes investimentos em construção civil, como por exemplo, a construção de Usinas Hidrelétricas, da Ferrovia Norte Sul, novos prédios públicos e privados, dentre outros, apresentando como externalidade positiva o aumento no número de empregos formais e informais;

XII. a realização da oitava edição da Feira de Exposição Agrotecnológica – AGROTINS com o lançamento do Ano do “Boi Verde”, teve grande destaque, realçando a relação custo/benefício e a potencialidade do Tocantins em conquistar outros mercados. O Ano do Boi Verde foi divulgado nacionalmente em feiras, dias de campo e congressos;

XIII. a participação de 331 expositores, na Agrotins, apresentou um crescimento significativo em relação à edição anterior e atingiu um público de 37.098 visitantes (empresários rurais, produtores, agricultores familiares, pesquisadores e estudantes); gerando 500 empregos diretos e 1.200 indiretos no preparo, montagem e realização do evento; a capacitação de 4.380 técnicos e produtores, com a realização de palestras e clínicas tecnológicas;

XIV. em 2007, 35.986 pessoas visitaram o Centro Agrotecnológico de Palmas, já em 2008, 37.098 visitantes conheceram as novidades da feira, sendo que 4.380 participaram de alguma atividade de capacitação oferecida pelo evento. Dos 139 municípios tocantinenses, 127 participaram da Agrotins representados por agricultores familiares, sindicatos rurais, expositores e outros segmentos;

XV. na realização da Agrotins, destaca-se o volume de negócios gerado, entre propostas, vendas e negociações. O montante atingido foi de R$ 42,96 milhões, um aumento de 86,8% em relação ao ano anterior que foi de R$ 23 milhões;

XVI. no Tocantins existe uma grande preocupação com o trânsito de vegetais e seus produtos de maneira a evitar disseminação e entrada de pragas no Estado. Dessa forma foram feitas, em 2008, 10.904 fiscalizações superando o ano de 2007 em 14%, quando 9.540 fiscalizações foram realizadas;

XVII. o investimento no melhoramento genético por meio da Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF, foi uma das atividades desenvolvidas no intuito de impulsionar a pecuária leiteira tocantinense. Essa técnica garante produção mais moderna e eficiente. A ação foi realizada em propriedades rurais de 25 municípios;

XVIII. houve inseminação em 2.318 matrizes leiteiras, 15 transferências de embrião executadas em matrizes leiteiras, 682 matrizes de corte inseminadas, 35 matrizes caprinas de leite inseminadas, 9 embriões transplantados em 5 receptoras de matrizes ovinas, 150 matrizes ovinas em estação de monta, caracterizando atendimento direto a 27 municípios. Aquisição de 1.500 alevinos puros de Tambaqui e produção de mais 500, no Centro de Pesquisa e Produção de Peixes Nativos, bem como, 1000 alevinos puros de Caranha, que servirão de base para a seleção genética no desenvolvimento das linhagens;

XIX. o cultivo de flores tropicais no Tocantins foi iniciado de forma tímida, restringindo-se a Palmas. Após quase oito anos, a atividade cresceu, ganhou novos adeptos atentos às exigências do mercado. A opção dos floricultores pelo modo natural de plantio atraiu grupos internacionais, que sinalizaram o interesse em comprar a produção tocantinense. O que começou de forma pequena tomou proporções altamente rentáveis. A Associação Tocantinense de Flores Tropicais (Atropicato) se prepara para lançar a beleza floral tocantinense pela Europa;

XX. com a restauração dos viveiros e manutenção da unidade demonstrativa e vitrine de Flores Tropicais no Centro Agrotecnológico de Palmas foi possível a doação de mais de 4.000 mudas às associações de produtores, universidades, outras instituições governamentais, atendendo vários municípios tocantinenses, tais como: Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Araguaçu, Miracema e Caseara;

XXI. o 1º Seminário de Floricultura Tocantinense, realizado em outubro de 2008, tornou possível a capacitação de técnicos, produtores, estudantes e outros interessados no cultivo de flores e folhagens tropicais, atendendo um público de mais de 1.000 pessoas, 200 de forma direta e 800 indiretamente;

XXII. uma das principais políticas do Governo está voltada para a agricultura familiar. Em 2008, foram mais de 40 mil atendimentos realizados diretamente para esse público. Em parceria com o governo federal, a agricultura familiar recebeu investimentos na ordem de R$ 22,2 milhões a serem aplicados em ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Foram 153 acompanhamentos realizados em vários municípios para monitorar os projetos relacionados ao PCNF - Programa Nacional do Crédito Fundiário;

XXIII. a ação de Monitoramento da execução dos projetos do Programa Nacional de Crédito Fundiário contribuiu para o desenvolvimento rural e solidário, através das iniciativas que envolveram atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismos e outras, tendo como centro, o fortalecimento da agricultura familiar, beneficiando-os inclusive com financiamento para o acesso a terra e a estruturação das unidades produtivas, os quais objetivaram a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais;

XXIV. o trabalho de monitoramento e acompanhamento das ações do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar contribuiu para a realização de 10.806 contratos na safra 2007/2008, perfazendo um total de R$ 106 milhões. Na safra 2008/2009, foram 450 contratos, resultando em R$ 6 milhões para o segmento;

XXV. o PRONAF estimou investir R$ 120 milhões no Tocantins para safra 2008/2009, que iniciou em 1º de julho de 2008 e se estende até 30 de junho de 2009. Até dezembro de 2008, cerca de R$ 49 milhões em recursos foram distribuídos para 5 mil famílias;

XXVI. o PRONAF infraestrutura atendeu cerca de 22.520 famílias, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável e solidário, e melhorando a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, do financiamento para o acesso a terra e da estruturação das unidades produtivas;

XXVII. no exercício 2008, o Governo Federal liberou R$ 3.798.000,00 para o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais – PRONAT, beneficiando as regiões do Bico do Papagaio;

XXVIII. a agricultura familiar é a mola propulsora do agronegócio tocantinense. No Tocantins, segundo a Diretoria de Desenvolvimento Agrário da SEAGRO, existem aproximadamente 45 mil propriedades rurais, que juntas são responsáveis por grande parte dos alimentos básicos que chegam à mesa da população;

XXIX. no contexto da agricultura familiar, visando a produção de energia limpa, o governo do Estado apresentou propostas sobre a inserção da agricultura familiar na produção de soja a oito associações nos municípios de Porto Nacional e Figueirópolis, bem como, disponibilizou informações aos técnicos da região sul do Estado. Esta foi uma semente lançada acreditando-se que poderá surtir efeitos positivos nos próximos anos;

XXX. no Programa de Valorização da Agricultura Familiar, a assistência técnica atendeu 34.445 produtores rurais, sendo 83% agricultores familiares, assistidos na prestação de assistência técnica desde o plantio à colheita. A área incentivada cobria na sua maioria lavouras de arroz, feijão, milho, mandioca e soja, totalizando

134.075 hectares. Desse atendimento proporcionou a produção de 505.182 toneladas de alimentos;

XXXI. outra ação importante refere-se à Compra Direta Local, que consiste na aquisição dos produtos obtidos na agricultura familiar, visando atender a demandas de alimentos de populações em risco alimentar;

XXXII. no ano de 2008, foram aplicados R$ 4,6 milhões na aquisição de alimentos, envolvendo 1.929 agricultores familiares, dando assim incentivos à produção de qualidade e a comercialização do excedente da produção. Estes valores representam um crescimento de 53% do montante aplicado e de 57% do número de agricultores familiares, se comparado a 2007;

XXXIII. para o Incentivo à produção e consumo de hortaliças, por meio da atividade denominada Quintal Verde, implantou-se 24.897 hortas gerando trabalho e alimentos frescos a 140.000 pessoas;

XXXIV. destaca-se, ainda, a implantação na Região Sudeste de 50 cisternas plásticas, com capacidade de 8.000 litros de água cada e a construção de 175 barragens, para retenção de água da chuva, fornecendo água para 4.500 pessoas, visando minimizar os efeitos da estiagem;

XXXV. o Tocantins também está despertando para o setor de biocombustíveis, com uma proposta de construção de 24 usinas de álcool e 10 de biodiesel. Atualmente, existem duas de biodiesel em pleno funcionamento, promovendo a geração de emprego e renda nos municípios de Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e regiões próximas, fomentando a agricultura familiar por meio das culturas de mamona, girassol e pinhão manso;

XXXVI. com base no estudo Tocantins Rural, elaborado em 2008 pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram identificadas as rotas do desenvolvimento sustentável, consistindo em localizações estratégicas para o incremento da produção, no âmbito dos biocombustíveis, oleaginosas, etanol, fruticultura, silvicultura, pecuária e grãos. Espera-se ampliar a área agrícola, até 2011, dos atuais 573,41 para 875,72 mil ha, elevando a produção para 2,58 milhões de toneladas. Tem-se expectativa de investimentos na rota da cana-de-açúcar para 6,6 milhões de toneladas em 2011;

XXXVII. além da preocupação com a geração do biocombustível, houve também o acompanhamento das ações implementadas no município de Dueré, com vista à orientação para o plantio da cana-de-açúcar e fornecimento de mudas a 12 (doze) produtores associados, visando à produção de rapadura e açúcar mascavo, produtos que por sua vez, estão sendo comercializados no Tocantins e feiras de outros Estados;

XXXVIII. dispondo de 5,7 milhões de hectares de terras disponíveis para o cultivo agrícola, o Tocantins pode utilizar parte deste total pode ser destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, mamona, girassol, pinhão manso e outras plantas passíveis de serem utilizadas como matéria-prima para produção de biocombustível. Com apenas 10% dessa área, sem precisar desmatar, a Secretaria da Indústria e Comércio estima que é possível implantar até 30 usinas de álcool no Estado, o que significa até 7 mil empregos diretos;

XXXIX. além da produção de biodiesel, o Tocantins produziu em 2008, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, mais de 22 milhões de litros de álcool, um crescimento de 65,8% em relação à safra 2007, ocupando a segunda posição nacional no ranking da variação absoluta da produção;

XL. em 2008, cerca de 250 mulheres participaram do 2° Encontro Estadual das Agricultoras Familiares. A criação do Movimento das Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins – Mafeto, marcou o evento. Para isso, o governo investiu, em 2008, na função agricultura R$ 267 milhões, contribuindo para o crescimento da produção agrícola e, com isso, gerando renda para o produtor rural;

XLI. em 2008, foram beneficiadas diretamente mais de 300 mil pessoas nos 15 programas compostos de atividades ligadas às áreas de desenvolvimento social, trabalho e segurança alimentar;

XLII. a Agência de Defesa Agropecuária – ADAPEC - com o programa Educação Sanitária e Comunicação investiu R$ 1,5 milhão realizando ações de capacitação técnica em defesa agropecuária, em que todas essas ações convergem para um mesmo objetivo que é esclarecer e orientar o público-alvo sobre a importância da manutenção da sanidade animal, sanidade vegetal e a melhoria da qualidade higiênico-sanitária na produção e industrialização de produtos agropecuários para o consumo humano;

XLIII. uma área de 25.000 hectares foi monitorada, em 2008, a fim de controlar as pragas em culturas de: abacaxi, bananeira, coqueiro, manga, citros, melão, melancia e também as culturas oleaginosas e fibrosas;

XLIV. destaca-se entre os resultados positivos, a manutenção do Tocantins como área livre de Sigatoka Negra (principal praga do cultivo) para a cultura da bananeira e apresenta restrição fitossanitária para comercialização, abrindo assim condições de mercado para produtores de banana;

XLV. atividades de educação e conscientização são realizadas no Estado de forma contínua, sendo os resultados percebidos a médio e longo prazo, mas ainda assim, algumas mudanças já são

notadas como, por exemplo, o crescimento na devolução de embalagens vazias de agrotóxicos e o aumento dos índices de vacinação contra a febre aftosa e contra a brucelose;

XLVI. a construção, bem como o aparelhamento da Central de Abastecimento e Comercialização – CEASA, é um incentivo à produção agrícola e um ponto de apoio aos produtores para recebimento da produção colhida no Estado, com destaque ao fomento da comercialização dos hortifrutigranjeiros na Capital. A obra, em fase de construção, beneficiará grandes e pequenos produtores, já que permitirá a comercialização de compras no atacado e no varejo;

XLVII. atualmente, a produção frutífera no Tocantins é de 200 mil toneladas por ano, em 12,2 mil hectares. As metas estabelecidas no Plano Plurianual da Secretaria, referentes à fruticultura, indicam que a produção chegará a 600 mil toneladas/ano, abrangendo 30 mil hectares e gerando cerca de 150 mil empregos;

XLVIII. várias atividades foram desenvolvidas pelo governo do Estado, no intuito de capacitar produtores, quanto à aplicação dos planos de negócio voltados à fruticultura e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, como: entrega da Casa de Classificação e Embalagem - Packing House em Miracema do Tocantins, que beneficiará os produtores de abacaxi da região e ficará sob a responsabilidade da Cooperativa de Fruticultores do Tocantins – Cooperfruto; 3º Seminário de Fruticultura Tocantinense, em Palmas; Apresentação das normas técnicas específicas da produção integrada do abacaxi no Tocantins para técnicos e produtores em Palmas;

XLIX. distribuição de mais de 20.000 mudas de banana das variedades “thap maeo”, caipira e maravilha, que beneficiou produtores, prefeituras e associações em todo Estado; Implantação do Teste de Progênie do Caju, que visa avaliar os aspectos de produção, desenvolvimento vegetativo e resistência às pragas e doenças de algumas espécies no Centro Agrotecnológico de Palmas;

L. implantação do projeto Integração Fruticultura, Apicultura e Pecuária no Centro Agrotecnólogico de Palmas, que apresenta três excelentes vantagens: polinização do cajueiro pelas abelhas, sombreamento para os ovinos e adubação orgânica para o cajueiro; e Orientação técnica sobre o projeto Manuel Alves, no município de Dianópolis-TO, indicação das culturas a serem implantadas (de acordo com as tendências do mercado local e regional) e apoio na elaboração de projetos aos produtores rurais contemplados com lotes no perímetro irrigado;

LI. celebração de convênio entre o Ministério da Integração e SEAGRO para implantação de Unidades de Produção de Mudas

para fortalecimento do Arranjo Produtivo da Cajucultura (Convênio 040/2007), na região de Novo Acordo/TO, com o apoio técnico do Instituto Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS e prefeitura local;

LII. o Projeto Sampaio objetiva o Aproveitamento Hidroagrícola de áreas agricultáveis na região do Bico do Papagaio. Em 2008, foi finalizada a captação com a implantação das bombas e deu-se continuidade a construção do sistema viário, dos canais principais, da rede pressurizada e das estações de bombeamento e iniciada a construção da drenagem do projeto. Os Projetos Básicos Ambientais (PBA's) encontram-se finalizados. Os investimentos, realizados no referido período, totalizaram 39 milhões de reais, equivalente a 18% dos gastos em infra-estrutura hídrica no Estado;

LIII. o Projeto de Irrigação Manuel Alves tem como objetivo final a irrigação de uma área piloto de aproximadamente de 5.000 ha destinada à fruticultura. Foi realizada, em 2008, a terceira licitação de lotes rurais e o processo de ocupação dos lotes já licitados anteriormente (primeira e segunda) está em andamento, sendo que alguns proprietários já começaram o processo de plantio;

LIV. a revitalização do Projeto Rio Formoso tem como objetivo conservar as estruturas existentes e atualizar a tecnologia de produção. Foram executadas, em 2008, limpeza de canais de água existentes no local; revitalizadas as estações de bombeamento (captação) ao longo do rio, e iniciada a construção de uma estação de drenagem de água, sendo investidos, em 2008, 17,3 milhões de reais. No Projeto, os Lotes já são ocupados e estão em uso;

LV. com o Projeto Pólo Fruticultura Irrigada – São João pretende-se alcançar uma área aproximada de 5.000 ha destinada à fruticultura. No ano passado, foram finalizadas a construção do sistema de captação no rio e a implantação das redes de energia do local, continuadas as construções dos canais, do sistema viário do local e desenvolvida a área de plantio experimental, com investimentos totais de 113,79 milhões de reais, ou seja 54% do volume de recursos para irrigação no Estado;

LVI. o Projeto Gurita encontra-se em fase de execução dos programas ambientais para a manutenção da Licença de Instalação e a obtenção da Licença de Operação, que possibilitará o inicio das atividades agrícolas;

LVII. o governo do Estado desenvolve suas atividades focadas em duas estratégias. Uma voltada para dentro do Estado, para implantação e adequação da infra-estrutura turística, qualificação dos equipamentos, melhoria dos serviços turísticos, qualificação da mão-de-obra para atendimento ao turismo e estruturação da

oferta turística. Para desenvolver essas ações, o governo do Estado aplicou mais de R$ 2 milhões, em 2008;

LVIII. a outra estratégia, voltada para fora do Estado, divulga os atrativos turísticos com o objetivo de atrair turistas e investidores privados. Nesse último caso, por meio do apoio à participação em feiras e missões nacionais e internacionais. Em 2008, o Governo realizou três missões internacionais para os Estados Unidos, Inglaterra e Noruega e apoiou à participação em eventos como o Congresso Brasileiro de Agências de Viagens – ABAV, Feira Internacional de Turismo da Amazônia – FITA, Feira de Negócios do Vale do Araguaia - FENEVA, Palmas Convention & Visitors Bureau e Festival Brasil Sabor;

LIX. em 2008, entre as atividades na área turística, podem ser citadas: a Implantação do Sistema de Informações Turísticas, que conta com quatro Centros de Informações ao Turista – Palmas, Itaguatins, Dianópolis e Ponte Alta do Tocantins. O Governo implanta o Centro e a gestão fica a cargo das prefeituras municipais;

LX. contratação de empresa para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, instrumento de planejamento da atividade turística que visa orientar, com bases sustentáveis, os tomadores de decisão e o trade turístico nas direções a serem seguidas para o desenvolvimento do turismo, a partir da adequada condução das atividades de promoção da demanda, implementação de infra-estrutura, fomento da oferta, utilização racional e gestão adequada dos recursos naturais, culturais e sociais dos destinos envolvidos no planejamento;

LXI. elaboração, entrega e defesa da Carta Consulta para execução do PRODETUR TOCANTINS. A carta encontra-se aprovada e garante investimento federal na ordem de US$ 120 milhões e a criação e execução do projeto de comunicação visual do aeroporto e da rodoviária de Palmas. Esses projetos permitirão ordenar os investimentos públicos e privados, fazendo com que a atividade turística seja um importante instrumento de desenvolvimento econômico, gerando oportunidades de negócios, empregos e renda para o povo tocantinense.

LXII. Nacionalmente, o turismo tocantinense vem ganhado notoriedade com a conquista de títulos nacionais, como o concedido ao município de Natividade que ficou colocado entre as sete maravilhas brasileiras, em concurso nacional, promovido pela Editora Caras, cujo resultado saiu em fevereiro de 2008. Outro aspecto importante é a inclusão de duas cidades tocantinenses nos 65 Destinos Indutores do Turismo para o Plano Nacional do Turismo 2007-2010, do governo federal: Palmas e Mateiros, no Jalapão.

4.4.2 CONSOLIDAR O TOCANTINS COMO ESTADO COMPETITIVO, ATRAVÉS DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA, PROPICIANDO A ATRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INVESTIMENTOS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA

Este macroobjetivo busca sobretudo a integração dos órgãos e programas da administração pública estadual, com acompanhamento sistemático dos programas e projetos estratégicos e de todas as ações de governo, metas e objetivos, possibilitando a redução de custos e a otimização de recursos, bem como, a melhoria da qualidade e a ampliação da cobertura dos serviços públicos;

Acrescente-se a isso a profissionalização da gestão pública, mediante formação de equipe técnica de excelência e implantação de contratos de gestão, com definição de indicadores e metas de desempenho organizacionais, e racionalização e informatização dos processos de trabalho, principalmente daqueles voltados ao atendimento direto à população.

Assim, a administração pública estadual, com o moderno modelo de gestão e reestruturação da máquina estatal, apresentou os seguintes indicadores:

I. a conservação das rodovias já existentes e a segurança rodoviária também foram priorizadas. Foram conservados 588,89km da malha rodoviária estadual, além de R$ 12,5 milhões em melhoramentos de rodovias vicinais nas regiões Sudeste, Bico do Papagaio, Nordeste e Jalapão;

II. distâncias foram encurtadas com a construção de nove pontes de concreto armado (993 metros), no valor de R$ 21,7 milhões. Estes empreendimentos promovem a integração entre as regiões e viabilizam o tráfego de bens, produtos e pessoas, melhorando a qualidade de vida da população. O Dertins encerra o ano com 11 obras de pavimentação em andamento, totalizando 482,53 km e duas pontes em construção que juntas somam 182 metros;

III. foram aplicados R$ 2,38 milhões na conservação de barragens em todo o Estado, e na recuperação de dois barramentos ao longo do Rio Urubu, na Região Sudeste. Após a conclusão das obras de infra-estrutura hídrica, serão disponibilizados os lotes;

IV. foram investidos R$ 9,62 milhões, em 2008, na construção de barragens;

V. outro passo importante, foi a construção de obras estruturantes como o Projeto Básico da Barragem. Para tanto, foi realizado o estudo de otimização, onde se apontou como ideal uma área de 1.500 ha. Este ano, foi iniciada a construção do barramento do tipo gravidade em Concreto Compactado com Rolo, para o armazenamento da água a ser aproveitada. Com relação às

obras estruturantes da barragem do Rio Arraias, foram aplicados R$ 4,65 milhões em 2008;

VI. no setor aeroportuário, foram investidos R$ 35,8 milhões na construção do aeroporto de Tupirama, gerando emprego, renda e mais qualidade de vida para a população da região;

VII. somando a estas ações o governo federal prevê no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC investimentos que ultrapassam 1,3 bilhão de reais exclusivos para o Tocantins e aproximadamente R$ 10 bilhões em empreendimentos regionais;

VIII. o governo incrementou de tal modo a infra-estrutura rodoviária estadual, que 2008 encerrou-se com a pavimentação de 293,77 km de rodovias estaduais e investimentos em torno de R$ 246,9 milhões;

IX. foram pavimentados 720.950m² de vias urbanas, sendo aplicados nesta ação R$ 18 milhões;

X. o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável- PDRS, resultado de um acordo de empréstimo entre o governo do Tocantins (40%) e o Banco Mundial – Bird (60%), com o objetivo de promover a melhoria e a conservação das rodovias vicinais tem proporcionado melhoria para as comunidades mais carentes do Estado, atendendo municípios das regiões Sudeste, Nordeste, o Bico do Papagaio e o Jalapão;

XI. através do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS - estão sendo feitas melhorias das rodovias elevando a qualidade de vida da população de 25 municípios da região do Bico do Papagaio e 20 municípios da região Sudeste. Dentre as obras do PDRS, estão as construções de 254 pontes pré-moldadas e 850 bueiros. Foram também iniciadas, em 2008, as elaborações dos projetos para as regiões Nordeste do Tocantins e Jalapão;

XII. a Secretaria da Infra-Estrutura ampliou diversos benefícios sociais para a população tocantinense, por meio de suas ações, realizadas também com a participação do Dertins – Departamento de Estradas e Rodagem do Tocantins, sendo investidos aproximadamente R$ 456 milhões na função Transporte (infra-estrutura).

XIII. preocupado com a segurança dos usuários das rodovias estaduais e determinado a sanar os efeitos da estiagem recorrente na região Sudeste do Tocantins, em 2008, o governo do estado do Tocantins ampliou as medidas de segurança e intensificou o combate à estiagem. Para a execução das medidas o Governo aumentou a frota de veículos do Dertins com a aquisição de 35 caminhões basculantes, sete comboios de

abastecimento, sete caminhões gaiolas e 21 escavadeiras hidáulicas;

XIV. foram realizadas ações preventivas de acidentes nas rodovias, tais como: recuperação da malha viária com tapa buracos, revestimento primário, roçagem mecânica, recuperação de pontes, meios-fios, descidas de água e sinalização. O Dertins passou a fazer o recolhimento dos animais de médio e grande porte encontrados soltos nas rodovias e faixas de domínios estaduais. Esta ação teve início em outubro de 2008 e possui amparo legal no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.593) e será permanente e extensiva aos 139 municípios tocantinenses;

XV. foi destinada uma equipe técnica especializada para compor a logística de recolhimento dos animais e, com recursos próprios, foram adquiridos e estruturados de locais apropriados para abrigo e permanência dos animais recolhidos;

XVI. outra ação importante que o governo implementou para proporcionar maior segurança nas rodovias tocantinenses, foi a ampliação do número de balanças de pesagem, de 17 para 29, visando combater o excesso de peso dos veículos o que provoca inúmeros prejuízos materiais e acidentes, em sua maioria com vítimas fatais. Dessa forma, o Estado passou a ter quatro balanças móveis, que circulam por todo o Estado, com atenção especial voltada para as áreas estratégicas utilizadas para a fuga da fiscalização, e 25 balanças fixas para a fiscalização por pesagem dos veículos automotores;

XVII. os investimentos realizados em segurança rodoviária ultrapassaram a casa dos 10 milhões de reais e o resultado disso é a preservação de incontáveis vidas na zona urbana, o número de rede de energia construída cresceu significativamente, a exemplo de 39,19 km de redes urbanas construídas e 42,63 km de redes rurais, com investimentos de recursos da ordem de R$ 1.8 milhões;

XVIII. o Programa Luz para Todos, parceria entre governo federal e estadual, tem beneficiado a população rural com a eletrificação. O programa prevê atendimento de 6.566 consumidores com investimentos que perfazem R$ 12.250.000,00. Os municípios atendidos foram: São Sebastião do Tocantins, Dianópolis, Santa Tereza do Tocantins, Monte do Carmo, Novo Acordo, Sítio Novo, Sandolândia, Divinópolis, Palmas, Gurupi, Lajeado, Babaçulândia, Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Miranorte, Almas, Formoso do Araguaia, Porto Nacional e Pindorama do Tocantins;

XIX. segundo dados da Aneel, a capacidade instalada atual de geração elétrica do Tocantins totaliza 1.468,4 MW;

XX. as previsões de expansão da capacidade de geração elétrica do Tocantins previstas no Plano de Expansão 2007-2016 ou no PAC, para entrar em operação no Tocantins até 2016, totalizam uma capacidade instalada de 1.982 MW, sendo que mais de dois terços dessa energia será proveniente de usinas compartilhadas com outros Estados. Isso representará um incremento de 135% na capacidade de geração do Tocantins, que chegaria a 3.450,4 MW;

XXI. no setor de infra-estrutura hídrica, foram aplicados recursos num montante de R$ 212,4 milhões. Os principais projetos são: Projeto Manuel Alves, Formoso, Sampaio e São João, além da construção de barramentos para armazenamento de água para usos múltiplos em Dianópolis (eixo 03) e Arraias (eixo 16) e regiões sudeste e sudoeste e da conservação de barramentos e revitalização do projeto Formoso;

XXII. a Ferrovia Norte-Sul já corta parte significativa do Estado e, em 2009, chegará a Palmas onde está sendo construída a Plataforma Multimodal. Paralelamente, muitos esforços estão sendo despendidos para a implantação da Hidrovia Tocantins que será mais um modal altamente competitivo a ser disponibilizado para o sistema logístico tocantinense;

XXIII. destaca-se também outras obras auxiliares de grande importância que completam a infra-estrutura de transportes do Estado tais como a conclusão da ponte rodoviária sobre o Rio Tocantins, ligando Imperatriz (MA) a São Miguel do Tocantins (TO) e a ponte sobre o Rio Tocantins em Pedro Afonso;

XXIV. o Estado aposta na navegação de seus rios e tem conseguido importantes vitórias, como a aprovação de recursos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2008. Isso representa significativos avanços para a consolidação da Hidrovia Tocantins, tanto que já foi lançada a licitação das obras de sinalização que vão tornar segura a navegação no trecho da hidrovia entre os municípios de Tocantínia (TO) e Estreito (MA). A licitação para construção dos portos também já aconteceu e no futuro estes farão a conexão multimodal com os seis pátios da Ferrovia Norte-sul;

XXV. a viagem experimental, no trecho entre Pedro Afonso e Aguiarnópolis da Hidrovia Tocantins, realizada em junho de 2008, foi um marco no transporte de grãos, comprovando a viabilidade da navegação, restando, agora, somente alguns ajustes como sinalização e balizamento do trecho para entrar em operação e transportar com segurança até 800 toneladas de grãos por viagem, capacidade inicial por barcaça;

XXVI. em julho de 2008, foi entregue à Administração das Hidrovias Tocantins e Araguaia – AHITAR, órgão vinculado ao

Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT, o relatório que comprova a viabilidade da Hidrovia do Tocantins;

XXVII. a consolidação da Hidrovia se dará com a construção de eclusas ao longo do rio Tocantins. Ao norte, através da eclusa de Tucuruí que se encontra em construção com recursos em torno de R$ 1,2 bilhão, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com conclusão prevista para 2010. E ao sul, por meio da eclusa de Lajeado, fundamental para a Hidrovia Tocantins, pois acrescentará cerca de 300 quilômetros navegáveis até a Hidrelétrica de Peixe/Angical, ao sul da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães. A Hidrovia tem potencial para se estender até o Estado de Goiás, uma vez construída a eclusa de Peixe;

XXVIII. em atividade, a Hidrovia Araguaia/Tocantins se integrará à Ferrovia Norte-Sul, à BR-153 e às diversas rodovias estaduais, formando um sistema multimodal de transporte que facilitará as exportações do Estado. Vale ressaltar que os pátios da Ferrovia Norte-Sul são: Pátio de Aguiarnópolis, de Araguaína, de Colinas, de Guaraí, de Palmas/ Porto Nacional e de Gurupi.

XXIX. o Governo do Estado também possui um dos planos de saúde mais modernos e abrangentes do país: o Plansaúde. No período de 2004 a 2007, o Plansaúde realizou 4,6 milhões de atendimentos aos usuários da assistência médica entre consultas e diversos serviços. Em 2008, houve um aumento das coberturas de procedimentos para seus 105,3 mil beneficiários e superou a marca de 1,2 milhões de atendimentos e procedimentos realizados, em 2008, no que diz respeito a exames, internações e procedimentos cirúrgicos;

XXX. mensalmente, o Plansaúde realiza aproximadamente 123 mil atendimentos, sendo 3.900 mil internações, 58 mil exames laboratoriais, 25 mil consultas, 13 mil atendimentos odontológicos, 7 mil procedimentos especiais, 2 mil procedimentos cirúrgicos e 14 mil materiais e medicamentos, além de remoções aéreas;

XXXI. o faturamento do plano é de cerca de R$ 7 milhões por mês, e chegará a mais de R$ 70 milhões no ano de 2008, com o pagamento das faturas dos prestadores que atendem aos beneficiários do plano, resgatando, assim, um compromisso assumido com os servidores do Governo do Estado de promover o retorno da assistência médica e odontológica aos servidores e a seus dependentes;

XXXII. o Governo do Tocantins, buscando facilitar o acesso do cidadão às informações e serviços públicos, implantou o Serviço Rápido de Atendimento ao Cidadão – É PRA JÁ. Esse modelo eleva o padrão de qualidade, a eficiência e a produtividade dos serviços públicos, tanto na percepção dos seus usuários quanto na concepção dos seus dirigentes e funcionários responsáveis pelo

atendimento; e impulsiona a adoção de novas práticas administrativas e recursos tecnológicos, evitando o excesso de formalismo e a ineficiência;

XXXIII. duas unidades do Programa É pra já estão em funcionamento no município de Araguaína e Gurupi, e contam com um total de 146 funcionários treinados e capacitados para executarem desde serviços como emissão de Carteira de Identidade, Certidão Negativa, IPVA e licenciamento de veículos, até a abertura de processos relativos a empresas, orientação jurídica, monitoramento ambiental, intermediação de mão-de-obra. Ao todo são mais de 200 tipos de serviços;

XXXIV. já no site É PRA JÁ, além de conhecer todos os serviços oferecidos pelos parceiros do programa nas unidades de atendimento, taxas e a documentação necessária para variadas atividades, como a abertura de empresas, também é possível realizar diversos serviços on-line, como o acompanhamento de ações da Defensoria Pública, impressão de segunda via das contas de luz e água, obtenção de formulários do NATURATINS, cálculo do Documento de Arrecadação de Receita Estadual – DARE, entre outros;

XXXV. em 2008, o É PRA JÁ realizou mais de 100.000 atendimentos em cada uma das unidades, com nível de aprovação e satisfação de 98% por parte da população, dados considerados extremamente positivos por parte do governo estadual;

XXXVI. foram realizados no ano de 2008 um total de 38 atas de registros de preços. Dos R$ 110.402.119,58 licitados em 2008, R$ 52.047.088,22 são atas de registro de preços, representando 47,14% do valor total licitado. Dos R$ 52.047.088,22 referentes às atas de registro de preços, 93,48% representam aquisições de medicamentos e materiais hospitalares, alcançando uma economia, em 2008 de : R$ 20.210.858,66;

XXXVII. o Programa de Valorização do Servidor Público Estadual tem um reflexo direto na sociedade. Porquanto, se trata de um programa voltado para o ambiente interno da máquina pública, ou seja, para os servidores públicos, cujos reflexos em relação à sociedade ocorrem de forma direta. Nesse sentido, as atividades relevantes dizem respeito às ações de capacitação funcional, onde o governo busca o aperfeiçoamento do servidor, em busca da melhoria na qualidade dos serviços públicos;

XXXVIII. comprovou-se aumento da eficiência, eficácia e transparência na gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento institucional da Controladoria-Geral do Estado, o aprimoramento do sistema de controle interno e da execução dos programas e ações de governo, compreendendo, especialmente, a verificação da legalidade dos procedimentos administrativos e avaliação das

metas previstas no Plano Plurianual e das prestações de contas anual dos gestores e do Governador;

XXXIX. a CGE realizou o controle dos atos de gestão dos administradores públicos estaduais, por intermédio da fiscalização, inspeção e auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; o exame da Prestação de Contas Anual do Governador, bem como do Balanço Geral do Estado; e a análise e avaliação dos Processos de Prestação de Contas Anual e dos Relatórios de Gestão de todos os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como emissão de 72 Relatórios de Auditoria e 72 Pareceres/Certificados de Regularidade;

XL. a Controladoria elaborou 72 pronunciamentos e colhimento de assinaturas dos Secretários/Presidentes dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e fez o encaminhamento de 72 processos das prestações de contas anual dos órgãos e entidades do Poder Executivo, ao Tribunal de Contas do Estado;

XLI. a CGE fez também o acompanhamento gerencial de controle dos processos analisados na Controladoria-Geral pelo próprio NUSCIN da CGE, totalizando 1.021 análises em tempo hábil, num montante de 283 processos e, análise de 1.198 processos de outros órgãos/entidades;

XLII. realizou 219 visitas de supervisão técnica aos Núcleos Setoriais de Controle Interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, objetivando o aperfeiçoamento do controle das atividades financeiras, patrimoniais e operacionais;

XLIII. emitiu 129 pareceres para embasamento de decisões administrativas nas unidades orçamentárias; 58 Ordens de Serviços para as unidades orçamentárias; acompanhamento de 180 convênios recebidos e de 952 convênios concedidos; elaboração de defesas e justificativas em 15 processos de interesse do Estado junto ao Tribunal de Contas da União;

XLIV. foram realizados, pela CGE, 5.906 atendimentos aos agentes de Controle Interno sendo: 742 presenciais, 4.701 via telefone e 463 e-mail, para respostas a consultas formuladas pelos agentes de controle interno das unidades orçamentárias, a respeito de interpretação de normas e de procedimentos administrativos; análise e avaliação das ações integrantes dos Programas Governamentais;

XLV. a controladoria fez ainda acompanhamento da formulação e elaboração do PPA - CGE 2008-2011; distribuição de 25 exemplares do Manual Técnico de Auditoria – MTA aos profissionais da área de controle interno do Estado e aos membros do Fórum Nacional de Controle Interno;

XLVI. os técnicos da CGE participaram de muitos cursos entre eles: Participação nos seguintes eventos: "2º Congresso Norte e Nordeste de Licitações e Contratações Públicas", realizado em Palmas -TO, no período de 23 a 25 de abril de 2008; participação no "I Fórum de Contabilidade Pública do Tocantins", realizado em Palmas -TO, no período de 12 a 13 de junho de 2008; participação no "V Fórum Nacional de Controle da Administração Pública e II Fórum Brasil - Espanha de Direito Administrativo", realizado no Rio de Janeiro - RJ, no período de 19 a 20 de junho de 2008; participação no " III Encontro do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno", realizado em Recife – PE, no período de 11 a 15 de novembro de 2008;

XLVII. o Governo Mais Perto de Você é um programa que visa coordenar e articular as ações que resultam em atendimento à sociedade, por meio da execução simultânea de ações planejadas e orçadas pelas diversas instituições estaduais, que são levadas às diversas regiões do Estado de forma descentralizadas, como ações de cidadania, saúde, infra-estrutura e de lazer. Tem como característica marcante proporcionar benefícios à população de baixa renda, principalmente, dos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2008, o público atendido neste Programa, nas quatro edições realizadas, foi de 22.301 pessoas e o número de serviços prestados chegou a 132.841, em saúde, assistência social, cidadania e justiça, educação, entre outros;

XLVIII. nas 4 edições realizadas, em 2008, atendeu os municípios de: Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins, Santa Maria, Recursolândia, Centenário e Rio Sono, Itacajá, Itapiratins e Tupiratins, Novo Acordo, Aparecida do Rio Negro, Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, São Félix do Tocantins e Campos Lindos;

XLIX. outros avanços: reajuste de 8% referente à revisão anual de salários, conforme a data-base instituída pela Lei nº 1.968/08, beneficiando 28.316 servidores efetivos e 3.561 aposentados e pensionistas; progressão na Carreira dos servidores de todos os quadros funcionais do Estado; concessão de vale transporte aos servidores do Poder Executivo; prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, garantindo às servidoras públicas efetivas e comissionadas a chance de cuidar de perto e amamentar bebês com até 6 meses de vida e Lançamento do Edital do Concurso Público do Quadro Geral, com 6 mil vagas distribuídas em vários cargos;

L. o governo do Estado, através da Escola de Governo, realizou no exercício 2008, 55 eventos para 3.378 servidores distribuídos em 169 turmas. Além dessas ações, houve também 13 cursos ministrados por servidores instrutores, os quais foram

contemplados com o benefício da indenização de instrutoria, concedido àqueles com qualificação profissional para o desempenho das ações de capacitação funcional. Para o custeio das ações de capacitação da Escola de Governo foram investidos cerca de R$ 700.000,00;

LI. desde a sua implantação, em 2005, a Escola de Governo – EGOVE, unidade gerencial da Secretaria de Administração, vem cumprindo com eficácia sua missão de capacitar os servidores da administração pública em todos os níveis. Em pouco mais de três anos de atuação, já capacitou mais de 46 mil servidores públicos;

LII. o Estado, em parceria com a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, elaborou o Projeto de Apoio à Modernização da Gestão Pública e do Planejamento do Estado do Tocantins – PNAGE/TO. Este projeto já se encontra em início de execução continuando até o ano de 2010, somando entre custeio e investimento um valor total de 4,1 milhões;

LIII. o GESPÚBLICA regula a participação dos órgãos e entidades da Administração Pública por meio de adesão ou convocação. No Estado do Tocantins, 23 secretarias já aderiram ao programa, o que demonstra o envolvimento e comprometimento do Governo do Estado na transparência e eficácia de suas ações;

LIV. a gestão inovadora e transparente do IGEPREV proporcionou um crescimento significativo do seu patrimônio econômico-financeiro, conquistando para o Tocantins o 1º lugar entre os Estados brasileiros, caracterizando alto nível de desenvolvimento previdenciário.

LV. uma outra grande conquista do IGEPREV é a construção de sua sede própria. As obras começaram em abril de 2008 e, em breve, os servidores públicos vão contar com uma nova e definitiva sede. O prédio terá aproximadamente 3 mil metros quadrados de área construída e irá contemplar acesso e sanitários para pessoas portadoras de necessidades especiais, dois consultórios para perícia médica, elevador, restaurante, auditório e um confortável espaço para atendimento ao segurado. A previsão é que a sede própria do Igeprev seja concluída em 2009. A nova sede fica localizada na avenida Theotônio Segurado.

LVI. a Secretaria ampliou, reformou e mobiliou as agências de Atendimentos de Dianópolis, Augustinópolis, Dueré, Sandolândia, Peixe, Posto Fiscal de Porto Lemos, Posto Fiscal de Jaú do Tocantins, Posto Fiscal Transamazônica e iniciou a construção e reforma do Posto Fiscal da Entrada de Talismã, estes investimentos têm como objetivo proporcionar a melhoria da qualidade do atendimento e condições de trabalho, aumentar o controle do trânsito de mercadorias para reduzir a evasão fiscal. Adquiriu 69 veículos para suprir necessidades das delegacias

regionais e sede. Com investimentos na ordem de R$ 4,3 milhões;

LVII. na área de Tecnologia, ampliou o parque tecnológico, com a aquisição de computadores de grande porte (servidores) para expandir a capacidade de armazenamento de dados e informações dos contribuintes, hospedar novos e atuais sistemas fazendários e financeiros, melhorar a performance dos sistemas fazendários existentes, a exemplo da Serviço Público de Escrituração Digital – SPED, composto da: Nota Fiscal eletrônica – NFE - Escrituração Fiscal e Contábil, e consolidar o intercâmbio de informações entre os fiscos brasileiros, havendo um compartilhamento de dados e informações;

LVIII. outro fato relevante é a ampliação e renovação das estações de trabalho em todas as unidades fazendárias do Estado como um investimento total de R$ 1,1 milhão;

LIX. o uso do pregão na forma eletrônica, durante o exercício de 2008, gerou uma economia de 30% do total estimado para a aquisição de materiais, veículos, medicamentos e serviços, o que equivale a mais de R$ 5 milhões na redução dos custos;

LX. na área de Gestão de Pessoas, vem sendo desenvolvido o programa de capacitação continuada. Em 2008, 2.130 servidores fazendários tiveram a oportunidade de participar de cursos para desenvolver habilidades e atuar nas mais variadas áreas, como por exemplo: atendimento ao contribuinte; fiscalização de mercadorias em trânsito; constituição do crédito tributário, cujo objetivo primordial é melhorar a qualidade do atendimento e promover o controle para reduzir a evasão fiscal;

LXI. outro ponto relevante que pode ser destacado é o quadro de 30 servidores da Secretaria da Fazenda, que atuam como instrutores credenciados junto a Escola de Governo, aptos a ministrar cursos para os servidores fazendários.

LXII. a existência do Auxílio Bolsa tem como objetivo de oferecer aos servidores 200 bolsas para o ingresso nos cursos de graduação oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior privadas em todo o Estado; Estágio Supervisionado para 85 estudantes de 2º grau, que atendem o município de Palmas e Alvorada, com investimentos na ordem de R$ 250.800,37;

LXIII. o Governo estadual, através da Secretaria da Fazenda, vem desenvolvendo o programa de Modernização da Administração Fiscal, com projetos norteadores no sentido de aumentar a arrecadação, aperfeiçoar a fiscalização, reduzir a evasão fiscal e melhorar a qualidade de atendimento a todos os municípios do Estado;

LXIV. com uma receita total prevista de R$ 4,6 bilhões e realizado R$ 4,1 bilhões, correspondendo a 89,13% do valor orçado para o exercício, o Governo do Estado encerra o ano de 2008 com um resultado 15,29% maior do que o ano anterior, e 53,53% em relação ao exercício de 2005;

LXV. as receitas correntes que totalizaram R$ 4,3 bilhões têm seus valores mais expressivos nos impostos arrecadados pelo Estado e nas transferências constitucionais (FPE);

LXVI. o ICMS é o componente mais significativo, contribuindo com 80,90% das receitas tributárias arrecadadas no exercício, sendo que no período de 2005-2008 demonstrou um crescimento nominal de 36,63%. Essa evolução é resultado direto da política de atração de investimentos realizada pelo Governo do Estado para o incremento das cadeias produtivas da economia tocantinense, e ações de intensificação de fiscalização;

LXVII. a Dívida Pública do Estado vem se mantendo dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, objetivando, assim, assegurar o equilíbrio das contas públicas. A Dívida Consolidada Líquida – DCL apresentou nesse exercício um montante de R$ 340,8 milhões, correspondendo a 9,88% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL;

LXVIII. observa-se que, anualmente, o Governo do Estado vem reduzindo a relação entre a DCL e RCL, atendendo com boa margem o limite de até 2,0 vezes a RCL, estabelecido pelo Senado Federal;

LXIX. o Resultado Primário demonstra o grau de autonomia do Estado em honrar o pagamento do serviço da dívida. Em 2008, superou a meta estabelecida na LDO(de R$ 15,2 milhões), alcançando o valor de R$ 61,3 milhões.

4.4.3 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, GARANTINDO ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, ESPECIALMENTE EM ÁREAS ESSENCIAIS COMO SAÚDE E EDUCAÇÃO

O Tocantins tem na justiça social uma das razões de ser o cidadão como seu maior bem. É bastante claro que não pode haver desenvolvimento estável e futuro digno sem plena inclusão social de todos os seus cidadãos. As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico deverão ser sempre complementadas com ações efetivas destinadas ao desenvolvimento social.

Vale ressaltar que o comprometimento com o social é prioridade do governo, uma vez que os fatores sociais, econômicos e culturais são os responsáveis pelo crescimento da sociedade e permitem melhoria na qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania pelos tocantinenses. Para avaliar os resultados voltados para o desenvolvimento social, destacam-se as seguintes funções: Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social, Cultura, Habitação e Gestão Ambiental:

I. em 2008, foram investidos mais de R$ 405 milhões, representando 13,79%, demonstrando uma gestão comprometida na aplicação dos recursos financeiros em busca de saúde com mais qualidade para a população;

II. no ano em que o Tocantins completou 20 anos, o SUS – Sistema Único de Saúde também comemorou a sua criação. Desde então, grandes avanços ocorreram no setor da Saúde. No início eram poucas unidades hospitalares, com 64 leitos públicos ativos. Atualmente, a estrutura física das unidades de saúde é composta por uma estrutura de 19 hospitais de referência instalados em locais estratégicos do Estado, em duas macroregiões de saúde – sobre gestão e gerência estadual, possuindo 2.743 leitos, 61 UTI's entre adulto, pediátrica e neonatal, com serviços de alta complexidade;

III. foi inaugurado o setor de imaginologia no Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres, como também, instalada a Unacon – Unidade de Alta Complexidade em Oncologia composta de uma ala inteira, com 24 leitos, sendo direcionada ao atendimento da demanda nas mais variadas patologias, além de quatro leitos direcionados exclusivamente à clínica cirúrgica de cabeça e pescoço. Na unidade, 15 médicos são responsáveis pelo atendimento nas especialidades oncológicas de dermatologia, ginecologia, mastologia, urologia, pediatria, cirurgia geral e cirurgia de cabeça e pescoço, além de especialista em clínica da dor para pacientes terminais. Outros serviços implantados foram o pronto-socorro odontológico do Hospital Regional de Gurupi e a reforma do pronto-socorro do Hospital Regional de Araguaína;

IV. na atenção básica, foram capacitados 1.754 profissionais; adquiridos 455 equipamentos; 520 ações de monitoramento e 43.936 materiais educativos produzidos e distribuídos;

V. houve ampliação do número de municípios com Equipes de Saúde da Família, chegando a 135 em outubro de 2008, demonstrando que no Tocantins, 97,10% das unidades administrativas adotaram;

VI. o Programa Agentes Comunitários de Saúde encontra-se implantado em 137 municípios, representando uma adesão de 98,60% da totalidade dos municípios tocantinenses e vem apresentando um crescimento contínuo no número de agentes

comunitários de saúde no período de 2004/2008, passando de 3.182 agentes em 2004 para 3.760 em 2008**;**

VII. no que tange à saúde da família, destacam-se, em 2008, as seguintes atividades: a capacitação de 561 profissionais, o monitoramento realizado em 51 municípios, a assessoria técnica prestada a cinco municípios e a implantação de cinco Núcleos de Apoio à Saúde da Família;

VIII. no período 2004/2008, houve um acréscimo de 15% no número de médicos, 14,76% de enfermeiros e 86,62% de odontólogos;

IX. quanto à saúde do adolescente, dentre as atividades realizadas em 2008, destacam-se a realização de oficinas para implementação das ações de Atenção Integral a Saúde do Adolescente e do Jovem e oficina sobre a Política de Saúde do adolescente em 10 municípios, alcançando um total de 300 profissionais capacitados;

X. em 2008, no que tange à saúde da mulher, foram promovidas atividades de capacitação, envolvendo os 139 municípios com a participação de 330 profissionais, a reprodução de 40.000 cartões de gestante para distribuição, 10.000 agendas da gestante, 5.000 gestogramas e 20.000 folders sobre Parto Natural e a Presença do Acompanhante;

XI. para implementação das ações de Saúde no Sistema Penitenciário, em 2008, foram adquiridos três computadores, três no-breaks e um aparelho telefônico, cinco móveis e insumos para consultório médico e odontológico. Visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados, foi realizada a Oficina de Revisão do Plano Operativo Estadual – POE de Saúde no Sistema Penitenciário com 26 participantes;

XII. o governo adquiriu 172 kits de estetoscópio e esfignomamômetro para aferir pressão arterial e destinou aos municípios onde estão sendo implantados os protocolos de hipertensão e diabetes; realizou oficinas de capacitação para técnicos da área sobre os indicadores da Atenção Básica envolvendo um total de 50 profissionais capacitados e em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, foram distribuídos 4.000 folders e 300 cartazes sobre a hipertensão, e 300 cartazes sobre diabetes;

XIII. atualmente, 132 municípios contam com equipes de saúde bucal, o equivalente a 95% dos municípios do Estado. São 261 equipes responsáveis pela cobertura de 87,4% da população tocantinense, que equivalem mais de 1,2 milhão de pessoas;

XIV. dentre as atividades realizadas em 2008, destacam-se o Seminário de Qualificação das Equipes de Saúde Bucal na Atenção Básica, capacitando 150 profissionais; o monitoramento

e a avaliação dos Centros de Especialidades Odontológicas – CEO - em sete municípios, e a avaliação técnica do consultório odontológico da Casa de Prisão Provisória de Palmas;

XV. o Pacto pela Vida do ano de 2006 coloca a Atenção à Saúde do Idoso, como uma de suas prioridades objetivando implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, pois é função das políticas de saúde contribuir para que mais pessoas alcancem as idades avançadas com o melhor estado de saúde possível;

XVI. neste sentido, foram realizadas diversas atividades de capacitação, envolvendo 150 profissionais da área, distribuídas 1.600 unidades de informativos e camisetas(versando sobre o tema envelhecimento ativo e saudável) nos 139 municípios do Estado;

XVII. ao todo, são quase 100 profissionais de serviços de saúde envolvidos no atendimento aos pacientes com câncer. A Unacon, também, disponibiliza diariamente atendimento ambulatorial a pacientes previamente agendados por seus municípios de origem, chegando a realizar, mensalmente, cerca de 110 consultas;

XVIII. mais de R$ 1 milhão foram investidos em 218 tipos de instrumentais para os serviços de neurocirurgia do Hospital Geral de Palmas, possibilitando a realização de cirurgias nunca antes realizadas no Tocantins;

XIX. com a finalidade de qualificar os profissionais da área de saúde para exercerem atividades relacionadas à Vigilância Sanitária, foram capacitados 883 servidores, ultrapassando em 76% a meta inicial prevista no PPA 2008/2011, levando benefícios aos usuários do SUS em todos os municípios tocantinenses;

XX. em 2008, foram investidos mais de R$ 10 milhões em assistência farmacêutica, realizados 25.900 atendimentos no componente de medicamentos de dispensação excepcional e, para agilizar o atendimento das demandas por medicamentos, implantado o sistema informatizado de acompanhamento e gerenciamento de medicamentos de dispensação excepcional - SISMEDEX;

XXI. segundo o IBGE, dos municípios que desenvolveram ações nessa área se destacaram aqueles pertencentes ao Estado do Tocantins (69%), Bahia (65,6%), Rio Grande do Norte (63,6%) e Acre (61,5%). Em relação à educação, a pesquisa mostra que a principal melhoria na área promovida pelos gestores municipais, em 2006, foi a capacitação de professores, adotada por 85,2% dos municípios. O Tocantins está entre os dez estados com melhor resultado nas avaliações do Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica, da Prova Brasil, entre outros;

XXII. esses resultados reforçam que a Educação no Tocantins está gradativamente melhorando a sua qualidade, e isso não é resultado de um mero acaso, é decorrente de um trabalho sério e comprometido com a educação dos tocantinenses;

XXIII. o total de recursos destinados à Educação, em 2008, foi na ordem de R$ 643 milhões;

XXIV. a Educação no Tocantins tem demonstrado bons resultados e servido de referência em gestão para outros Estados brasileiros. As ações visam à melhoria da qualidade da educação de forma planejada. Em 2008, o Estado apresentou um quantitativo de matrículas equivalente a 420.955 alunos, desse total, 38,15% foram realizadas na rede municipal de ensino, correspondendo a 160.600 alunos, 7,23% na rede privada, com 30.445 alunos, 0,64% na rede federal, com 2.681 alunos, e 53,98% na rede estadual de ensino com 227.229 alunos distribuídos em 548 escolas estaduais;

XXV. a formação e/ou capacitação de professores gestores e técnicos, orientados pelo conjunto de estratégias da Secretaria de Educação e Cultura, em consonância com as diretrizes do Plano Estratégico da Secretaria - PES - e do Plano Estadual de Educação - PEE - objetivam valorizar seus profissionais e oferecer à população tocantinense as condições que lhe permita viver com dignidade e cidadania plena;

XXVI. em 2008, mais de 17.000 mil servidores da educação foram capacitados e/ou receberam algum tipo de formação, aplicando-se R$ 9 milhões. Em relação ao ano de 2007, houve um acréscimo de mais de 8.000 mil servidores beneficiados;

XXVII. uma grande vitória da educação através deste Governo foi à implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios do Magistério (PCCS) em 2005. Em 2008, 4.482 profissionais da Educação Básica foram contemplados com a Progressão Horizontal e 409 com a Progressão Vertical;

XXVIII. em 2008, os recursos aplicados na construção de 10 unidades escolares somaram um total de R$ 6,9 milhões, beneficiando diretamente os municípios de Goiatins, Barra do Ouro, Paraíso do Tocantins, Monte do Carmo, Cachoeirinha, Angico, Araguatins, Palmas e Jaú do Tocantins;

XXIX. foram ampliadas 15 escolas, sendo uma implementada pela Secretaria da Infra-Estrutura e 14 referem-se a pequenas ampliações realizadas pelas associações de apoio às unidades escolares e, além disso, estão em andamento 312 escolas, por meio do Plano de Descentralização de Obras – PDO. Em ampliação, foram aplicados R$ 56 milhões;

XXX. quanto às reformas, foram investidos mais de R$ 26 milhões, beneficiando 10 escolas, sendo que duas destas reformas tiveram implementação direta da SEINF e oito foram executadas por meio das Associações de Apoio às Escolas e, estão em andamento as reformas de 249 escolas por meio do PDO;

XXXI. em relação ao aparelhamento, 538 escolas foram beneficiadas com a aquisição de equipamentos, mobiliário em geral e acervo bibliográfico com recursos aplicados que superaram R$ 14 milhões;

XXXII. sem deixar de dar atenção àqueles que não tiveram oportunidade à educação na idade regular, o Governo do Tocantins, por meio do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, atendeu 4.185 alfabetizandos que encerraram o curso em outubro/2008 e 4.500 que iniciaram em novembro;

XXXIII. neste programa, foram ampliadas e reformadas Unidades Escolares e construídas novas escolas, distribuídas em 38 municípios, cujos investimentos ultrapassaram a soma de R$ 15,6 milhões;

XXXIV. o Programa da Alfabetização de Jovens e Adultos beneficia pessoas com idade acima de 15 anos sem escolarização, sendo que grande parte dos recursos direcionados ao mesmo é do Ministério da Educação, através do Programa Brasil Alfabetizado;

XXXV. em 2001, o Estado apresentava uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, de 18,49%, em 2003, foi de 17,63%, em 2005, para 16,30% e em 2007, passou para 14,21%. Comparando-se os anos de 2001 e 2007 a taxa apresentou uma redução de 23,15%;

XXXVI. atualmente, o Estado conta com 93 unidades escolares indígenas que atendem a um quantitativo de 5.090 alunos das sete etnias indígenas do Tocantins: Apinajé, Javaé, Karajá, Karajá-Xambioá, Krahô, Xerente e Krahô-Canela;

XXXVII. com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino direcionado aos povos indígenas, em 2008, foram capacitados 360 profissionais da educação escolar indígena, através da formação continuada; 55 beneficiados com formação inicial em nível superior e 120 com formação inicial em nível médio;

XXXVIII. em 2008, foi realizado o Concurso Público para provimento de vagas nas escolas indígenas, beneficiando 78 professores que se tornaram efetivos;

XXXIX. segundo dados da Secretaria da Educação e Cultura, no período de 2002 a 2007, a redução do abandono no Ensino Fundamental, 1ª fase (7,89% para 0,49%) e 2ª fase (10,44% para 4,11%) foi de

93,78% e 60,63%, respectivamente. Quanto à taxa no Ensino Médio, houve uma variação de 19,01% para 14,48%, representando uma redução na taxa de 23,83%;

XL. o Programa “Se Liga”, destinado à alfabetização de crianças com distorção idade/série, obteve um índice de aproveitamento na alfabetização dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental de 96,8%, em 2005, e 99,2%, em 2007. O número de alunos atendidos em 2005 foi de 5.927, e, em 2007, de 3.681 e em 2008 chegou a 3.857;

XLI. em 2008, o Tocantins foi o único estado do país a receber o Prêmio Gestão Nota 10, por ter obtido os maiores índices de alfabetização e combate à distorção entre idade e série;

XLII. quanto às taxas de distorção idade-série, houve uma redução na 1ª fase do Ensino Fundamental, de 31,97% em 2002 para 17,93% em 2007; e na 2ª fase, de 49,58% em 2002 para 29,69% em 2007; e, no Ensino Médio, de 67,93% em 2002 para 48,11%, em 2007;

XLIII. em relação aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado pelo Ministério da Educação para monitorar o sistema de ensino no país, o Tocantins superou as metas estipuladas para 2007. As metas projetadas para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio foram 3,7, 3,4, e 2,9, respectivamente, contudo o Estado superou as mesmas e alcançou 4,2 para a primeira fase do ensino fundamental; 3,6 para a segunda fase deste mesmo nível e 3,1 para o ensino médio;

XLIV. quanto ao programa de alimentação escolar, mais de 147 mil alunos foram beneficiados com merenda escolar, em 2008, atendendo as necessidades de suplementação nutricional dos educandos, no seu período de permanência na escola, com recursos aplicados no valor de R$ 8 milhões;

XLV. o transporte escolar também teve atenção do Governo que proporcionou a 15.592 alunos da zona rural do Estado o acesso e a permanência na escola;

XLVI. em sua quarta edição, realizada em 2008, o 4o Salão do Livro do Tocantins reuniu, em 10 dias, mais de 240 mil visitantes. Foram beneficiados 20 mil servidores com o ‘Cartão-Livro’, no valor de R$ 150,00 e 54 escolas com recursos entre R$ 400,00 e R$ 24 mil para aquisição de livros;

XLVII. os resultados do IDEB divulgados em 2008, referentes à avaliação realizada em 2007, revelam que a educação pública estadual do Tocantins obteve a pontuação de 4,1, ultrapassando a meta prevista para 2009 que era de 3,9;

XLVIII. com base no Plano de Ações Articuladas elaborado em 2007 pela Secretaria Estadual de Educação, foi liberado pelo Ministério de Educação, em 2008, recurso financeiro para fins de investimento na educação estadual do Tocantins equivalente a R$ 13.546.635,38;

XLIX. a gestão da política habitacional no Estado do Tocantins emergiu no ano de 2004, com o Programa Moradia. Desde então, busca-se a redução do déficit habitacional que, em 2005, era de 82.111 unidades habitacionais e, em 2008, era de 59.008 unidades, diminuindo 28,14%, mediante a construção de 23.103 unidades em 116 municípios;

L. o Estado do Tocantins atingiu a marca de 38 mil famílias contempladas pelo Programa Moradia nas diversas regiões do Estado e pretende, até o ano de 2015, entregar a população tocantinense 5 mil unidades/ano contribuindo com a redução de 8% anual do déficit habitacional;

LI. somente em 2008, foram entregues 2.445 casas e um total de 4.465 Cheques Moradia nas modalidades: construção, reforma, subsídio e construção comunitária e os respectivos projetos técnico-sociais;

LII. em fase de execução e já contratada para 2009, o Governo do Estado chegará à marca de 10.362 unidades habitacionais com recursos na ordem de 206 milhões de reais, destacando-se o atendimento às quebradeiras de coco babaçu, com 884 casas no valor de R$ 22 milhões nos municípios de Carrasco Bonito, São Miguel do Tocantins, Axixá do Tocantins, Sitio Novo do Tocantins, Praia Norte e Buriti do Tocantins e às comunidades quilombolas e famílias do Jalapão, com 347 casas nos municípios de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, Lizarda e São Félix do Tocantins;

LIII. o Programa “Habitação Para Todos Nós” foi selecionado no Prêmio Internacional de Dubai/Melhores práticas para a melhoria das condições de vida. O Programa ficou entre os 48 finalistas do mundo, num total de 470 inscritos;

LIV. para a seleção dos Programas neste Prêmio, são observados os seguintes requisitos: parcerias entre instituições, cidadãos, empresas e administração pública; o impacto causado; a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento; o alcance da sustentabilidade; a formação de lideranças; o fortalecimento das comunidades; o trabalho das questões de gênero e inclusão social; a demonstração das inovações no contexto local e o incentivo à replicação;

LV. os investimentos, nessa área, superaram R$ 362 milhões, provenientes da execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Programa de Subsídio Habitacional – PSH,

Carta de Crédito FGTS Operações Coletivas, Orçamento Geral da União com contrapartida do Orçamento Geral do Estado;

LVI. foram capacitados 280 técnicos em gestão de programas habitacionais, contempladas 48 entidades na prática do Cheque Moradia, seis entidades no Programa de Aceleração do Crescimento PAC/PPI e 23 entidades no PAC/Pró-Moradia;

LVII. o Governo do Estado avançou no processo de regularização fundiária, entregando títulos, abrindo novas quadras e acelerando esse processo nos municípios. Os impactos gerados com as atividades desenvolvidas beneficiaram diretamente 12.258 famílias;

LVIII. dentre as ações no setor habitacional podemos citar: microparcelamento e desmembramento de áreas do Estado, subdividindo-os em lotes unifamiliar, multifamiliar e comercial em 13 quadras do Município de Palmas: União Sul, Irmã Dulce, ALC-NO 33, ALC-NO 43, ASR-SE 45, AE-NE 23, ACSU-SE 130, ACSU-SO 130; e Taquaruçu 2ª Etapa, Condomínio Santo Amaro, ASR-SE 125, ALC-NO 13, 1306 SUL e Jardim Taquari, gerando 9.117 lotes;

LIX. regularização em fase de aprovação pela prefeitura municipal, aguardando os registros no Cartório Registro Imóveis para emissão de títulos definitivos das áreas: Vila Cearense, Vila Piauiense, Vila Norte com a geração de 648 lotes no município de Araguaína;

LX. regularização aprovada pelas prefeituras municipais, aguardando a transferência da Agência de Habitação do Estado de Goiás para o Estado do Tocantins, gerando 319 lotes na Vila Couto Magalhães, em Araguaína, 267 lotes na Vila Flamboyant, no município de Miracema do Tocantins, 139 lotes na Vila Nova Esperança no município de Filadélfia, 154 lotes na Vila Cruzaltina, no município de Couto Magalhães, e em fase final de conclusão a geração de 384 lotes na Vila Servidor do DERTINS e na Vila Independência no município de Gurupi;

LXI. construção da Casa do Estudante no município de Palmas, o Centro de Convivência do Idoso em Pium e do Salão Comunitário-Clube da Cidade em Barrolândia, com recursos oriundos do Fundo de Apoio a Moradia – FUNMORAR;

LXII. Em Palmas, foram beneficiados os setores Irmã Dulce, União Sul e Taquari, somando um investimento de R$ 8,4 milhões, provenientes do PPI – Programa Piloto de Investimento/Intervenção em favelas, pavimentação asfáltica. A obra foi contratada pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, mas executada com recurso e sob a coordenação da Secretaria de Infra-estrutura;

LXIII. foi construídos a feira coberta do Taquari, com recurso do projeto orla – Fundo de Desenvolvimento Urbano e de Preservação Ambiental, com investimento na ordem de R$ 298 mil e com recursos do Projeto Orla – Fundo de Desenvolvimento Urbano e de Preservação Ambiental – bem como foi construído o Centro de Geração de Renda do Aureny I no valor de R$ 461 mil;

LXIV. o Governo do Estado, por meio de parceria estabelecida entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, financia equipamentos e estruturas que visam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, promovendo a organização e a difusão de conhecimentos, estruturando e otimizando o fluxo de informações no Estado. Além disso, apóia pesquisas para a articulação e interação entre os Arranjos Produtivos Locais – APLs - de forma a estruturar uma base de informações, a realização de eventos de CTI, a produção de materiais científicos, tecnológicos e criação de sites e publicações diversas;

LXV. para o período de 2008/2010, o Programa Primeiros Projetos já está cadastrado e aprovado no Sistema de Convênios – SINCOV. O objetivo é financiar novos projetos de pesquisadores doutores no Estado do Tocantins e a previsão de investimentos é de 300 milhões de reais do CNPq e R$ 100 milhões de contrapartida do Governo do Tocantins. Os projetos dos períodos 2004 e 2006 estão em execução;

LXVI. com o avanço das pesquisas tecnológicas, melhoria da infra-estrutura em CT&I e da capacitação técnica das instituições de ensino, será possível identificar, de forma mais consistente, as potencialidades das diversas regiões do Estado, fortalecer grupos de pesquisa de interesse regional, possibilitando potencializar o desenvolvimento econômico;

LXVII. o Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS), desenvolvido por meio de gestão compartilhada entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Saúde, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, promove o aperfeiçoamento da rede pública de saúde, com pesquisas que proporcionam a identificação, o combate e a prevenção das doenças com maior incidência nas regiões;

LXVIII. no segundo semestre de 2008, foi realizado o processo seletivo do Proeducar, que desta vez ofereceu 1.000 créditos educativos para estudantes carentes. Desde o seu início já proporcionou financiamento para quase 4 mil acadêmicos que não têm condições de custearem sua formação superior e concedeu 34 bolsas, sendo 23 para mestrado e 11 para doutorado;

LXIX. com o estimulo à pesquisa científica aos estudantes do ensino médio da rede pública em parceria com pesquisadores nas escolas, universidades, institutos e fundações, em diversas áreas do conhecimento, a Secretaria de Ciência e Tecnologia desenvolve o programa IC Júnior, que este ano, dos 291 alunos inscritos, selecionou 88 alunos para serem beneficiados com bolsa de estudos CNPq, contribuindo de maneira significativa para consolidação das pesquisas desenvolvidas no Estado;

LXX. o Tocantins tem buscado efetivar as diretrizes das Políticas de Assistência Social, de acordo com o novo sistema descentralizado e participativo: Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Em função das ações e parcerias que vêm sendo desenvolvidas entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, gestores municipais, Conselhos e sociedades civil, o Tocantins passou a ocupar posição de destaque na implantação do SUAS;

LXXI. recentemente o Governo do Estado firmou o Pacto com o Governo Federal para aprimoramento da gestão estadual de assistência social. Uma estratégia que proporcionou ações, como capacitação de gestores, técnicos e conselheiros, assessoria técnica nos municípios, dentre outros**;**

LXXII. a segurança alimentar da população também foi garantida pelo governo do Estado por meio dos projetos: Alimente – Mais Amor e Menos Fome, com 1800 beneficiários em Palmas; Leite é Saúde, realizado em 34 municípios atendendo mais de 11 mil famílias em situação de carência alimentar com a entrega de um litro de leite diariamente, e ações de assistência nas escolas e associações para utilização de plantas medicinais e não-convencionais. Por meio dessas ações o governo estadual investiu, em 2008, mais de R$ 5 milhões na segurança alimentar e nutricional dos tocantinenses vistos, como por exemplo, nas 10 creches que recebem recursos do projeto Ciranda Alimentar que atende a 1.100 crianças, combatendo a fome e a desnutrição, e ações de assistência nas escolas e associações para utilização de plantas medicinais e não-convencionais;

LXXIII. o Programa Estadual de Segurança Alimentar e Melhoria da Qualidade de Vida realizou ações de melhoria na alimentação da população tocantinense. Em 2008, o Projeto de Educação Alimentar e Nutricional nas Comunidades Quilombolas foi realizado em 32 municípios, atendendo mais de três mil pessoas com oficinas de alimentação saudável;

LXXIV. foi implantada mais uma cozinha comunitária, no município de Porto Nacional, completando o total de 13 cozinhas, que oferecem refeições gratuitas a 3.150 beneficiários em situação de vulnerabilidade social;

LXXV. foram realizadas palestras e Oficinas de Alimentação Saudável, em Palmas, com 420 beneficiários e mais 340 pessoas capacitadas na Agrotins;

LXXVI. o Provida desenvolve o projeto “Farmácia Viva”, que estimula as comunidades do Estado a usarem plantas medicinais. O projeto é responsável pela manipulação, distribuição e repasse de informações a respeito dos benefícios medicinais das plantas;

LXXVII. na política do Trabalho, o Tocantins foi destaque nacional em 2008 como um dos Estados que mais vem crescendo na intermediação de mão-de-obra nos últimos anos. Este resultado se deve a uma ação planejada e pró-ativa da secretaria e também dos investimentos do governo do Estado em capacitação profissional. O Tocantins está vivendo um momento de grande desenvolvimento econômico e a intenção é que este crescimento econômico também se traduza em desenvolvimento social, por isso tem-se investido muito na capacitação do trabalhador e na autonomia das famílias tocantinenses. Em 2008, foram investidos mais de R$ 2 milhões em qualificação profissional e mais de R$ 40 milhões no Fundo Estadual de Assistência Social;

LXXVIII. o Programa Pioneiros Mirins é o maior programa social destinado à criança e ao adolescente do Tocantins. São mais de 42 mil famílias atendidas em 185 núcleos. Em função deste programa temos os menores índices de criminalidade;

LXXIX. a integração com outras ações e com programas como o Peti, Ipe Crédito, Troca Solidária, Horta Comunitária, Mãe Pioneira, entre outros, garantem uma melhor qualidade de vida a nossa população;

LXXX. em 2008, foi lançado o primeiro livro de poesias, intitulado Recitar o Novo Tempo, que traz uma coletânea de poesias classificadas no 1º Festival Cultural do Programa em 2007. As 42,4 mil famílias receberam bolsa auxílio e orientações familiares como o estímulo à geração de renda por meio do Programa de Inclusão Produtiva – crédito destinado aos pais de beneficiários diretos do Programa;

LXXXI. os recursos em 2008, para o Programa Pioneiros Mirins foram mais de 20 milhões de reais também utilizados para a capacitação de 350 educadores sociais, visando oferecer um bom aprendizado aos beneficiários. Além disso, o governo estruturou os núcleos do Programa com aquisição de materiais permanentes como fogão, freezer, bebedouro, Tv 29”, aparelho de DVD, micro system, caixa amplificada e microfone para os 148 núcleos, nos 139 municípios;

LXXXII. na Proteção Social Especial, foram atendidas especificamente famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e psíquicos,

exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua e de trabalho infantil. Nessa área, foram atendidas mais de 8 mil famílias com a erradicação do trabalho infantil e enfrentamento a violação de direitos, e investidos R$ 2,34 milhões;

LXXXIII. foram atendidos 1.832 idosos por meio das modalidades de atendimento: em instituições de Longa Permanência, Centros de Convivência e Atendimento Domiciliar; e 1.140 pessoas portadoras de necessidades especiais nos vários municípios do Estado. A fábrica de Cadeiras de Rodas produz e reforma cerca de 60 cadeiras por mês, atendendo os programas de atenção especial aos cadeirantes de baixa renda de todo o Estado. Além disso, emprega pessoas com necessidades especiais por entender o seu papel de inclusão social;

LXXXIV. em março de 2008, foi realizada a I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência em Palmas. Também foram realizadas Conferências Regionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o tema “Inclusão, Participação, Desenvolvimento: um Novo Jeito de Avançar”, que tiveram como objetivo avaliar o processo de reestruturação e construção da Rede de Atendimento na área da Pessoa com Necessidades Especiais, identificando as metas cumpridas, os avanços e desafios para o desenvolvimento da Política Estadual de Atendimento a esse público;

LXXXV. o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF está presente em vários municípios, habilitados em gestão básica ou plena. As principais ações desenvolvidas em 2008 foram: a capacitação de 150 técnicos em 60 municípios; capacitação de 58 coordenadores e técnicos dos CRAS; orientação e assessoria técnica presencial a 20 municípios no processo de implantação; implementação e operacionalização do PAIF/CRAS; realização de capacitações regionalizadas para conselheiros municipais na área da assistência social. Com relação aos recursos, foram aplicados R$ 672 mil e atendidas cerca de 30 mil famílias, nos 139 municípios;

LXXXVI. realizar ações de inclusão produtiva, com desenvolvimento social permanente e com perspectivas para o trabalho formal, é prioridade na política de desenvolvimento social. Em 2008, foram beneficiadas diretamente mais de 300 mil pessoas nos 15 Programas relacionados às áreas de desenvolvimento social, trabalho e segurança alimentar;

LXXXVII. destaca-se o trabalho apoiado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em Barrolândia, onde os associados da Apae passaram a produzir peças de cerâmica e tiveram uma grande evolução terapêutica e de integração social, além de obter geração de renda;

LXXXVIII. o Tocantins é um dos Estados que mais vem crescendo na intermediação de mão de obra, nos últimos anos, devido, principalmente, aos novos empreendimentos instalados: Fábrica de Cimento da Votorantim e construção da Ferrovia Norte-Sul;

LXXXIX. neste período, foram captadas mais de 21 mil vagas de emprego e colocados no mercado de trabalho mais de 14 mil trabalhadores. Além disso, mais de 11.527 trabalhadores se documentaram para o trabalho formal, mediante aquisição da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

XC. em comparação com anos anteriores identificamos um grande avanço da política de trabalho no Estado do Tocantins. No ano de 2007, a variação no emprego formal no Tocantins foi de 8,14%, apresentando um saldo positivo de 7.105 novos postos de trabalho, sendo, relativamente, o Estado que teve maior taxa de crescimento do país;

XCI. na geração de empregos formais, o Tocantins é o Estado que, proporcionalmente, mais gera empregos com carteira assinada no País, apresentando um crescimento de 23% entre os anos de 2005 a 2007. De janeiro de 2005 a outubro de 2008, foram gerados 16.248 novos empregos no mercado formal, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego;

XCII. em 2008, foram investidos mais de R$ 2 milhões em qualificação profissional;

XCIII. na área da cultura, o Governo proporcionou, através da Fundação Cultural do Estado do Tocantins, a democratização da cultura e o acesso aos bens culturais por meio de diversas ações. Por meio do Programa Monumenta, realizado na cidade de Natividade, foram revitalizadas as praças Leopoldo Bulhões, Bandeira e de São Benedito e restaurada a Casa de Cultura Amália Hermano Teixeira, com investimento no total de R$ 800 mil;

XCIV. o Projeto BR Arte e Cultura proporcionou o acesso das comunidades do interior do Estado às artes em geral, através de apresentações de dança, teatro, música e realização de oficinas para capacitação de profissionais da área com investimentos superiores a R$ 2 milhões;

XCV. os povos indígenas receberam especial apoio para a realização de festas e rituais tradicionais, aplicando-se cerca de R$ R$ 66 mil, abrangendo um total de 15 aldeias indígenas;

XCVI. a parceria entre os governos Federal e do Estado, por meio da Fundação Cultural, garantiu recursos para a implantação, reestruturação e modernização das bibliotecas públicas municipais. No Estado, em 2008, foram implantadas 16 bibliotecas e modernizadas outras seis;

XCVII. em relação às bibliotecas públicas, foram realizadas visitas técnicas de orientação, capacitações de técnicos e professores e implantação de quatro bibliotecas, com recursos de R$ 7 mil;

XCVIII. a Gerência de Literatura da Fundação Cultural do Tocantins realizou, entre março e maio de 2008, a 3ª edição do Jardim da Poesia, que aconteceu no Museu Histórico do Tocantins – Palacinho, em Palmas. O projeto mostrou textos poéticos, em tamanho ampliado, de poetas dos municípios de Palmas, Peixe, Divinópolis, Araguaína, Gurupi, Dianópolis e Porto Nacional;

XCIX. a coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado e a Biblioteca, da Fundação Cultural do Tocantins, ministrou curso para auxiliar de biblioteca nos municípios de Lavandeira, Riachinho, Arraias e Mateiros, dentro do Programa Livro Aberto. Os professores da rede municipal de ensino participaram de curso de capacitação dentro do Projeto Biblioteca Sem Fronteira, da Fundação Cultural do Tocantins. Cerca 12 professores foram contemplados em cada município;

C. técnicos do IPHAN e da diretoria do patrimônio da Fundação Cultural do Estado finalizaram a primeira etapa do Mapeamento do Patrimônio Cultural e Natural do Estado do Tocantins, visitando as cidades de Lizarda e Ponte Alta. Na primeira etapa foram realizadas três viagens, onde foram visitados os municípios de Almas, Dianópolis, Paranã, Arraias, Taquatinga, Araguacema, Pedro Afonso, Miracema, Tocantínia e Lajeado;

CI. ainda em 2008, foi iniciada a segunda etapa do citado projeto nas cidades de Almas, Dianópolis, Paranã, Arraias e Taguatinga. A equipe identificou as manifestações culturais existentes e o patrimônio edificado destas cidades. Essa análise técnica das cidades servirá para apontar subsídios para a efetivação de políticas públicas direcionadas a este setor;

CII. foi realizada a segunda etapa do Inventário Sociocultural das Comunidades Rurais Negras e Remanescestes de Quilombos do Estado, na comunidade quilombola de Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia, a 450 km de Palmas;

CIII. foram realizadas exposições, palestras e assinatura de termo em comemoração ao Dia do Artista Plástico, dia 8 de maio, além da parceria na palestra do programa Rumos Itaú;

CIV. o artesanato tocantinense esteve novamente à mostra para visitantes do Brasil e mundo, durante a realização do 3º Salão Nacional do Turismo-Roteiros do Brasil, de 18 a 22 de junho, em São Paulo. A Fundação Cultural do Tocantins, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado, levou cerca de quatro mil peças de artesanato, para mostra no espaço “Vitrine Brasil”;

CV. as aulas do Projeto Jovem Joalheiro iniciaram na sede da Aafeto - Acreditando e Apoiando as Famílias do Tocantins, em Palmas. O projeto, em 2008, funcionou por meio da Fundação Cultural do Estado em parceria com a AAfeto e Aproci- Associação Promoção da Cidadania. O projeto teve início no ano de 2005, desde então, já foram realizadas mais de 10 exposições por toda a Capital;

CVI. em 2008, foi realizado o Painel Funarte de Bandas de Música, em parceria com a Funarte/MinC, realizado no auditório do Memorial Coluna Prestes, com o curso intensivo de Regência (Técnicas de Ensaio/Prática de Conjunto), ministrado pela maestrina Mônica Giardini de São Paulo. Participaram da oficina cerca de 70 pessoas de todo o Tocantins, entre maestros e interessados em serem maestros;

CVII. houve também a realização do 1° Festival de Música Sertaneja do Tocantins que tem o objetivo de incentivar a música raiz e revelar novos talentos em todo o Estado. A Fundação Cultural do Tocantins realizou as eliminatórias em Porto Nacional, Araguaína, Natividade e Gurupi. Foram selecionadas doze músicas para a final que aconteceu no dia 20 dezembro de 2008, em Palmas. Os vencedores receberam prêmios que variavam entre R$ 5 e 10 mil reais em espécie e mais prêmios em bens. O encerramento foi feito com show de Chico Rey e Paraná;

CVIII. ao incentivar a população tocantinense para a prática esportiva como fator de vida saudável e fortalecimento da cidadania, a Secretaria do Esporte manteve esta como a principal meta de suas ações em 2008. Para tanto, proporcionou apoio a atletas, clubes, escolas, federações e entidades esportivas e ampliou espaços diversos à participação da comunidade;

CIX. a Escolinha de Futebol além de zelar pela prática esportiva de qualidade e de atender a mais de 800 crianças e adolescentes por mês, tem ocupado o tempo ocioso eliminando riscos de delinqüência juvenil. As escolinhas recebem também a incumbência da Secretaria de Esporte de ministrarem cursos de trabalhos pedagógicos;

CX. projeto do Ministério do Esporte, em parceria com a Secretaria Estadual do Esporte, tem sido destaque no Estado. Técnicos (reeducandos) tocantinenses foram requisitados este ano para ministrar cursos do Pintando a Liberdade em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Busca-se a socialização por meio da qualificação profissional dos detentos responsáveis pela produção de cerca de 28 mil bolas esportivas e 800 pares de rede de futebol. A ocupação garante-lhes renda mensal por produção, redução da pena em 1/3, melhora no tratamento e no convívio com familiares e colegas de cela e diminuição de vícios. São beneficiados cinco

núcleos de detentos no Estado: Palmas, Dianópolis, Araguaína e Paraíso;

CXI. o governo do Estado prestou cooperação técnica e financeira à Federação Tocantinense de Futebol e outras federações esportivas do Estado do Tocantins para a participação das 13 equipes inscritas no campeonato tocantinense de futebol e na realização dos calendários esportivos de cada federação, bem como, prestou apoio técnico e financeiro para a construção, reforma, ampliação de campos de futebol society, arquibancadas, ginásios de esportes, quadras poliesportivas e outros;

CXII. premiação dos Melhores no Esporte é o projeto que tem como foco estimular os que mais se destacaram no esporte em 2008, premiando cerca de 80 atletas das diferentes modalidades esportivas praticadas no Estado. Parte-se da premissa de que os esportistas são exemplos para as crianças e jovens e de que o esporte é um elemento fundamental no crescimento integral do ser humano e da formação do cidadão;

CXIII. no atendimento aos clubes profissionais e amadores e ao desporto comunitário, foram realizados 44 convênios com entidades esportivas, proporcionando aos atletas a oportunidade de participarem de eventos nacionais e internacionais, com recursos aplicados no valor de R$ 1,2 milhões;

CXIV. foram realizados diversos eventos esportivos como o Circuito de Corridas de Rua, IX Jogos Abertos do Tocantins, Premiação dos Melhores do Ano no Esporte, VIII Meia Maratona do Tocantins e outros, com recursos de R$ 1,5 milhões;

CXV. mais de 800 crianças e adolescentes foram atendidas nas escolinhas de iniciação esportiva de Palmas e Araguaína, com diversas modalidades esportivas, inclusive reforço alimentar, aplicando-se R$ 62.900 mil**;**

CXVI. foram confeccionados cerca de 13 mil materiais esportivos pelos detentos que participam do Programa Pintando a Liberdade, que objetiva proporcionar socialização e qualificação aos presos, nos núcleos de Palmas, Araguaína, Guaraí, Paraíso do Tocantins e Dianópolis;

CXVII. mais de 400 entidades esportivas e comunitárias, atletas e municípios foram beneficiados com a distribuição de materiais esportivos, com recursos investidos que superaram um total de R$ 2 milhões;

CXVIII. finalização da construção da 2a etapa do estádio de futebol de Araguaína com recursos investidos superando 10 milhões de reais, sendo prevista a sua inauguração para fevereiro de 2009;

CXIX. o total de recursos destinados ao desporto e lazer em 2008 foi na ordem de R$ 19 milhões;

CXX. o universo das políticas adotadas pelo Governo Estadual, voltadas para a juventude tocantinense, busca oferecer aos cidadãos de 15 a 29 anos acesso ao conhecimento e à oportunidade para inserção no mercado de trabalho. Para tanto, não mede esforços no fomento ao protagonismo juvenil, através de ferramentas que vão da complementação dos estudos à capacitação profissional;

CXXI. pioneiro, o Tocantins é um dos dez Estados brasileiros que adotou o programa de incentivo a ações em prol do meio ambiente, o ICMS – Ecológico. Em 2008, o órgão ambiental visitou os 139 municípios tocantinenses, levantando dados e coletando documentos comprobatórios das ações ambientais. Como resultados foram gerados os índices que serão transformados em valores para o ano de 2009. A previsão de repasse para o próximo ano é de cerca R$ 30 milhões, distribuídos mês a mês aos municípios;

CXXII. no decorrer de 2008, foram investidos em gestão ambiental cerca de R$ 15,2 milhões na realização de uma série de ações em prol do meio ambiente, dentre elas as ações administrativas, licenciamento, fiscalização e educação ambiental. O Instituto recebeu do governo estadual 13 veículos, 10 kit´s com canoa de alumínio, motor de popa e carretinha. Também foram adquiridos computadores, impressoras, computadores portáteis, câmeras digitais, GPS's, equipamentos para medição de oxigênio e acidez da água, mobiliários diversos, aparelhos de ar-condicionado e livros técnicos;

CXXIII. os incentivos para a regularização de atividades e empreendimentos resultaram na emissão de 785 Licenças (Licença Prévia, Instalação, Operação e Autorização Ambiental); para as propriedades rurais mais de 800 licenças emitidas (LFPR – Licenciamento Florestal da Propriedade, Autorizações de Exploração Florestal e Autorizações de Queima Controlada); além de vistorias em imóveis rurais e doação de 1.154 mudas de espécies nativas. Foram recuperados 16 mil metros cúbicos de APP´s – Áreas de Preservação Permanente e cerca de nove hectares de florestas plantadas vinculadas à reposição florestal obrigatória;

CXXIV. na gestão das áreas protegidas ganharam destaque, em 2008, a abertura oficial de uso público do Parque Estadual do Cantão, a realização de operações do uso público do Parque do Jalapão, elaboração e revisão do Plano de Manejo da APA das Nascentes de Araguaína, reuniões para planejamento da Revisão do Plano de Manejo do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas e da

APA Ilha do Bananal/Cantão, além do lançamento do Programa Voluntário pela Natureza;

CXXV. outras iniciativas do governo do Estado são: o Projeto de Conservação do Pato Mergulhão, espécie em extinção encontrada na região do Jalapão; o monitoramento do manejo correto e sustentável do capim dourado e o projeto Peixe Vivo, operação que visa o salvamento de peixes fadados à morte pelo baixo volume de água durante o período de estiagem. Nesse ano, foram transferidos cerca de 2.400 peixes, dentre eles o pirosca e o surubim;

CXXVI. como resultados das ações de fiscalização desenvolvidas pelas 15 Unidades Regionais do Naturatins e as quatro Unidades de Conservação distribuídas pelo Estado, o órgão coibiu a prática de crimes à fauna do cerrado, capturando mais de 2 mil animais silvestres, dentre eles 1.567 aves criadas em cativeiros destinadas ao comércio ilegal. Ainda nas operações, as equipes de fiscalização de pesca predatória apreenderam cerca de 8 mil quilos de pescado, e material predatórios como 68.159 metros de redes malhadeiras. Dos produtos florestais apreendidos, estão aproximadamente 7 mil metros cúbicos de madeiras e 310 de carvão. Foram aplicados mais mil autos de infração, totalizando R$ 7 milhões em multas.

4.4.4 AMPLIAR E PRESERVAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS, PROPORCIONANDO ELEVADO GRAU DE AUTO-ESTIMA EM TODOS OS TOCANTINENSES.

A aproximação do Estado com o cidadão, através da oferta itinerante de serviços, ampliação da transparência nas ações desenvolvidas pelo Estado e da participação popular na tomada de decisões de interesse coletivo, garante à população o direito à segurança física e patrimonial, uma vez que é dever do Estado, previsto pelas leis de qualquer sociedade moderna a efetivação deste direito. A segurança existente no nosso Estado, comparativamente com outros Estados da União, é, portanto, uma de nossas vantagens para a atração de investimentos, conforme os seguintes resultados registrados no exercício de 2007:

I. foram investidos nos últimos três anos, recursos na ordem de R$ 725,6 milhões do Tesouro Estadual em manutenção, aquisição de equipamentos, mobílias, veículos, armamentos, capacitação, construção de unidades de segurança pública, modernização do sistema de segurança pública dentre outras, através de convênios federais e iniciativa privada;

II. houve um acréscimo dos investimentos na política de segurança pública no Estado do Tocantins de aproximadamente 28,44 % de 2006 até dezembro de 2008;

III. à disposição dos servidores de Segurança Pública, existem cinco telecentros: um implantado em 2007 em Palmas; em 2008, dois foram implantados nos municípios de Tocantinópolis e Dianópolis; e mais dois nos municípios Araguaína e Gurupi, através de convênios com a SENASP;

IV. a criação de duas delegacias em Palmas, a de repressão aos crimes contra o idoso e a especializada em investigação de crimes contra o patrimônio. Em Gurupi, a Delegacia Especializada de Investigação Criminal – DEIC. Também foi construída uma delegacia de polícia no município de Aguiarnópolis e o Instituto Médico Legal no município de Tocantinópolis, em parceria com a iniciativa privada, Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE);

V. as unidades de Segurança Pública como o Instituto de Identificação Criminalística, Médico-Legal e seus respectivos núcleos foram beneficiados com equipamentos de informática e comunicação, munições, mobiliários, armamentos, proteção individual;

VI. a Polícia Militar, com o Programa Polícia Militar na Defesa Social, recebeu 24 cursos de capacitação, 40 novas armas, 180 novos coletes balísticos, os quais foram fundamentais para aperfeiçoar os serviços prestados;

VII. foi implantada a Telepatrulha, opção de chamada que o cidadão tem para acionar a viatura pelo celular. Para o novo serviço foram instalados 150 aparelhos nas viaturas nos diversos municípios do Estado;

VIII. ainda em 2008, foi criada a Campanha Chame a Polícia, parceria das Polícias Militar e Civil, contra todo tipo de crime, sobretudo a violência doméstica.

IX. a Polícia Militar criou o vídeo institucional sobre o policiamento comunitário em Taquari, área do 6º BPM, e Araguaína, área do 2º BPM, tendo como finalidade apresentar nas escolas a estrutura da Polícia Militar, como também os tipos de trabalhos desenvolvidos;

X. estão em implantação os seguintes serviços: Laboratório de DNA Forense; SIOP – Sistema Integrado de Operações Policiais;Serviço Aeropolicial; Núcleo de Gerenciamento de Estresse

XI. em 2008, foi realizada pela primeira vez na Capital, Palmas, reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança

Pública – CONSEP e do Conselho de Segurança do Meio Norte – COMEN

XII. a Academia Estadual de Segurança Pública capacitou turma de Agentes Penitenciários, além de dar formação de 350 novos Policiais Civis e Técnicos Científicos;

XIII. nos últimos dois anos, a frota foi ampliada com 460 novos veículos para uso imediato na área de policiamento operacional sendo este um dos investimentos fundamentais promovidos. Esta operação ficou na ordem de R$ 11,2 milhões na modalidade locação contemplando as polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros. Outras 14 novas viaturas foram adquiridas beneficiando em especial a Companhia Independente de Operações Especiais – CIOE e mais novas viaturas foram adquiridas pela Secretaria de Segurança Pública, mediante convênio com a SENASP;

XIV. em 2008, 12 unidades de Segurança Pública foram reformadas e ou ampliadas com destaque para as Casas de Prisão Provisória de Araguaína e Gurupi e ampliação da Central de Flagrantes de Porto Nacional, como também foram reformadas mais de 22 cadeias públicas nos últimos anos, com destaque para a cadeia pública no município de Ananás, realizada por meio de convênio com a SENASP. Existem duas unidades em fase final de construção nos municípios de Mateiros e Talismã;

XV. no Estado do Tocantins, o Programa de Resistência às Drogas e Violência nas Escolas – PROERD surgiu no ano de 2002 como iniciativa da Polícia Militar na prevenção às drogas e ações que geram violência, sendo aplicado às crianças e adolescentes na faixa etária média de nove a 14 anos de idade e alcançando ainda os pais, professores e o vasto entorno social, que também recebem orientações por meio de cursos, reuniões e palestras, representando um esforço cooperativo entre escola, família e Polícia Militar. Atualmente, são 10.733 jovens e 252 pais, em 25 municípios beneficiados;

XVI. em 2008, foram capacitadas 683 pessoas em diversos cursos básicos de Defesa Civil. Além das capacitações, foi instalada a Sala de Monitoramento, com recursos do tesouro e convênio com a Defesa Civil Nacional, através do qual foram adquiridos também, equipamentos para monitoramento dos desastres, dois tripés para salvamentos de animais confinados, dois geradores de energia avulsos, réguas linimétricas e ainda, possibilitou a elaboração de material gráfico e didático para distribuição;

XVII. em virtude da efetividade da execução dessas ações, 11 municípios vítimas de enchentes foram monitorados, ações que permitiram uma interferência positiva nos resultados, a exemplo do município de Araguanã que foi monitorado pela Coordenadoria

Estadual de Defesa Civil – CEDEC, o que possibilitou a retirada das vítimas de locais de riscos em tempo hábil para que não fossem afetados pela enchente. Também, foram monitorados 12 municípios afetados pela seca, na região sudeste, e ofertou assistência social para 22 mil pessoas, vítimas da estiagem prolongada;

XVIII. foram adquiridos, com recursos do Tesouro do Estado e convênio federal quatro barcos infláveis, dois jet–ski, cinco motores de popa, três desencarceradores e expansores, usados para libertar pessoas presas em ferragens, 200 coletores para lixo hospitalar, um microônibus tipo Van, doado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e duas viaturas administrativas locadas dentre outros;

XIX. em 2008, teve um ingresso de 68 soldados, ampliando o efetivo em 20%. Dez tenentes, na área de engenharia civil e elétrica, e 27 alunos soldados fizeram o curso de habilitação de Cabos Bombeiros Militar. Além disso, setenta bombeiros do quadro de motorista foram qualificados visando proporcionar maior segurança e agilidade no deslocamento das viaturas e ainda evitar acidentes;

XX. foi realizado concurso público com 70 vagas para soldados, 10 para oficiais combatentes e 10 para oficiais especialistas, investimentos aplicados na ordem de 200 mil reais;

XXI. é importante destacar o projeto Bombeiro do Peito que realizou mais de 1,2 mil visitas domiciliares, captando cerca de 490 litros de leite materno para as UTI's Neonatal, como também a operação SOS Praia;

XXII. o programa Trânsito Seguro investiu, até dezembro de 2008, recursos na ordem R$ 1,2 mil nas ações de educação para o trânsito, na realização de campanhas educativas e fiscalização de trânsito, atendendo 71.098 pessoas entre estudantes, professores, jovens, na idade de serem habilitados, e entidades ligadas ao trânsito em todo o Estado do Tocantins;

XXIII. em 2008, foram realizadas quatro campanhas de trânsito, atendendo 31 cidades no Estado e uma campanha veiculada na mídia com cobertura em todo Estado. Foram capacitados 27 servidores com o objetivo de qualificá-los melhor, além de melhorias na sede deste órgão, visando oferecer condições de atendimento com qualidade e eficiência aos clientes/usuários;

XXIV. outra ação importante, é a Banca Examinadora Volante que oferece serviços de Carteira Nacional de Habilitação – CNH, a qual foi levada a todas as cidades do Estado do Tocantins. Mais de 13 mil pessoas na Capital e 27 mil no interior foram atendidas nas 246 bancas de Práticas de Direção Veicular;

XXV. já na modernização e eficiência no que concerne educação continuada para formação dos servidores e ampliação da sede do DETRAN/TO, foram investidos mais de R$ 30 mil até novembro de 2008.

XXVI. atualmente, o DETRAN/TO conta com 24 clínicas médicas/psicológicas, 16 fábricas de placas e 17 despachantes no Estado do Tocantins. Foram efetuadas 420 vistorias. Foram realizadas 336 bancas examinadoras volante, atendendo um total de 37.098 pessoas interessadas em obter a sua CNH, sendo 23.025 LT – Legislação de Trânsito e 14.073 PD – Prática de Legislação de Trânsito;

XXVII. em 2008, foram licenciados 174.815 veículos; 54.482 CNH emitidas; 41.969 vistorias realizadas e frota do Estado alcança 306.322 veículos;

XXVIII. com um público estimado em 13.400 pessoas, em todo o Estado, e com o objetivo de conscientizar e sensibilizar, tanto consumidores, quanto fornecedores, sobre os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, foram realizadas ações educativas e preventivas através de palestras, panfletagem e cursos, principalmente em escolas, preparando os novos consumidores acerca de seus direitos;

XXIX. com as atividades desenvolvidas pelo PROCON, notou-se um aumento no número de atendimentos, o que revela uma mudança no consumidor tocantinense que, mais exigente, tem cobrado por seus direitos, resultando em benefícios como a readequação dos fornecedores ao novo perfil dos consumidores;

XXX. os números de atendimento foram: Araguaína, 8.375; Araguatins, 2.447; Em Dianópolis 1.127; em Guaraí, 2.593; em Gurupi, 7.327 em Palmas,11.718, em Porto Nacional, 2.606; em Tocantinópolis, 1.573 ; Posto de Atendimento de Taquaralto, 3.124; Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor, 297 e total 41.187;

XXXI. na área de trânsito, as ações foram focadas na excelência da prestação de serviços aos cidadãos, facilitando o acesso à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Em 2008, foram realizadas quatro campanhas de trânsito, atendendo 31 cidades no Estado e uma campanha veiculada na mídia com cobertura em todo Estado. Foram capacitados 27 servidores com o objetivo de qualificá-los melhor, além de melhorias na sede deste órgão, visando oferecer condições de atendimento com qualidade e eficiência aos clientes/usuários;

XXXII. na realização de eventos sobre Direitos Humanos, destacou-se: a VII Conferência Estadual de Direitos Humanos com o tema: “Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando

as dificuldades", entre os dias 10 a 12 de setembro de 2008. O evento foi marcado pela participação significativa dos movimentos sociais, das 683 pessoas inscritas, 511 eram da sociedade civil e 172 representantes do poder público, e a definição dos delegados para a Conferência Nacional; a I Conferência Estadual GLBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, que aconteceu nos dias 27 e 28 de março, com público de 150 pessoas; e o II Fórum Social Indígena do Tocantins, que aconteceu nos dias 9, 10 e 11 de abril, com público de 150 representantes das etnias indígenas do Estado, da FUNAI, FUNASA, CIMI e outras entidades que atuam com as questões indígenas;

XXXIII. para o incremento no sistema prisional em 2008, foram adquiridas cinco veículos, modelo sprinter, (adaptada para transportes de detentos), por meio de convênio com o Depen - Ministério da Justiça;

XXXIV. o Programa Bolsa Universitária consiste em benefício de 150 ou 250 reais, concedidos aos universitários selecionados, que estejam regularmente matriculados em uma das Instituições de Ensino Superior não gratuitas, conveniadas com a Secretaria da Juventude, com a finalidade de possibilitar a conclusão do curso sem prejudicar a renda familiar, bem como oportunizar a execução do trabalho voluntário nas comunidades. Além de beneficiar 2.198 universitários (divididos semestralmente) distribuídos em 10 instituições de ensino, no ano de 2008, o Programa colaborou com a Campanha Outubro Solidário, como contrapartida dos benefícios recebidos. Atualmente, os estudantes estão trabalhando na Campanha Natal Solidário com arrecadação de alimentos não perecíveis a serem doados às famílias carentes;

XXXV. o Projeto Centro da Juventude tem como objetivo criar um ambiente favorável para disseminação e fortalecimento de programas e projetos desenvolvidos e geridos pela Secretaria da Juventude. Nesse espaço físico, a sociedade jovem tem acesso aos telecentros, salas de aula, telessalas e espaços para dança e lazer. Na primeira etapa de instalação dos centros, estavam previstas as instalações de 25 centros em 23 cidades, a meta foi superada, com 31 centros instalados em 29 municípios do Tocantins;

XXXVI. o Programa Primeiro Emprego atende jovens que vivem em situação de vulnerabilidade, qualificando-os, social e profissionalmente, e buscando a efetiva inserção no mercado de trabalho. Em 2008, foram 3.000 alunos beneficiados, em 23 municípios, sendo 10 cursos realizados (arcos ocupacionais) e 447 jovens inseridos no mercado de trabalho. Sem custo aos jovens e com o foco na geração de emprego e renda, o Programa Primeiro Emprego desenvolveu cursos em diversas áreas como:

maquiador, auxiliar de escritório, vendedor, almoxarife, marceneiro, entre outros;

XXXVII. quanto a Casa do Estudante, existem três em pleno funcionamento nas cidades de Palmas, Porto Nacional e Araguaína, beneficiando um total de 142 jovens universitários carentes que se deslocam de suas cidades para cursarem o Ensino Superior. A Casa oferece gratuitamente dormitórios mobiliados, salas destinadas à inclusão digital, bibliotecas, refeitórios e espaço para lazer. No ano de 2008, foram inauguradas as casas de Palmas e Araguaína e está em fase de construção a unidade de Gurupi;

XXXVIII. as Conferências Municipais da Juventude, fase preparatória para a Conferência Estadual, foram realizadas durante os meses de janeiro a março de 2008. A participação foi surpreendente, todos os 139 Municípios realizaram suas conferências. Obteve-se o envolvimento de aproximadamente 30 mil jovens tocantinenses nas discussões das demandas juvenis pelo Estado, o que demonstra que a juventude tocantinense está conscientizada e anseia por informações e participação. Vale ressaltar que, durante as Conferências Municipais vários gestores foram sensibilizados e instituíram órgãos de juventude em seus municípios;

XXXIX. a Conferência Estadual de Juventude, última etapa realizada antes da Conferência Nacional, foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de março de 2008, no Centro de Convenções de Palmas, organizada em grupos temáticos de discussões, oficinas e palestras, com a presença de personalidades como: Gabriel O Pensador e Caco Barcelos. Nesta etapa, houve a participação de representantes dos 139 municípios, com 1.100 jovens que vieram do interior. Destes, 15 foram eleitos para com os outros 120 eleitos nas Conferências Municipais participarem da Conferência Nacional, realizada em Brasília entre os dias 27 e 30 de abril de 2008;

XL. outro aspecto importante, foi que a Conferência Estadual constituiu-se um espaço de diálogo entre o poder público e a sociedade tocantinense sobre os desafios do segmento juvenil e quais medidas devem ser tomadas pelos governos para respondê-los. A participação de jovens contribuiu para o sucesso da concretização da Conferência Estadual, considerada a maior entre as demais realizadas nos outros estados da federação;

XLI. durante a Conferência Nacional da Juventude, o Tocantins foi o Estado com maior representatividade, através dos delegados eleitos nas etapas anteriores, resultando de maneira positiva nos debates e no apontamento das demandas e prioridades da juventude tocantinense;

XLII. programa Juventude Cidadã consiste em atividades sócioeducativas e concessões de bolsas que, em conjunto, proporciona aos jovens experiências práticas e desenvolvimento do protagonismo juvenil. O programa oferece assistência aos jovens e suas famílias, elevação da escolaridade, redução dos índices de violência, de uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência;

XLIII. é realizado em empresas sem fins lucrativos que aderiram ao projeto Bolsa Estágio, por meio do Termo de Cooperação firmado com a Secretaria da Juventude. Os contemplados, jovens estudantes dos níveis técnico, médio e superior, após passarem por um processo seletivo, recebem uma carta para se apresentarem às instituições e desenvolverem as atividades previstas no estágio. A oportunidade proporciona a experiência do primeiro emprego, contribui com a renda familiar dos jovens e serve, também, como complementação extracurricular. Em 2008, foram beneficiados 215 estudantes distribuídos no Estado;

XLIV. o programa "Juventude Sem Drogas" tem como objetivo conscientizar os jovens sobre os perigos do uso das drogas lícitas e ilícitas, prevenção a gravidez na adolescência e prostituição infantil. As ações são realizadas em festas, micaretas e escolas da rede pública, com distribuição de material informativo, apresentações artísticas e palestras através do “Projeto Viver de Cara Limpa”;

XLV. o Programa Jovem Profissional Modalidade Digital promove a inclusão digital e oferece oportunidades para capacitar profissionalmente jovens de 15 a 29 anos por meio da internet e sistemas avançados. Foram atendidos 1.694 alunos em 13 municípios;

XLVI. perfil da Juventude é uma das maiores pesquisas realizadas com o público jovem do Brasil (levando em consideração o número populacional). Aborda questões como o futuro profissional, mercado de trabalho, cultura, saúde, inclusão digital, comunicação e esportes que estão sendo levantados junto aos jovens tocantinenses, na faixa etária de 15 a 29 anos, para que sejam apontados os desejos e as necessidades dos jovens e ainda serão monitorados e avaliados todas as ações dos programas executados pela Secretaria da Juventude;

XLVII. a metodologia da pesquisa foi desenvolvida pela Fundação ULBRA – FULBRA e ouviu 21.000 jovens, em todos os 139 municípios do Tocantins. Os questionários foram aplicados no período de outubro e novembro de 2008, pelos 300 educadores do programa "Juventude Cidadã". O Perfil encontra-se em fase de tabulação e brevemente estará disponível no site da Secretaria da Juventude para download.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório Gerencial das Contas do Governo do Estado do Tocantins, documento elaborado pela Controladoria Geral do Estado, tem como objetivo precípuo comprovar, para efeito do artigo 40, inciso VII da Constituição Estadual, as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

Ao longo deste documento, foram feitas análises que demonstram os resultados expressivos e, o mais importante, satisfatórios, alcançados pela gestão financeira e orçamentária do Estado, no ano de 2008. O desempenho fiscal contribuiu de maneira decisiva para o cumprimento das obrigações constitucionais, notadamente no que se refere à aplicação mínima em educação e saúde.

Os investimentos em uma infra-estrutura adequada tem resultado em desenvolvimento com a construção de moradias, reforma em hospitais e escolas, estradas, entre outros. Tudo isso tem melhorado a qualidade de vida do povo tocantinense. Além destas, uma obra de importância nacional, a Ferrovia Norte-sul deve ser concluída em breve, abrindo a perspectiva de integrar os municípios tocantinenses à economia nacional e mundial.

Observou-se que a agricultura está consolidada. O Tocantins tem se consagrado como um dos Estados brasileiros que mais investiu no setor agropecuário. Isso pode ser mostrado por meio dos indicadores de exportação, de produção de grãos, dentre outros.

É Nesse caminho que o Estado do Tocantins prossegue e constrói mais uma pagina da sua historia, marcada pela fato de proporcionar oportunidade para todos na educação, saúde, esporte, cultura, infra-estutura, saneamento, segurança pública e em serviços diversos.

Para reafirmar os dados expostos neste documento, o Sistema de Controle interno tem trabalhado na fiscalização e no acompanhamento de projetos e ações que atendam aos anseios sociais, dentro dos princípios da administração pública.

Registre-se, oportunamente, o eficiente trabalho desenvolvido pela Superintendência de Gestão Contábil da Secretaria da Fazenda na consolidação dos dados que compõem este Relatório, bem como dos servidores desta pasta e dos Núcleos Setoriais de Controle Interno

Assim, tendo em vista que foram evidenciados eficientes resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, opinamos pela regularidade das contas sobre os aspectos formais, contábeis e operacionais.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 30 dias do mês de março de 2009.

JACQUES SILVA DE SOUSA
Secretário-Chefe